

Organizadores
Léo Teobaldo Kroth
Rose Mary Gerber

Fragmentos da
extensão rural e
pesqueira de
Santa Catarina



1956-2016



Epagri
Empresa de Pesquisa Agropecuária
e Extensão Rural de Santa Catarina



GOVERNO
DE SANTA
CATARINA

Secretaria de Estado da
Agricultura e da Pesca

ISSN 0100-8986

Março / 2016

DOCUMENTOS Nº 255

*Fragmentos da extensão rural
e pesqueira em
Santa Catarina
1956 - 2016*

Léo Teobaldo Kroth
Rose Mary Gerber

Florianópolis

2016



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 902
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax: (48) 3665-5010
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pela Gerência de Marketing e Comunicação (GMC).

Organizadores

Léo Teobaldo Kroth – Engenheiro-agrônomo, Dr., Epagri, Florianópolis, SC
Rose Mary Gerber – Assistente social, Dra., Epagri, Florianópolis, SC

Projeto gráfico, diagramação, ilustração de abertura de capítulos
Maikell Luiz Leguisamo

Capa

Cheila Pinow

Primeira edição: março de 2016

Tiragem: 600 exemplares

Impressão: Dioesc

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

KROTH, L.T.; GERBER, R.M.; Fragmentos da extensão rural e pesqueira em Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2016. 392p. (Epagri. Documentos, 255).

Extensão rural; Narrativas; Santa Catarina.

ISSN 0100-8986

O



Organizadores

Léo Teobaldo Kroth é engenheiro-agrônomo/UFSC, 1988; mestre em Agroecossistemas/UFSC, 1997 e doutor em Engenharia de Produção/USP, 2013. Ingressou na Acaresc em 1978 como auxiliar de escritório, em Itapiranga, função que exerceu também na Gerência Regional de São Miguel do Oeste, no Cetresmo e na Sede Administrativa. Atuou como extensionista rural nos escritórios municipais de Presidente Getúlio e Santo Amaro da Imperatriz e na Gerência Regional de Florianópolis; gerente estadual técnico e de planejamento e analista de pesquisa e extensão nas Gerências de Planejamento e Articulação Técnica e de Extensão Rural e Pesqueira. Atualmente é analista de socioeconomia e desenvolvimento rural no Centro de Socioeconomia e Planejamento (Epagri/Cepa) Diretor vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros-agrônomo de Santa Catarina (Seagro-SC).

Rose Mary Gerber é graduada em Serviço Social/UFSC, 1985; especialista em Gerontologia/UFSC, 1992; mestre em Antropologia Social/UFSC, 1997, doutora em Antropologia Social/UFSC, 2013. Ingressou na Acarpesc em 1985. Atuou como extensionista social nos municípios de Araranguá e Governador Celso Ramos de 1985 a 1997. É analista de pesquisa e extensão na Gerência de Extensão Rural e Pesqueira (Gerp) e coordenadora do programa Capital Humano e Social (CHS). É autora do livro *Mulheres e o Mar*, resultante de sua tese de doutorado, que recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Teses 2013.



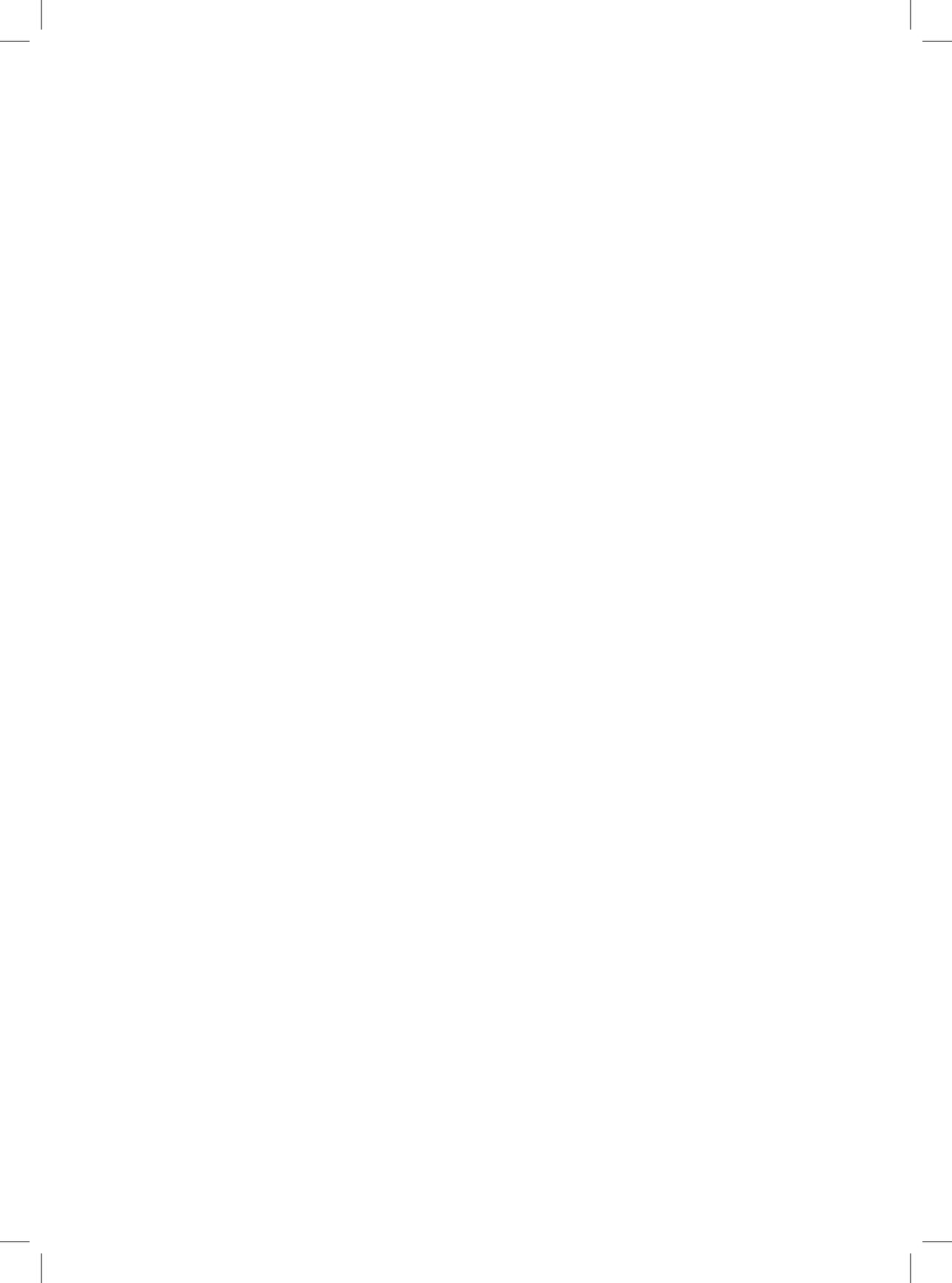
Apresentação

Há 60 anos se iniciava o trabalho de extensão rural em Santa Catarina, o que repercutiria nos anos seguintes junto às famílias da agricultura familiar com tecnologias, inovações, incentivo e valorização de novas lideranças e disseminação de novas formas de produção, levando o estado catarinense a se destacar no cenário nacional como o quinto produtor de alimentos do Brasil, embora com apenas 1,13% do território nacional.

É com muita alegria que apresentamos à sociedade catarinense, como parte das comemorações desses 60 anos de extensionismo, a obra *Fragmentos da extensão rural e pesqueira em Santa Catarina*. Composta de narrativas de personagens que representam parte da memória extensionista catarinense ao longo do tempo, a publicação é uma coletânea de lembranças de quem fez e faz parte dessa trajetória.

No decorrer destas páginas, é possível fazer um retorno ao passado, aliado a uma junção com a atualidade, lembrando quem foram e quem são as pessoas que compõem a Epagri. Os indícios de como tudo começou revelam erros, acertos, experiências e trajetórias pessoais que se mesclam à trajetória ampla da extensão rural e pesqueira em Santa Catarina.

A Diretoria Executiva



Introdução

Gilbert Durand, professor e discípulo de Gaston Bachelard, em *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*, afirma que a memória é o poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido. No caso deste livro, um tempo que diz respeito ao vivenciado nos meandros do extensionismo rural e pesqueiro catarinense. *Fragmentos da extensão rural e pesqueira em Santa Catarina* nasce, portanto, do desejo de deixar registrada uma composição feita de narrativas de algumas pessoas que fizeram parte desta trajetória, haja vista ser impossível compor uma obra com relatos de todos que já passaram ou que ainda estão na extensão catarinense.

A opção foi convidar algumas pessoas para que compusessem, elas próprias, sua narrativa a partir de lembranças instigadas pela experiência junto à extensão rural e pesqueira, seja a do extensionista que seguiu para outros caminhos ou daquele que, em dado momento, se sentiu inspirado a entrar nesse percurso. Dessa forma, cada narrativa é autoral e traz opiniões pessoais com as quais, não necessariamente concordamos, mas respeitamos, e experiências intransferíveis, posto que vivenciadas de forma especial e única. Suas narrativas têm, portanto, como fio condutor a experiência influenciada, de alguma forma, pela extensão rural e pesqueira, remetendo ao filósofo alemão Walter Benjamin, que em sua obra *O Narrador*, assinala que os narradores apresentam todo o relato como produto de experiências próprias.

O livro é composto por quatro capítulos, com o propósito de guiar o leitor em um percurso que conta detalhes, relembra inícios, fala de emoção ou de um episódio particular especialmente pinçado da memória.

O primeiro capítulo, *Como tudo começou: a extensão rural e pesqueira em Santa Catarina*, traz narrativas alusivas aos primeiros passos do projeto extensionista catarinense, com relatos do criador da extensão rural em Santa Catarina, Glauco Olinger, sobre aspectos curiosos da implantação da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina; apresenta a Acarpesc e o caminho das águas, contextualizando a criação e o desenvolvimento da extensão pesqueira, narrada por um de seus diretores, Dorvalino Furtado Filho; e, por fim, descreve a Epagri, instituição que, a partir de 1991, aglutinou as diferentes or-

ganizações que conduziam até então a extensão rural e pesqueira e a pesquisa agropecuária no Estado de Santa Catarina.

O segundo capítulo, *O extensionista que virou...*, dá espaço para que algumas pessoas narrem como suas trajetórias seguiram outros caminhos a partir da ação extensionista. A partir, portanto, da influência, das contribuições e dos fundamentos aprendidos enquanto se dedicavam e atuavam na extensão rural. Assim, há exemplos de quem virou secretário ou secretária da agricultura, deputado, prefeito municipal ou vice-prefeita, vereador, pesquisador ou pesquisadora, professora universitária, empresário, entre outros.

O terceiro capítulo, *O sonho de ser extensionista*, é dedicado àqueles/as que se sentiram inspirados por outros extensionistas para, literalmente, virar extensionista, o ser extensionista. São filhos ou filhas de agricultores, jovens 4-S, auxiliares administrativos e filhos de extensionistas que nos trazem narrativas instigantes para refletirmos sobre o quanto e o como influenciámos ou marcamos a vida das pessoas, muitas vezes sem nos dar conta de fatos ou atitudes que marcam tais vidas para sempre. As lembranças não deixam dúvidas sobre essa influência, pois as memórias lembram datas e nomes de extensionistas inspiradores para pessoas que depois vieram, elas próprias, fazer parte do quadro de extensionistas e da trajetória da Epagri.

No quarto capítulo são relatadas algumas ações específicas que abordam a influência da extensão rural em programas governamentais voltados ao desenvolvimento rural, o trabalho com a educação ambiental e as populações indígenas. Além disso, o capítulo aborda uma questão considerada tabu nos primórdios, ou talvez nem tanto, na extensão rural: o casamento das extensionistas.

São distintos pontos de vista de diferentes personagens da extensão rural. Algumas pessoas foram convidadas, mas não tinham, naquele momento, tempo ou vontade de parar um pouco para compor uma narrativa, preferindo deixar para outra oportunidade, pois era necessário agilizar os encaminhamentos para produzir uma obra como esta no tempo que se dispunha. Muitas são as pessoas envolvidas: os organizadores, os revisores, a equipe de finalização e impressão, a quem somos gratos pela paciência e dedicação primorosa.

Por fim, esperamos que esta obra, feita com carinho e dedicação, com a

participação de pessoas que aceitaram o convite e se prontificaram a escrever alguns fragmentos de suas memórias, seja bem recebida pelo público. Além de rememorar a experiência de épocas vividas, a publicação mostra trajetórias que permanecem atuais e continuam em andamento.

Os autores lembraram momentos, selecionaram fotos, escreveram com cuidado, sabendo que esta é uma forma de deixar aos que estão por vir um pouco sobre os fragmentos de memórias de um trabalho que começou, está em construção e com o qual ainda temos muito a aprender.

Agradecemos a todos/as que aceitaram o convite e puderam se dedicar deixando esta contribuição para a memória da extensão rural e pesqueira em Santa Catarina.

Léo Teobaldo Kroth

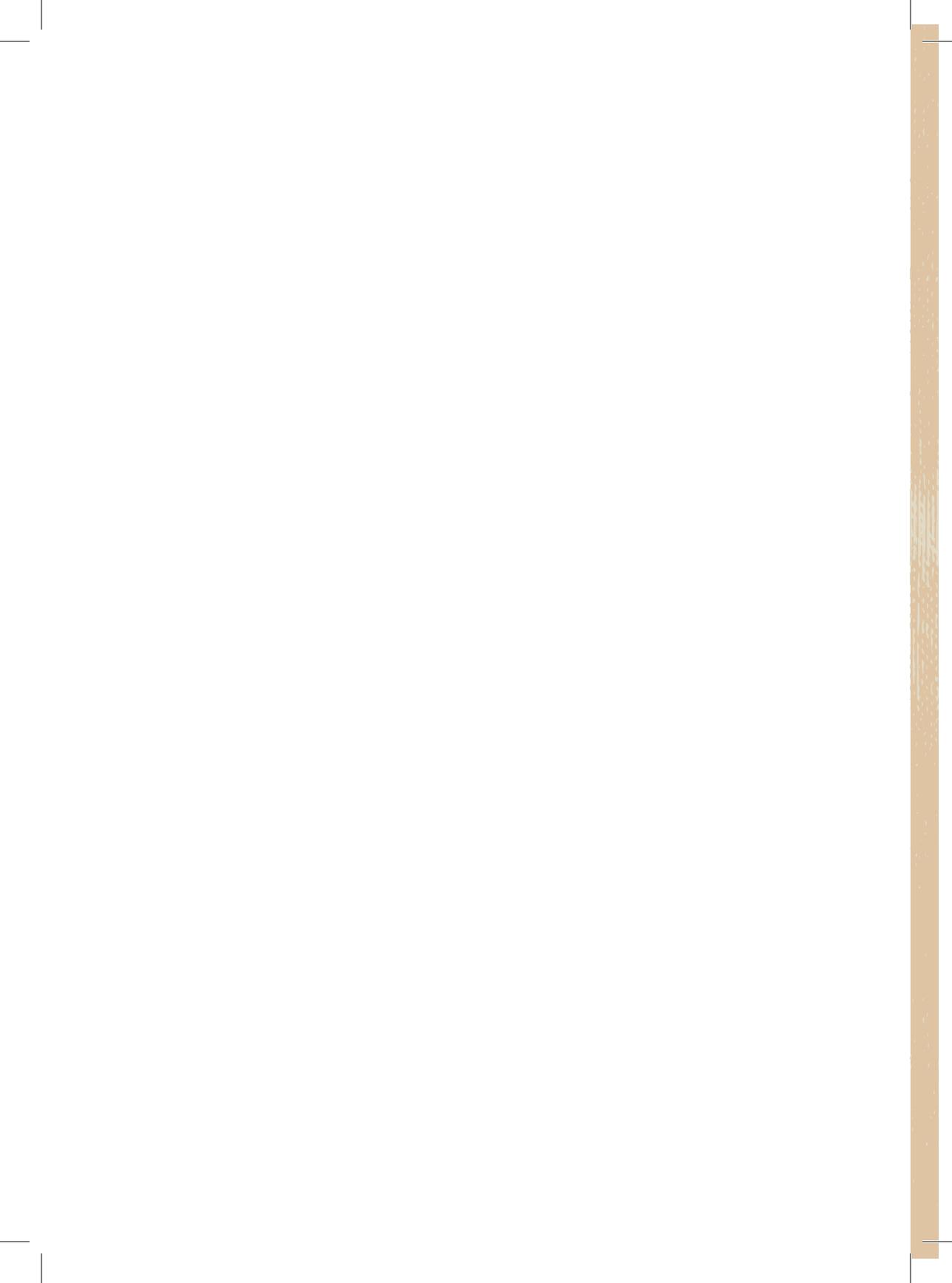
Rose Mary Gerber

(Organizadores)

Sumário

<i>Capítulo I - Como tudo começou: a extensão rural e pesca em Santa Catarina</i>	15
Aspectos da implantação da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina.....	17
Acarpesc: a caminho das águas	31
1991 - A fusão da extensão rural e da pesquisa agropecuária – a criação da Epagri	38
<i>Capítulo II - O/A extensionista que virou...</i>	47
Professor universitário: relações com significados	49
Deputado Estadual: os ensinamentos da extensão rural.....	55
Extensionista em empresa privada: a extensão rural como base	61
Secretário Municipal de Agricultura: equipe integrada	70
Empresário e transformou o sonho em queijo nobre	84
Pesquisador: uma mesma geração - a extensão, a pesquisa e eu	92
Secretário de Estado da Agricultura: de assistido da Acaresc a extensionista.....	119
Presidente de cooperativa agropecuária: uma história para ser contada	139
Vice-prefeita: caminho sem volta.....	148
Presidente de cooperativa de crédito: atitudes bem acaresquianas	158
Deputado federal e a bota de barbicacho	162
Pesquisadora: um pouco da minha história - da extensão rural à pesquisa	167
Professora universitária: a extensão rural foi uma escola.....	191
Prefeito Municipal: o meio rural como prioridade	201
Vereador: a extensão rural como base.....	210
Secretária Municipal de Agricultura: o que você vai fazer na Acaresc?.....	213
Faria tudo de novo – a auxiliar de escritório, vereadora e vice-prefeita	220
<i>Capítulo III - O sonho de ser extensionista</i>	227
Uma vida epagriana	229
Filhos de extensionistas que viraram extensionistas.....	251
Meus pais são meu espelho	253

Os pais de uma extensionista.....	253
Para Deus nada é impossível.....	260
Um dia chegará a decisão	265
Entre o trabalho e a família.....	271
Facetas de um extensionista.....	274
A senhora dona madame extensionista	283
Um pedaço da minha vida.....	296
O jovem 4-S que deu lição em agricultores	308
O aprendizado que levo comigo até hoje.....	328
Novos desafios a cada dia	333
A extensão rural e eu.....	337
<i>Capítulo IV - Aspectos da extensão rural e pesca de Santa Catarina.....</i>	<i>343</i>
Uma relação de confiança.....	345
A extensão rural como propulsora de programas governamentais	349
Uma experiência de trabalho com indígenas.....	365
Ninguém caminha sem aprender a caminhar.....	374
A educação ambiental na extensão rural	383
A conquista do casamento	388
<i>Considerações finais.....</i>	<i>391</i>



Capítulo I

Como tudo começou:
a extensão rural e pesqueira em
Santa Catarina





Aspectos da implantação da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina

Glauco Olinger¹

Em 1948, o engenheiro-agrônomo paulista Marcos Pereira executava, no município de Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo, um projeto de gado leiteiro baseado em financiamento e assistência técnica, patrocinado pela Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), uma instituição filantrópica norte-americana, criada e dirigida por Nelson Rockefeller, então destacado membro daquela família de biliardários. Nelson fora destacado pelo Governo dos Estados Unidos para promover efetivos relacionamentos com países latino-americanos. O crédito acompanhado de assistência técnica realizada com o uso de métodos educativos da extensão rural praticada nos EUA eram um meio, um modo ou um jeito de iniciar tais relacionamentos.

O projeto de gado leiteiro em Santa Rita do Passa Quatro fundava-se no melhoramento da aptidão leiteira das vacas, mediante cruzamento da raça holandesa com zebuínos, principalmente com a raça Gir; melhoramento e manejo das pastagens; produção de silagem à base de milho e sorgo; construção de silos; controle sanitário do rebanho; ordenha higiênica; tratamento do leite para consumo in natura e industrialização.

Tendo em vista o sucesso do projeto, Nelson procurou o governador de São Paulo, Hademar de Barros, propondo expandir a tese do financiamento acompanhado de assistência técnica para as famílias rurais de todo o Estado, nos moldes do *extension service* norte-americano, com apoio técnico e financeiro da AIA (leia-se Nelson Rockefeller). Só que havia uma condição *sine qua non*: o futuro serviço vedava o proselitismo político-partidário, a discriminação racial e a religiosa. Ao que o governador Hademar de Barros recusou,

¹Nascido em Lages/SC em 1922, é engenheiro-agrônomo, administrador e economista rural, com pós-graduação em engenharia rural, extensão rural e ciências rurais. Foi diretor do ETA-Projeto 17 e fundador do Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina. Secretário da Agricultura nos governos Ivo Silveira e Colombo Machado Salles.

informando que, se ele “não pudesse nomear quem ele quisesse, não tinha interesse na cooperação”. Naquele momento, o Estado de São Paulo recusou ser o pioneiro da extensão rural no Brasil.

Com isso, Nelson dirigiu-se ao Governador de Minas Gerais, o grande jurista Milton Campos, e apresentou a mesma proposta recusada por Hademar de Barros. Milton Campos aceitou-a. Assim foi fundada, em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais, com a sigla Acar-MG, uma instituição civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, destinada a promover o desenvolvimento das famílias rurais mineiras, por meio da oferta de financiamento propiciado pela Caixa Econômica Estadual (depois pelo Banco do Brasil), acompanhado de orientação técnica para assegurar a correta aplicação do dinheiro.

Chamava-se tal financiamento de *crédito rural educativo*. Inicialmente denominada de crédito rural supervisionado, a iniciativa proporcionava financiamento simultâneo para a produção agropecuária e para a economia doméstica. Acontecia que esta última atividade, então desenvolvida pelas extensionistas domésticas, facilitava o financiamento para a compra de eletrodomésticos, fogão a gás, móveis e outros itens, aumentando o débito com a agência financeira e, não raro, resultando na inadimplência do tomador do empréstimo. Esse foi o motivo para a mudança do nome e da concessão de empréstimos. Decidiu-se que o crédito seria exclusivo para atividades produtivas que proporcionassem renda suficiente para gastos futuros que, então, contribuiriam para elevar a qualidade de vida das famílias rurais, mediante a aquisição daqueles bens antes não usufruídos.

Chamou-se, então, de *crédito rural orientado* a nova modalidade de financiamento. Pouca gente sabe disso! A AIA contribuía com técnicos especializados na metodologia de extensão, recursos materiais (jipes, aparelhos topográficos, etc.) e recursos financeiros.

A Acar-MG funcionou sete anos sem que o Brasil se desse conta do sucesso que ocorria em Minas Gerais, mas que era observado por Juscelino Kubitschek, político mineiro e futuro presidente do Brasil. Ao assumir a Presidência da República em 1956, uma de suas primeiras medidas foi realizar um acordo com o então presidente dos Estados Unidos da América,

Dwight D. Eisenhower, visando instalar em todo o País um serviço semelhante ao da Acar de Minas Gerais, que nada mais era que a extensão rural, ou seja, assistência técnica, econômica, social e ambiental, acompanhada do suporte financeiro (crédito), como instrumentos para o desenvolvimento rural.

Era, enfim, uma grande mudança nos métodos tradicionais de fomento da produção agrossilvopastoril: abolia-se o paternalismo governamental, que distribuía favores de produção gratuitamente para apaniguados político-partidários, em troca do financiamento acompanhado de orientação técnica, que assegurava a correta aplicação do crédito e dos demais fatores de produção, ou seja, trocava-se o insumo material gratuito pelo insumo intelectual.

Para dar concretude ao acordo, foi instalado, no Rio de Janeiro, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), com dois diretores, um brasileiro e outro americano. Cada projeto do ETA tinha um número. Havia projeto de conservação do solo; projeto de produção de batata certificada; projeto de avicultura confinada; projeto de suinocultura; e, o mais importante de todos, o projeto de extensão rural.

Em 1945 já existia o ETA-Projeto 11, que era a Ascar do Rio Grande do Sul, o ETA-Projeto 15, da Acarpa no Paraná; as Ancares no Nordeste e a pioneira Acar de Minas Gerais.

Na época, era diretor brasileiro do ETA o engenheiro-agrônomo Alberto Ribeiro de Oliveira Motta Filho, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e fundador do Centro de Treinamento de Engenharia Rural (irrigação, mecanização, drenagem e conservação do solo), localizado na Fazenda Ipanema, próximo a Sorocaba, no estado de São Paulo. Ali, nas mesmas instalações, o Dr. Motta Filho, agora diretor do ETA, instalou o curso de especialização em extensão rural.

O diretor do ETA já me conhecia, porque fomos das primeiras turmas a realizar o curso de engenharia rural e, dado a boa classificação obtida, fui convidado para compor o quadro de instrutores do Centro de Treinamento de Ipanema (Cetri).

Em 1955, a Federação das Associações Rurais de Santa Catarina (Faesc), que congregava todos os produtores rurais catarinenses (pequenos, médios e grandes), foi convidada pelo diretor do ETA, Dr. Alberto Ribeiro Motta

Filho, para visitar os serviços de extensão rural norte-americanos. Partiram, de Florianópolis, o médico Clodorico Moreira, então presidente da Faesc, o engenheiro-agrônomo João Demaria Cavallazzi e o advogado Waldir Schmidt, diretor da Faesc.

O Dr. Motta queria instalar o projeto de extensão rural em Santa Catarina. Na época, o ETA tinha por norma e condição obter o apoio da classe formada pelos produtores rurais. No caso, portanto, era necessário o apoio da Faesc e, obviamente, do Governo Estadual. Era Governador do Estado, então, Jorge Lacerda, fruto de acordo político entre o Partido Democrata Cristão e a União Democrática Nacional, sendo seu Secretário da Agricultura o deputado Mario Orestes Bruzza, filho de Capinzal e representante do Meio-Oeste Catarinense.

A missão da Faesc retornou dos Estados Unidos entusiasmada com o que constatou ao entrar em contato com o serviço de extensão rural americano. Principalmente o engenheiro-agrônomo João Demaria Cavallazzi, que havia sido meu companheiro de magistério na Escola Caetano Costa, de Lages, nosso primeiro emprego após graduados em Agronomia, ele em Curitiba, PR e eu em Viçosa, MG.

Feito o relatório da Faesc ao ETA, o Dr. Motta veio ao Estado propor a instalação do ETA-Projeto 17, ou seja, o serviço de extensão rural em Santa Catarina. Ao mesmo tempo, propôs o meu nome, apoiado pela Faesc (eu havia recebido o convite do colega João Demaria Cavallazzi) para assumir o cargo de diretor e implantar o projeto em Santa Catarina.

Eu havia recém-deixado a chefia da Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura e, confesso, desfrutava de grande simpatia da parte do Dr. Motta, o qual dizia me considerar como um filho. Reconheço que sempre tive mais sorte do que mérito.

O governador Lacerda transferiu ao secretário Orestes Bruzza a decisão sobre o acordo a ser firmado entre o Governo do Estado, a Faesc e o ETA para a criação do ETA-Projeto 17 e a nomeação do seu diretor. Em reunião que aconteceu na Secretaria da Agricultura ficou acertado que o Estado escolheria dois candidatos para realizarem o Curso de Extensão Rural na Fazenda Ipanema. Aquele que obtivesse a melhor classificação seria o futuro diretor. Foram convidados os agrônomos Glauco Olinger e Francisco Hoeltgebaum.

Este último preferiu permanecer no Núcleo Tritícola de Curitibanos, onde era o dirigente. O segundo nome sugerido foi o do agrônomo Antônio Franco da Silva, então funcionário da Secretaria da Agricultura.

Fomos para Ipanema. No meio do curso o Dr. Motta já me autorizava a chamar para o curso de pré-serviço a primeira turma de extensionistas rurais (agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas) e extensionistas domésticas rurais, geralmente professoras normalistas. Ao mesmo tempo, a Faesc fornecia os móveis e punha à nossa disposição seu empregado, o economista Nalcir Salomé, primeiro servidor administrativo do ETA-Projeto 17. Foi o primeiro chefe dos serviços administrativos e, mais tarde, o fundador da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc), criada nos moldes da Acaresc, só mudando o nome e o público, que em lugar do agricultor passou a ser o pescador.

Fato curioso foi que, ao copiar os estatutos da Acaresc, a datilógrafa, em dado momento, esqueceu-se de substituir a sigla Acaresc por Acarpesc, equívoco que passou despercebido pela Junta Governativa que aprovou o estatuto, que somente foi corrigido após aprovado em assembleia.

Como o ETA-Projeto 17, criado no dia 29 de fevereiro de 1956, tinha vigência por apenas quatro anos, era preciso criar uma instituição que prosseguisse os serviços de extensão rural implantados. Para tal finalidade, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc) nos moldes da Acar de Minas Gerais. A fundação da Acaresc deu-se no Palácio do Governo (hoje Museu Cruz e Souza), no dia 21 de julho de 1957, com a presença do Governador Jorge Lacerda; João Demaria Cavallazzi e Waldir Schmidt, diretores da Faesc; Clodorico Moreira, presidente da Faesc; Mário Orestes Bruzza, Secretário da Agricultura; Isnar Campelo e Marcos Pereira, dirigentes da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), instituição nacional criada pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, para coordenar a extensão rural no Brasil. A Abcar era também uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito privado. Considerada instituição filantrópica, usufruía da isenção de qualquer tipo de tributação, benefício que era aplicado em todos os serviços de extensão a ela filiados, desde que organizados com base na Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar).



Inauguração de escritório local do ETA-Projeto-17

É interessante verificar que o termo *extensão rural* não aparece no título das instituições vinculadas à Acar incumbidas de executar os serviços de extensão. É que *extensão* não é uma instituição e sim uma metodologia, uma estratégia de ação, entendida como ensino/educação informal, extraescolar ou extracurricular dos cursos formais. A extensão compõe a estrutura das universidades e, no caso da *extensão rural*, foi a metodologia encontrada para o ensino/educação das famílias rurais, realizado diretamente em suas propriedades individuais e comunidades. O modelo de extensão rural adotado e adaptado ao Brasil foi o do *Extension Service* norte-americano. E assim permaneceu até que foi extinta a Abcar e teve início uma profunda modificação no Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibraer), com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

A Abcar, como órgão de coordenação nacional e sucessora do ETA,

tinha como principal incumbência levantar recursos financeiros nacionais e internacionais, destinando-os às organizações filiadas, de acordo com decisão de sua Junta Governativa, da qual faziam parte os doadores de recursos (financeiros, materiais, humanos, etc.), os financiadores (bancos, caixas, etc.) e um representante de cada filiada estadual. A Abcar zelava, ainda, pela uniformidade nos termos e expressões usadas no Sibraer, nos meios e métodos básicos usados pela extensão rural. Influenciava decisivamente na escolha dos dirigentes (secretários executivos) das filiadas para que fosse considerada a competência profissional e relativa aos conhecimentos administrativos, bem como os relacionados à filosofia, princípios e métodos de extensão. Exigia que as filiadas mantivessem os cursos de capacitação inicial (pré-serviço) como condição para o ingresso dos profissionais no serviço de extensão rural, cuidava da atualização de conhecimentos, inclusive dos dirigentes, mediante a realização de seminários, cursos de curta duração, viagens ao exterior para aprendizado de inovações úteis e aplicáveis, ou adaptáveis, ao sistema brasileiro de extensão rural.

A extinção da Abcar, sob o argumento de que era preciso institucionalizar os recursos financeiros destinados à extensão rural, com a criação da Embrater, realmente trouxe farto orçamento para o novo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). Todavia, em lugar de uma Junta Governativa, a Embrater tinha uma poderosa diretoria, composta por um presidente e dois diretores (um técnico e um administrativo), que decidiam o quanto de apoio financeiro e outras ajudas destinariam às suas organizações filiadas. Os estados perderam a força nas decisões da Embrater, e esse foi o primeiro grande erro do novo sistema.

A política partidária começou a influenciar, negativamente, o desempenho das Ematers estaduais. As Ematers substituíram as Acars para se filiar à Embrater e, assim, poder receber os recursos nacionais para sua manutenção. Na época, esforcei-me para que a Embrater contratasse as Acars estaduais para continuarem executando os serviços de extensão, mantendo a prerrogativa das isenções fiscais de que eram detentoras. Fui voto vencido em Brasília, pois era participante na formulação das atribuições da Embrater. Conseguimos, no entanto, manter o sistema Acar no Rio Grande do Sul, em

Santa Catarina e no Paraná, onde permaneceu executando os serviços de extensão rural para a Emater. No caso catarinense, o serviço passou a ser conhecido por Emater-Acaresc até a fusão que deu origem à Epagri em 1991. Assim, a perda das isenções fiscais, que eram prerrogativas da Acaresc, tornou-se inevitável.

Importante frisar que a tal fusão foi empreendida por um grupo de quatro pessoas que não eram da área da extensão rural. Parece que tinham ojeriza até do termo extensão, dado que a nova empresa trazia o título de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia. Quando Mário Cavallazzi assumiu a Secretaria da Agricultura, atendeu nossa sugestão e mudou para Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, vigente até hoje.

Fato curioso, que merece registro, é a confusão que fazem ao querer diferenciar extensão rural de assistência técnica. Quando estávamos debatendo as atribuições da Embrater, o então Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli determinou que a Embrater ficasse responsável pelo credenciamento e pela fiscalização dos escritórios privados que executavam assistência técnica a produtores rurais mediante pagamento dos serviços prestados. Essa era uma atribuição da Embrater que não podia se confundir com sua principal finalidade, que era a prestação de assistência técnica, econômica, social e ambiental gratuita aos pequenos e médios produtores rurais familiares. Daí o nome Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A Epagri, por exemplo, incorre em redundância quando se define como executora de *pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural*, pois não cobra pelos serviços prestados e não credencia nem fiscaliza escritórios privados de assistência técnica. Aqueles que insistem em querer achar diferença entre extensão rural e assistência técnica não sabem do que estão falando, por desconhecerem a história da extensão rural no Brasil.

É bom repetir: a atividade do/a extensionista rural envolve assistência técnica, econômica, social e ambiental, podendo-se incluir a financeira, quando da aplicação do crédito orientado, seja o dinheiro proveniente de bancos e caixas oficiais, de agências de crédito privadas ou de fundos depositados nos serviços de extensão, para o fim específico de financiamento acompanhado da orientação técnica. Como exemplo, cito o Fundo de Cooperativismo, criado no Governo de Ivo Silveira para o financiamento às Cooperativas

Agropecuárias e gerido, na época, pela Acaresc. Esse fundo viabilizou a construção dos primeiros armazéns e equipamentos das cooperativas agropecuárias de Santa Catarina desde a década de 60, quando no Estado só havia meia dúzia de cooperativas por produto, como fumo, madeira, crédito, etc.

A extensão rural pública no Brasil, a exemplo da maioria das instituições públicas, teve seus períodos de ascensão e de decadência relacionados à qualidade dos serviços prestados e com base na opinião dos produtores rurais, seja quando eram consultados diretamente ou por meio de suas organizações associativas – sindicatos, cooperativas e associações de produtores. Entre as causas que contribuíram para a perda da qualidade dos serviços prestados pela atual colcha de retalhos que compõe o cognominado Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, ressalvadas as raríssimas exceções, destacam-se:

1. Ingerência político-partidária na escolha de dirigentes, desde a cúpula centrada nas capitais até os agentes municipais. É o maior de todos os malefícios;
2. Ausência de capacitação inicial (pré-serviço), com a necessária qualidade, principalmente a relacionada à estratégia de ação, filosofia, normas, princípios, meios e metodologia da extensão rural;
3. Falta de correta avaliação de desempenho dos agentes de extensão e dos empregados administrativos;
4. Falta ou incorreta avaliação dos resultados alcançados – a mais importante avaliação. No caso, o erro está na avaliação efetuada pelas próprias instituições, baseada em estatísticas e informações internas. Avaliações de resultados em instituições públicas devem ser efetuadas por instituições contratadas, especializadas no assunto e, sobretudo, isentas de qualquer influência que possa mascarar os verdadeiros resultados. Outro aspecto importante refere-se a quem deve ser ouvido nas avaliações de resultados. No caso da extensão rural devem ser os produtores rurais, os líderes rurais e as instituições públicas e particulares interessadas no desenvolvimento rural;
5. Falta de atualização de conhecimentos, em função dos avanços da ciência e das técnicas de ação. A esse respeito, salvo exceções, há certa fossilização entre os trabalhadores da extensão rural brasileira;
6. Falta de atuação por projeto específico, com o necessário conteúdo, principalmente quanto à clara definição dos objetivos a serem perseguidos;

as metas a serem realizadas e sempre quantificáveis (o que difere dos objetivos); os recursos humanos, financeiros e materiais, por origem (ou fonte); o cronograma de atividades; o executor (ou executores); o sistema de acompanhamento e avaliação dos resultados esperados; e a área de atuação. São condições mínimas para que o projeto possa ser avaliado realisticamente e não de acordo com as conveniências da instituição extensionista;

7. A perda da qualidade dos serviços prestados determinou falta de prestígio junto à classe rural e autoridades constituídas, fato que fez surgir instituições públicas e privadas dispostas a executar serviços paralelos e concorrer pela obtenção de recursos públicos, tais como Senar, Sebrae, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ONGs, etc.

8. Falta de foco e observação do que está acontecendo nos países desenvolvidos.



Capacitação de agricultores nos primórdios da extensão rural em SC

A extensão rural no Brasil somente terá destaque e o necessário apoio institucional no futuro se oferecer aos produtores rurais serviços de qualidade superior aos de seus concorrentes. Para tanto, precisa ter um corpo de especialistas portadores de conhecimentos científicos e técnicos capazes de estar à frente dos demais concorrentes, mediante permanentes e eficazes atualizações de conhecimentos.

Ainda quanto ao foco, é preciso que os agentes de extensão não sejam desviados de suas funções para outras atividades que não sejam as dos projetos em execução, salvo por imperiosa necessidade, a exemplo de desastres climáticos, calamidade pública, etc. Um serviço de extensão rural não é uma agência serviços gerais.

É preciso, também, reconhecermos que até meados do século passado a agropecuária praticada pelos pequenos e médios produtores rurais familiares era rotineira, de baixa produtividade. Basta lembrar que em Santa Catarina, sempre considerado entre os vanguardeiros da produtividade, colhia-se em média:

Cultura	Produtividade – kg/ha	
	Antes – menos de	Agora – mais de
Milho	1.800	6.000
Feijão	900	1.500
Arroz irrigado	2.400	8.000
Cebola	1.200	15.800
Alho	600	7.300
Tomate	16.000	150.000
Trigo	700	2.400
Maça	6.000	30.000
Uva	8.000	20.000

A média de produção de leite por vaca em lactação estava abaixo de 1.000 litros e hoje alcança mais de 2.400 litros; a idade média de abate dos suínos que era de 360 dias foi reduzida para menos de 160 dias, passando de 90kg para mais de 110kg, no mesmo prazo. A conversão alimentar, em suínos, que era de 1:8, ou seja, necessitava-se de 8kg de ração para produzir 1kg de

suíno atualmente passou para menos de 1:2,8; de uma média de 12 leitões produzidos por porca/ano passou-se para 22 leitões/porca/ano.

Os frangos eram abatidos aos seis meses de idade, com um quilo de peso vivo. Atualmente, são abatidos com 45 dias e 3kg, com uma conversão que passou de 1:6 para 1:1,7 quilos de frango vivo produzido por quilo de ração consumida. Obtinham-se de uma galinha caipira solta 35 ovos por ano. Hoje, a galinha confinada produz mais de 365 ovos.

O avanço por unidade de área colhida ou por vaca ordenhada, isto é, na produtividade, fez com que o Brasil e Santa Catarina multiplicassem a produção sem aumento da área cultivada. E ainda é possível aumentar esse ganho mediante a pesquisa e o emprego de melhores métodos de trabalho e produção.

Nos meados do século passado, quando teve início a extensão rural, o agricultor desconhecia o milho híbrido, as rações balanceadas, as raças de suínos tipo carne e de alta conversão alimentar, o correto controle sanitário dos rebanhos, as modernas instalações, a mecanização e automação dos trabalhos, os novos métodos de reprodução, enfim, uma multiplicidade de inovações técnicas que facilitaram as demonstrações de resultados, provando a superioridade das novas técnicas sobre as práticas anteriores. Essas circunstâncias facilitaram o reconhecimento dos serviços de extensão rural como algo positivo, até ela entrar em declínio de qualidade na maioria dos Estados.

Fundamos e implantamos a extensão rural em Santa Catarina e permanecemos na sua direção de 1956 a 1975, tempo em que uma avaliação efetuada por uma agência internacional, contratada pela Abcar, considerou a Acaresc como o melhor Serviço de Extensão Rural da América Latina pela qualidade dos serviços que prestava, já que quantitativamente o maior de todos era a Acar de Minas Gerais.

Após a experiência estadual colhida na Acaresc, exercemos o mais longo mandato como presidente da Embrater (seis anos), colhendo uma experiência nacional e internacional sobre extensão rural que cremos razoável para oferecer sugestões que, possivelmente, venham contribuir para a correção dos erros que têm sido cometidos no País e no Estado (tendo como exemplo os motivos que levaram o governador Wilson Kleinübing a efetuar a fusão que deu origem à Epagri, e não a fusão propriamente dita) a respeito da extensão rural.

Fomos um dos fundadores da Abcar e nela permanecemos como mem-

bro titular ativo, sem ter faltado a uma reunião sequer, desde sua fundação, em 1956, até sua extinção em 1975. Vale lembrar que a Junta Governativa nos designou para acompanhar o então presidente, deputado José Saramago, para reivindicar junto ao Ministro da Agricultura, José Leal de Moura Cavalcanti, a manutenção de Aloísio Campelo na direção da Abcar, dado seu bom desempenho. A missão, porém, fracassou com a negativa do ministro, que era de família política pernambucana contrária à família de Aloísio. A ideia prevalente era manter a Abcar como contratada pela Embrater para continuar coordenando a extensão rural no Brasil.

Além da questão financeira, a política partidária também teve influência na extinção da Embrater, executada por Fernando Collor, presidente da República cassado por corrupção.

Somos, portanto, testemunha viva da história da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina. Infelizmente, temos lido mais inverdades sobre esse tema do que a realidade, geralmente de autores que não viveram ou não participaram da execução de serviços de extensão rural ou que, por motivos exclusivamente ideológicos, contrários ao regime político norte-americano, rechaçaram e rechaçam o modelo de extensão rural adotado naquele país e adaptado por nós nos primórdios de sua implantação no Brasil.



Glauco Olinger é homenageado pela Assembleia Legislativa de SC

Nota

O autor dessas anotações é, talvez, o único extensionista rural vivo, aos 93 anos, com os neurônios e a memória em razoável estado de funcionamento.

Como obtive a graduação em Agronomia em Viçosa, MG, em 1946, pude acompanhar o nascimento e o crescimento da extensão rural no Brasil, desde 1948, em Santa Rita do Passa Quatro, por ser colega e amigo de Marcos Pereira, depois de Geraldo Machado, Arnaldo Gazinelli (este meu colega de turma), os principais implantadores da Acar, bem como de Euclides e dos americanos Santiago Apodaca e Walter Crawford, os fundadores da Acar, MG, em 1948.

Acarpesc: a caminho das águas

Dorvalino Furtado Filho²

A Empasc³, a Acaresc⁴ e a Acarpesc⁵, antes de serem incorporadas, dando origem à Epagri⁶, em 1991, exerciam atividades ou funções definidas e visceralmente diferentes, mas dentro da mesma porteira neste nosso Estado de Santa Catarina.

Christóvão Andrade Franco, Secretário Executivo Adjunto da Acaresc nos períodos de 1956/75 e 1979/83, um dos pilares de sustentação e criação do sistema de extensão rural em Santa Catarina, inspirado por Glauco Olinger, disse que “em síntese, pode-se afirmar que essas instituições foram exitosas em suas atividades. E em várias oportunidades e em determinados aspectos considerados modelares. Pelo menos cada uma recebeu um galardão de eficiência”.

Com o apoio da Acaresc e da Sudepe⁷, o serviço de extensão pesqueira surgiu no final dos anos 1960 em Santa Catarina.

José Ubirajara Timm, um dos apoiadores essenciais da criação da Acarpesc, lembrou que a criação da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina, no final da década de 1960, concretizou o movimento iniciado cerca de 10 anos antes, com a inclusão da extensão pesqueira, em Santa Catarina, no projeto-piloto do Programa de Desenvolvimento da Pesca Nacional, aprovado pelo Ministério da Agricultura e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), sob a coordenação do Dr. Timm.

José Ubirajara recordou, também, que esse plano-piloto foi praticamente inviabilizado pela “intromissão da política partidária então dominante em Santa Catarina, mas ficou a semente da extensão pesqueira que viria a frutifi-

²Médico-veterinário, foi Secretário Executivo da Acarpesc de 1988 a 1990, gerente de comunicação e marketing (GMC) e Ouvidor da Epagri. Desligou-se da Empresa em 2015.

³Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária

⁴Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

⁵Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina

⁶Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

⁷Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, vinculada entre os anos 60 e 90 ao Ministério da Agricultura

car 10 anos após”.

Assim, segundo este contexto, a história nos apresenta, com testemunho de Timm, que a Acarpesc não surgiu numa conjuntura nacional propícia à extensão pesqueira ou mesmo ao pescador artesanal – inicialmente o maior beneficiário desse novo sistema de assistência técnica e de crédito para a área pesqueira.

Presidente que reergueu e manteve a saudosa Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), José Ubirajara Timm, com sua equipe, vivia, à época, a euforia dos incentivos fiscais voltados para os grandes projetos, distantes dos pequenos armadores e, mais ainda, dos pescadores.

Assim, Timm e sua equipe foram vítimas de incompreensões e entraves, que os obrigaram a buscar socorro nos recursos do Fundo do Trigo, onde tudo era gerenciado pelo Ministério da Agricultura. Esse fundo, ou essas artimanhas, no bom sentido, garantiram a Timm a possibilidade de apoiar integralmente a manutenção inicial da Acarpesc, inclusive a aquisição dos primeiros veículos para o trabalho dos extensionistas.

Nalcir Salomé Vieira (*in memoriam*) foi, nessa época, com apoio forte da então Acaresc, que era comandada pelo Dr. Glauco Olinger, o responsável maior pelo êxito dos primeiros anos da Acarpesc.

O encontro das águas

A Acarpesc foi fundada em 6 de janeiro de 1968 e no ano seguinte começou a funcionar com três escritórios locais, com coordenadores.

Em 1970, de três pulou para 11 escritórios locais, iniciando a implantação dos escritórios regionais. De 1971 em diante, com a contratação de novos extensionistas sociais e técnicos integrando as atividades, a organização consolidou-se plenamente.

Santa Catarina tem 531 quilômetros de costa atlântica. Ao longo desse litoral havia em torno de 27 municípios, com uma população de mais de 25 mil pescadores que dependiam exclusivamente da pesca artesanal. Com a criação em 1962 da Sudepe, a pesca no Brasil enfim obteve respaldo e aproveitou-se de incentivos fiscais para a área desde 1967.

A pesca artesanal em Santa Catarina vinha sendo relegada a um segun-

do plano por parte do Governo Federal, mesmo considerando os números significativos oferecidos pelo setor para a economia. Só para se ter uma ideia a respeito, segundo dados estatísticos da época, o volume da produção desembarcado no Estado atingiu, em 1967, 42,03% e, em 1978, 38,81% da produção brasileira.



Pesca artesanal em Santa Catarina

Assim, por influir diretamente na economia catarinense, o Governo Estadual, em 1968, reuniu os principais agentes de desenvolvimento rural da época e criou a Acarpesc, cujos projetos implementados estariam ligados à(o):

- proteção às fases jovens de peixes e camarões nas áreas de criadouros naturais;
- piscicultura e carcinocultura;
- organização do produtor e da produção;
- associativismo;
- previdência social;
- beneficiamento e industrialização do pescado;
- educação alimentar;
- educação sanitária;
- organização e desenvolvimento de comunidades de pesca;
- crédito educativo.

Os fazendeiros da água doce e do mar

Com o objetivo de garantir o povoamento de açudes, a Acarpesc desenvolveu, de 1985 até 1987, a técnica de produção de alevinos na propriedade rural. Só em 1987, o programa produziu em torno de 2,7 milhões de alevinos.

Fomentar a piscicultura em águas interiores também foi tarefa da Acarpesc.

Por meio da Estação de Piscicultura de Camboriú, em 1987 foram produzidos e distribuídos às pequenas propriedades rurais mais de 490 mil alevinos e 5,5 milhões de pós-larvas.

A incorporação da Acarpesc em 1991 pela Acaresc, no contexto de uma reforma administrativa do governo estadual, ainda é inexplicável. Durante a implantação de um plano de trabalho para o futuro, a instituição buscava introduzir o ideal da extensão pesqueira em Santa Catarina. A ideia era que a maricultura deveria ir além da pesca artesanal e transformar os pescadores em fazendeiros do mar.

Foram priorizados o marketing pesqueiro, a difusão sociocultural e o resgate da identidade e da dignidade do pescador.



Cultivo de ostras

Projetos consolidados, atividades e parcerias

Durante sua existência, a Acarpesc manteve uma filosofia e uma tradição de trabalho. Atuou, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina (Fepesc), a Secretaria de Estado da Agricultura, entre outras entidades, principalmente em:

- maricultura, hoje líder no Brasil e na América Latina em produção e tecnologia de ponta;
- capacitação da mão de obra pesqueira;
- geração e adaptação de tecnologia de pesca e do pescado;
- organização da produção e da comercialização;
- projetos socioculturais;
- preservação dos recursos naturais;
- administração pesqueira;
- qualificação para o trabalho e oferta de alternativas de produção;
- sanidade aquícola;
- cultivo extensivo de camarões marinhos em ambiente natural por meio de repovoamento;
 - cultivo experimental de ostras;
 - captura de peneídeos para a reprodução artificial e acompanhamento biológico da pesca do arrasto de camarão;
 - racionalização da atividade de pesca do camarão com redes de aviãozinho.

Precisamos do peixe

O mar em Santa Catarina é uma fonte inesgotável de alimentos e já estão disponíveis tecnologias suficientes que possibilitam a produção de mais de duas mil t/ano de ostras cultivadas; a produção de camarões, que já alcança mais de três mil t/ano; e a de mariscos, com oito mil t/ano.

Santa Catarina produz 92% de moluscos (ostras e mariscos) cultivados

no Brasil. Além do trabalho da Epagri/Cedap, o Estado conta com parceiros como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade de Vale do Itajaí (Univale), a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Universidade da Região de Joinville (Univille). Somos o terceiro maior produtor da América Latina.

A piscicultura de água doce em Santa Catarina já produz mais de 40 mil toneladas/ano.



Piscicultura de água doce em Santa Catarina

O estado tem 530km de costa marítima, abrangendo atualmente mais de 32 municípios com 186 comunidades pesqueiras. São mais de 25 mil pescadores que representam em torno de 150 mil dependentes diretos. É impressionante esse potencial e o número de famílias dependentes da pesca.

Nosso litoral é formado por baías e enseadas. Tive oportunidade de estudar em Aomori/Japão (estado irmão de Santa Catarina) e comprovar, por um ano, que, como em Aomori, o estado pode obter melhores resultados na produção de pescado, também, por associativismo (cooperativismo e/ou agropesca familiar). Apoiado pelo Governo do Estado e pelo Ministério da Pesca, o projeto poderá proporcionar melhorias nas condições de vida dos pescadores e de suas famílias.

Com a implantação pelo Governo do Estado de uma política definitiva e forte, sob o teto de uma estrutura administrativa vigorosa para o setor, que

inclua a pesca artesanal, a maricultura, a piscicultura de água doce e ao mesmo tempo valorize a liderança da truticultura na Região Serrana, a atividade tem tudo para se desenvolver. Além do desenvolvimento, o Estado poderá favorecer o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e a renda para a área, evitando o êxodo do pescador e do produtor rural, principalmente da juventude rural e pesqueira.

Fome zero é incentivar maior produção da pesca e aquicultura, apoiando os fazendeiros do mar e da água doce, com a dignidade de uma Secretaria da Pesca em Santa Catarina.

O seu trabalho, os seus projetos, os seus técnicos, a sua história, constituem para a Acarpesc motivo de orgulho.

Ela ainda existe hoje. O texto acima dá uma dimensão dos trabalhos continuados pela Epagri.

1991 - A fusão da extensão rural e da pesquisa agropecuária – a criação da Epagri

Léo Teobaldo Kroth

Contextualização

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) é uma empresa pública estadual, vinculada à Secretaria da Agricultura e da Pesca, criada para planejar, coordenar e executar a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

Origem

A Epagri se originou da unificação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural e pesqueira, efetuada pelo Governo do Estado de Santa Catarina no contexto de uma reforma do serviço público agrícola. Até então, a pesquisa agropecuária no Estado era desenvolvida pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc); os serviços de assistência técnica e extensão rural, pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc/Emater/SC); a assistência técnica e extensão pesqueira, pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc), conforme pode ser observado na página 43, além do serviço de fomento apícola, a cargo do Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc).

O artigo 99 da Lei Estadual no 8.245, de 18 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização da Administração Pública do Estado de Santa Catarina e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo, define alterações em áreas e serviços específicos, como a alienação de ações do Estado de diversas empresas, a transferência de serviços, bens ou equipamentos à iniciativa privada ou aos municípios. Entre essas alterações, destacam-se aquelas relacionadas com os sistemas estaduais de pesquisa agrícola e exten-

são rural, que previam:

- a transferência aos municípios dos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- a fusão ou incorporação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S/A (Empasc) com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Emater/SC), dando origem a uma sociedade de economia mista que, além dos objetivos das empresas fundidas ou incorporadas, executaria a política de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção apícola e pesqueira;
- a extinção do Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina (Iasc);
- a fusão ou incorporação das empresas públicas.

Também, em decorrência das disposições do Art. 99 da Lei no 8.245, foi instituída, pelo Decreto no 1.080, de 20 de novembro de 1991, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. (Epagri), como uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, integrante da Administração Indireta do Estado de Santa Catarina.

No processo de criação da Epagri foram cumpridas diversas fases, que consistiram na incorporação das sociedades civis e das empresas que deram origem à Empresa, cujos Atos Constitutivos são:

I. Ata da Reunião Extraordinária da Junta Governativa da Acarpesc, de 26 de setembro de 1991, que autorizou a incorporação da Acarpesc pela Acaresc;

II. Ata da Reunião Extraordinária da Junta Governativa da Acaresc, igualmente de 26.09.1991, que incorporou a Acarpesc à Acaresc;

III. Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Técnico Administrativo da Emater/SC, realizada em 30.09.1991, que incorporou a Acaresc à Emater/SC;

IV. Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Técnico Administrativo da Emater/SC, realizada em 20.11.1991, que autorizou a incorporação da Emater/SC pela Empasc S.A.;

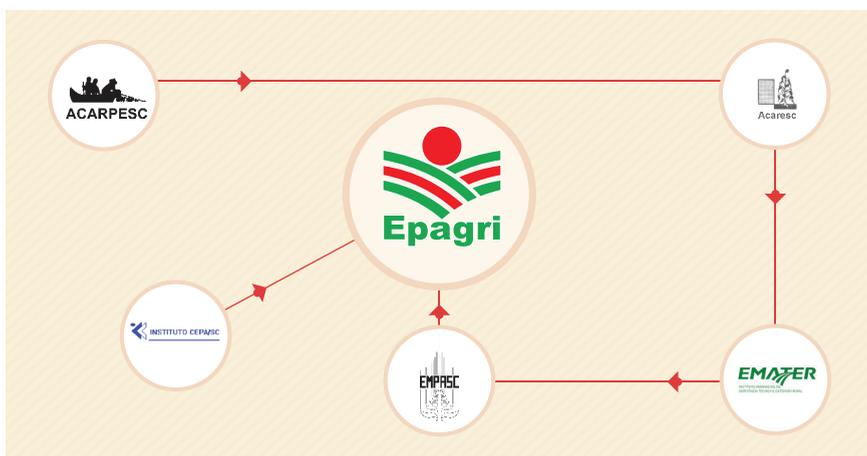
V. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Empasc S.A., realizada em 20.11.1991, que incorporou a Emater/SC à Empasc S.A. e alterou a denominação social para Epagri, autorizando a reformulação do seu Estatuto Social.

Em razão da alteração da natureza jurídica da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc), e pela incorporação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Emater/SC), a Epagri tornou-se a sucessora universal de ambas, permanecendo vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina, sob o regime da Lei no 6.404 de 15 de novembro de 1976 e pelo seu Estatuto Social.

Cabe ainda destacar que, de acordo com as disposições do Art. 99 da Lei no 8.245, a Epagri passou a ter a atribuição de executar as ações relacionadas com o de desenvolvimento e o aperfeiçoamento da produção apícola, sendo transferidos a ela os bens móveis e imóveis do extinto Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina (Iasc).

Por intermédio da Lei no 9.904 de 03 de agosto de 1995, Art. 7º, inciso VIII, a Epagri teve sua denominação alterada para Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A.

Em 22 de junho de 2005, a Epagri incorporou, também, o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa/SC). Na mesma data, a assembleia de acionistas aprovou a transformação da Epagri em empresa pública. Com isso, passou a denominar-se Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.



O processo de criação da Epagri

As instituições de origem

A Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc) foi criada em 21 de junho de 1957. Ela integrava o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e tinha como incumbência a execução da extensão rural no Estado. Em Santa Catarina, tornou-se Emater/SC/Acaresc⁸, ao invés de Emater/SC, dada sua natureza filantrópica, que incluía a obtenção de certos privilégios e isenções. Antes de sua incorporação pela Emater/SC, a Acaresc possuía 1.639 funcionários, distribuídos em dezessete escritórios regionais, 199 escritórios locais e oito centros de treinamento.

A Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc) foi fundada em 6 de janeiro de 1968, vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. A entidade tinha por objetivo executar um programa de assistência técnica, econômica e social destinado aos profissionais da pesca artesanal, buscando elevar a produtividade, melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento das comunidades pesqueiras do Estado. Quando de sua incorporação pela Acaresc, a Acarpesc possuía bases físicas apenas no litoral catarinense – um escritório central, quatro escritórios regionais, escritórios municipais e uma estação de piscicultura, pois a assistência à piscicultura de águas interiores havia sido transferida à Acaresc.

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc), por sua vez, foi instituída em 30 de abril de 1975, por meio da Lei Estadual no 5.089/75. Sua finalidade principal era executar a política de implantação e desenvolvimento do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária (Sepa). Era igualmente vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, constituída sob a forma de sociedade por ações. Seus principais acionistas eram o Governo do Estado, com 60% do capital, e a Embrapa, com 40%. Quando

⁸A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Emater/SC) originou-se por uma exigência do Governo Federal, em consequência da criação da Embrater. A maioria dos estados aderiu ao novo modelo proposto, extinguindo as Acars e criando as Ematers. Em 1997, foi criada a Emater/SC, baseada na Lei no 5.347, com a condição de que a Acaresc não fosse extinta. A Acaresc continuou executando todos os serviços de extensão rural, enquanto a Emater/SC repassava os recursos, tendo ambas as empresas a mesma diretoria. O único funcionário contratado pela Emater/SC era um contador, que assinava os balanços enviados à Embrater, em Brasília.

1991 - A fusão da extensão rural e da pesquisa agropecuária – a criação da Epagri

foi absorvida pela Epagri, em 1991, a Empasc contava com 810 funcionários, entre pesquisadores, técnicos de nível superior e de suporte à pesquisa.

Missão e objetivos

A Epagri tem como missão gerar e difundir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentável do meio rural. Os objetivos visam promover a preservação, a recuperação, a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais, a competitividade da agricultura catarinense e a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro, conforme figura abaixo.



Missão, objetivos e visão da Epagri

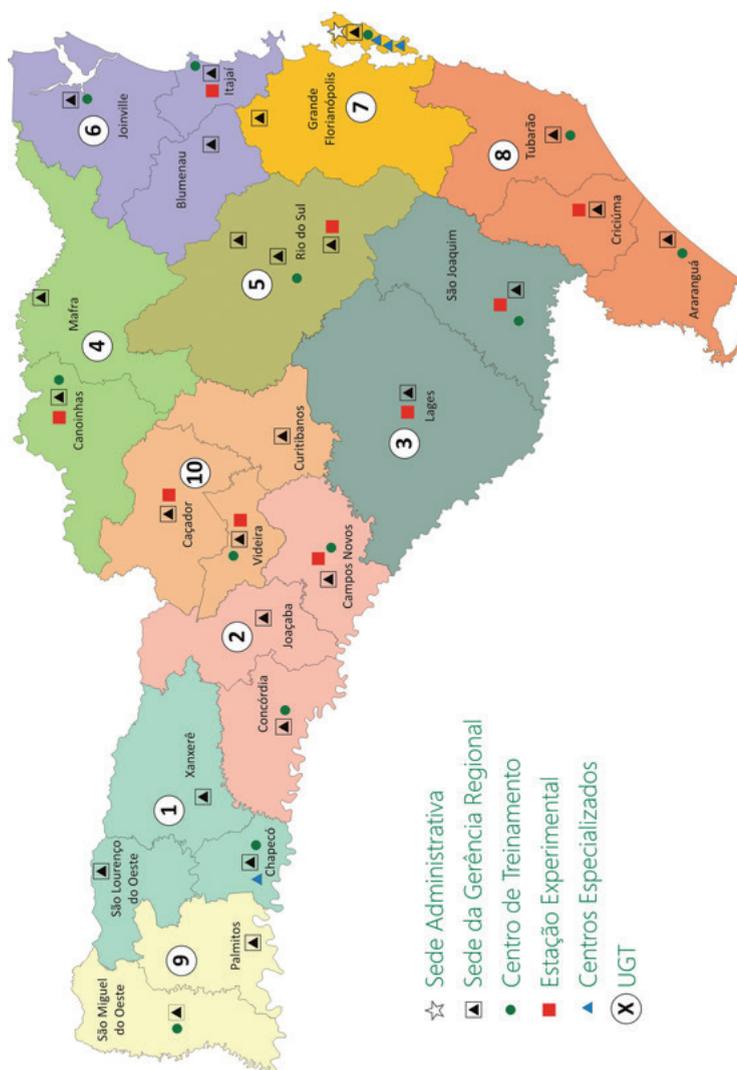
Estrutura organizacional, de planejamento e de gestão

Em seu nível político-estratégico, a estrutura organizacional da Epagri é constituída pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, a diretoria executiva, as gerências estaduais e as assessorias, com sede em Florianópolis, SC. A diretoria executiva é formada pela presidência e quatro diretorias – pesquisa e inovação, extensão rural, administrativa e financeira e de desenvolvimento institucional. Ressalta-se que o diretor de desenvolvimento institucional é eleito pelos empregados, conforme estabelece a lei no 1.178/94. As gerências estaduais são oito, assim distribuídas: pesquisa e inovação, planejamento e articulação institucional, extensão rural e pesqueira, marketing e comunicação, financeira, operacional, gestão de pessoal e informações. A elas compete a formulação de políticas, diretrizes e estratégias, o estabelecimento de prioridades, a gestão econômico-financeira, a coordenação, a avaliação, o suporte institucional e a articulação interinstitucional.

No seu nível tático-operacional a Epagri é dotada de uma estrutura física composta por 23 gerências regionais, 293 escritórios municipais, quatorze unidades de pesquisa, sendo nove estações experimentais, cinco centros especializados e dois campos experimentais. Além disso, nas unidades de pesquisa existe um suporte de 53 laboratórios e três unidades de beneficiamento de sementes. A Empresa dispõe, ainda, de 13 centros de treinamento distribuídos pelo Estado, que visam à formação de técnicos e de agricultores. São unidades didáticas equipadas com salas de aula, refeitórios e alojamentos para promover a formação de produtores e técnicos, principalmente aqueles ligados às atividades agropecuária e pesqueira.

Para apoiar o sistema de planejamento institucional, centrado na demanda e no gerenciamento de projetos, o Estado foi delimitado em dez Unidades de Gestão Técnica (UGT). Esse território constitui-se no espaço de planejamento em que um conjunto de características edafoclimáticas, políticas e divisão de associações de municípios, além de critérios de ordem geográfica, ambiental e socioeconômica, que permitem a reunião de recursos e infraestrutura da Epagri para o desenvolvimento dos projetos selecionados.

1991 - A fusão da extensão rural e da pesquisa agropecuária – a criação da Epagri



Mapa do Estado de Santa Catarina com divisão por Gerências Regionais e Unidades de Gestão Técnica da Epagri e localização das unidades de pesquisa e centros de treinamento.

O planejamento e a programação das ações de pesquisa e extensão ocorrem anualmente, em reuniões com a participação de lideranças, produtores e técnicos. Nelas são apresentados e discutidos resultados obtidos, bem como as diretrizes e propostas que deverão integrar o portfólio de projetos. As prioridades na Empresa são definidas considerando-se a capacidade física e orçamentária de cada unidade e da instituição como um todo. O portfólio da Empresa é constituído de quatro macroprogramas, nove programas, conforme pode ser observado na figura abaixo, com 341 projetos, distribuídos entre pesquisa agropecuária, extensão rural e pesqueira e de gestão e desenvolvimento institucional.



Estrutura de macroprogramas e programas da Epagri

A Epagri contava, em outubro de 2015, com 1.658 empregados, assim distribuídos: 313 agentes de apoio operacional administrativo; 286 agentes de apoio operacional de serviços, 321 agentes técnicos de nível médio e 738

agentes técnicos de nível superior. Os agentes técnicos de nível superior, pesquisadores, extensionistas e analistas, apresentam a seguinte formação: 146 doutores; 117 mestres; 153 especialistas e 322 graduados, nas mais diversas áreas de conhecimento e atuação.

Capítulo II

O/A extensionista que vieron ...





Professor universitário: relações com significados

Luiz Renato D'Agostini⁹

A questão: há muito tempo li, em notas autobiográficas de Albert Einstein, que nossa experiência não é aquilo que se teve oportunidade de ver ou vivenciar, mas aquilo que se passa a pensar e fazer a partir do que se vive. Quando li, pensei ter entendido. Mas talvez eu compreenda um pouco melhor agora, quando reflito mais detidamente sobre o momento vivido em determinado dia de minha curta trajetória na extensão rural. Momento esse de relações com significados que, penso, em muito determinaram a abordagem orientadora de grande parte do pouco que pude fazer e faço em minha atividade profissional na universidade.

Em agosto de 1976, depois do tradicional pré-serviço e de um curso sobre a (pretensa) *capacidade de uso do solo* e sobre práticas de controle da erosão, fui considerado apto a desenvolver minha atividade na Extensão Rural – mais especificamente na Região de Chapecó, trabalhando no Programa Nacional de Conservação do Solo. No dia a dia de trabalho, incomodava-me, em especial, o quão pouco eu era efetivo em fazer com que agricultores combatessem mais efetivamente a erosão e suas graves consequências. Em maioria, os agricultores simplesmente não aplicavam detidamente as *boas práticas* por mim apresentadas como necessárias. Ingênuo, e demais afetado pelo discurso hegemônico daqueles preocupados em salvar o solo, no mais das vezes atribuía aquele relativo insucesso à insuficiência de consciência de agricultores sobre a gravidade da questão da erosão do solo. Todavia, às vezes, e cada vez mais, considerava a possibilidade de que era eu que não estava compreendendo suficientemente a questão... Talvez, por isso, não soubesse desencadear o comportamento desejado nos agricultores.

De fato, compreendi muito tempo depois que era eu que não compreendia a questão. Ainda mais, compreendo melhor hoje, se a questão associada à erosão do solo era muito pouco compreendida entre agricultores, ela

⁹Engenheiro-agrônomo, ingressou na Acaresc em 1976, tendo-se desligado em 1978. Atualmente é Prof. Dr. no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC).

era ainda menos compreendida por mim e, possivelmente um pouco demais compreendida entre aqueles que discursavam sobre a necessidade de combater a erosão, que saberiam como combatê-la, e que recomendavam aos outros que a combatessem. De qualquer forma, à época, concluí que eu precisava saber mais sobre a questão da erosão... Procurei estudar o assunto. Os textos associados à questão que pude acessar invariavelmente tratavam de tragédias de civilizações que no passado não combateram suficientemente a erosão do solo. Na maioria, eram textos que tratavam do processo erosivo em si e de suas quase evidentes consequências. Em seguida, tratavam de medidas que seriam eficazes no combate ao processo erosivo.

Não me ateei sobre o que li em meu esforço em aprender mais sobre erosão. Apontarei aqui tão somente aquilo que é necessário e suficiente para entender quanto teria sido fácil tratar a questão da erosão, como se saber tratar do problema da erosão pudesse ser reduzido a saber combater o processo erosivo. Importa-me mais poder apontar que aprendi a grande diferença entre a complexidade presente no intrincado processo erosivo que desperta interesse acadêmico de humanos e na complexidade em tratar do problema erosão associado à organização social e às diferentes prioridades humanas.

Como processo e como resultado indesejável, erosão hídrica é tão somente desorganização do solo e deslocamento de massa de sólidos pela água da chuva e do escoamento superficial, com graves consequências sobre a fertilidade do solo, a poluição, o assoreamento de rios, lagos e reservatórios. Não importa qual seja a ação que se revele efetiva em combater o processo erosivo. Seu significado físico é um só e sempre o mesmo: impede que a aceleração gravitacional incorpore velocidade demais à água que flui sobre e através do solo. Deslocamento de massa ao longo de uma distância, sob influência do campo gravitacional, caracteriza trabalho mecânico. A realização de trabalho mecânico demanda energia cinética. Energia cinética é energia mecânica associada ao movimento. A energia cinética encerrada em um corpo em movimento é produto da massa desse corpo pelo quadrado da sua velocidade. Logo, para combater o processo erosivo hídrico do solo bastaria impedir que a massa de água fluísse velozmente sobre e através do solo – assim não haveria energia cinética suficiente para realizar o trabalho mecânico.

Momento significante: em algum dia do ano de 1977, dei carona a um colega que precisava visitar uma propriedade situada próxima ao meu caminho. Não lembro bem, mas creio que o colega precisava fazer supervisão de aplicação de crédito, ou avaliação de desempenho na criação de suínos, atividades que, comumente, envolviam detidos diálogos entre o extensionista e o agricultor. Chegando lá, na propriedade, inicialmente não encontramos ninguém em casa. Todavia, vimos, em encosta nem tanto ao longe, uma senhora que, manejando uma curta corda, lentamente guiava, pelo zigue-zague de um caminho já demarcado por muitas passagens anteriores, uma junta de bois que tracionava uma carroça em lento procedimento de descida – trajetória em zigue-zague facilita tracionar a carroça morro acima, controlar a carroça morro abaixo, bem como evita, em parte, a formação de caminho preferencial de águas em escoamento superficial.

Ainda que em zigue-zague, a trajetória efetiva daquela senhora, dos bois e da carroça, claramente levava à casa ao lado da qual estávamos. Então, por educação, ou talvez por pressa, e provavelmente rapidamente demais, nos dirigimos em direção àquela senhora. Dada a diferença de facilidade para deslocar-se, logramos encontrá-la ainda em sua descida. Mesmo porque nos últimos minutos da aproximação, os bois receberam sucessivos e sussurrados comandos para reduzirem o passo, seguidos de um alto e claro comando final: OoooooH! A agricultora cuidou para que o encontro se desse antes de a carroça iniciar uma nova curva do zigue-zague. Claro! Naquela posição é mais fácil para bois e humanos controlarem efeitos da gravidade sobre objetos dotados de rodas e eixos promotores de baixa fricção.

As condições denotavam que aquela jovem senhora agricultora vivia uma condição material bastante modesta. Trabalhava descalça, por exemplo. Talvez também por isso, penso que não passou despercebida pelo meu colega a conveniência de facilitar ao máximo a linguagem a usar. Do contrário seria difícil o estabelecimento de adequada comunicação. Todavia, apesar dos cumprimentos cordiais e das amenidades verbalizadas por parte de meu colega, a tímida e modesta agricultora se revelava claramente desconfortável com o inesperado encontro. Por isso, somente se dispunha a responder tão resumidamente quanto possível. Com certeza também em decorrência

da limitada linguagem mobilizada, a conversa se estendia mais do que qualquer um dos três desejava. Todos se sentiam despendendo tempo demais. Para meu colega, mais tempo do que o tempo comumente necessário para fazer aquilo que então fazia. Para mim porque queria seguir viagem. Para a agricultora porque estava perdendo tempo e sendo impedida de fazer o que tinha projetado fazer: ir para casa.

Mas nem tudo desse tempo todo gasto precisaria ser perdido... Notei isso interpretando movimentos da jovem agricultora. Tanto quanto o comprimento da corda possibilitava, ela se esforçava para alcançar a palha de milho já deitada ao chão. Presa pelo colmo mantido entre os dedos do pé, a palha era então arrastada até um dos sulcos abertos pela carroça em viagens anteriores, e cuidadosamente pisada para os colmos ficarem firmemente presos no sulco. Especialmente relevante: a agricultora fazia esforço para, sem esticar demais a corda e assim induzir os bois a movimentarem-se, poder colocar a palha de milho no sulco já na curva, em descida mais íngreme. Enfim, era ali, no sulco aberto em descida mais íngreme, que a massa de água de escoamento superficial poderia ser mais efetivamente acelerada pela gravidade, ganhar velocidade e assim encerrar energia cinética em quantidade proporcional ao quadrado daquela velocidade.

É improvável que aquela agricultora já tivesse pronunciado, ou mesmo simplesmente ouvido, expressões como energia cinética, aceleração gravitacional, trabalho mecânico ou escoamento superficial. Assim como não teria ouvido sobre atrito entre rodas e eixos. No entanto, sua condição de ser natural, racional, associada ao seu respeito e amor pela terra, tornava-a sabedora do que seria necessário e suficiente fazer para promover o único efeito efetivo no controle da indesejável erosão hídrica: agir de modo a reduzir a possibilidade de elevada velocidade da água, e assim evitar muita energia cinética. Ela entendia (!), fundamentalmente ou não, o que era necessário fazer para controlar o processo erosivo. Mas somente estava combatendo erosão porque dois agrônomos estavam “atrapalhando”, impedindo o exercício de sua prioridade: ir para casa. Procurava, assim, tornar útil o tempo que estava “perdendo”.

A partir do vivenciado, já àquela época, passei a pensar... Será que agricultores entendiam a importância de combater a erosão, saberiam combatê-

-la, mas somente combateriam a erosão quando não tivessem outra atividade prioritária programada? Demorei a compreender... Já na universidade, demorei ainda mais em sistematizar relações que, de alguma forma, pudessem levar a um melhor desempenho humano em combater a erosão.

A prioridade coletiva e a prioridade do indivíduo: aprendi, principalmente lendo André Comte-Sponville¹⁰, que a sociedade é mais produto do interesse do que da razão. Quando é da razão, é de uma razão interessada. Em outras palavras, não somos movidos pelo conhecimento organizado pela razão, quanto o somos pelas prioridades fundadas em interesses. Existem prioridades coletivas, da espécie, e existem prioridades individuais, dos espécimes. A necessidade de conservar o solo do qual todos nós dependemos, de conservar a pureza do ar que todos respiramos e de conservar a água que bebemos são todas prioridades coletivas, da espécie. Que exista uma regra para o trânsito na via pública também seria uma prioridade ou necessidade coletiva, da espécie. Já a decisão de usar o solo segundo conveniências talvez orientadas “demais” pelo mercado, de desfrutar da comodidade no uso de veículos que emitem gases que poluem a atmosfera, de usar substâncias que poluem o solo e a água, são manifestações de prioridades individuais, de espécimes. Todas são prioridades humanamente legítimas ou socialmente legitimadas.

Difícilmente, se não nunca, o indivíduo teria vantagens imediatas ou diretas em exercitar a prioridade coletiva. Todos concordam em manter o ar limpo para todos, mas individualmente quase todos desfrutam da comodidade de veículos que poluem. Todos concordam com a necessidade de se conservar o solo no qual é produzido alimento para todos. Pouquíssimos comensais se percebem corresponsáveis pela inevitável degradação do solo cada vez mais intensamente utilizado. Uma dura realidade: infelizmente para os comprometidos com a espécie, seja para assegurar as prioridades da perene espécie, seja para assegurar as fugazes prioridades dos espécimes, somente existem os efêmeros espécimes (com prioridades!).

Questão na academia: como fazer com que indivíduos possam priorizar fazer aquilo que a coletividade precisa que seja feito, mas que para fazer,

¹⁰André Comte-Sponville (1952), filósofo francês

indivíduos precisam priorizar ações que não seriam sua prioridade? Passei a me dedicar ao desenvolvimento de construções conceituais e metodológicas voltadas a promover a disposição humana em mobilizar conhecimento já existente para diminuir problemas sociais que surgem a partir de processos já suficientemente entendidos. A ideia central dessas construções é distinguir, de maneira justa e objetivamente, quem faz mais e melhor o que todos querem que seja feito. Aqui e agora não importa apontar que construções seriam. Mas são sempre elaboradas com a intenção (e esperança) que a correta e justa distinção – a mais poderosa força que orienta o modo de ser de seres com algum grau de consciência – possa ser instrumento de política pública para induzir comportamento.

A dura constatação: propor instrumentos de orientação humana que reconheçam que a força do interesse sobrepõe o poder do conhecimento parecia-me e ainda me parece ser a melhor opção frente à complexidade da questão. Todavia, tem sido difícil convencer humanos de que o interesse sobrepõe o conhecimento em orientar o humano – especialmente difícil entre humanos demais orientados pela crença no conhecimento técnico e nos títulos acadêmicos – mesmo que muitos não logrem compreender que modestos agricultores já saberiam o suficiente daquilo que em 1977 eu queria a eles ensinar, e que justificou e justifica a titulação de muitos de nós técnicos e acadêmicos.

Deputado Estadual: os ensinamentos da extensão rural

José Milton Scheffer¹¹

A paixão pela agricultura e a política sempre me motivaram. Meu pai José João Scheffer (*in memoriam*) foi proprietário de casa agropecuária e, mais tarde, Prefeito Municipal de Sombrio. A convivência nesses dois segmentos influenciou minha vida, tanto que em 1977 ingressei no Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, de Araquari, concluindo o curso de Técnico em Agropecuária em 1979.

Essa admiração pela agropecuária, somada ao desejo e à vontade de expandir o conhecimento, me levaram a ingressar no Curso de Agronomia no Centro Agroveterinário da Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/Udesc), Lages, graduando-me como engenheiro-agrônomo em julho de 1985.

Em 1986, por meio de concurso público, passei a integrar o quadro de funcionários da Acaresc, atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Nesse período, atuei nos municípios de Praia Grande, Maracajá e Araranguá, onde como extensionista participei efetivamente de atividades de campo, treinamentos, dias de campo, reuniões e demais ações inerentes à extensão rural. Ao mesmo tempo, atuei como professor no Curso de Agronomia na Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus Tubarão.

Entendo que a extensão rural é fundamental para a interiorização do conhecimento agropecuário, social e gerencial. O extensionista é um servidor que faz o contato direto com o agricultor. A profissão me ensinou a enxergar os problemas e buscar os meios para resolvê-los efetivamente.

Em 1982, devido à experiência adquirida, ocupei o cargo de Secretário Municipal de Agricultura de Sombrio. Foi uma época de muito trabalho em

¹¹Engenheiro-agrônomo CAV/Udesc, 1985. Ingressou na Acaresc em 1986. Atuou como extensionista rural em Praia Grande, Araranguá e Maracajá. Foi diretor administrativo e financeiro da Epagri. Prefeito de Sombrio de 2001 a 2008. Deputado Estadual eleito em 2010 e 2014.

parceria com o agricultor, implantando programas como o de incentivo à bovinocultura do leite e à criação de pequenos animais, especialmente aves e coelhos, assim como a criação da Feira Livre Municipal, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a aquisição da Patrulha Agrícola.

Em 1999, assumi a tarefa de ser o Diretor Administrativo e Financeiro da Epagri. Esse foi um dos grandes desafios que enfrentei na carreira profissional, pois o Estado atravessava um período de instabilidade política e administrativa que afetava significativamente os programas e os projetos da Empresa. Mas, felizmente, tínhamos uma dedicada e competente equipe de gerentes e funcionários, capitaneada pelo amigo Dionísio Bressan Lemos e os companheiros de Diretoria, Gilmar Germano Jacobowski e Aínor Francisco Lotério, com os quais conseguimos reorganizar a Epagri, fazendo com que a Empresa voltasse a prestar os grandes serviços que a sociedade dela esperava, tanto na pesquisa agropecuária quanto na extensão rural. Nessa época, implantamos o primeiro Plano de Demissão Voluntária Incentivada, que permitiu à Epagri realizar concurso público após 14 anos, possibilitando a reposição das equipes de extensionistas nos municípios e de pesquisadores nas Estações Experimentais.

No ano de 2000 deixei a Diretoria da Epagri para me candidatar a prefeito da minha terra natal, Sombrio. Tive a honra de ser eleito. Licenciiei-me da Epagri para assumir o cargo de Prefeito de Sombrio, sonho este que tinha desde a adolescência. Com uma administração bem avaliada pela sociedade, nós tínhamos sempre a participação popular nas tomadas de decisões, sendo este um dos marcos da gestão.

O contato diário com a população nos traz uma experiência grandiosa, onde aprendemos que há restrições e limites na busca da solução e que, para almejar o melhor para sociedade, o debate para elencar as prioridades é fundamental. O prefeito administrava os recursos e executa, mas quem realmente indicava onde deveriam ser aplicados os recursos eram as associações comunitárias. E essa forma de administrar a Prefeitura, que em Sombrio teve resultados positivos, foi fruto dos ensinamentos e da minha ação na extensão rural.

A agropecuária sempre teve importância produtiva, econômica e social no município de Sombrio, que tem como principais culturas o fumo,

o arroz irrigado, a mandioca, a banana e o milho, além da pecuária de corte e leite. Por reconhecer e compreender essa importância, as ações de extensão rural sempre foram valorizadas e apoiadas. Em nossa gestão como prefeito, foi realizado o primeiro concurso público para engenheiro-agrônomo, o que possibilitou diversos programas de trabalho, dentre eles o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que resultou na instalação de abatedouros municipais e pequenas indústrias de laticínios. Assim como a parceria com a Epagri e sua equipe municipal foi uma constante, estabelecendo programas de trabalho em apoio ao agricultor e ao desenvolvimento rural do município.

O trabalho realizado no município, além do reconhecimento da população, possibilitou minha reeleição em 2004, com 70% dos votos válidos. A administração e os programas desenvolvidos tiveram o reconhecimento de diversas instituições, como o Sebrae, em 2005 e 2008, com o Prêmio Prefeito Empreendedor; a Fundação Getúlio Vargas, por meio da Experiência Inovadora em Gestão Pública e Cidadania em 2005; a Abrinq, como Prefeito Amigo da Criança, em 2005 e 2006; o e Instituto Ambiental, como Destaque Nacional em Saneamento Ambiental, também em 2008.

Em 2010, fui eleito deputado Estadual com 38.542 votos, distribuídos em 201 municípios catarinenses. Na Assembleia Legislativa presidi a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; fui vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; coordenador da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz; e membro das Frentes Parlamentares da Agricultura Familiar e do Cooperativismo. Também fui indicado para representar a Alesc no Conselheiro Superior da Fapesc.

Em 2014 fui reeleito Deputado Estadual com 49.489 votos, muitos certamente obtidos pelo apoio recebido dos colegas da Epagri e das entidades da categoria, pois essa votação se distribuiu em 214 municípios catarinenses.

Mais do que o voto, o apoio e as palavras de incentivo das entidades representativas das categorias profissionais e dos funcionários e dos colegas da Epagri deram o estímulo e a coragem para seguir o caminho e conquistar o mandato de Deputado Estadual.

A valorização e o fortalecimento da pesquisa agropecuária e da ex-

tensão rural tiveram meu apoio na condução do mandato parlamentar. O Serviço de Extensão Rural, ao longo dos anos, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da agricultura catarinense. Esse serviço proporciona aos agricultores melhorias na sua condição de vida, e o mandato parlamentar tem oportunizado legislar para que toda a cadeia produtiva da agropecuária catarinense tenha o acesso às políticas públicas e às novas tecnologias, que promovem avanços nas atividades das famílias do meio rural.



Lançamento de variedade de arroz na E.E. Itajaí

Seguindo esse foco, as ações foram pautadas na busca por melhores condições para o desenvolvimento dos programas e projetos da Epagri, bem como no apoio para a realização de concurso público para renovação do seu quadro pessoal, entre outras ações para a defesa e o fortalecimento desta importante Empresa que presta um serviço indispensável para a maioria das famílias rurais e pesqueiras do Estado.

O extensionista que virou...



Participação em evento promovido pela Epagri

Ao longo da minha vida profissional e política, valorizei a importância do papel da extensão rural frente às necessidades das famílias rurais e pesqueiras, buscando promover um desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo. Os desafios da extensão rural e pesca precisam considerar a multiplicidade e a diversidade social, econômica, cultural e ambiental do espaço rural. É necessário que os processos de gestão e de decisão das instituições de extensão rural sejam democráticos e que contem com a participação dos funcionários e dos beneficiários. Esse ponto de vista, além do conhecimento técnico, faz com que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais. Foi essa dinâmica, além da capilaridade disseminadora de conhecimentos, que direcionou minha trajetória, beneficiando milhares de famílias, sejam elas rurais e pesqueiras ou urbanas. Por isso, a extensão rural terá sempre todo o meu irrestrito apoio.



Sessão especial na Alesc em homenagem à Epagri

Nesses 60 anos, a Extensão Rural e Pesqueira teve papel primordial no desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado. Graças ao papel determinante de seus pioneiros e à visão política e administrativa dos governantes da época, o Serviço de Extensão Rural foi implantado em Santa Catarina. Neste período, incorporou novos valores e conceitos ao meio rural catarinense, transformando uma agricultura quase que de subsistência, com índices produtivos irrelevantes, em atividade vital para o desempenho do território catarinense, além de criar oportunidades para as pessoas.



Contato com agricultoras participantes de feira

Extensionista em empresa privada: a extensão rural como base

*Naldo Luiz Dalmazo*¹²

Minha história com a Acaresc começa no final de 1980. Eu trabalhava em uma fazenda no Sudoeste do Paraná. Era o meu terceiro emprego numa época que as pessoas em geral faziam longas carreiras. Eu fiz várias trocas de emprego até chegar à Acaresc. Já havia trabalhado em vendas de adubo, depois com venda de defensivos para plantio direto e depois nesta fazenda que pertencia a um dos meus clientes de plantio direto. Por divergências no modelo de condução do negócio resolvi sair depois de três anos. Comuniquei isto ao dono e comecei a pensar no futuro. Eu era casado, tinha um filho, uma mulher grávida de cinco meses e havia pedido demissão sem nenhuma perspectiva de novo emprego, mas com a coragem e arrojo próprio dos jovens. Eu queria fazer uma coisa que gostasse muito, que me identificasse de fato e com estas ideias. Pulei fora da segurança do emprego! Pensei em viver com minhas economias até achar um emprego que me realizasse, que fizesse me sentir mais útil à sociedade com o idealismo próprio da idade.

Um dia liguei para o meu irmão, Selso Vicente Dalmazo, extensionista na Acaresc de Lages. Falei a ele da decisão e comuniquei que estava no mercado. Dias depois o Selso me liga e avisa que haveria um concurso na Acaresc. Fazer extensão como se fazia na Acaresc estava entre as coisas que eu muito queria fazer. Eu havia trabalhado com a difusão do plantio direto para a ICI-Brasil em Guaira, PR. Sempre que precisava fazer uma reunião ou uma excursão, eu ia ao escritório da Emater, no Paraná, pegar umas ideias de metodologia de extensão com o engenheiro-agrônomo Valdecir Finardi, extensionista local. Ele me emprestava os materiais de seu pré-serviço, que me ajudavam barbaridade. Eu me arrependia muito de não ter estudado mais, de não ter prestado mais atenção às aulas de extensão na faculdade.

Me inscrevi no concurso por telefone. Falei com o Elias Iacovski, então

¹²Engenheiro-agrônomo, ingressou na Acaresc em 1980 e se desligou em 1989. Atuou na região de Chapecó, no CPPP e em Urussanga. Em 1989 ingressou na Sadia, onde atuou como extensionista e gestor.

gerente de recursos humanos da Acaresc, que me deu as primeiras informações sobre o concurso. Fui, fiz uma prova, uma entrevista, recebi o resultado da aprovação no dia seguinte e a notícia que teria que assumir em 8/10 dias. Tudo muito rápido. Cancelei férias, levei minha mulher e filho pequeno de volta para Umuarama, PR, onde morávamos, e, no dia marcado, estava entrando no Cetre, em Florianópolis, para o pré-serviço.

Eu sonhava com aquele pré-serviço. Selso sempre me falava do que tinha aprendido ali. E do quanto era útil. Eu sabia que ali aprenderia tudo o que me faltava para ser um bom *extensionista*. *Andragogia*, metodologia para trabalhos grupais, como fazer um bom *fôlder*, escrever em *Flip Chart*, comunicação em extensão, programas de rádio, enfim, tudo o que me faltou quando estive no campo nos anos anteriores e eu ia ao Escritório da Emater, no Paraná para me abastecer. Eu não sei como os meus outros colegas aproveitaram seus cursos de pré-serviço, mas eu sei muito bem o quanto aquilo foi útil, pois já havia sentido na carne a falta que a metodologia correta fazia. Aquilo tudo ia entrando na minha mente e fazia todo o sentido. Adorei aquelas semanas e sou capaz de relembrar de memória algumas aulas práticas, as lições sobre a escrita no *Flip Chart* dadas pelo Osni Pereira, as aulas do Fernando Tadeu Gerlach de Oliveira, com as demonstrações de método (DMs), a teoria e prática das excursões, teorias sobre o aprendizado de adultos, que me valem até hoje.

Entre no grupo de Fontes Alternativas de Energia. Depois do pré-serviço fui para Chapecó, na época sob a gestão do Antônio Mário Scherer. A regional abrangia uns 18 municípios. Em torno de quatro anos orientamos a construção de uns 64 biodigestores em diversos locais, com maior concentração em São Carlos e Palmitos. Eram pequenos, tubulares, estilo indiano com campânula. Propriedades com 4, 5, e até 12 matrizes suínas eram boas candidatas. Canalizávamos os dejetos de suínos e da estrebaria para a caixa de entrada do biodigestor. Para uso do biogás tínhamos um kit de ferramentas e adaptávamos fogões, campânulas de aquecimento, geladeiras, pequenos motores de trilhadeira, etc. Fazíamos cursos rápidos, incluíamos idas a campo, onde mostrávamos biodigestores em construção, depois íamos a propriedades onde o equipamento estava em operação. Demonstrávamos como tudo funcionava e oferecíamos aos participantes chá, café, bolo feito em

fogões adaptados a biogás, trilhávamos milho com o motorzinho adaptado e o efeito demonstrativo era um sucesso. Ao final, tínhamos outros interessados e, assim, construímos a adoção com base em reuniões motivacionais, excursão, fôlderes, etc., tudo seguindo a clássica forma de fazer extensão rural. Um dia o Gilberto Emílio Barella e eu resolvemos fazer um Seminário de Biodigestores. Fizemos tudo conforme a cartilha da extensão. Divulgação em jornais, televisão, rádio, fôlder, etc. Um programa caprichado com palestrantes de renome atraiu a atenção e as confirmações começaram a chegar. E eram muito mais do que havíamos imaginado, até que chegou a confirmação da vinda do vice-governador. Então, fomos pedir apoio ao Scherer. Barella e eu entramos na sala dele e dissemos que o evento tinha ficado grande, muito maior que nossa previsão e pedimos socorro na organização – e orçamento. Além das palestras, houve uma parte prática com almoço e excursão para ver tudo funcionando em uma propriedade em Planalto Alegre. A estrada ainda não era asfaltada e no dia combinado ia uma fila daqueles Opalas pretos oficiais no meio daquela nuvem de poeira em direção a Planalto Alegre. Fora o calor e a poeira, foi um sucesso!

Houve um acidente. Um desses pequenos biodigestores numa propriedade em Caxambu do Sul explodiu. Isso mesmo! Uma explosão feia. O agricultor foi testar a chama na tubulação, para avaliar se estava produzindo gás de forma correta e aquela mistura de gás mais ar causou uma explosão. O agricultor ficou bem machucado, com um corte feio na cabeça, causado por um pedaço de concreto, se bem lembro. Numa época sem telefone celular, fax, nem nada, recebi a notícia pelo Eduardo Barros, um veterinário que trabalhava conosco. Ele estava em Caxambu do Sul, soube, acompanhou o evento e na volta a Chapecó foi direto a minha casa me contar tudo. Ele me disse sem rodeios que um biodigestor havia explodido. Não acreditei, achei que era pegadinha. Ainda me lembro dele sentado na ponta do sofá, tenso e insistindo que *é sério Naldo*, e deu detalhes. Caiu a ficha, fiquei assustado, me mandei ao hospital de Chapecó, pois o produtor havia sido removido para lá. Ficou vários dias internado, mas felizmente se recuperou, ficando apenas com uma bela cicatriz no lado da cabeça. Fui várias vezes visitá-lo e ver os escombros de seu finado biodigestor. Na última vez que fui visitá-lo, tomamos mate na

varanda de sua agradável casa, em direção à Linha Volta Grande. Devia ser primavera, pois lembro que havia um canarinho que fez ninho num vaso e nem dava bola para nós todos conversando e mateando, enquanto ele ia e vinha ao ninho alimentar os filhotes.

Depois, foram outros quatro anos trabalhando no Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades (CPPP). O conceito era que deveríamos ter extensionistas dentro do CPPP para trazer o pensamento do campo para dentro da pesquisa. Osvaldo Carlos Rockenback foi chefe do CPPP e eu fui um dos escolhidos para representar a extensão lá dentro. Mais ou menos ao mesmo tempo foi firmado um convênio entre Acaresc com a GTZ. Com isso, um consultor veio trabalhar na nossa sala e isso me abriu para o mundo. Seu nome era Bill Sorrenson, neozelandês, com sólida formação em administração rural. Aprendi demais com ele e organizamos vários estudos sobre o processo de tomada de decisão dos produtores. Geraram-se naquela fase diversas publicações para a Revista Agropecuária Catarinense, entre outros periódicos.

Um dia fui chamado a Florianópolis e, sem esperar, me foi comunicado que havia sido promovido a supervisor. Eu deveria liderar aquele grupo de quatro extensionistas no CPPP. Na volta, enquanto o ônibus venciam aquela distância, me veio à cabeça a ideia de estudar inglês. Comecei do zero e, como no trabalho tínhamos contato com muitos institutos de pesquisa internacionais, surgiram oportunidades de estudar. Dois anos e pouco depois, lá estava eu em viagem de cinco meses para o International Rice Research Institute (IRRI), na Nova Zelândia. Costumo dizer que não é que eu era o mais preparado, mas na época eu era o único que falava razoavelmente inglês. Aprendi um monte, fiquei longe de casa num período que as cartas levavam 12 dias para chegar. Eu comprava três minutos de ligação e pagava uma grana em dólar para falar a cada 15 dias com a família.

O problema é que durante a minha ausência do país houve uma mudança política, o trabalho e a direção da Acaresc também mudaram. Cheguei ao aeroporto de Florianópolis e liguei para o Joca - João Augusto Vieira de Oliveira, dirigente na época. Anunciei meu retorno. Ele me perguntou onde eu estava. Como respondi que estava no aeroporto, ele me pediu que ficasse em Florianópolis para falar sobre as mudanças. Fiquei e recebi todas as más

notícias. Fim do projeto na Empasc, do convênio com a GTZ, dissolução do grupo que trabalhava no CPPP. Cheguei em casa, de ônibus, cedinho pela manhã. Às 7 horas já havia uns quatro tensos colegas lá para falar do projeto e sobre o que fariam. Lá pelas 8 horas, minha mulher *virou os arreios*. Pediu a compreensão de todos, que, por favor, deixassem a conversa para depois, pois eu chegara após cinco meses fora e nem tínhamos conversado direito.

O Joca definiu que ao menos um dos extensionistas deveria deixar Chapecó. Decidi eu sair. Peguei uma lista de vagas abertas na empresa e escolhi Urussanga. Lá havia uma Estação Experimental da Empasc e queria ficar por perto, convivendo com os pesquisadores. Depois de oito meses no escritório local e de vários seminários expondo as conclusões de trabalhos no CPPP, que eram muito bem recebidos por pesquisadores e extensionistas de muitos locais, surgiu um convite para ingressar na Sadia. E foi inusitado.

Eu estava de férias em Dom Pedrito, RS, e o Alcides de Rosso, Coordenador Regional da Acaresc em Concórdia, também de férias, foi até nossa casa. Ele é meu tio e adorava pescar e ir visitar meus pais, seus padrinhos. Estávamos comendo um churrasco e ele me deu a notícia. *Vais ser convidado pela Sadia para trabalhar lá*, disse-me. Lembro que esnobei a notícia. *Sei lá, não sei se quero*, respondi. Lembro-me da resposta da minha mulher a este foi meu comentário: *Naldo*, disse-me ela, *mas é a Sadia!* Eu fiquei calado e pensei naquele comentário. De onde ela havia tirado aquela conclusão? Que empresa era aquela que eu pouco conhecia e não tinha ideia da dimensão de suas operações e a força de sua marca? Isso me fez pensar, me interessar, ir atrás de conhecimento sobre a empresa. Quando o convite oficial veio, eu aceitei conversar. Depois de quatro rodadas de prosa nos acertamos e comecei na Sadia em 11 de abril de 1989.

Temos 280 técnicos de campo e uns 12 mil integrados, disse-me o Sr. Elvío de Oliveira Flores, Diretor de Agropecuária. *Temos que garantir que esses integrados cresçam e ganhem dinheiro e, para isso, eu preciso de ti para me ajudar a organizar a extensão rural*. Na mesma semana, o Lisberto Albertoni e eu, ambos oriundos da Acaresc, iniciamos na Sadia com o objetivo de tornar a assistência técnica mais eficiente, de acelerar a adoção de inovações e tornar a produção animal intensiva mais eficiente. No início, contratamos várias

turmas de pré-serviço na Acaresc. Usamos muito o Centro de Treinamento da Acaresc, em Marechal Bormann, Chapecó. A empresa contratava o treinamento e o Centro de Treinamento. Valdir Crestani, José Milani Filho e Voltaire Mesquita César cansaram de treinar nossas equipes em turmas e programas inspirados nos mesmos pré-serviços que me moldaram. No Paraná contratávamos as equipes da Emater/PR e os treinamentos, com programas bem similares, eram em Toledo. Trabalhamos juntos por quatro anos. Depois o Lisberto foi trabalhar em Toledo, ainda no agropecuário e eu continuei por mais três anos na área, até mudar para outra.

Mas há um fato ocorrido no segundo ano de nosso trabalho na Sadia que mudou muito a nossa vida e da empresa. Fazia cerca de um ano e meio que estávamos organizando a extensão na Sadia, e pensamos em trazer um consultor externo para avaliar se estávamos no caminho correto. Comunicamos essa ideia ao diretor, que nos ouviu e pediu sugestões de candidatos. Tínhamos na ponta da língua os candidatos. Ele ouviu e com muito humor e firmeza fez um contraponto: *Eu não vou chamar os amigos de vocês! Eles vão concordar com tudo. Eu vou escolher*, completou. Lisberto e eu achamos a ideia legal. Ele foi em frente e dias depois nos chamou: *Já tenho o consultor*, falou, citando o nome de um colega da Universidade da Geórgia, USA, de quem nunca havíamos ouvido falar. Fui à biblioteca e pedi à colega que juntasse tudo sobre o consultor. Dias depois, chega ela com uma senhora pilha de *papers* e revistas com publicações do Fred Benoff, que me atraquei a ler. Quanto mais lia, mais percebia que o cara não falava nada de extensão rural. Ele escrevia sobre *Total Quality Control*. Fui me enfronhando naquele modelo de gestão e atualizando o chefe: *o cara só fala de gestão de empresas. Ele ensina o modelo de gestão dos japoneses*. Quando o Fred chegou, em dezembro de 1990, já tínhamos um grupo estudando o tema. Juntamos ao grupo pessoas da área de RH. Foi naquela semana que tivemos nosso primeiro contato com os princípios da gestão pela qualidade. Estudamos variabilidade, PDCA, padronização de processos na agropecuária. Em abril do ano seguinte ele voltou à Sadia para um curso só para os Diretores e Conselheiros. Em seguida, os primeiros executivos da empresa foram ao Japão aprender e aplicar.

Eu, em 1996, fui promovido a gerente de Qualidade Total, saindo da

agropecuária e da extensão. Também fui ao Japão. Após isso, por um período de oito anos, meu trabalho foi implantar, treinar, formar executivos para atuar segundo o modelo de gestão que começamos a aprender ainda na extensão, lá em 1990, com Fred Benoff.

Comecei a manifestar vontade de ir para a linha de produção, gerenciar uma fábrica. Queria aplicar tudo o que tinha aprendido e ensinava. Em 30 de dezembro de 2003 assumi a gerência do abatedouro de Três Passos, no Rio Grande do Sul. Era um estabelecimento pequeno, onde se abatiam 2.500 suínos por dia, com uma equipe de 13 supervisores e 720 funcionários. Quase toda a produção era exportada para a Rússia. Chegamos a ter a maior produtividade no trabalho e rendimento de abatedouro de toda a empresa. Apliquei tudo o que aprendi em extensão e em Qualidade Total e fui muito feliz naquela fase. Foram quatro anos de grande realização e aplicação do que havia aprendido.

Até hoje acompanho quantos daqueles colegas, que foram meus subordinados e tornaram-se gerentes. Fico feliz em ver um número expressivo deles em posições gerenciais. Sempre gostei de treinar pessoas e fazia questão de treinar no uso do método gerencial pessoalmente, de ensinar a fazer fazendo muito do que aprendi lá atrás como extensionista, o que nunca deixei de ser.

Então surgiu uma transferência, com promoção para gerente regional no Paraná. Lá fui eu para mais uma mudança de cidade, desta vez para Toledo. A coisa tinha crescido e eram agora três fábricas, com mais de 1,2 milhões de frangos abatidos por dia, 6.500 suínos/dia e 30 mil perus em Francisco Beltrão. Gostei demais daquela função, mas gastei muita pestana para manter os indicadores de resultado em bons níveis, num período de falta gigante de mão de obra, com picos de 400 vagas abertas em Toledo, sem candidatos a contratar. O ponto a considerar aqui é o quanto os ensinamentos da extensão foram úteis para o trabalho gerencial, especialmente quando ligados e aplicados junto aos ensinamentos e métodos de gestão pela qualidade.

Durante um ciclo de revisão do planejamento estratégico da empresa, em 2007, fui chamado a participar. Nesse ciclo, observou-se a necessidade de revisitar a agropecuária, repensar seu modelo diante da acelerada inovação da atividade. Meus colegas leitores sabem e vivem essa evolução, vendo agricul-

tores com maior escala, com a transformação de muitas propriedades familiares pequenas em empreendimentos com diversos empregados e adoção de alta tecnologia. O campo estava se transformando rapidamente.

Um grupo, que tinha raízes fortes no campo, foi formado para se dedicar a estudar como seria essa transformação que todos estamos vivendo no campo e na produção intensiva. E adivinhem. No final de 2008, lá fui eu, de volta à agropecuária depois de 12 anos trabalhando em gestão, em fábricas, vendas e serviços. Já com a Sadia e a Perdigão unidas na mesma empresa, sob o nome de BRF.

Tínhamos 27 fábricas, mais de 15 mil produtores integrados e mais de 700 extensionistas no campo, sem contar os supervisores e gerentes. Minha responsabilidade foi unificar a formação de extensionistas, incluir no trabalho regular elementos de administração rural, exatamente como aprendido na nossa velha Acaresc. Incorporamos práticas de reuniões motivacionais, usando análise comparativa, do mesmo jeito que aprendemos com o Élio Holz, e que o Lisberto Albertoni aplicava em Piratuba, SC e depois trouxe para a empresa. Nossos extensionistas, ao entrar, passam por cursos básicos de extensão e aprendem como fazer reuniões motivacionais, reuniões técnicas, como fazer uma excursão de forma correta, como fazer e bem utilizar a análise comparativa, entre outras velhas e novas técnicas de extensão. Ainda ensinamos aprendizagem de adultos, como aprendemos com o Fernando, com o Voltaire, com o Milani, com o Crestani.

O processo de difusão de inovações segue o mesmo fluxo que aprendemos décadas atrás com o *Conhecer, Compreender, Experimentar e Decidir*. Ensinamos nosso time a utilizar as conhecidas técnicas de extensão para acelerar esse processo e, portanto, acelerar a inovação.

Nessa fase de retorno criou-se um jornal para comunicação com os integrados. Como sempre gostei de escrever, deram-me uma coluna permanente. Nela escrevo pequenas crônicas e velhas histórias da infância, com as quais os produtores se identificam. Muitas são reminiscências do período da Acaresc.

Aposentei-me há dois anos. Mas como parar? Fui recontratado pela empresa como o objetivo de manter os processos de extensão em dia, formando novos colegas iniciantes que tinham como desafio modernizá-la. Como se

O extensionista que virou...

dará a evolução da extensão? Como aproveitar toda a tecnologia disponível para acelerar a inovação no campo? Qual o papel da Internet nesta nova fase da agropecuária? Em levantamentos recentes, identificamos que já são mais de 50% dos fornecedores rurais com Internet no campo. Qual o papel dos smartphones, agora tão difundidos nos meios urbano e rural?

Quando a Acaresc reescrever este livro daqui a uns 25 outros anos, espero estar vivo, forte e trabalhando, usando o ferramental de extensão para contar para vocês o que vivi nesta terceira fase: primeiro como extensionista da Acaresc, depois como extensionista e gestor numa empresa privada e agora como consultor privado, mas com a mesma responsabilidade e contando com o impagável conhecimento, métodos e técnicas utilizados na extensão rural apreendidos no início dos anos 80, que ainda hoje utilizo e que, estou certo, não envelhecerão.

Secretário Municipal de Agricultura: equipe integrada

*Ulisses de Arruda Córdova*¹³

Durante a minha vida profissional tive o privilégio de trabalhar durante 15 anos no então distrito¹⁴, que pertencia a São Joaquim, hoje município de Urupema. Com o povo trabalhador e hospitaleiro de Urupema aprendi muito, como reconheço que repassei alguns conhecimentos técnicos, especialmente em pecuária, colaborando principalmente no planejamento do município durante quatro administrações, quando exerci o cargo de Secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

De distrito isolado, distante e desconhecido, Urupema passou a ser um município conhecido pelas ações de planejamento local e pela grande preocupação com a preservação do meio ambiente. Despertou a atenção de muitos outros municípios que frequentemente enviavam gente que vinha conhecer a estratégia e a proposta de desenvolvimento sustentável implantadas. O trabalho também atraiu a atenção do meio acadêmico, servindo de estudos para cursos de pós-graduação e foi finalista do prêmio Gestão Pública e Cidadania em 1999, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, concorrendo com, aproximadamente, 900 iniciativas de todo o Brasil.

O sucesso do trabalho desenvolvido em Urupema deve-se à formação de uma equipe técnica integrada por profissionais da Acaresc (atual Epagri) e da prefeitura municipal, que formaram a base de planejamento do que denominávamos Governo Municipal de Urupema, por entender que governo vai além do termo prefeitura que, quase sempre, somente aplica os recursos que recebe de outras esferas, sem qualquer processo de planejamento. Nos governos de Urupema de que participei, as ações eram planejadas com a sociedade e buscavam-se permanentemente recursos por meio de projetos em diversos

¹³Engenheiro-agrônomo CCA/UFSC 1983, MSc em Agroecossistemas CCA/UFSC 1997. Ingressou na Acaresc em 1985. Atuou como extensionista rural em Siderópolis e Urupema. Foi Secretário Executivo Regional do Programa Microbacias 2. Pesquisador na Estação Experimental de Lages

¹⁴Urupema fazia parte do território de São Joaquim, localizando-se a 60km da sede desse município, sem ligação pavimentada. Também era conhecido como Santana.

órgãos estaduais e federais. Tínhamos uma preocupação constante com ações inovadoras que beneficiassem diretamente a sociedade, mas com um olhar permanentemente voltado ao meio ambiente. É provável que esses focos tenham sido o diferencial de Urupema em relação a outras administrações, uma proposta quase revolucionária para a época, mas implantada com base sólida, participação dos beneficiários, em especial das comunidades rurais, que eram corresponsáveis pelas ações, participando ativamente das decisões.

Ingressei na antiga Acaresc em setembro de 1985. Depois de ter cumprido o longo e necessário pré-serviço, fui exercer a função de extensionista rural em Siderópolis, no Sul do Estado. Permaneci nesse município até outubro de 1987. Siderópolis, um local bom de trabalhar, povo também hospitaleiro, receptivo a novas tecnologias. As principais culturas do município, no entanto, eram banana, fumo e mineração de carvão. Para quem tem pecuária no sangue e é descendente de tropeiros e campeiros há muitas gerações, não era o melhor rincão para exercer a profissão. Mesmo assim, acho que desempenhei minha missão em Siderópolis, coordenando uma equipe bastante sólida de cinco extensionistas, fazendo valer a minha facilidade de formar e liderar equipes. Depois de escrever – e publicar – alguns versos evocando a saudade da querência, surgiu a oportunidade de voltar para a Serra, mais especificamente para a região de São Joaquim.

Quando me apresentei no Escritório Regional de São Joaquim, havia um problema a ser solucionado: o escritório distrital de Urupema estava sem técnico e, devido à distância, era muito difícil ser atendido pela equipe local de São Joaquim, principalmente por que, na verdade, a equipe era constituída somente por um extensionista. A solução foi a mais prática possível: reabrir o escritório de Urupema, onde havia uma grande demanda de trabalho em função da fruticultura.

Assim, cheguei ao distrito de Santana em outubro de 1987. Escritório fechado e produtores ansiosos por atendimento. A principal função era assistir aos fruticultores, principal atividade. Mas logo me deparei com um problema: havia uma lista com cerca de 100 produtores de maçã, já rodada em computador, com algo inusitado: muitos estavam registrados por apelidos. Apelidos, aliás, que alguns detestavam e eu não sabia desse fato. Assim, cometi algumas gafes, involuntariamente, claro. A minha salvação é que sempre levava essa

lista e apresentava para os fruticultores, justificando que aquilo era obra e arte do antigo extensionista, Erosarte Souza Sobrinho, natural de Urupema e que conhecia a maioria por apelidos, independente se gostassem ou não.

Dessa forma, iniciei minhas funções de extensionista com foco em fruticultura e pecuária de corte, sempre com a preocupação de levar novas tecnologias e organizar os produtores visando ao associativismo. Iniciamos com a compra conjunta de insumos diversos.



Pecuária, uma das atividades prioritárias em Urupema

Meses depois chegou uma extensionista da área social, Lena Maria da Rosa. Competente, proativa e com uma visão de desenvolvimento local mui-

to avançada. Formamos uma boa dupla de extensionistas, reconhecidos pelas famílias rurais: eu atuava mais na área técnica e Lena em saneamento básico, onde fez um grande serviço, instalando proteção de fontes¹⁵ em quase todas as propriedades rurais.

Urupema se emancipou em 4 de janeiro de 1988 e a instalação do município ocorreu em 1o de junho de 1989. O primeiro prefeito eleito foi Áureo Ramos de Souza, que, desde o início, se propôs a fazer uma administração inovadora, descentralizada e com participação popular. Com esse propósito, me chamou em seu gabinete e me convidou para organizar a Secretaria da Agricultura. Embora o escritório municipal da Acaresc já tivesse uma equipe com um agrônomo, uma extensionista social e uma auxiliar de escritório, argumentei que a prefeitura municipal precisava ter o seu próprio corpo técnico. No mesmo dia ficou definida a contratação de mais um agrônomo, um médico-veterinário, um técnico agrícola e um auxiliar de campo, com uma única condição: todos deveriam ser naturais de Urupema para aproveitar o conhecimento nativo. Esses profissionais assumiram meses depois.

Com o passar do tempo, a prefeitura contratou mais dois agrônomos e a Epagri¹⁶ colocou à disposição do município mais um agrônomo e uma extensionista social. Assim, a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente (Sama) de Urupema tinha o maior corpo técnico da região de Lages, o qual totalizava 12 profissionais, incluindo auxiliares de escritório, apesar de ser um dos menores municípios em extensão territorial e em população. Essa ampliação da equipe foi necessária porque toda a economia do município vinha da agropecuária e havia sido implantado um plano de desenvolvimento rural com mais de 20 projetos. Era fundamental atender a demanda de trabalho gerada pelos técnicos.

Esse corpo técnico se manteve durante as quatro administrações em que atuei como secretário, nas administrações de Áureo Ramos de Souza (1989-1992 e 1997-2000); Nelton Rogério de Souza (1993-1996), colega extensionista da Epagri; e Renato Pagani de Arruda (2001-2004). Evidentemente houve movimentações, mas quando algum técnico da Epagri ou mesmo da

¹⁵Modelo Caxambu.

¹⁶Empresa que resultou da fusão de várias empresas vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura (Acaresc, Acarpesc, Empasc, Emater).

prefeitura, por algum motivo, deixava a função, era substituído assim que possível, pois nessa época já havia necessidade de concurso público.

Por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Agricultura foi construída uma sede para a Sama, com salas e estrutura para todos os técnicos da Acaresc/Epagri e da Prefeitura Municipal. A integração entre os órgãos era tanta, que muitos produtores não sabiam quem era funcionário municipal ou estadual.

Um fato importante que merece ser mencionado, porque talvez poucas pessoas saibam, é que, além de veículos, a Sama foi equipada com diversos computadores, pois eram muitos projetos a serem acompanhados. Foi aí que surgiu uma importante novidade: percebeu-se que os projetos de crédito elaborados pelos técnicos da Epagri poderiam ser informatizados, já que a elaboração era muito trabalhosa quando feita de forma manual. Assim, o próprio governo municipal contatou um programador para elaborar um software. Desde então os projetos passaram a ser informatizados e elaborados de uma forma bem mais rápida. Certamente, dessa ação, nasceu o embrião do atual Secrédito da Epagri, pois a ideia foi repassada à diretoria da nossa Empresa.

Urupema logo criou uma tradição em planejamento, por algumas razões: a) a visão do primeiro prefeito eleito, que sempre buscava resultado através de administrações participativas; b) a proposta de trabalhar de forma organizada com as comunidades rurais; c) a necessidade de maximizar todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) de um pequeno município; e d) a visão do secretário de que trabalhar por demanda não gera resultados a médio e longo prazo e nem se é reconhecido pela sociedade, pois demanda é obrigação e nós queríamos estabelecer compromisso com os atores urupemenses. Assim, se estabeleceu um sistema de planejamento que abrangia plano, programas e projetos.

O seguinte slogan foi adotado de forma quase permanente: quem planeja tem futuro, que não planeja tem destino. Essa era a essência das administrações. Tínhamos que ter metas, objetivos e foco em tudo que se fazia e, principalmente, ter uma proposta clara do que seria de Urupema numa dimensão temporal no curto e médio prazos. Com esse propósito, durante as quatro administrações foram elaborados quatro planos municipais. Nas duas

primeiras, os planos eram mais voltados ao meio rural. No entanto, na terceira administração percebeu-se que era necessário integrar as secretarias municipais por meio de um único planejamento. Assim, foram criados os planos municipais de desenvolvimento sustentável (1997-2000 e 2001-2004).

O sistema de planejamento pode ser descrito resumidamente da seguinte forma: consulta às comunidades rurais, que apresentavam suas reivindicações; elaboração de um diagnóstico por secretaria; descrição de uma proposta básica de cada área que, posteriormente, era discutida no Fórum Municipal de Desenvolvimento Sustentável¹⁷ (FMDS) e, em alguns casos, submetida a consultores externos (expertises em determinadas áreas). Depois de finalizados, os planos eram submetidos para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, que os aprovava, com efeito de lei. Assim, as ações que constavam no planejamento tinham autorização do legislativo municipal para execução.

Apesar dessas ações do governo municipal estarem um único plano, a ordenação continuou com a Sama, que sempre se constituiu na mais importante secretaria do município, pela vocação agrícola de Urupema e pela experiência em gerir planos, mesmo que agrícolas. Assim, tive o privilégio de coordenar quatro planos de desenvolvimento agrícola ou municipal nesse município.

Uma característica do sistema de planejamento adotado em Urupema era que, apesar de serem de médio prazo (quatro anos), tinha um ajuste na área da agricultura para quatro meses. Ou seja, nesse intervalo de tempo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) se reunia para analisar as ações dos quatro meses anteriores e ajustar as atividades para os quatro seguintes. Nessa ocasião, se analisavam as ações que tinham sido realizadas ou por quais motivos outras não haviam sido efetivadas.

Um instrumento importante de desenvolvimento agropecuário implementado foi o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (Funder). Em determinados períodos, esse fundo chegou a ter quase mil contratos de financiamento para as famílias rurais de Urupema. Para acessar recursos do Funder havia uma condição inegociável: o produtor tinha que participar de uma capacitação na área em que iria receber o financiamento. Assim, se ele iria financiar

¹⁷O FMDS era composto por representantes de produtores e de todas as instituições municipais.

um pomar, tinha que ser capacitado em fruticultura. Outra característica era de que o Funder não liberava recursos na conta do produtor, mas sim insumos ou maquinários. Era uma precaução para que o recurso fosse efetivamente aplicado na finalidade proposta. A dívida sempre era convertida em um produto que tinha o preço mínimo estabelecido pelo governo federal. Assim, o produtor já sabia quantos sacos de milho ou feijão tinha que pagar por ano.



Fruticultores sendo capacitados em fruticultura

Assim que o município foi emancipado, decidiu-se formar patrulhas agrícolas para trabalhar nas comunidades rurais e que todos os serviços prestados seriam administrados pelas famílias rurais. Isso porque a maioria dos produtores não possuía maquinários e era necessário aumentar e diversificar a produção agrícola, tornar as atividades rentáveis e competitivas.

Mas aí surgiu um problema a ser resolvido: que tipo de entidades seriam criadas? Já havia sido tomada a decisão de que a Prefeitura Municipal não iria administrar as patrulhas agrícolas, por diversas razões, como evitar o deslocamento de produtores até a sede para solicitar determinada máquina ou equipamento; retirar o fator político-partidário do processo; repassar às comunidades a missão de manter o maquinário funcionando; o fato de o

O extensionista que virou...

operador ser um funcionário da comunidade e não da prefeitura; a prefeitura não ter que manter funcionários cobrando hora-máquina. Também era necessário encontrar uma entidade que, além da agropecuária, estivesse ligada a outros setores como saúde, educação, cultura e que efetivamente participasse das administrações municipais. Enfim, o objetivo era descentralizar as atividades relativas ao desenvolvimento de Urupema.

Assim, era imperiosa a criação de entidades mais enraizadas no meio rural, que melhor representassem os produtores, sem entraves legais impostos a associações ou cooperativas. Depois de muita discussão com as famílias rurais foi proposto um modelo ainda não existente no interior de outros municípios: os conselhos de desenvolvimento comunitário.



Assembleia de um Conselho de Desenvolvimento Comunitário

Das decisões realizadas em Urupema nas quatro primeiras administrações que participei, é provável que essa tenha sido a mais acertada. Inicialmente, foram criados quatro Conselhos de Desenvolvimento Comunitário (CDCs), nas comunidades de Cedro, Cedrinho, Bossoroça e Sede. Com o passar do tempo, alguns foram desmembrados, criando outros como Marmeleiro, Morro Grande e Rio dos Touros. Os representantes dos CDCs participavam

efetivamente das decisões municipais, pois eram membros dos colegiados locais, especialmente o CMDR.

Depois de juridicamente criados, os maquinários e implementos agrícolas foram repassados aos CDCs por meio de um termo de cessão de uso ou comodato. Ficou estabelecido que os problemas surgidos na utilização da patrulha agrícola teriam que ser resolvidos na comunidade e a Sama, ou mesmo o prefeito municipal, não teriam nenhuma interferência. Assim, os CDCs cobravam o custo da hora-máquina e esse recurso ficava com as entidades comunitárias que, por sua vez, se responsabilizavam pelo conserto de equipamentos, máquinas, etc. Essa proposta descentralizada funcionou tão bem que, com o passar do tempo, os CDCs começaram a adquirir alguns equipamentos necessários. E, se fosse preciso construir uma escola ou posto de saúde nas comunidades, as diretorias dos CDCs eram consultadas.



As patrulhas agrícolas são administradas pelos CDCs

Os CDCs se tornaram entidades tão fortes em Urupema que até hoje estão em pleno funcionamento, com sede própria, no meio rural. Os produtores rurais são sócios de algumas dessas instituições.

O extensionista que virou...

Em função da proposta inovadora de se trabalhar as vertentes do desenvolvimento (econômica, social, ambiental, cultural e espacial) e de forma participativa, em poucos anos surgiram os primeiros resultados. Uma das questões que mais chamou a atenção da mídia e de segmentos da sociedade, como universidades, outros centros de estudos, entidades públicas e privadas, era a atenção ao meio ambiente, algo totalmente inovador na época, a tal ponto que o Rio Caronas, que corta a sede do município, foi povoado com trutas, que permanecem lá até hoje e servem de indicador da qualidade da água. Como uma das principais atividades econômicas de Urupema era a produção de maçã, conhecida pelo uso intensivo de pesticida, foi criado o Projeto Uso Racional de Agrotóxicos, com diversas ações de impacto.



Placa distribuída nas comunidades rurais

Em poucos anos o trabalho desenvolvido em Urupema foi tema de centenas de reportagens de jornal, emissoras de rádio, televisão, livros didáticos e revista de circulação nacional, como Globo Rural e Globo Ecologia. Além disso, turmas de universitários passaram a visitar Urupema com muita frequência, culminando como tema de vários trabalhos de graduação e pós-graduação.

Mas o maior reconhecimento ocorreu quando a estratégia de administração de Urupema foi um dos 20 projetos finalistas do Prêmio Gestão Pública e Cidadania, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação

Ford, considerado o mais importante do Brasil em valorizar iniciativas sub-nacionais que têm por objetivo destacar projetos que possam ser replicados em outras localidades do Brasil. A iniciativa foi inscrita como O Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável em Urupema, e concorreu com aproximadamente 900 outras do Brasil. Após avaliação in loco de especialistas da Fundação Getúlio Vargas, foi selecionado para ser apresentado no Rio de Janeiro, na sede do BNDES.

Outro indicador do trabalho realizado em Urupema foi a intensa procura de outros municípios do Sul do Brasil que tinham interesse em conhecer os projetos e o sistema de planejamento adotados. Lembro que eram tantas as solicitações de visitas que decidimos agrupar em datas únicas os grupos interessados, pois não teríamos como atender todos de forma isolada. Do terceiro Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (1997-2000), foram geradas centenas de cópias, distribuídas a outros municípios e distintas instituições.

Evidentemente que após esse reconhecimento as portas se abriram para Urupema e muitos convênios e recursos passaram a ser destinados ao município, não somente dos governos estadual e federal, mas também da iniciativa privada, afinal tornou-se um bom negócio investir em uma localidade onde o planejamento não destoava da prática, sendo a inovação e a participação popular as molas propulsoras do estilo de governar.

Foram doze anos consecutivos como secretário municipal de agricultura e meio ambiente de Urupema. Na administração do prefeito Nelton Rogério de Souza permaneci somente por dois anos, pois me licenciarei para fazer pós-graduação. Voltei na administração seguinte inteira e permaneci quando Áureo Ramos de Souza assumiu, participando também da primeira e da seguinte, de Renato Pagani de Arruda, por mais dois anos, quando fui convidado¹⁸ a assumir a Secretaria Executiva Regional do Programa Microbacias 2.

Durante esse período segui atuando como técnico, especialmente em pastagens, e exerci várias funções simultâneas na Epagri, como Agente Técnico de Desenvolvimento (ATD), responsável pela extensão rural na Região de Lages e coordenador regional de marketing e comunicação da Epagri, entre outras.

¹⁸ Na verdade convocado, sem opção de recusar.

Como secretário de agricultura de Urupema tive a oportunidade de participar de cursos de aperfeiçoamento na Espanha e em Portugal, com o tema Ruralidade e Desenvolvimento Local. Além disso, representei o município em muitas ocasiões, a maioria como palestrante em eventos sobre o trabalho que coordenava.

Em determinada ocasião, decidimos criar uma instituição que reúne os secretários de agricultura da Amures¹⁹. Assim nasceu o Fórum de Secretários Municipais de Agricultura do Planalto Catarinense (Forsema), ainda em atividade, do qual tive o privilégio de ser um dos primeiros presidentes. Na época, fazíamos reuniões rotativas, em cada município.

Do período que exerci a função de secretário municipal de agricultura e meio ambiente levarei para sempre na minha vida profissional e pessoal alguns ensinamentos. Uma delas é a importância de formar e trabalhar em equipe, valorizar e comprometer aqueles que a compõem, desde os técnicos às auxiliares administrativas; definir atribuições e cobrar resultados; deixar claro que não existe trabalho isolado, a responsabilidade é de todos, sem exceção. Posicionar-se como um executor e ao mesmo tempo um animador de todo o processo, transmitir para a sociedade e, em especial aos beneficiários, que a importância de cada membro da equipe é outro aprendizado.

Uma condição é básica para o sucesso do trabalho em equipe: ações planejadas, com objetivos e metas definidos. Jamais trabalhar somente por demanda. Priorizar ações, ter foco no trabalho, evitar superposição de atividades. Elogiar em público; corrigir, quando necessário, em particular ou discutir abertamente problemas eventuais. Deixar claro a importância de cada um, demonstrar que a unidade é a mola propulsora de um bom trabalho de grupo.

No processo de planejamento há necessidade de se abandonar o trivial, o óbvio, ou seja, evitar sempre implementar o mesmo. É necessário inovar, buscar alternativas, negociar com a sociedade e suas lideranças novos projetos com o intuito de aprimorar o que vem sendo executado. Primar por um processo de aperfeiçoamento, buscar novos horizontes, mas também planejar metas viáveis, que possam ser obtidas para evitar o engavetamento do planejado e não cair no descrédito.

¹⁹Associação dos Municípios da Região Serrana.

Outra atitude importante é buscar parcerias durante o processo de planejamento. Municípios pequenos são carentes em quase todos os tipos de recursos, principalmente humanos, em conhecimento multidisciplinar. Assim, é necessário buscar apoio de outras instituições, principalmente no início do processo de planejamento, visando tornar os atores corresponsáveis e comprometidos com os resultados. Auferir créditos nos bons resultados obtidos e discutir de forma franca e aberta os ajustes necessários ou resultados negativos. É preciso estar consciente de que algumas adversidades sempre vão ocorrer, mas também é necessário saber assimilar e encontrar suas causas e corrigi-las a tempo, replanejar.

Outra decisão importante, desde o início das atividades como secretário municipal de agricultura de Urupema, é que as ações implementadas seriam divulgadas na imprensa e, principalmente, para o público-alvo, no caso, a sociedade local, mesmo que não se contasse com um assessor de imprensa. Era uma forma de valorizar o trabalho de gestão compartilhada e dos próprios profissionais que atuavam na execução. E isso foi realizado de forma intensa, até como uma maneira de despertar a atenção das autoridades eleitas (deputados estaduais e federais, senadores, governador), além de empresas públicas e privadas e, com isso, facilitar parcerias e o acesso a recursos.

Em algumas ocasiões fui convidado a me candidatar a cargos eletivos, porém, por não ter vocação para disputar eleições e não criar indisposição com as forças políticas locais, sempre recusei, pois a minha atuação era técnica e como secretário apartidário, tanto que exerci a função em mandatos de diferentes partidos. Essa foi uma condição que sempre deixei bem claro aos prefeitos com os quais trabalhei: que a secretaria de agricultura e meio ambiente teria que ter autonomia e atender aos produtores, independente de suas filiações ou simpatias partidárias. Claro que esse posicionamento foi questionado algumas vezes pelos partidos que estavam no poder, mas era uma condição que eu fazia questão de deixar claro. Depois de certo tempo essa questão deixou de ser questionada, pois todos perceberam que era uma forma de garantir que não haveria discriminação de forma alguma – até porque o poder é transitório e a oposição poderia virar situação na eleição seguinte. Isso de certa forma explica porque houve um pleito em que um candi-

O extensionista que virou...

dato²⁰ foi escolhido por todos os partidos e não teve adversário. Foi consenso, com apoio da sociedade.

Talvez pelo intenso trabalho executado em Urupema, liderando uma grande equipe de técnicos, depois de ter coordenado quatro planos municipais e sendo natural de Lages, recebi o honroso título de cidadão Urupemense, do qual me orgulho muito. Ostento um quadro em minha residência, demonstrando o quanto foi significativo esse dia para este pesquisador, na época extensionista, também com grande orgulho.

A Urupema e o seu povo trabalhador, empreendedor e hospitaleiro, devo muito como profissional, pois se deixei algum legado, com certeza aprendi bastante durante os 15 anos em que lá trabalhei, inclusive a suportar as baixas temperaturas do município mais frio do Brasil. Claro que, para isso, eram necessárias algumas garrafas de vinho durante os longos invernos, hábito que preservo até hoje, como também mantenho vivas as lembranças de 15 anos de trabalho intenso e desafios permanentes.



Urupema, a cidade mais fria do Brasil, mas de gente hospitaleira e empreendedora, onde por 12 anos exerci a função de Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

Por fim, deixo meu agradecimento ao atual de Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Urupema e sua equipe, Luís Carlos Pagani de Arruda, pela disponibilização de informações e fotos para compor este texto.

²⁰Dr. Nelson Rogério de Souza, prefeito no período 1993-1996.

Empresário e transformou o sonho em queijo nobre

Acari Luiz Menestrina²¹

Sou natural da comunidade de Pomeranos, município de Rio dos Cedros, na região do Médio Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina, cuja colonização foi feita principalmente por descendentes de italianos da Província de Trento. Cursei o ensino fundamental, antigo primário, na Escola Reunida Professor José Brancher, na comunidade de Pomeranos, e o ginásio, atual ensino básico, no Instituto Padre Pastorino, colégio dos Padres Salesianos, na sede do município de Rio dos Cedros.

Como filho de agricultores, produtores de arroz irrigado e gado leiteiro, desde cedo participei das atividades da propriedade, como segurar o rabo da vaca para a nona tirar leite. Porém, não descuidava do ensino, conciliando os estudos com o trabalho na lavoura. Já naquele tempo era auxiliar de vacinador da antiga Cafasc, hoje Cidasc. Além disso, muito me orgulhava em poder auxiliar o engenheiro-agrônomo Arlindo Cervo, extensionista rural da Acaresc, em reuniões e dias de campo que ele realizava na comunidade.

O segundo grau, atual ensino médio, foi realizado no Colégio Agrícola de Camboriú (CAC), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos dias de hoje Campus Camboriú do Instituto Federal Catarinense (IFC), onde me formei como Técnico em Agropecuária no ano de 1975. Nesse período já se manifestava meu interesse pela pecuária, tendo sido classificado em 1º lugar em Zootecnia.

Em 1976 prestei concurso para a Acaresc, tendo sido aprovado. Após ter sido convocado para ingressar na Acaresc, permaneci por um período de seis meses em Florianópolis, no Centro de Treinamento (Cetre), no Bairro Itacorubi, realizando o curso de pré-serviço. Nesse curso, tive a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre liderança, comunicação, estratégia de ação, planejamento, metodologia, entre outros fundamentos imprescindíveis ao desempenho da função de extensionista rural. Ao final do pré-serviço, realizei os estágios de escritório e de campo, como partes do processo de capacitação ini-

²¹Técnico em agropecuária, trabalhou na Acaresc, de 1976 a 1982, como extensionista rural em Guarujá do Sul. Em 2002 fundou a Gran Mestri Alimentos S/A., da qual é presidente.

cial. Durante um período de 40 dias, permaneci no município de Itapiranga, no extremo oeste catarinense, divisa com a Argentina, município de colonização essencialmente alemã. Portanto, muito diferente do ambiente no qual fui criado, tipicamente italiano. No estágio, tive o privilégio de ser orientado pelo extensionista Francisco Marcos Pereira Lucas, que já atuava no município há alguns anos e um entusiasta da extensão rural e da pecuária leiteira.

Após a conclusão do estágio, fui designado para atuar no Escritório Local de São Miguel do Oeste como extensionista rural específico em crédito rural, permanecendo nesta função por 60 dias. As atividades se concentravam na elaboração de projetos para obtenção de financiamentos rurais e a realização de supervisões aos projetos liberados. Em seguida, ainda em 1976, assumi como Extensionista Rural no Escritório Local de Guarujá do Sul, pequeno município do extremo oeste, colonizado a partir da década de 1940 por imigrantes descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul. Na época, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (1970), o município contava com 3.837 habitantes, sendo 685 na área urbana e 3.152 na zona rural. O deslocamento para as comunidades e, ocasionalmente, para outros municípios, especialmente para participar das reuniões de região convocadas pelo Escritório Regional, em São Miguel do Oeste, foi feito inicialmente (quatro anos) com um jeep amarelo, apelidado de polenta, que depois foi substituído por um fusca.



Trocando o jipe pelo fusca (1978)

Chegando a Guarujá do Sul estava determinado e com muita disposição para fazer o melhor que estivesse ao meu alcance. Entrei de corpo e alma, pois havia muito por fazer. As estradas eram poucas e precárias. A maioria das casas era construída com madeira. A energia elétrica era disponibilizada somente até às 22h, além de ser de baixa qualidade, com quedas frequentes no fornecimento. Assistir televisão ou falar ao telefone, nem pensar, pois essas modernidades ainda não haviam chegado àquela longínqua região do Estado.



Aspecto de visita a lavoura de trigo na comunidade de Maidana - Guarujá do Sul (1976)

As autoridades do município eram o prefeito, os vereadores, o padre e o extensionista da Acaresc. Além disso, o extensionista era um dos poucos que dispunha de um veículo para se locomover pelas comunidades. O nível de pobreza, tanto no Extremo Oeste quanto no município, era espantoso, com consequente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, pois os serviços básicos, como postos de saúde, hospitais, saneamento básico, distribuição de água tratada, etc., praticamente inexistiam. As dificuldades eram gigantescas. Quase tudo estava por fazer. E também quase tudo era novidade: calcário,

O extensionista que virou...

adubos químicos, ureia, agrotóxicos, suínos tipo carne, vacas das raças Jersey e Holandesa. E era exatamente isso que me motivava. Era aí que residia a graça.

Eu era incansável. Fazia reuniões à noite e prestava assistência aos agricultores inclusive nos finais de semana, pois não havia opções de lazer. O trabalho, muito prazeroso e receptivo, era considerado um divertimento. Realizei projetos inovadores, até mesmo no contexto regional, entre os quais destaco: orientação para implantação da primeira lavoura irrigada; construção do primeiro biodigestor; instalação do primeiro viveiro de mudas florestais, assistência para construção da primeira pocilga de alvenaria com piso ripado.



Aspectos da regulagem da primeira semeadora- adubadora do município de Guarujá do Sul (1976)

Em oito anos de trabalho, sem dúvida, foi possível realizar grandes transformações. Como extensionista, em um ano conseguia atender 100% das famílias rurais do município, cerca de 540 na época. Isso era possível por meio da prática

dos métodos de extensão rural aprendidos no pré-serviço. Porém, apesar de todos os resultados obtidos, estava inconformado com a região. Um pensamento me inquietava: temos que transformar esta região em uma bacia leiteira para o Brasil. Mas, a respeito disso, era comentário corriqueiro entre as pessoas: o Acari ficou louco. Precisamos produzir leite para vender, pois, como filho de produtor de leite em Rio dos Cedros, isso para mim já era uma prática comum. Na minha concepção não era possível uma região de minifúndios e pequenas propriedades se dedicar apenas à produção de milho, soja, trigo e feijão.



Treinamento em conservação do solo, comunidade de Barro Preto (1978)

Lembro-me bem que tínhamos um espaço na Rádio Integração de São José do Cedro, município vizinho a Guarujá do Sul, onde apresentávamos o programa Gente do Campo. Comecei a falar sobre a ideia do projeto para transformar o município e a região como produtores de leite. Como as famílias dos agricultores não tinham leite nem para a subsistência, eu fui à luta.

Com isso, passamos a colocar em prática as ações prioritárias definidas no projeto para que a atividade leiteira no município pudesse se desenvolver. Entre as principais ações podemos citar a introdução de vacas das raças Holandesa e Jersey, pois até então os bovinos eram mistos; implantação de pastagens de inverno com aveia e azevém; uso de aparelhos eletrificadores

O extensionista que virou...

de cerca, conhecidos como cerca elétrica, para a divisão das pastagens em piquetes, o que na época era desconhecido. Paralelo às ações técnicas, foi realizado um intenso trabalho de divulgação do projeto em toda a região. Com tudo isso, a produção leiteira passou a fazer parte das atividades das propriedades, tornando-se inclusive para muitas a principal geradora de recursos financeiros, tendo em vista que a comercialização do leite se tornou realidade na região.

Além de atuar como extensionista, tive uma ativa participação em outras atividades no município. Uma delas, que fazia parte das nossas metas como extensionista, foi a criação da Comissão de Desenvolvimento Municipal, da qual fui inclusive presidente. Também participei de outras ações comunitárias, como presidente da Comissão Municipal do Mobral, da Comissão Municipal de Esportes, do Lyons Clube, entre outras.



Presidente do Lions Clube de Guarujá do Sul (1979)



Inauguração da escola da comunidade de Boa Vista (1978)

Em 1982, com o coração na mão, me desliguei da Acaresc, deixando a extensão rural pública, para atuar na continuidade do projeto da bacia leiteira. Passei a atuar como diretor de uma empresa que captava leite na região e operava em todo o Oeste Catarinense. Nesse período, realizei mais de mil reuniões nas comunidades, em todos os municípios da região, divulgando e difundindo a produção de leite nos minifúndios.

Em 1990, criei minha própria empresa, a Laticínios Cedrense. A escolha do nome foi uma homenagem a minha origem, Rio dos Cedros e o local de instalação da primeira unidade industrial, São José do Cedro, município vizinho a Guarujá do Sul, no Extremo Oeste Catarinense. A empresa implantou oito unidades industriais, chegando a processar em torno de um milhão de litros de leite por dia, industrializando mais de 80 produtos lácteos. Por tudo isso, a Cedrense se tornou referência no sul do Brasil.

Nesse período, fiz mais de 5 mil quilômetros em voos internacionais, com o objetivo de buscar tecnologia na Oceania, modelo mundial de produção de leite, em toda a Europa e países do Mercosul. Tive a oportunidade de visitar mais de 500 fábricas nesses países, conhecendo sua tecnologia e as

tendências do mercado lácteo para o nosso mercado.

Com esse conhecimento, tomei a decisão de sair de um mercado de commodities e de toneladas, ou seja, de produtos comuns e em grandes quantidades. Isso principalmente pela tendência de concentração do setor de commodities em dois ou três grandes grupos em nível nacional.

Logo após a busca de tecnologias italianas e a aquisição de equipamentos de última geração, tomei a decisão de partir para a fabricação do queijo mais nobre do mundo aqui em Santa Catarina. Assim, fundei a Gran Mestri Alimentos, uma empresa que se tornou referência em queijos duros para a América Latina.

Tenho orgulho de ser um dos principais responsáveis pela implantação da bacia leiteira no Oeste Catarinense, que promoveu uma grande transformação econômica e social na região. Atualmente é a bacia leiteira que mais cresce no Brasil, cerca de 8% a 10% ao ano. Aproximadamente 80% das famílias rurais da região têm a produção de leite como principal fonte geradora de renda na propriedade.

Para mim, a extensão rural foi a base de tudo. Até hoje, nas minhas empresas, aplico os ensinamentos extensionistas. Foi na extensão que aprendi a ter disciplina, comportamento profissional, a usar estratégias de ação, metodologias, comunicação, planejamento diário das atividades, a ser organizado ao extremo. Honra-me ser extensionista rural, pois para minha vida isso se tornou um grande diferencial como empresário.

Pesquisador: uma mesma geração - a extensão, a pesquisa e eu

José Angelo Rebelo²²

Nasci em 1950, em Camboriú; a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), em 1956; e a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), em 1975, ambas em Florianópolis. Somos os três, então, de Santa Catarina e, se quiserem, de uma mesma geração.

As duas empresas tinham tudo a ver com a agropecuária. Eu não. Sou um praieiro camboriuense, filho de um broqueiro, o conhecido quebrador de pedras e das bem duras, o granito. Tão dura quanto aquelas pedras era a profissão de meu pai, que eu praticava nos intervalos escolares e dela queria escapar pela rudeza e porque gostava muito de estudar. Mas que chance teria um menino assim, ainda sendo o mais velho de 12 filhos? Restava-me ser mão de obra preciosa no auxílio ao pai na busca do pão para tantas bocas.

Em 1954 nasce também a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira em uma cidadezinha de 7 mil habitantes, Araquari, SC, que começa a funcionar como educandário em 1959, e forma, até 1963, três turmas de Operários Agrícolas. Nesse ano, a Escola passaria a funcionar como Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, quando fui disputar minha vaga, em provas que duraram três dias, concorrendo por uma entre as 15 pleiteadas por 165 candidatos. Fui aprovado. Agora começaria a ter tudo a ver com a agropecuária.

Em dezembro de 1966 obtive meu diploma de Mestre Agrícola por esse internato maravilhoso. Ali a educação escolar vinculava-se ao mundo do trabalho e à prática social. Sua finalidade era o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, havia disponibilidade de áreas e animais para o exercício de aulas práticas de vital importância no aprendizado agrícola.

²² Ingressou na Acaresc em 1972 como técnico agrícola. Possui graduação em Agronomia pela UFSC (1980), mestrado em Fitotecnia pela UFRGS (1989) e doutorado em Fitotecnia pela UFRGS (2003). Como extensionista rural atuou em diversos municípios, especialmente nas regiões de Curitiba e Florianópolis. Foi pesquisador no CPPP, atual Cepaf, e na Estação Experimental de Itajaí. Desligou-se da Epagri em 2015.

Havia, também, um Grêmio Esportivo atuante e equipado com uma excelente biblioteca, onde li todos os clássicos juvenis e outros que me foram de grande valia cultural. Cabe destacar, ainda, o excelente corpo discente que orientava a formação dos alunos. Entre os professores, merecem destaque os inesquecíveis Laércio Antônio Brunato, de Português; Nicola Batista, de Matemática; Honório Saldo, de História Geral e Francês; Arthur Büchelle, de Agricultura Geral e Inglês; além do Diretor Dalton Heros Malucelli, que lecionava Zootecnia, entre outros mestres de saudosa memória.

Houve, também, outro nascimento maravilhoso de grande importância na minha vida pessoal e profissional. Eu não tinha nem dois anos quando foi criada a Escola de Iniciação Agrícola de Camboriú, em 8 de abril de 1953, a guisa de presente de aniversário ao município pelos seus 69 anos completados há três dias. Em 1962 iniciaram-se as atividades pedagógicas dessa escola, quando a instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura que, em 1968, ficou sob a tutela do Governo Federal por meio da Universidade Federal de Santa Catarina.

Foi assim que, ao me formar em Araquari, pude optar por esse colégio para adquirir o título de técnico agrícola de nível médio. Para ingressar, tive que disputar uma vaga das 60 concorridas por 300 candidatas. Fui aprovado e lembro que o tema para a análise sintática da prova de português era: *Quando em casa não há pão, todos choram e nenhum tem razão*. E o sujeito da frase era **todos**, menos eu que, como já disse, trabalhava com meu pai nas folgas escolares na busca do pão de cada dia. Nesses educandários agrícolas, de rígida disciplina, pude comprovar a afirmação de Carlos Augusto Taunay posta em seu **Manual do Agricultor Brasileiro**, de 1829:

Semelhante educação que combina os trabalhos práticos com os estudos teóricos dotará, sem dúvida, o Brasil de cidadãos igualmente bem dispostos ao físico e ao moral, aptos não só para dirigirem com perfeição qualquer estabelecimento de agricultura, mas também de ocuparem com honra e sabedoria qualquer cargo eletivo de um estado constitucional, assim como de servirem na guarda nacional com garbo e destreza que a parte militar de sua educação terá neles infundido desde a sua meninice, podendo-se afirmar que o resto da

população ganharia muito com as luzes e princípios que nela divulgariam, de forma que um tal estabelecimento, organizado e frequentado convenientemente, bastaria de per si para mudar a face da indústria agrícola no Brasil.

Depois de um ano de interrupção desse curso para prestar o serviço militar obrigatório no 5º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, em São Francisco do Sul, onde servi como Cabo, depois de ter sido aprovado em 1o lugar entre os soldados concorrentes, voltei ao colégio para me graduar em dezembro de 1971.

A maioria dos formandos não tinha meios ou desconhecia o caminho da graduação em agronomia, até porque Santa Catarina não dispunha desse curso superior. Por outro lado, o investimento do Governo Federal na formação de técnicos agrícolas tinha por objetivos a transformação de filhos de agricultores em lavradores capazes de modernizar a agricultura de seus pais ao voltarem para casa, ou de outros para empregá-los nos programas de assistência técnica rural das secretarias da agricultura dos estados da Federação. Em Santa Catarina, a Acaresc era, portanto, a grande empregadora. Mas a ida dos egressos colegiais às universidades frustraria os objetivos governamentais. Por isso, não se orientavam os alunos aos vestibulares.

Em vez da agronomia, fui, aos 21 anos, para o teste de seleção da Acaresc, com provas teóricas, práticas e vocacionais que duraram três dias de dezembro de 1971, ano em que a Empresa debutava seus 15 anos de atividade em prol do desenvolvimento econômico e social do meio rural de meu Estado. Lembro-me de uma pegadinha da prova prática. No teste de reprodução vegetativa de plantas pediram-me que enxertasse uma macieira em um pessegueiro, uma rosácea de semente em outra de caroço. Sorri e, como bom agricolino, respondi-lhes que as espécies eram incompatíveis para tal prática.

Depois de aprovado, iniciei, no dia 5 de janeiro de 1972, o pré-serviço da Acaresc, o primeiro da Empresa, que durou até 31 de março. Em sete de abril assinei meu contrato de trabalho, que durou 43 anos e 23 dias, ou seja, terminou em 30 de abril de 2015, quando me demiti por adesão ao PDVI da Epagri.

O pré-serviço da Acaresc era, na verdade, uma importante pós-gradua-

ção na área técnica, social e de comunicação. Finalmente contratados, íamos para o campo, prenhes de certezas e júbilo pelo trabalho, montados num jipe que, como cada um de nós, não rejeitava caminhos difíceis na busca da conquista do intento. Meu pré-serviço foi realizado no Cetre/Florianópolis até 15 de fevereiro. Nessa data já havia optado por três municípios, priorizado três atividades e rejeitado outras três. A decisão seria dos dirigentes, obviamente, em função da aptidão e de outros quesitos observados no candidato durante o treinamento.

Ninguém podia trabalhar no município de sua origem ou onde estivesse a sua família. *Santo da casa não faz milagres*, entre outras complicações advindas de tal proximidade, era uma das justificativas. As extensionistas domésticas – era assim como as mulheres eram cognominadas – deveriam permanecer solteiras se quisessem ficar na empresa. Além daquela proibição de trabalhar no lugar de origem, eu também não podia trabalhar em Camboriú, pois em janeiro de 1971 o escritório tinha sido fechado, juntamente com os escritórios de Grão Pará e de São José, o mais antigo escritório da Acaresc, criado que fora em 1957 com outros sete.

Em dezembro de 1971, a Empresa tinha 671 funcionários e assistia 147 mil produtores rurais em 85% da área do Estado, por meio de 136 escritórios municipais, 21 regionais e, em Florianópolis, um escritório central e um centro de treinamento, o Cetre.

Eu pedi que não me enviassem a trabalhar com Clube 4-S, ou similares – havia no Estado 34 destes clubes com 6 mil jovens associados, 65 Grupos de Jovens, 66 Clubes Agrícolas e 15 Comissões de Juventude – nem com bovinocultura, cujo rebanho de corte era de dois milhões de cabeças e a produção de leite representava 8% do valor da produção do setor primário do Estado.

Também pedi para não trabalhar com suinocultura, cuja infraestrutura era de 2.350 pocilgas com mais de 5 milhões de cabeças, com o maior desfrute do País, que representavam 13% da produção total do setor primário estadual. Da mesma forma solicitei para não trabalhar com cooperativismo – havia 57 cooperativas agrícolas organizadas sob a orientação da Acaresc.

Pedi para trabalhar com Fruticultura ou Olericultura, ou seja, com Horticultura. Por terem aceitado meu pedido e pela necessidade de exten-

sionistas que o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (Profit) apresentava, fui enviado ao Cetrevi, em Videira, para o pré-serviço relativo a esta atividade. O Profit nascera em 1970 das mãos do visionário engenheiro-agrônomo Glauco Olinger, que contava com a colaboração dos colegas Álvaro Tomaselli, Murilo Pundek, Christóvão Andrade Franco, Anísio Camilli e do então Secretário da Agricultura do Governo Ivo Silveira, o também engenheiro-agrônomo Luiz Gabriel. Coordenava o projeto o saudoso colega e grande amigo Nilton Rogério de Souza.

Para completar o curso, que durara 15 dias, no dia 1o de março fui enviado a Curitiba para treinamento de campo e avaliação final previstos pelo referido programa de capacitação. O treinamento, ou estágio de campo, durava 30 dias e, no meu caso, foi coordenado pelo Extensionista Local do Projeto, o enólogo Luiz Clóvis da Costa Corá, e supervisionado pelo engenheiro-agrônomo João Carlos Seben, que estava lotado em São Joaquim, e do saudoso Yukio Otaki, lotado em Lages, onde seu nome foi dado a uma das ruas do Bairro Guarujá – uma homenagem merecida!

Finalmente, depois de tantos testes e provações, que culminaram em grande aprendizado, assinei o contrato com a Acaresc, junto ao diretor-presidente, o eminente Glauco Olinger e me tornei Extensionista Rural de Nível Médio, para atuar no Profit, que, na sua origem, só pretendia contratar alunos recém-egressos das escolas **a fim de formar elementos de mentalidade voltada inteiramente para os objetivos do projeto, sem os vícios comuns de outras organizações**, ou seja, uma catequese.

Fui contratado, como já disse, em abril de 1972, para trabalhar no município de Curitiba, mas sediado no Núcleo Tritícola, a 35km do centro da cidade onde estavam os escritórios local e regional comandados, respectivamente, pelos engenheiros-agrônomo César Mário Lautert Duarte e Astor Grumann. Eu deveria assistir e orientar fruticultores daquele Núcleo de Assentamento de agricultores brasileiros e do Núcleo Celso Ramos, de assentamento de agricultores japoneses e os também brasileiros do Distrito de Frei Rogério, bem mais tarde município de Frei Rogério. Kazumi Ogawa, de quem me tornei grande amigo, liderava o Núcleo Celso Ramos.

O extensionista que virou...



Assistência a fruticultores em Curitibaanos

Ao casar, em setembro, levei minha esposa para lhe apresentar. Ao chegar, disse-lhe: *esta é minha esposa Janete*, e ele, muito simpático, na tentativa de repetir o nome ou de gravá-lo, respondeu: *Jamete, no?! E eu, ironicamente, sim, sim!* Minha esposa, tímida, ainda se lembra do rubor que lhe aqueceu a face. Felizmente, tempo depois já não ligava mais para coisinhas assim. Um episódio que meu amigo e colega Amador Tomaselli tratou de espalhar por todos os lugares onde esteve.

Em 1971/72, o Profit já havia implantado 468.500 frutíferas em 836ha e a colheita de maçãs, pêsego, ameixas, nectarinas e peras fora de 800t, além da produção de uvas. A responsabilidade da orientação a 384 fruticultores de 14 municípios catarinenses localizados no Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e

Campos de Curitiba cabia, até então, a 16 extensionistas, auxiliados por especialistas em fitotecnia, fitossanidade, conservação do solo, fertilidade, mecanização e irrigação, subordinados a um chefe de escritório que, por sua vez, se subordinava a um Supervisor Regional. O expediente era de segunda-feira a sábado ao meio-dia. Não havia pagamento de horas extras e tampouco banco de horas; ninguém podia se manifestar religiosa e politicamente. Não era permitido acumular dívida pela cidade e muito menos mau comportamento. O extensionista mais parecia um ser angelical que tudo sabia de agropecuária. Parecia que *quando, enfim, eu nasci, minha mãe embrulhou-me num manto e vestiu como se eu fosse assim uma espécie de santo*. A verdade, no entanto, era que, pelo seu bom comportamento e função, o extensionista era respeitadíssimo na cidade onde atuava.

Naquele tempo, nenhum vendedor de insumos conseguia vender diretamente ao produtor, sem que ele consultasse o extensionista. Quando tentava, ouvia a seguinte resposta: Só compro se fulano (o extensionista) recomendar. A confiança do produtor no extensionista era total e a relação entre ambos era praticamente familiar – e das boas! É bom que se diga que o atualíssimo termo “propina” era totalmente desconhecido e tampouco cogitado nessa relação. Não se podia negociar com o produtor e dele não se tomava emprestado ou se emprestava qualquer valor monetário.

Fato notório em 1971 foi a grande adversidade climática, a partir de outubro, com seca de três meses, enchentes, geadas extemporâneas e granizo, que prejudicaram as lavouras de trigo, arroz, feijão, mandioca, pastagens (bovinos) e milho, cuja cultura se encontrava assolada pelo aparecimento da *helmintosporiose*. O prejuízo foi de 200 milhões de cruzeiros e o crescimento do setor primário previsto de 8% foi de 5,8%. Esses percalços climáticos ajudaram a ratificar o valor da tecnologia e da assistência técnica da Acaresc. Ficou comprovado, por meio de lavouras demonstrativas, que a moderna tecnologia era o melhor seguro contra as adversidades climáticas. Foi sob essas condições adversas que os produtores de milho, orientados pela Acaresc e ajudados pelos cultivares híbridos, ainda tiveram produções acima de 4 mil quilos de grãos por hectare. O campeão 4-S estadual de produtividade de milho foi o jovem Vitório Munaretto, de Água Doce, com 10,2 mil quilos de grãos por hectare. Assim nasceu o slogan: ‘Tecnologia também é seguro’, formulado pelo criativo Glauco Olinger.

O extensionista do Profit também deveria dominar o trato com o cultivo de plantas de morangos, de leguminosas como o feijoeiro e a soja, de milho, de trigo, etc. Essas plantas seriam cultivadas nos pomares para propiciar rendas antes da produção de frutas (nos três primeiros anos da implantação do pomar, o agricultor só pagava os juros do financiamento, cerca de 7% ao ano), proteção do solo do pomar, redução de custos, produção de outros alimentos e ocupação da mão de obra familiar. Também deveria entender de apicultura, pois as abelhas, com suas colmeias localizadas nas proximidades do pomar, eram de grande valia na polinização. Com respeito às abelhas e todos os seres vivos, havia um ensinamento do Profit, considerado contraproducente e inconcebível e, por isso, eu o rejeitava. Éramos obrigados a orientar os fruticultores no emprego de um calendário fitossanitário que estipulava pulverizações quase semanais com inseticidas, acaricidas e fungicidas, independentemente se havia ou não condições favoráveis à incidência de pragas ou doenças. Quando mais tarde me tornei fitopatologista, ergui minha bandeira profissional contra essa prática. A empresa me apoiou e colaborou para desfraldá-la.

Além dessas lavouras intercalares, os agricultores de origem japonesa do Núcleo Celso Ramos iniciaram o cultivo de plantas de cravo em abrigos e de rosas a céu aberto. Coube a mim a elaboração dos projetos para a obtenção de recursos bancários e da assistência técnica.

Mais tarde, com o advento do alho Chonam, quando já havia saído de Curitiba, fui incumbido, em dezembro de 1976, pelo Supervisor Regional de Florianópolis, o engenheiro-agrônomo Roque Lino Braun, de elaborar o primeiro projeto de crédito coletivo para que 10 produtores japoneses efetuassem a multiplicação do alho para o abastecimento do Estado e quiçá do País, ambos totalmente dependentes da importação do produto. A designação de meu nome se deu pela minha procedência e por conhecer todos os produtores que seriam envolvidos no projeto alho-semente. Ainda nessa época a produção brasileira de alhos concentrava-se na Região Centro-Oeste e no Cerrado. Produziam-se alhos comuns, brancos, de baixo valor comercial. Os principais estados produtores eram Minas Gerais, Goiás, Bahia e Espírito Santo.

O avanço tecnológico e produtivo fez com que entre 1980/81 a área cultivada de alho em Curitiba, que era de cerca 1,8 mil hectares, com média de produtivi-

dade de 2.880 kg/ha, saltasse na safra de 1987/88 para 2 mil hectares de área, com produção de 6 mil kg/ha, médias semelhantes às obtidas na Espanha e na Argentina.

Na década de 1980, o alho de Curitibanos impulsionava a economia local e era, por isso, chamado de ouro branco, pelo tanto que valia. Esse quadro começou a mudar, por falta de apoio no governo Collor, a partir de 1990. Importações legais e ilegais de alho ainda transbordam o País com o produto oriundo, principalmente, de China e Argentina. O alho Chonam, produzido em Curitibanos, é nobre, roxo por dentro e branco por fora. Apesar de possuir qualidade infinitamente maior comparada com o produto importado, perde mercado para os importados em exorbitante volume. Hoje, o Brasil é um dos maiores importadores de alho do mundo.

O tempo passava e o Profit progredia, mas eu não. Técnicos de nível médio da Empresa não recebiam nenhuma promoção, de modo que cargos de dirigentes, mesmo os de chefe de escritórios, eram dados somente a engenheiros-agrônomos, se na equipe municipal houvesse um. Reflexos disso eram que, apesar da grande amizade que havia entre os membros das equipes de trabalho, independentemente da graduação de cada um, os de nível médio nunca eram convidados a participar de eventos festivos promovidos pelos graduados. Nem mesmo aos churrascos realizados para comemorar o Dia do Engenheiro-Agrônomo, por exemplo. Os de nível médio, se católicos fossem, poderiam ficar com Nossa Senhora Aparecida, que não deveria concordar com a atitude daqueles colegas. Os de outras religiões, se quisessem, poderiam entreter-se com os cachorros, ou brincar de Cristóvão Colombo, já que o dia 12 de outubro homenageia aos quatro: a Nossa Senhora Aparecida, o Engenheiro-Agrônomo, o cachorro e o descobrimento da América. Nunca concordei com aquela atitude! Mesmo depois de graduado sempre tive em alta consideração os técnicos agrícolas, até porque, caso contrário, estaria depondo contra mim mesmo, o que seria uma sandice.

O tratamento dispensado por certos engenheiros-agrônomos aos técnicos agrícolas virou disputa *do quem mais pode*, o que culminou na criação do super-técnico pelo Decreto no 4.560, no limiar do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 30 de dezembro de 2002, com atribuições que sobreavavam as dos graduados agrônomos. Cabe aqui dizer que os técnicos agrícolas eram bem mais organizados e atuantes politicamente que os nossos engenhei-

ros-agrônomo daquela época. Por isso, aqueles foram bastante prestigiados, principalmente pelo governo de Wilson Kleinübing, quando ocuparam a presidência da Ceasa e a administração de Centros de Tecnologia Agrícola (CTA), criados pela fusão das empresas da Secretaria da Agricultura.

Com respeito àquela discriminação, certa vez, quando já graduado, fui convidado a participar de uma equipe de engenheiros-agrônomo que daria treinamento em fruticultura a extensionistas no Cetrevi, Videira. Ao chegar, um pouco antes do meu horário de aula, notei que a sala estava repleta, mas sem instrutores. Eles estavam agrupados fora da sala. Perguntei o que acontecia e disseram-me que não dariam o curso porque havia técnicos agrícolas na plateia. *Não iriam ensiná-los para que não nivelassem os seus conhecimentos com os dos engenheiros.* Respondi-lhes que daria minha aula e que, além do mais, achava que se um técnico agrícola soubesse tanto quanto eu ou mais, o incompetente era eu, logo... Finalmente todos os instrutores assumiram seus postos, o curso foi dado e ninguém perdeu o emprego por saber menos, ou mais. Os agricultores, certamente, foram os maiores beneficiados com o fim dessa contenda infantil.

Minha vida de técnico agrícola extensionista, que já durara quatro anos, não apresentava mais nenhum desafio. Uma desmotivação assomava no horizonte profissional. Discuto o assunto com o colega Valmor Luís Dall'Agnol, extensionista do Profit em Campos Novos, que, coincidentemente, sentia a mesma angústia. Eu já havia entrado em contato com um colega de São Paulo, que regressara ao Brasil após ter-se graduado em agronomia na Rússia. Esse colega me apresentou as facilidades que o governo russo oferecia a estudantes estrangeiros e os problemas da aceitação pelo governo brasileiro de um diploma russo. Mas eu estava disposto a encarar tal empreitada, caso me visse impossibilitado de me graduar no Brasil. Decidimos, o Valmor e eu, que prestaríamos vestibular na recente escola de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), independentemente da permissão da diretoria da Acaresc para cursá-la. Inscrevemo-nos em dezembro de 1975 e prestamos vestibular, que naquele período era unificado, ou seja, todos os vestibulares brasileiros eram feitos numa só época do ano.

As provas foram marcadas para o período de 11 (domingo) a 14 de janeiro de 1976. Partimos no dia 10, às 18h30, em uma moto Suzuki 250, emprestada pelo irmão do Valmor, de Curitiba a Florianópolis. Lá enfren-

tariamos 16 candidatos para cada vaga oferecida pela UFSC. O céu carrancudo prometia chuva, que veio depois de Rio do Sul. Eu pilotava a moto e o Valmor tentava manter-se acordado na garupa. Entramos em Florianópolis pela Ponte Hercílio Luz à 1h30 (madrugada), momento em que um fusca que saía nos deu um grande banho ao passar por uma poça. Encharcados, descobrimos que não havíamos reservado hotel na capital. Encontramos um só quartinho de solteiro – toda a hotelaria estava ocupada por vestibulandos e familiares, entre outros hóspedes – no tal Hotel City, na Rua Emílio Blum, nas proximidades da antiga rodoviária da Avenida Hercílio Luz. Tomamos uma chuvaçada e nos aguentamos acordados para estar na UFSC antes das 7h30, quando se encerrava o acesso às salas de provas. Conseguimos. No terceiro dia, no entanto, ocorreu grande algazarra no pátio da Universidade, todo o vestibular foi suspenso e depois anulado. Haviam fraudado o concurso. Retornamos a Curitiba. Novamente montados na 250, voltamos em fevereiro a Florianópolis para repetir as provas.

Fomos aprovados! Mas, e agora? Sem a liberação da empresa para cursar agronomia, teríamos que nos demitir. Antes disso, fomos em busca de bolsas de estudo, mas não havia. Deixei minha esposa, agora grávida para surpresa nossa, em Balneário Camboriú, na casa de familiares e parti em busca de patrocínio. O saudoso engenheiro-agrônomo Anselmo Antônio Hess, da Acaresc, sabendo da minha história, conseguiu uma bolsa de estudo com a Sadia, desde que, após a formatura, fosse trabalhar para ela... com suinocultura. Rejeitei muito delicadamente a oferta. Sem mais nada em vista e não querendo perder minha oportunidade, pedi demissão da Acaresc. Nelton Rogério de Souza, outrora meu coordenador do Profit e agora presidente da Acaresc, antes de aceitar o pedido, chamou-me. Exortou-me a não fazer tal coisa e perguntou. Tu *tocas* a olericultura da Palhoça (o município da grande Florianópolis) em regime de 20 horas semanais? Toco, respondi-lhe. Lá havia o engenheiro-agrônomo Alcir João da Cunha, responsável pelo escritório, e muito mais envolvido com aves e gado leiteiro que com a olericultura. O Supervisor da Região de Florianópolis, posteriormente meu grande amigo Roque Lino Braun, foi chamado e o presidente a ele me apresentou e acertou a nova modalidade de atuação. No primeiro semestre de 1976 fiz diversos tra-

O extensionista que virou...

balhos em Santo Amaro da Imperatriz. Conheci o trabalho com hortaliças em Palhoça, quando me envolvi com as lideranças locais. No segundo semestre daquele ano assentei-me no escritório local da Acaresc em Palhoça, que ficava no Mercado Público Municipal. Passei a morar nesse município, de onde eu ia para as aulas de agronomia na Trindade e depois no Itacorubi, na Capital.

Foi aí que entrou na minha vida de estudante e de extensionista uma moto Honda CG 125, de cor laranja, ano 1976, da qual Pelé era garoto-propaganda. Em virtude da crise do petróleo, Nelton Rogério de Souza, na tentativa de economizar combustível, propôs o uso de motos no Serviço de Extensão Rural. Após várias reuniões em diversas regiões, apareceu um candidato: eu. Aceitei porque com esta moto poderia me deslocar mais rapidamente pelo interior, bem como para chegar até à Trindade e depois ao Itacorubi, para as aulas de agronomia durante o dia e para as práticas desportivas, obrigatórias, ao anoitecer. Foi comprada na Hermes Macedo do Bairro Estreito, em Florianópolis, financiada em 24 meses. Eu recebia Cr\$ 0,60 por quilômetro rodado, o que dava para pagar a moto, o combustível gasto na ida para o trabalho e as aulas, além da manutenção. A aventura durou até dezembro de 1980, período em que fui estudante de agronomia e extensionista de Palhoça.



Minha turma da Agronomia

Graduado em dezembro de 1980, pedi transferência para o município de Joinville. Nessa época, no lugar de Alcir João da Cunha estava o meu saudoso amigo, o engenheiro-agrônomo Roberto Beppler Netto. Sentia que não ficariam dois agrônomos no município, ou seja, seria eu ou ele. Ele, porque era o mais antigo. Um grupo de agricultores e lideranças, conduzidos por Takashi Chonam, que além meu colaborador e amigo agricultor, foi o primeiro prefeito de Frei Rogério, veio até Palhoça para me convidar a voltar para Curitiba. Eu não pretendia voltar para o Planalto ou para o Oeste do Estado. Minha esposa é de Balneário Camboriú, meus dois filhos já haviam nascido: o menino no primeiro ano e a menina no último da agronomia. Pedi transferência para Joinville na vaga deixada pelo engenheiro-agrônomo Onévio Zobot, que fora presidir a Fundação Municipal 25 de julho. Aceitaram meu pedido.

Lá, quis ocupar a área de olericultura, mas aquela atividade já era de responsabilidade do colega, amigo e engenheiro-agrônomo Anselmo Benvindo Cadorin, que também se envolvia com gado leiteiro e outras atividades do escritório municipal. Fui para a área de arroz, na Zona Sul, Estrada do Sul e Vila Nova. Arroz não era o meu negócio e os produtores desse cereal *não faziam meu tipo*. Tinham comportamento distinto dos produtores de hortícolas com os quais eu me identificava e, além disso, achavam que olericultura era coisa de mulher. Na verdade, esses produtores trabalhavam por cerca de seis meses na lavoura, tempo para o amanho da terra, cultivo e colheita do arroz. As esposas cuidavam de cinco a sete vacas leiteiras, de aves domésticas, de uns três porcos macaus, da casa, das crianças e de pequena horta, que passei a, muito sutilmente, orientar. Essa atividade da esposa é que dava a renda mensal que lhe permitia pagar as mensalidades dos utensílios domésticos que precisava. Dinheiro de arroz entrava apenas uma vez por ano. Consegui que três orizicultores, na Estrada do Sul, transformassem em horta algumas quadras de arroz durante a entressafra da cultura, o que agradou as respectivas esposas, que os veriam ocupados durante o ano e ainda trazendo novas rendas para casa.

Esta área de trabalho e agricultores desinteressados em olericultura, logo em Joinville, que tinha um excelente mercado para a atividade, não me agradava. Mesmo que fosse bem aproveitada pelos produtores orientados por Anselmo, aquela área ainda tinha muito para se desenvolver, pois Joinville era praticamente abastecido

por produtores da Grande Curitiba. Seis meses depois da transferência liguei para o supervisor da região de Florianópolis, o engenheiro-agrônomo e futuro grande amigo José Shulter, dizendo-lhe: *quero voltar pra tua região; tenho uma proposta de trabalho com hortaliças e frutas para a área de altitude pensando no abastecimento do litoral no verão*. Esse projeto também era do agrado de Roque Lino Braun, agora Diretor da Ceasa de São José, SC. Shulter, para a minha alegria, respondeu: *Já estamos trabalhando para te trazer de volta. Falta apenas queimar algumas etapas*.

Etapas queimadas, voltei em junho de 1980 da transferência. Morando em Palhoça, fiquei lotado no escritório regional como 'Específico de Horticultura', uma figura que hoje faz muita falta na extensão rural. Na região, atuamos com uva, cebola precoce, café e hortaliças diversas, com destaque para cultivares de verão, notadamente couve-flor. Para o ano inteiro, trabalhávamos principalmente com tomates, além de batatinha cultivada no litoral durante o outono e na serra durante a primavera, onde se estabeleceu melhoria das mudas a partir da multiplicação de sementes certificadas. Também investimos na introdução e no uso de irrigação em todos os cultivos e na adequação do emprego de agrotóxicos e na suspensão da utilização generalizada de formas de adubo (5-20-10 e 4-14-8). Esses insumos eram empregados indistintamente em qualquer cultura, independentemente da fertilidade do solo, sem levar em conta o diferente potencial produtivo dos cultivares. Fizemos grande campanha de amostragem de solo para análise química e recomendação posterior da adubação mineral necessária em conformidade com o solo e o cultivo.

Quanto ao trabalho de adequação do uso de agrotóxicos houve um episódio interessante. Era generalizado o uso de paration metílico. Usavam esse inseticida para tudo, tanto para matar formigas embaixo de assoalhos como para combater pulgões em brotação nova. Tentei impedir o acesso ao produto, acertando com as casas agropecuárias que a venda só se daria com recomendação minha. Dito e feito. No entanto, uma empresa mudou o nome comercial daquele inseticida e o reintroduziu, inicialmente dando amostras grátis aos agricultores. Certo dia, visitando um desses agricultores, meu amigo João Quadros, ele me disse: *Chegou aí um remédio em litro que mata bicho e cura até sapeco da cenoura* (doença causada por dois fungos e uma bactéria, associados ou não). Estranhei, pois ainda não tínhamos um fungicida na forma líquida. Pedi para ver e lá estava o *paration metílico* disfarçado por novo nome comercial que lembrava o de belzebu e, por

isso, assim o batizei. Tomamos, obviamente, as devidas providências. Por haver grande oferta na região de cama de aviários, era abusivo o uso de esterco de galinha na adubação das hortaliças. Tentei adequá-lo por meio da compostagem, mas essa foi uma tarefa que não consegui. Tal fato nunca me saiu da memória, pois precisava dessa adequação na redução das fitomoléculas que, por sua vez, estavam ligadas à adequação do emprego de agrotóxicos.

Nesse tempo de extensionista eram notórias as reuniões anuais de planejamento dos programas de pesquisa das estações experimentais da Empasc. Pela sua importância, elas atraíam a atenção de muita gente ligada ao meio rural. Além de pesquisadores, participavam do evento extensionistas, agricultores, diretores de Ceasa e outras lideranças. A participação de todos era de grande importância para o direcionamento do foco das pesquisas ao que de fato interessava ao agricultor. Particpei de muitas dessas reuniões como extensionista.

O trabalho do pesquisador devia estar em sintonia com as necessidades dos produtores rurais. O recurso financeiro só era disponibilizado pela Empasc se o projeto de pesquisa fosse tecnicamente aprovado nessas reuniões. Como extensionista, eu também participava, em Palhoça, na condução dos trabalhos de pesquisa e de demonstração de resultados em propriedade, conduzidos pela Empasc/Estação Experimental de Itajaí, por meio dos pesquisadores do Programa Hortaliças. Tivemos grandes resultados e informações tecnológicas de importante valia para os produtores locais.

Foi assim que julguei que um extensionista com mestrado ajudaria muito no entendimento de trabalhos de pesquisa, permitindo que avaliasse adequadamente os resultados. Não havia uma compreensão correta por parte dos extensionistas a respeito de métodos e delineamentos experimentais, por exemplo. Ouvi muitas vezes desses colegas críticas a respeito das parcelas experimentais, chamadas pejorativamente de *canteirinhos*. Eles não acreditavam que os resultados das parcelas pudessem ser extrapolados para áreas maiores. As publicações da Empasc, chamadas de **Pesquisa em Andamento**, que antecediam a divulgação completa do trabalho realizado, permaneciam empilhadas nos armários e ainda nos envelopes plásticos. Eram chatas de ler, diziam. Isso ocorria porque a metodologia da condução e a análise estatística discutidas lhes eram incompreensíveis. Muitos queriam apenas a *receita do bolo*.

Fato comprobatório da preferência apenas pela receita era a presença, em muitos escritórios, de modelos para a elaboração de projetos de crédito, por unidade de áreas ou por número de plantas. Por exemplo: para mil pés de tomate tantos dias-homem, tantas horas de trator, tantos sacos de adubo fórmula tal, tantos quilos de fungicidas a, b, c, d e tantos litros de inseticidas w, y, x, z. Não se perguntavam por que haveria doenças ou pragas e que fertilidade tinha o solo a cultivar. Seguiu-se a receita do modelo. Bastava multiplicar ou dividir o pedido do agricultor pelos valores do modelo e o projeto de crédito estava pronto. Iria para o banco se o interessado tivesse capacidade de pagamento, calculado com base no custo dos insumos e outros gastos e com a renda que obteria na colheita. É claro que todos teriam capacidade de pagar, pois o saldo saía da ponta do lápis do extensionista. O *planejamento* era meramente mecânico e aritmético.

Outro fato que me chamava a atenção e que dificultava a adequação do uso de agrotóxico era com a chegada do agricultor em certos escritórios, quando em busca de *remédio* para um cultivo inteiro, representado apenas por uma folha, ou parte dela, que trazia na mão ou no bolso. A doença era identificada, sem se perguntar o que houve para que ela ocorresse, qual a severidade dela, ou qual a condição do cultivo... a receita já saía: x gramas do fungicida tal por litro de água de 7 em 7 dias. E aí o agricultor perguntava: *Pode misturar com veneno?* E lá vinha a resposta: *Pra não dar bicho, pode.* Os agricultores chamavam de remédios os fungicidas e de veneno os inseticidas. Essa situação, se não era generalizada, era bastante arraigada na relação técnico e agricultor em diversas regiões.

Em busca de meu mestrado em Fitopatologia, fui à Escola de Viçosa, disputei vaga e fui aprovado. Assim feito, busquei o Diretor Técnico da Acaresc, meu caro Guido Amboni e lhe falei de minhas intenções e condições. Ele estranhou o meu pedido, e até com razão. Além de dar preferência à contratação de Técnicos Agrícolas para o serviço de assistência técnica, estar à frente de um engenheiro-agrônomo extensionista a querer um curso de mestrado era coisa inédita, ou muito rara na época e – por que, não? – perturbadora da ordem vigente. Disse que avaliaria meu pedido e dias depois me solicitou que fizesse por escrito uma justificativa e explicando qual a serventia de um mestrado em fitopatologia para a extensão rural. Espremi meu cérebro para obter a tinta com a qual escreveria o que pensava a respeito. Em três páginas me manifestei. Não deu. Guido apre-

sentou receio de que eu com o mestrado quisesse vir para o Escritório Central, saindo da atuação no campo, ou que pretendesse lá montar um laboratório de Fitopatologia. Talvez esse fosse o seu jeito, meio sem graça, de me dizer não. Pedi desculpas ao pessoal de Viçosa e ao meu orientador pelo transtorno a eles criado e passei aquele ano muito desestimulado para o trabalho. Mas não desisti. Continuei estudando para nova prova de admissão em curso de mestrado.

Foi aí que fui indicado pelo colega Lorildo Aldo Stock, companheiro de turma da agronomia e pesquisador da Empasc em Chapecó, ao meu admirável Presidente da Empasc, o engenheiro-agrônomo José Oscar Kurtz. Ele precisava de pesquisadores em Chapecó, no programa recém-criado de pesquisa em propriedades e no agora chamado Centro de Pesquisa Para Pequenas Propriedades (CPPP). Sabendo de minhas intenções em fazer mestrado, chamou-me. *Dou-te o mestrado em dois anos se fores para o CPPP compor o grupo de pesquisadores daquele centro*, disse. Ele buscava alguém com experiência em extensão rural para os trabalhos de pesquisas em propriedades rurais. Eu não conhecia bem esse presidente. E tive medo de que não cumprisse totalmente a promessa. Mas arrisquei. Acertamos os salários e demais condições e me demiti da Acaresc.

Era novembro de 1984. Meu novo contrato rezava: pesquisador BS, de básico, ou seja, sem mestrado e sem doutorado. Mas era agora **Pesquisador**. Mudei-me com a família para Chapecó. Cidade bonita, custo de vida alto onde você valia pelo que tinha e não pelo que era. Diferente de Curitiba, da Grande Florianópolis e de Joinville, onde eu já estivera sediado e gostado. Mas o trabalho em propriedade não me causava estranheza, pois estava acostumado na lida com agricultores e aqueles eram *tutti buona gente*. Era-me fácil incentivá-los a tirar melhor proveito dos recursos locais. Sabia como encontrar maneiras de transmitir ideias para que eles pudessem entender e lembrar o que juntos queríamos. Enfim, fizera um bom pré-serviço e adquirira bastante experiência com a assistência técnica até então praticada. Coordenava esse programa o colega Osvaldo Carlos Rockenbach, que havia saído da sede da Empasc em Florianópolis e fora para Chapecó por dois anos, tempo que achavam necessário para a implantação e a organização do trabalho. No entanto, a maioria dos pesquisadores antigos lá sediados questionava essa nova proposta de trabalho da Empresa e hostilizava todos os novos contratados ou mes-

mo todos os antigos que se *submetiam passivamente* à proposta implantada.

Apesar dos pesares, o novo grupo foi à luta. Pude implantar, visando ao mercado de hortifrutigranjeiros, trabalhos de pesquisa e unidades de observação de morangueiros e amora preta, com o apoio da Embrapa de Pelotas; de citros, com o apoio da Estação Experimental de Itajaí; de figueiras, com o apoio do IAC; de macieiras e pessegueiros de baixa exigência de frio, com o apoio da Estação Experimental de Videira e muitos trabalhos de nutrição de hortaliças com o apoio do colega Celso Aita, hoje professor da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Enquanto isso, as querelas entre os grupos de *direita e de oposição* continuavam. As reuniões técnicas eram sempre muito tumultuadas.

Isso recrudescceu quando chegou a época de Rockenback voltar para Florianópolis. No seu lugar ficaria o colega Moacir Antônio Schiochet, também vindo de Florianópolis e já bem entrosado com a nova metodologia de trabalho. Mas também tinha prazo para retornar ao litoral. Na troca da *Guarda do Rei*, os oposicionistas aproveitaram para forçar a volta da forma antiga de trabalho e a situação foi transmitida para o presidente Kurtz. Certa tarde, ele chega acompanhado do seu diretor técnico Carlos Pieta Filho e convoca todos para uma reunião no auditório do CPPP. Plateia acomodada nos assentos, Carlos Pieta sentado e Kurtz de pé, ambos à frente do grupo. Após um seco *boa tarde*, Kurtz diz: *Estamos aqui para implantar o Programa CPPP. O Dr. Moacir assumirá a coordenação do Programa no lugar do Dr. Osvaldo. Quem der um pio contra, dirija-se ao RH do Centro, porque está demitido da Empresa.* Silêncio sepulcral não cabe, pois no sepulcro ainda poderá ocorrer uma leve batida de osso contra osso. Silêncio absoluto. Kurtz aguardou cerca de um minuto, olhou para o lado e disse: *Vamos Pieta, está implantado.* E foi para o aeroporto, retornando para Florianópolis ainda naquela tarde. Dali para frente trabalhou-se em paz, às vezes com um sorriso amarelo nos lábios só para ofuscar as lágrimas de chorosos revoltados. Seria impossível trabalhar sem essa atitude do presidente, sinceramente.

Como prova do bom ambiente de trabalho que passamos a desfrutar após aquela *implantação*, registro aqui que uma grande e alegre festa foi feita em dois de julho de 1986, nas dependências do CPPP, para nos despedir do colega Moacir Schiochett. Ele retornaria ao litoral para ficar lotado na Estação Experimental de Itajaí, no Programa Mandioca. A coordenação dos trabalhos no CPPP ficaria com o

diretor técnico de lá, o colega Armando Pacheco. Para prosseguir com os trabalhos de pesquisa conduzidos por Moacir foi trazido o colega João Cláudio Zanata. Entre tantos discursos, cantorias e versos, fizemos este, também alusivo ao fato relatado:

*Meu amigo Schiochett,
Pesquisador de tapioca,
Mesmo magro qual valete
Não corre da mandioca.
Como todo plantador,
Ele continuará à cata
D'outro solo acolhedor
Pra botar noutro Zanata
Que inexperiente só levou
Mandioca e batata.*

*É desse amigo valente
Que lamento a ausência,
Por ficar muito descontente
Sem a sua concorrência.*

*Aqui me deixas, amigo velho,
Neste barro a patinar,
Mesmo assim eu te aconselho
A voltares para o lar.*

*Sei que não posso te criticar,
E te digo sem pilhéria,
Por querereres ir morar
Aonde todos tiram férias.*

*Mas antes que te vás,
Deixo meu agradecimento
Por tua ajuda sem par
A todos, indistintamente.*

O extensionista que virou...



Equipe de pesquisadores do CPPP, Chapecó

No final de 1986 eu completaria meus dois anos de trabalho no CPPP e da promessa de Kurtz de me enviar para o mestrado. Encontrava-me apreensivo quando fui chamado pelo chefe do Centro, Celso Antônio Dal Piva, que me disse: *O Kurtz quer falar contigo. - Alô, Dr. Kurtz - Tudo bem, Rebelo? - Sim. - Prepara-te para sair para o mestrado; em solo, né? - Não Dr. Kurtz, em Fitopatologia. - Precisamos de gente em solo. - Serei um péssimo pesquisador nessa área. - Bem, também precisamos de Fitopatologista e quase ninguém quer fazer. Vá, mas em Viçosa e boa sorte.* Nem sei se me despedi dele, pois saí dali aos pulos, a excluir: que homem de palavra!

Era final de 1986. Submeti-me à Viçosa e fui novamente aprovado, garantindo agora que iria, pois estava liberado pela Empasc, empresa que eles bem conheciam e que, também, por isso, me queriam lá. Notei, contudo, que me manter em Viçosa com a família não seria fácil. Os aluguéis de apartamento ou casa custavam praticamente o meu salário. Era caro porque os estudantes dividiam a despesa morando em muitos num só lugar. Eu não poderia morar

em república estudantil, pois minha família me acompanharia.

Nessa época, a Empasc não tinha bolsa de estudos e as Universidades estavam proibidas de distribuí-las a quem tivesse vínculo empregatício. Preocupado, submeti à Universidade do Rio Grande do Sul e fui aprovado para fazer o mestrado na Escola de Agronomia. Apresentei minha situação ao presidente Kurtz, que não gostou da troca, mas vi que entendia a minha dificuldade de manutenção. Pareceu-me que tinha alguma restrição contra aquela escola de Porto Alegre. Falei-lhe que o Departamento de Fitossanidade estava todo modernizado, com novos professores e que meu orientador, Miguel Dalmo de Menezes Porto, era um grande conhecedor da área e aí, provocativamente, falei-lhe: *poxa, vou fazer o mestrado na mesma escola em que o senhor fez o seu*. Então, não tendo mais argumento ou não querendo mais argumentar, disse: *Bem, é a gente que faz a escola*.

E lá fui eu para Porto Alegre... Errado! Primeiramente fui a Viçosa para me desculpar pessoalmente com o professor que seria meu orientador, o eminente e saudoso Reginaldo da Silva Romeiro, pela aparente tratantada que faria com ele pela segunda vez. Durante meu mestrado, o grupo de pesquisadores em Hortaliças da Estação Experimental de Itajaí pediu à diretoria da Empasc que meu retorno fosse para Itajaí. O programa precisava de um Fitopatologista, já que o colega Lucas Miura o apoiava parcialmente, pois pertencia ao Programa Arroz. Era tudo o que eu desejava, mas não o que pensava o novo Diretor Técnico da Empasc, o pesquisador da Embrapa João Afonso Zanini Neto. Ele havia se comprometido com a transferência de certo fitopatologista da Estação de São Joaquim para a Estação de Itajaí, independentemente da solicitação da equipe de pesquisadores do Programa Hortaliças de Itajaí. Houve certa celeuma, resolvida entre o Secretário da Agricultura Athos de Almeida Lopes e o então Presidente da Empasc Afonso Buss.

Em julho de 1989 terminei o curso e fui lotado em Itajaí. O Programa Hortaliças tinha grande e boa equipe de pesquisadores. Eu, voltado para o controle de doenças por meio de manejo ambiental, o que considerava nutrição e proteção contra os principais fatores climáticos, entre outros agentes. Iniciei o trabalho com cultivos de hortaliças em abrigos, de modo a simular máxima semelhança com a região de origem dessas plantas, como pouca chuva e baixa umidade relativa do ar.

O extensionista que virou...



Equipe implantadora da pesquisa com hortaliças em abrigo na Estação Experimental de Itajaí

Enquanto aprendíamos a lidar com esta forma de cultivo, criamos cursos de produção de hortaliças em abrigos de cultivos para agricultores e os acompanhávamos na propriedade até que o número deles aumentou e não mais pudemos fazê-lo. Começamos a treinar os extensionistas e, para estimulá-los nesse aprendizado, os convidamos para serem instrutores dos cursos ministrados na Estação Experimental de Itajaí. E nós mesmos partimos para cursos no Sul do Estado e no Planalto Catarinense.



Treinamento de extensionistas sobre produção de hortaliças em abrigos

Instituímos como dia de visita à área de pesquisa do Programa Hortaliças da Estação Experimental de Itajaí de técnicos e produtores todas as sextas-feiras, além de datas para *Semanas de Visitas* e muitos dias de campo, onde mostrávamos as vantagens do tutoramento de plantas de pepino, do tutoramento vertical de plantas de tomates, do uso e elaboração da calda bordalesa, da produção de mudas em abrigos, manejo e nutrição de plantas, entre tantas outras tecnologias geradas.



Capacitação de agricultores sobre controle de doenças - E.E. Itajaí

No que tange à nutrição de plantas, finalmente resolvi minha frustração da compostagem ainda não solucionada com os produtores da região de Florianópolis. Associamo-nos, eu e o colega Euclides Schallenberger, e levantamos a bandeira da compostagem num projeto de grande efeito e resultado, conduzido até hoje na Estação Experimental de Itajaí, agora com o apoio do colega Rafael Ricardo Cantu. Ufa, finalmente!

Quanto à obtenção de mudas, agora praticamente inexistente produção a céu aberto em Santa Catarina. Por meio de nosso trabalho de pesquisa, muitos agricultores também se especializaram na produção e no comércio de mudas de hor-

O extensionista que virou...

taliças, todas em abrigos, o que induz qualidade e sanidade, além da redução e até mesmo o desuso de agrotóxicos. Essa luta pela geração de saber na produção de mudas saudáveis por meio de técnicas de manejo em abrigo é mais um dos resultados da vivência extensionista. Na região da Grande Florianópolis, como em toda área produtora de hortaliças catarinense, era precária a forma de obtê-las.



Implantação de abrigo para produção de mudas na propriedade do Sr. Sebastião Petri, em Antônio Carlos

Como exemplo, cito o modo de produzir e transplantar mudas de tomateiro. Em meio a velhos tomates, os agricultores preparavam longos canteiros e semeavam a lanço as sementes que lhes dariam as mudas para novos plantios. Logo que as mudinhas apresentavam as duas iniciais folhas verdadeiras, eram arrancadas e, em canteiros por ali construídos, eram transplantadas no espaçamento de 10cm entre si. Ao atingirem a altura de 12cm e com três a quatro folhas verdadeiras, eram novamente arrancadas e plantadas definitivamente. Tudo isso era feito próximo à produção de mudas a céu aberto dos

tomatais em final de ciclo e, por isso, as mudas eram infectadas por várias doenças e atacadas por várias pragas. Assim, elas se tornavam mudas doentes, cuja infecção e infestação eram, ainda, facilitadas por estresses causados pelos rudes arranquios, ausência de irrigação e exposição a intempéries. Situação que levava os produtores a aplicações irracionais de agrotóxicos.

Repito que a geração de tecnologia e saber como pesquisador foi muito ajudada pela experiência extensionista. No que tange às técnicas de produção em abrigo é preciso considerar uma visita técnica à Almeria, em 1992, patrocinada pela GTZ, por meio de seu representante, o colega e visionário Ernst Lamster. Fomos eu e o colega Júlio Cesar Mello. Essa viagem foi o gatilho que nos motivou de vez a fazer algo que revolucionasse a olericultura no Estado. Não seria mais possível continuar a produzir plantas exóticas (a maioria das hortaliças cultivadas no Brasil o são) a céu aberto, oriundas que são de climas opostos ao nosso regime de chuvas e à umidade relativa do ar, se quiséssemos evitar agrotóxicos, produzir qualidade e humanizar a atividade, o que permitiria a permanência do olericultor no mercado. Ao retornar da Espanha, direcionamos nosso trabalho de pesquisa e orientação para esse foco e jamais o abandonamos, mesmo após a aposentadoria.



Viagem de estudos para a Espanha

Depois desse trabalho, restava-nos fazer o doutorado para novos aprimoramentos e reciclagem acadêmica. Foi uma luta para obter a liberação. É

que, com o passar do tempo, raros e distantes entre si foram os concursos para renovação e preenchimentos de vagas abertas por transferências, mortes e aposentaria de colegas. O Programa Hortaliças, formado por cerca de nove pesquisadores assim que cheguei em 1989, contava com apenas dois pesquisadores: eu e o colega Euclides Schallenger. Depois de acertos de atividades, transferências de responsabilidades e a chegada de Rafael Ricardo Cantu ao Programa, fui finalmente liberado.

É preciso dizer que a Empresa mudou, mudou com o mundo, creio. Como não sei se acompanhei adequadamente essa mudança, não quero aqui fazer juízo quanto às alterações na forma de ser e de atuar da Epagri. Sei que em tudo há sempre coisas e atitudes boas e ruins. O caso do arroz vermelho, tido como planta daninha, é um exemplo. Embora fosse considerado como invasor na lavoura de arroz, passou a apresentar interesse comercial, de modo que hoje ambos podem conviver, senão juntos, mas lado a lado.

Certas coisas são de difícil aceitação para um velho filho. Cito apenas uma que reputo grave. A falta de recursos próprios da Empresa para financiar diretamente suas pesquisas, ou seja, a dependência dos pesquisadores de recursos de editais de financiadoras, sejam estaduais ou federais. Para obter dinheiro para continuar trabalhando, o pesquisador se amolda às exigências do edital e, independentemente do cenário de necessidades da agricultura local. Assim, além do risco de fazer seu trabalho da forma que mais lhe agrada, muitas vezes o pesquisador faz o que dá e não o que é preciso fazer. Por outro lado, a Empresa não tem domínio sobre esses recursos e a condução dos trabalhos, o que passa a ser de total responsabilidade do pesquisador que coordena o projeto.

Tal situação leva a outra: a ausência de reuniões oficiais de planejamento da pesquisa no molde anteriormente citado. Dessa forma, pouco ou nada se discute a respeito de como conduzir a pesquisa científica, quais as prioridades e a metodologia a ser utilizada de modo a satisfazer os interesses do usuário maior, o agricultor, tampouco se respeita o patrimônio natural esgotável, dando-lhe oportunidade para que se regenere. O que se vê é o caminhar do avanço da mentalidade tecnocrata por meio da tecnociência, que é de interesse exclusivo do capital e do mercado.

Tal situação põe em risco a sustentabilidade da atividade agrícola e de

muitos outros fatos ligados ao bem-estar da humanidade. Mesmo que voltada ao interesse direto do produtor, toda tecnologia gerada transforma-se em mercadoria, e o mercado sabe como vendê-la. Precisamos, pois, saber qual o impacto sobre a natureza quando da sua adoção. Não se vê mais essa preocupação. O que se vê é a pressa pela busca da patente, porque tempo é dinheiro.

Deixo aqui minha preocupação a respeito desse novo mundo. Não me cabe e nem posso avaliar e nem julgar essas velozes mudanças. Eu que, durante o trabalho, vivi desde o mimeógrafo a álcool para reprodução de texto – que deveria ser lido antes da volatilização do etanol, o que apagaria toda a escrita – até o computador pessoal disponibilizado em cada mesa de trabalho e fotocopiadoras em cada corredor, digo apenas que termino minha carreira muito feliz e agradecido.



A despedida (PVDI), em 30 de abril de 2015

Grato pelas oportunidades oferecidas que desfrutei. Cumprimento os visionários que fundaram ou participaram da criação das instituições que me serviram de degraus para alcançar o meu auge profissional. Cumprimento a todos os dirigentes e funcionários, atuais ou não, da Epagri, moça renovada pelas plásticas executadas na Empasc, na Acarpesc e na matriarca Acaresc pelos seus 60 anos de existência.

Secretário de Estado da Agricultura: de assistido da Acaresc a extensionista e pesquisador

*Airton Spies*²³

Dos 60 anos de atividade em Santa Catarina que a Extensão Rural comemora em 2016, tive o privilégio de participar diretamente de 40. Seis anos como filho de agricultor assistido pela Acaresc no Distrito de Tunas, município de Itapiranga, onde hoje temos o município de Tunápolis, além de 34 anos atuando como extensionista e pesquisador. Nasci em 26 de janeiro de 1961 na Linha Santa Cruz em Itapiranga, mas minha família foi morar em Tunas quando eu tinha um ano de idade. Em 1975, aos 14 anos de idade, já participei de um curso de conservação do solo representando meu pai, ministrado pelo extensionista Francisco Marcos Pereira Lucas, da Acaresc. Guardo com orgulho uma foto, onde estou rodeado de agricultores de idade avançada, segurando o pé-de-galinha na prática de campo de marcação de terraços na propriedade do Sr. Isidoro Stülp, em Tunápolis.

Meu pai, Sr. Bruno Spies, e minha mãe, Sra. Rufina Spies, ambos já falecidos, foram aquilo que na extensão rural chamamos de agricultores inovadores e precursores. Meu pai sempre foi agricultor líder, colaborando em todas as atividades dos extensionistas na comunidade, o que lhe rendeu até um apelido curioso: “Acaresc”. Sim, meu pai era chamado em Tunas pelo apelido de Acaresc, de tanto que falava do trabalho dos extensionistas e também pelo incentivo que dava à extensão rural.

Como resultado prático dessa parceria e receptividade às novas tecnologias trazidas pela Acaresc, nossa propriedade foi um laboratório para muitas

²³Técnico em Agropecuária, 1980/CAC, Administrador de Empresas, 1986/Unidavi, Engenheiro-agrônomo, 1990/UFSC, especialista em administração rural, 1991/UFLA, M. Sc, 1996/Lincoln University, Nova Zelândia, PhD em Economia dos Recursos Naturais/The University of Queensland (UQ), Brisbane (Austrália)/2003. Ingressou na Acaresc em 1981; atuou como extensionista rural em Presidente Getúlio e na E. E. Caçador. Foi o chefe do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa) e Secretário de Estado da Secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina. Desligou-se da Epagri em abril de 2015. Atual Secretário de Estado Adjunto da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; Secretário Executivo do Conselho Estadual do Pronaf/SC e Coordenador Geral da Aliança Láctea Sul Brasileira.

inovações. As unidades demonstrativas de milho híbrido, os terraços para conservação do solo, atividades do Clube 4S e principalmente, o suíno tipo carne. Na suinocultura, meu pai construiu, sob a orientação dos extensionistas da Acaresc e com o apoio do crédito rural, o primeiro chiqueiro com soleira, para abrigar os suínos tipo carne das raças Duroc, Landrace e Large-white. A soleira era uma projeção descoberta da pocilga, que ficava nos fundos do galpão, com o assoalho ligeiramente inclinado para fora. Com essa estrutura os suínos podiam tomar banho de sol no inverno, mas o mais relevante foi que eles “educadamente” utilizavam um canto dessa área externa para defecar e urinar, o que conferia à nossa granja um aspecto limpo. Isso era fundamental para os animais de pelagem branca. Com esses investimentos orientados pela Acaresc, nossa granja se tornou uma das primeiras fornecedoras de material genético de suínos tipo carne na comunidade. Praticamente todas as fêmeas de suínos nascidos em nossa granja eram previamente encomendadas pelos outros agricultores e vendidas a eles como matrizes, embora não tivessem registro genealógico.

Outra inovação trazida pela Acaresc que meu pai adotou foi o hábito de pintar a granja com cal. O chiqueiro todo branco do Seu Bruno se destacava no meio das demais edificações sem pintura existentes na comunidade. Água encanada para os suínos e comedouros automáticos fabricados com tábuas em casa também inspiraram muitos outros agricultores, pois permitiram alimentar os suínos *ad libitum*, sem desperdício de ração. É claro que para viabilizar essa produção, com 20 matrizes ou mais de 200 suínos na propriedade, eram necessárias muitas outras melhorias, como a trilhadeira e o triturador de milho. Calcário, adubo e semente de milho híbrido foram fundamentais para aumentar a produtividade desse grão que formava a base da alimentação dos suínos. A aquisição de concentrado proteico para misturar ao milho se tornou uma necessidade.

A liderança exercida pelo Seu Bruno na comunidade teve consequências. Uma é que nos tornamos representantes da Rações Sipal de Chapecó em todo o município de Itapiranga. Nosso trabalho era acompanhar o vendedor de rações e concentrados nas visitas aos outros criadores de suínos para fazer os pedidos e as vendas, bem como acompanhar o caminhão nas entregas. Nos primeiros anos da década de 70 meu pai fazia esse acompanhamento pesso-

almente. Mais tarde, essa tarefa coube a mim e ao meu irmão Elton. Muitas vezes perdemos a aula para acompanhar o vendedor, Sr. Abrahão Damo, e, mais tarde, o Sr. Paulo Diehl em uma semana inteira de visitas aos suinocultores. Confesso que foi uma grande escola para mim, pois acompanhar e ouvir as conversas de produtores rurais, com tão tenra idade (15 e 16 anos) foi na verdade a minha primeira imersão no trabalho extensionista. Quanto do que sei hoje não terei aprendido nessas visitas?

Outra consequência da liderança do meu pai é que ele acabou sendo eleito Presidente da Cooperativa Agropecuária de Itapiranga (Cooperita), em 1975. Seu trabalho como presidente da Cooperita em Itapiranga e o afastamento das atividades do dia a dia em nossa propriedade atribuiu ainda mais responsabilidade para os filhos que ficaram em Tunas. A Cooperita experimentou seu maior crescimento nesses anos sob a diretoria liderada pelo Presidente Bruno Spies. Foram feitos investimentos expressivos, como a aquisição da sede na Rua São Jacó, a construção do silo e a abertura de diversas filiais nas comunidades do interior, como Conceição, Ervalzinho, Cristo Rei e São João. O número de associados se multiplicou por aproximadamente dez vezes em um período de quatro anos.

Sempre tive muito interesse e facilidade em aprender coisas novas. Tanto é que completei o segundo e o terceiro anos do primário em apenas um ano. Ao final do primeiro semestre, quando eu cursava o segundo ano, o diretor da escola pediu aos meus pais que autorizassem meu avanço para o terceiro ano, durante o segundo semestre daquele ano, com a alegação de que eu não precisava mais do restante do segundo ano e que estava “atrapalhando” as aulas do professor falando as respostas das contas que fazia no quadro negro antes da hora. Assim fizeram, me passaram para terceiro ano, onde sofri muito. No início minhas notas 10 viraram 7 e 8 e isso foi traumático. Mas ao final do semestre, lá estava eu aprovado para a quarta série, junto com meu irmão mais velho. Como todas as demais famílias da minha comunidade, só falávamos a língua alemã, tanto em casa, como nas missas, no futebol, no comércio e nos encontros sociais. Aprendi a falar português aos sete anos, quando fui para a escola; e foi na marra. A professora utilizou uma técnica muito eficiente para nos ensinar. No início de cada dia de aula colocava um cartão vermelho na

mesa e dizia: *quem falar alemão vai levar o cartão!* Só nos restava ficar quietos, pois se abrissemos a boca, o risco de escapar uma palavra em alemão era grande. Quando um aluno falava qualquer palavra em alemão, lhe era passado o cartão vermelho e seu compromisso passava a ser pegar o próximo infeliz que falasse alemão, para passar o cartão adiante. Essa prática incluía até o recreio. Ao final do dia de aula, a professora fazia a pergunta cruel: Quem tem o cartão? Eu... professora, falava timidamente o condenado. E aí vinha a sentença: Completar uma página inteira do caderno para o dia seguinte com a seguinte frase: “Não devo falar alemão”. Em um ano, todos sabiam falar português, mas é claro, com aquele sotaque típico da região.

Pelo espírito inovador e vanguardista do meu pai e pelo incentivo de técnicos que trabalhavam na cooperativa e ex-alunos, como meu primo Lírio Spies, no final de 1977, quando ainda fazia o Ginásial em Tunas, fui motivado a me inscrever no exame de seleção para estudar no Colégio Agrícola de Camboriú, o CAC. Foi um grande desafio, pois com 16 anos de idade, sem nunca ter viajado além de Chapecó, tive que encarar outros ares e outras culturas, como o litoral catarinense.

Em dezembro de 1977 fui a Camboriú para fazer o exame de seleção. Um verdadeiro vestibular. Havia 480 candidatos inscritos para 40 vagas. Prova escrita pela manhã e exame físico à tarde. É verdade, o CAC preferia os alunos mais fortes para também trabalhar no campo e aprender a fazer fazendo. Por isso, fomos levados à quadra de esportes e testados pelo Professor de Educação Física, fazendo apoios frontais, levantamentos nas barras e corridas. Um fato curioso desse dia do exame de seleção foi que no dia seguinte, já tendo feito amizade com outro jovem de Biguaçu que também participou das provas, aceitei seu convite para ir a Florianópolis, conhecer a capital, e de lá embarcar no ônibus da Reunidas para voltar a Itapiranga. Com isso tive a primeira oportunidade de passar a Ponte Hercílio Luz. Depois de conhecer a Praça XV e alguns pontos turísticos guiado por meu amigo de Biguaçu, fui para à Rodoviária de Florianópolis, que ficava na Avenida Hercílio Luz. Os ônibus ficavam enfileirados ao longo da avenida, que tinha na sua parte central um fosso, na verdade, um córrego com esgoto e cheio de ratos. Como legítimo matuto do interior, comecei a procurar pedras e paus para caçar os ratos do valão da Hercílio, inspirado pela nossa prática lá de Tunas, onde em

todos os dias de chuva, nossa diversão era caçar os ratos que pudessem ser encontrados nos galpões, com a ajuda dos nossos cachorros. Era uma grande farrá. Na minha visão, era um absurdo que ratos estivessem andando em plena luz do dia, no meio da multidão que circulava pela rodoviária, sem que fossem caçados. Pobre matuto ignorante, devem ter pensado os manés que viram a cena. Contudo, o resultado do exame de seleção para mim foi bom, meu nome saiu pela primeira vez no jornal e no dia da minha formatura do Ginásial em Tunápolis, a Escola Básica Padre Balduino Rambo anunciou com orgulho que um de seus formandos já estava aprovado no famoso CAC.

Em janeiro de 1978 fui para o Colégio Agrícola, em sistema de internato. Para isso, o CAC mandou a lista do enxoval que cada calouro teria que trazer. É claro, com a ajuda de minha mãe e minha irmã Adelaide (*in memoriam*) compramos todos os itens – menos um. Foi assim que tive meu primeiro choque cultural. Chegando ao CAC, fomos acomodados em um grande quarto, onde havia cerca de quarenta camas beliche e armários individuais na parede, numerados conforme o número de cada aluno. Meu número foi o 40. Curiosamente meu cachorro Nikko ainda hoje usa um velho cobertor que foi meu companheiro do CAC onde consta o número 040. Quando guardei minhas coisas no armário 040, o colega de turma, Valdir Severino, que era natural de Itajaí, me perguntou:

- Você não vai chavear seu armário?
- Chavear como?
- Com um cadeado. Você não trouxe um cadeado?
- Não. O que é um cadeado?
- É isso que tem nas portas dos outros armários!
- Mas por que tenho que chavear?
- Ora, eles vão roubar tuas coisas!
- Mas quem vai roubar?
- Os outros!
- E por que os outros vão roubar minhas coisas?
- Seu tolo! Foi a resposta final do Valdir.

Foi um choque. Em Tunas, nossa casa e a de todos os moradores não tinha chave. Apenas uma trâmela, para manter a porta fechada e evitar que os cachorros e gatos entrassem enquanto íamos para a missa aos domingos ou no campo de futebol da comunidade. No CAC tive que aprender que você precisa cuidar das suas coisas e que nem todos pensam como você. O mundo fora de Tunas era realmente diferente.

O CAC realmente formava excelentes técnicos em agropecuária. Durante os três anos que passei lá, aprendi muito com o qualificado corpo docente do Colégio, sob o rígido comando do Diretor Jorge Campos Tzachel. Já no segundo ano assumi o cargo de monitor de hortigranjeiros, depois monitor de mecanização agrícola e, por fim, monitor de fruticultura. Esse último cargo foi motivado por uma oportunidade de emprego, pois em agosto de 1980, quando eu estava na sexta e última fase do curso, já fui contratado para atuar como técnico para orientar os produtores de citros de um projeto de uma indústria em Tunas. Como monitor de mecanização, tive o privilégio de dirigir os tratores e veículos do Colégio, incluindo o caminhão. O que hoje parece absurdo, nós fazíamos em 1980, quando eu carregava um grupo de alunos jogadores de futebol e a torcida do CAC na caçamba do caminhão e os levava para as comunidades do interior para participar das partidas do campeonato municipal de Camboriú. Felizmente nunca tivemos um acidente.



Estudante de Agropecuária no Colégio Agrícola de Camboriú, atuando como monitor de olericultura (1979)

A formatura de Técnico em Agropecuária foi no dia 13 de dezembro de 1980 e uma semana depois eu já estava trabalhando em Tunas como técnico da Citusa, uma empresa que tinha um projeto de citricultura com limão siciliano. Infelizmente esse projeto não teve o sucesso projetado. Em setembro de 1981 surgiu o convite para trabalhar na Acaresc. Havia falta de extensionistas em alguns municípios e como a Acaresc à época contratava por processo seletivo, com contrato temporário, fui chamado pelo Supervisor Regional de São Miguel do Oeste para contatar o setor de Recursos Humanos da Acaresc em Florianópolis para uma entrevista. Fui a Florianópolis, e no dia 18 de setembro de 1981, com 20 anos de idade, fui contratado para trabalhar como extensionista rural em Presidente Getúlio, na região do Alto Vale do Itajaí.

Em dezembro daquele ano fiz o concurso oficial e fui novamente contratado a partir do início de 1982, quando então fiz o pré-serviço por quatro meses em Florianópolis. O pré-serviço foi uma experiência fantástica. Muito aprendizado sobre tecnologia agropecuária e metodologia de extensão rural em pouco tempo. Meu grupo de pré-serviço de 1982 tinha 25 Engenheiros Agrônomos e 22 Técnicos em Agropecuária. As aulas eram ministradas durante a semana pelos maiores especialistas da Acaresc em cada área e nas sextas feiras à tarde, era aplicada uma prova, testando o aprendizado e o nível dos futuros extensionistas. Qualquer deslize ou nota baixa durante o pré-serviço vinha com a acusação anedotal de que você seria lotado em algum município mais longínquo do oeste estado.

Um fato pitoresco aconteceu comigo durante o pré-serviço. Como parte do treinamento, tínhamos que praticar todos os métodos de extensão rural. Um deles foi o Dia de Campo. Nesse dia, preparamos minuciosamente todos os detalhes no Cetre, com múltiplas estações, para simular a realidade de um município. É óbvio que as autoridades comparecem em um bom dia de campo, e para tal escolhemos o colega Itamar Gislon para ser o Prefeito, vestido a caráter, de terno e gravata. Para transportar o prefeito, utilizamos o meu carro, um Opala marrom metálico, no qual colamos adesivos nas portas com dizeres *Carro Oficial - Prefeitura Municipal de...* Nas placas do carro, como era praxe na época, colamos papéis com a placa CM 007, indicando que era um veículo oficial. A chegada do prefeito ao dia de campo

e seu discurso foram perfeitos. À tarde do mesmo dia, surgiu um problema. Arranquei os adesivos das portas e fui para o Centro de Florianópolis. Porém, na Avenida Mauro Ramos um policial me parou, com a seguinte queixa: *O que é isso, seu moço, placas falsas, vai assaltar um banco? Como assim, seu guarda? – Esses papéis sobre a placa verdadeira, pra que são? Opa, seu guarda, me desculpe, é que estou no Cetre, na Acaresc, fazendo o pré-serviço e fizemos um dia de campo hoje pela manhã, esqueci de tirar, etc. etc...* O coitado não entendeu nada, mas viu que eu era *do bem* e me liberou depois de arrancar o CM 007.

Depois do pré-serviço, concluído em maio de 1982, voltei para trabalhar em Presidente Getúlio. A “formatura” do pré-serviço teve outro fato memorável para mim. Na hora da entrega dos certificados, chamaram inicialmente o engenheiro-agrônomo Ilói Antunes dos Santos, que se classificou em primeiro lugar, com a maior média entre todos os 47 participantes. Em seguida, entregaram o certificado para o segundo colocado, o engenheiro-agrônomo Laércio Torres. Em seguida, chamaram Airton Spies, Técnico em Agropecuária, classificado com a terceira maior média geral de todo o pré-serviço, com todas as notas registradas no verso do Certificado. Aqui vai um reconhecimento ao Colégio Agrícola de Camboriú, que realmente formava bons técnicos de nível médio, a ponto de atender todas as exigências das mesmas provas aplicadas aos agrônomos e técnicos durante os quatro meses do pré-serviço para formar extensionistas rurais.

Devo ter sido um dos extensionistas mais jovens da Acaresc, pois comecei com 20 anos de idade, enfrentando agricultores tradicionais, principalmente produtores de leite em Presidente Getúlio. Tive o apoio imprescindível de meus colegas da equipe local: o engenheiro-agrônomo Getúlio Ceriulli, o técnico em agropecuária Jaci José Bortolon, a extensionista social Maria Solange Coral Pereira e a auxiliar de escritório Leila Kuhn. Ainda participaram da equipe durante os cinco anos que trabalhei em Presidente Getúlio, Bento Loffi, Serafim Castro da Costa e João Teixeira.

O extensionista que virou...



Visita à unidade demonstrativa de alfafa na propriedade de Theodor Richard Mayer e Teófilo Mayer, na comunidade de Rio Krauel, Presidente Getúlio



Dia de Campo na comunidade de Serra Vencida, Presidente Getúlio (1983)

Recebi um Volkswagen Fusca novo, placa AG 2661 (coincidência, nasci em 26 de janeiro de 61). Fiz questão de cuidar muito bem dessa joia e nas estradas do interior, costumava desviar de todos os buracos possíveis. Isso gerou um fato curioso, que virou anedota entre os extensionistas da região. Um dia o supervisor Celomar Gross me acompanhou em atividades pelas comunidades do interior de Presidente Getúlio. Notou que eu andava muito na contramão e na volta ao escritório me perguntou: *O alemão, por que você anda tanto na contramão? É para desviar dos buracos, chefe!. E ele respondeu: sim, sim, mas e na volta, por que você também andou na contramão?* Não pude responder que os buracos mudavam de lado ao longo do dia!

Durante a minha permanência no Alto Vale do Itajaí também fui eleito presidente do Núcleo Regional da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (Atasc). Foi um período de intensas discussões sobre a profissão e os técnicos unidos conseguiram eleger seu representante Hugo Biehl como deputado estadual.

Como sempre tive interesse em continuar os estudos, fiz o curso de Administração de Empresas na Unidavi de Rio do Sul, me deslocando todos os dias após o trabalho, por 80km. Mesmo formado como administrador, eu queria continuar a investir na minha formação profissional. Fiz o vestibular para Direito na Univali de Itajaí e fui aprovado. Porém, em 1985, meu supervisor regional Celomar me estimulou a fazer o vestibular para agronomia, com o argumento de que eu tinha potencial para crescer nas ciências agrárias. Aceitei o conselho do chefe e me inscrevi para a agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis e na Universidade do Estado de Santa Catarina, em Lages. Estudei muito, por conta própria para as provas. Fiz o vestibular da UFSC e quando estava no segundo dia de provas da Udesc, recebi o resultado de que havia sido aprovado na UFSC. Consultei o chefe Celomar, se poderia desistir da Udesc, ao que ele me disse: já que você já fez dois dias de provas, faça os outros dois também e se for aprovado na Udesc, teremos mais uma opção para te transferir. Dito e feito! Fui até o final e passei também.

No início de 1986 eu me encontrava na seguinte situação: era o extensionista da Acaresc de Presidente Getúlio, formado em Administração de

Empresas, e com três opções de universidades abertas: Direito em Itajaí, Agronomia na Udesc de Lages e Agronomia na UFSC em Florianópolis. Vim a Florianópolis para negociar minha situação com a diretoria da Acaresc. Fui recebido pelo presidente Sérgio Martinho Nerbass. Ele ouviu minha história e disse: *Qual é a tua preferência entre as três opções*. Eu respondi que era a UFSC, em Florianópolis. Ao que ele respondeu: *então passe na RH e solicite tua transferência*. Vim para trabalhar no setor de Administração Rural e Socioeconomia, onde o trabalho das Propriedades Agrícolas Típicas (PAT) era coordenado e havia grande volume de dados a serem processados utilizando calculadoras elétricas. Me deram a opção de trabalhar em regime de 6 horas diárias, com flexibilidade para ajustar com o horário de aulas, mas com o compromisso de fechar 6 horas/dia no mês, controladas por cartão ponto.

Em 1987 aconteceu outro fato inovador na minha atividade profissional na Acaresc. Eu era o responsável por produzir uma publicação mensal chamada Acompanhamento e Análise de Preços Agrícolas, que divulgava as séries históricas de preços agrícolas, com análises estatísticas, preços deflacionados pelo IGPdi, relações de troca e também análises conjunturais. No início, todos os cálculos eram feitos manualmente em calculadoras eletrônicas. Quando a Acaresc comprou os primeiros quatro computadores pessoais (PCs modelo Cobra XT) ao preço equivalente a um automóvel VW Fusca 0 km, passei a utilizar um deles no setor de informática, onde só se entrava de jaleco branco. Pouco tempo depois, foi tomada a decisão pela diretoria da Acaresc de retirar um PC de lá e repassá-lo para meu uso, no setor de Administração Rural. Foi o primeiro computador em toda a história da Acaresc a ser utilizado por um técnico da área fim. Isso causou certo estresse na área, mas, enfim, hoje todos sabemos o que a informática representa nas nossas vidas.

Meu interesse pela informática sempre foi grande e por isso acabei liderando alguns movimentos. Ao ser transferido para atuar na Estação Experimental da Epagri de Caçador, em 1992, levei comigo o PC Cobra XT500 e o instalei lá para o trabalho. E fui além: em 1993, com recursos da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã, que apoiava a pesquisa, e o empenho decisivo do então chefe da unidade, fui a São Paulo para participar da Fenasoft e fiz a aquisição de um Servidor de Rede e da primeira rede

Novell da Epagri e a instalamos na Estação Experimental de Caçador. Foram 14 computadores ligados em rede, compartilhando softwares, impressoras e inclusive o primeiro escâner com OCR que se tem notícias na pesquisa e na extensão rural de Santa Catarina. Foi impressionante ver a primeira foto de uma maçã que havia sido tirada por um pesquisador diretamente do pomar impressa em uma impressora jato de tinta colorida e estampada no mural em tamanho A4. Também foi inovador escanear um artigo impresso no papel e transformar essa imagem em um arquivo de texto do MS Word, sem precisar digitar novamente, utilizando o OCR. Ministrei diversos cursos de DOS, Excel e MS Word para os pesquisadores e funcionários administrativos da unidade da Epagri. Tudo o que hoje parece corriqueiro em informática há 23 anos não era assim.

Concluí o curso de Agronomia no Centro de Ciências Agrárias da UFSC em 1990, depois de 10 semestres. Quando eu estava no último ano de Agronomia, a Acaresc ofereceu ao grupo de técnicos da área de Socioeconomia uma oportunidade para fazer um curso de especialização em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras, em regime ensino à distância. Pude fazer a pós-graduação, pois já tinha a graduação em Administração de Empresas. Depois de um ano e meio, concluí o curso e me tornei especialista em Administração Rural.

Até 1990 eu não tinha o hábito de fazer exercícios físicos regulares. Naquele ano, minha esposa Carlise se formou como Pedagogia na Udesc e, como presente de formatura, recebeu de seu pai uma bicicleta. Na primeira oportunidade que tive, peguei a bicicleta e fui do bairro do Itacorubi ao Centro de Florianópolis, uma distância de 8km. Na volta, quando passava em frente à Casa D'Agrônômica, residência oficial do Governador de Santa Catarina. Então, não aguentei mais pedalar e tive que empurrar a bicicleta até minha casa. Estava realmente sem preparo físico. Fiquei com muita vergonha da minha *performance*. Com 29 anos de idade eu era incapaz de me carregar. Esse foi o ponto de virada para uma mudança de atitude. Passei a correr na praia, depois nas ruas e, por fim, comecei a participar de maratonas. Nunca mais parei. Até hoje já completei 34 maratonas de 42.195 metros e mais de 50 meias maratonas com 21.097 metros, além de inúmeras corridas

mais curtas. Correr maratonas é uma excelente forma de se motivar para viajar pelo Brasil e pelo mundo. Já participei das maratonas de Munique, Madri, Santiago, Lima, Assunção, Montevidéu, Buenos Aires, Punta del Este e Mendoza. Na Austrália e na Nova Zelândia fiz outras quatro maratonas completas. Em Florianópolis, provavelmente eu tenha uma marca exclusiva, pois fiz doze vezes consecutivas a maratona Internacional de Santa Catarina sem falhar um ano sequer, desde que voltei do doutorado em 2003. A maratona é o esporte olímpico mais nobre, tanto que é o evento que fecha as Olimpíadas. Segundo a história, essa corrida nasceu na Grécia e foi uma homenagem ao soldado Felípedes que, ao ganhar uma batalha pelo exército grego na cidade de Maraton, foi encarregado de levar a boa nova ao Rei no Palácio em Atenas. O soldado cumpriu sua missão, correndo até Atenas e, ao comunicar o fato ao Rei, acabou morrendo. Correr é muito bom, enche a parede de medalhas e mantém a fivela do cinto no mesmo buraco por muitos anos. Pretendo continuar fazendo isso enquanto minhas pernas permitirem.

A transferência para a Estação Experimental de Caçador veio acompanhada da ideia de continuar meus estudos de pós-graduação em nível de mestrado. Isso aconteceu, quando em 1994 fui selecionado para o mestrado da Fundação Getúlio Vargas, na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebape) no Rio de Janeiro. Eu já conhecia bem a FGV, pois fiz três meses de estágio da agronomia no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, onde se produziam as informações mais importantes sobre economia e gestão do Brasil, incluindo a revista *Agroanalysis*. A Epagri ainda não tinha nenhum de seus profissionais com pós-graduação na FGV e essa era uma escola de grande interesse para a pesquisa e a extensão rural de Santa Catarina. Contudo, não concluí o mestrado na FGV por uma boa razão. Após seis meses de curso, recebi uma notícia importante da Lincoln University da Nova Zelândia. Eu havia sido aprovado para o Mestrado em *Agriculture Science* e, para minha grande alegria, havia sido agraciado com uma bolsa de estudos completa do New Zealand Official Development Aid (NZODA). Negocieei com a diretoria da Epagri a transferência para a Nova Zelândia e em menos de 30 dias, no dia 17 de julho de 1994, parti para o outro lado do mundo. Eu já havia feito o teste de proficiência em Inglês (Ielts). Transferi minha família

do Rio de Janeiro para Itapiranga, pois minha esposa Carlise estava grávida e não podia viajar de avião. Fui sozinho para a Christchurch, na Nova Zelândia, enfrentar um novo desafio, em pleno inverno e numa cultura diferente, país em que o inglês é a língua oficial.

Em dezembro daquele ano, após seis meses na Nova Zelândia, voltei ao Brasil para acompanhar o nascimento do nosso filho Thomas em Itapiranga. Ele nasceu no dia 30 de dezembro de 1994. Relato esse fato por ser curioso. Por conta de todas as circunstâncias, Thomas é provavelmente o brasileiro mais jovem a ter sua carteira de identidade e passaporte. As regras da minha bolsa de estudos da Nova Zelândia estabeleciam que eu precisaria voltar até o início de fevereiro de 1995. Logo, nosso filho tinha que ter visto para entrar no país e meu desejo era levar toda a família. Para ter visto, precisava de passaporte, para ter passaporte precisava de RG e para ter RG precisava de certidão de nascimento, logo Thomas precisava nascer o quanto antes para preparar tudo isso em 30 dias. E conseguimos. Com um dia de idade, fizemos sua certidão de nascimento e também sua carteira de identidade. Levei o fotógrafo e o responsável pelo serviço das carteiras de identidade da Prefeitura de Itapiranga no hospital, fizemos as fotos e o mais difícil: tiramos as impressões digitais dos 10 dedinhos do meu garoto de um dia. Só que essa parte eu mesmo fiz, molhando cada dedinho na almofada com tinta e marcando o cartão de identificação. Com sete dias de idade levamos o Thomas para a Polícia Federal de Dionísio Cerqueira para fazer o passaporte, que ficou pronto logo em seguida. Mandei todos os documentos para o Consulado Geral da Nova Zelândia em São Paulo, onde o visto foi concedido. Estava pronto para viajar com toda a família para a Nova Zelândia, incluindo o bebê de 30 dias de idade. Quase insano!

O mestrado na Lincoln University foi uma experiência gratificante. Apreendi a amar esse pequeno país de cultura britânica e moldei minha visão sobre a agropecuária eficiente e competitiva, principalmente na pecuária de leite. A Nova Zelândia produz o leite de maior qualidade a custo mais baixo do mundo, sendo responsável por quase 1/3 de todas as exportações mundiais de produtos lácteos. Minha dissertação de mestrado foi sobre o *modus operandi* dos consultores em Administração Rural que prestam assistência aos produto-

res de leite. Fui orientado pelo Professor Dr. Gerald Frengley, que veio diversas vezes ao Brasil ministrar cursos de administração rural desde que foi estabelecida nossa parceria. Cabia a mim fazer as traduções dos cursos.

Voltei ao Brasil em julho de 1996, quando assumi a Coordenação do Programa de Socioeconomia na Sede da Epagri. Tínhamos uma equipe muito boa, com profissionais especializados em economia e administração rural e me cabia coordenar o trabalho de Rede de Referências, Contabilidade Agrícola, Crédito Rural, acompanhamento e análise de conjuntura e desenvolvimento de softwares de planejamento e gestão agrícola. O desenvolvimento e a manutenção dos sistemas Contagri, Planagri e Crediagri fazem parte dos resultados dos trabalhos dessa equipe e são executados desde os tempos da Acaresc.

Em 1999 tive aprovação do meu projeto de doutorado junto à University of Queensland, em Brisbane, na Austrália, bem como, obtive a bolsa de estudos do CNPq. Foi mais um desafio, iniciado em julho daquele ano, no qual incluí minha família: a esposa e os dois filhos, um com 14 anos e outro de 4 anos. Meu projeto de pesquisa de doutorado foi um estudo sobre a sustentabilidade da suinocultura e da avicultura de Santa Catarina, utilizando um método de análise chamado Análise do Ciclo de Vida, que faz uma contabilidade de todos os impactos ambientais da atividade, desde o “berço até a cova”. Como resultado, foi possível encontrar os pontos críticos onde ocorrem os principais impactos e estudar mecanismos de mitigação, com o maior retorno possível de benefícios. Durante o meu doutorado tive a oportunidade de publicar diversos artigos em revistas especializadas pelo mundo e também um livro da minha tese. Também tive a oportunidade de lecionar algumas disciplinas dos cursos de graduação na Universidade durante o meu doutorado, o que foi uma experiência gratificante. Minha esposa também fez mestrado na University of Queensland e passou a trabalhar na mesma instituição.

Em julho de 2003 concluí meu doutorado e voltei ao Brasil. Reassumi minhas funções como pesquisador da Epagri, na Sede, nas áreas de economia e administração rural.

Uma das atividades que mantive com a Nova Zelândia e com a Austrália, durante o doutorado e após o meu retorno ao Brasil, foi a de organizar e con-

duzir missões técnicas internacionais para conhecer a agropecuária e as políticas de pesquisa, ensino e extensão desses países. Até 2014 já realizamos dez missões, com média de trinta participantes por grupo. Esses grupos, via de regra, têm uma instituição patrocinadora e administradora da missão. Eu me encarrego da organização do roteiro, de toda a parte logística e de apoio nos dois países, bem como da tradução de todos os documentos e das conversas. Para organizar e executar o programa das missões, sempre tivemos o apoio imprescindível da Lincoln University na Nova Zelândia, por intermédio do professor Tony Zwart, e da empresa Agritours Australia, por meio do seu diretor Peter Lloyd. O perfil dos participantes da missão depende da entidade organizadora no Brasil e as organizações das cooperativas, federações de agricultura, entidades de representação de setores produtivos, empresas de pesquisa e extensão rural e secretarias de agricultura são exemplos. Na última missão, tivemos a participação de sete deputados federais integrantes da Comissão da Agricultura da Câmara e de um deputado estadual.

Para mim, cada uma dessas missões foi uma grande oportunidade para atualizar e aperfeiçoar meus conhecimentos técnicos, principalmente na área de produção de leite e carne à base de pasto.



Missão técnica à Austrália e Nova Zelândia com dirigentes cooperativistas (2008)

O extensionista que virou...



Missão técnica à Austrália e Nova Zelândia com produtores e lideranças do agronegócio catarinense (2011)

Em 2005 o Instituto Cepa foi incorporado à Epagri e fui designado pelo presidente Athos de Almeida Lopes para chefiar o novo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa). Atuei como gerente do Cepa até abril de 2010.

Uma das atividades incomuns em meu ofício principal ocorreu em 15 de maio de 2005, quando, durante uma viagem a Curitiba, na qual incluímos uma visita ao Jardim Botânico, tive a ideia de ditar e minha esposa escreveu um ensaio futurístico sobre um Jardim Botânico em Florianópolis, localizado no Centro de Treinamento da Epagri no Itacorubi. O ensaio futurístico descrevia as cenas como se estivéssemos em 2015 e o Jardim Botânico estava plenamente instalado e recebendo milhares de visitantes todo ano. Apresentei esse documento ao Presidente Athos, que inicialmente reagiu, dizendo: *Spies, vamos entregar um terreno da Epagri que vale milhões assim de graça?* Eu convenci o presidente de que, ao destinar o terreno do Cetre para instalar um Jardim Botânico, o terreno da Epagri não estava sendo perdido. Muito pelo contrário, estaria sendo assegurada para sempre uma área, no Centro de Florianópolis, para a Epagri manter suas atividades de apoio à pesquisa e à extensão rural. Dr. Glauco Olinger, fundador da Acaresc e responsável

pelas negociações com os Padres Jesuítas que permitiram o acesso ao terreno pela extensão rural, também concordou. Assim, nasceu o projeto do Jardim Botânico de Florianópolis, que ainda está por ser efetivamente construído.

Em abril de 2010, fui convidado pelo Governador Leonel Pavan e pelo Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural Enori Barbieri para assumir o cargo de Secretário Adjunto. Em 2011 o Governador eleito, João Raimundo Colombo, assumiu o governo e me convidou para continuar atuando como Secretário Adjunto. Na reforma administrativa daquele início de governo, mudamos o nome da Secretaria para Secretaria da Agricultura e da Pesca.

Durante os quatro anos do primeiro mandato do governador Raimundo Colombo tive a oportunidade de assumir como titular da pasta por diversas vezes, em razão da exoneração temporária do Secretário João Rodrigues, para que ele assumir o mandato como deputado federal. A lei exige que, para assumir o mandato, mesmo que por curtos períodos, ocorra a exoneração e a consequente nomeação de outro titular. Assim, minha primeira designação como Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina ocorreu em fevereiro de 2011.

De abril de 2014 a fevereiro de 2015 permaneci como secretário titular da pasta. Nesse período, aproveitei a experiência acumulada nos quatro anos anteriores para conduzir as políticas públicas, bem como os programas, os projetos e as ações de responsabilidade da secretaria. Também coube a mim presidir o Conselho de Administração da Epagri e o Conselho de Administração da Cidasc. Por esse caminho longo e de muito esforço, o filho de agricultor nascido em Itapiranga, criado no distrito de Tunas, assistido da Acaresc, extensionista da Acaresc e pesquisador da Epagri veio a exercer o mais alto cargo no comando do setor público da agropecuária catarinense, com a confiança do governador João Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Uma Secretaria de Estado, em princípio, sempre tem duas agendas: uma agenda política e uma agenda técnica. A pasta vai bem se ambas estão bem cuidadas. Por isso, a parceria entre um secretário, com ampla sensibilidade política, como um parlamentar experiente, e um técnico profissional da área de ciências agrárias, zootécnicas e veterinárias, forma uma dupla ideal para atuar, seja

O extensionista que virou...

como secretário ou secretário adjunto. Nesse sentido, o mérito da escolha desse perfil cabe ao governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Moreira. A secretaria tem no seu conjunto mais de 3.500 funcionários e um orçamento de 600 milhões de reais por ano para cuidar da pesquisa agropecuária, da extensão rural, da defesa agropecuária e qualidade, e do fomento agropecuário. Trata-se, portanto, de uma função que requer responsabilidade.

Durante os quase seis anos que atuo na Secretaria da Agricultura e da Pesca, mesmo tendo uma agenda muito carregada de compromissos, nunca larguei a minha agenda técnica. Dessa forma, continuei ministrando centenas de palestras, sempre a convite e por demanda dos organizadores. Em média, foram mais de trinta palestras por ano, tanto em Santa Catarina como em outros estados brasileiros e até mesmo no exterior, como em Angola, Etiópia, Senegal, França e tantos outros. Conheci mais de 50 países nessa jornada.



Lançamento da Aliança Láctea Sul Brasileira, durante a Expointer (2015)

Estou convencido de que os investimentos públicos na agropecuária catarinense produzem excelentes retornos. No balanço social da Epagri de 2014, é apontado um retorno de R\$ 3,58 para cada R\$ 1,00 investido. Foi assim que o estado de Santa Catarina se tornou o maior produtor nacional de suínos, maçã, cebola, alho e moluscos; e o segundo maior produtor de frangos, arroz e tabaco, mesmo tendo apenas 1,13% do território nacional. Foi assim que o estado também atingiu um *status* de excelência sanitária, sendo o único estado livre de febre aftosa com certificação pela Organização Mundial de Saúde Animal. Também obteve o certificado de área livre de peste suína clássica. Esse resultado não seria possível sem uma forte parceria com o setor privado, onde Santa Catarina conta com a competência de produtores e agroindústrias que transformam a produção em produtos de alta qualidade que conquistam o mercado global, aproveitando todas as possibilidades que o clima e o solo catarinense apresentam. Tudo feito dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Tenho muito orgulho de ter participado dessa jornada exitosa de desenvolvimento durante 34 anos na Acaresc e na Epagri. Também é uma honra poder continuar contribuindo para o desenvolvimento de Santa Catarina na função de Secretário de Estado Adjunto.

O extensionista que virou...

Presidente de cooperativa agropecuária: uma história para ser contada em muitos capítulos

*Vilibaldo Erich Schmid*²⁴

Nascido em Treze Tílias, estudei em escolas de Joaçaba e Blumenau e fiz o ensino superior em Agronomia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Formado em 15 de dezembro de 1970, iniciei as atividades profissionais na Acaresc em janeiro de 1971, primeiramente com o pré-serviço no Cetre, em Florianópolis, e com o estágio de campo em Piratuba, no mês de março de 1971, com o extensionista Anselmo Antônio Hess. Em abril, assumi o escritório local da Acaresc em Timbó.



Lavoura demonstrativa do Sr. Osvino Laske - estágio em Piratuba (1971)

²⁴Engenheiro-agrônomo, ingressou na Acaresc em 1971. Atuou como extensionista rural em Timbó. Foi coordenador regional de cooperativismo na região de Joaçaba e de agricultura em Jaraguá do Sul. Em 1977 se desligou da Acaresc e ingressou na Copercampos. Foi vice-presidente e presidente da Copercampos, presidente da Credicampos e da Ocesc. Diretor da OCB. Prefeito Municipal de Campos Novos e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Presidente de cooperativa agropecuária: uma história para ser contada em muitos capítulos



Estágio na área de suinocultura - Seara (1971)



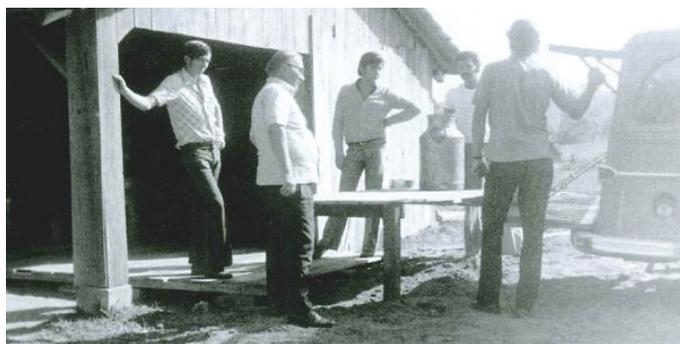
Reunião com lideranças para constituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal - Timbó (1972)

O extensionista que virou...

O sucesso do trabalho da Acaresc nos anos 70 se deu, em grande parte, pela repercussão da introdução dos fertilizantes e de outros insumos nas lavouras de arroz. As produtividades de arroz passaram de 30 para 100 sacos por hectare. A introdução das variedades de milho híbrido foi outro grande avanço da época: as lavouras passaram de 30 sacas por hectare para 80scs/hectare. Na produção de leite, foi fomentado o cooperativismo objetivando *libertar* o produtor do comerciante, que apenas trocava o leite por mercadorias (sal, açúcar, farinha, café e outros). Através desta ação, a partir de 1973 a produção de leite passou a ser comercializada pela Cooperativa Central do Vale de Itajaí. A constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, formados por lideranças e representantes dos agricultores, foi um facilitador para introdução de novas tecnologias no campo.



Visita a propriedade demonstrativa de gado leiteiro, com prefeito municipal Sr. Alidor Pieritz e membros de CMD - propriedade do Sr. Gerhard Schwertz - comunidade Pomeramos -Timbó (1973)



Posto de coleta de leite em Timbó - extensionistas Vilibaldo Schmid e Frans Damm (1973)

Presidente de cooperativa agropecuária: uma história para ser contada em muitos capítulos



Introdução de vacas leiteiras holandesas em Timbó - fomento para produção e comercialização pela Cooperativa Central Vale do Itajaí (1973)



Lavoura de arroz irrigado na propriedade do Sr. Nilo Moser - produção de 100 sc/ha x 35 sc/ha no ano anterior - comunidade de Tirolezes - Timbó (1973)

O extensionista que virou...



Lavoura de arroz irrigado na propriedade do Sr. Nilo Moser - produção de 100 sc/ha x 35 sc/ha no ano anterior - comunidade de Tirolezes - Timbó (1973)

Em 1975 assumi a coordenação de cooperativismo em Joaçaba com atendimento aos municípios e cooperativas de Joaçaba, Capinzal, Concórdia e Campos Novos. O foco principal era a formação dos comitês educativos com o objetivo de fomentar as cooperativas e orientar os associados sobre seus direitos e deveres. Tinha a missão, também, de elaborar projetos para a construção de silos e armazéns para as cooperativas através de financiamentos do BRDE, principalmente pelo crescente incremento na produção de cereais, especialmente soja e milho. A Copercampos, na época dirigida pelo ex-extensionista engenheiro-agrônomo Athos de Almeida Lopes, foi a coopera-

tiva que mais utilizou os esforços da Acaresc na orientação dos associados ao cooperativismo. Por seu intermédio, implantamos 34 comitês educativos na área de ação da cooperativa.

Em setembro de 1976 passei para a coordenação de agricultura na regional de Jaraguá do Sul. Em função de convite recebido do então presidente da Copercampos, pedi demissão da Acaresc e fui trabalhar na cooperativa de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 1977, assumindo a gerência de produção. Na época, a cooperativa contava com 36 funcionários e um agrônomo. Falando em agrônomo, como presidente do núcleo regional de engenheiros-agrônomos, promovemos o primeiro encontro regional da classe, em março de 1978. Entre os anos de 1978 e 1985 assumi as gerências comercial e financeira. De 1985 a 1987 exerci a vice-presidência da Copercampos e em 1988 fui eleito seu presidente pela primeira vez. No período de 1985 e 1992 fui presidente fundador da Credicampos e conselheiro fiscal da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) empreendendo várias viagens ao exterior para intercâmbio cooperativo e comercial.



Implantação dos comitês educativos do cooperativismo na Copercampos - programa executado pelas Coordenações Regionais de Cooperativismo da Acaresc (1977)

O extensionista que virou...



1ª Semana do Engenheiro-agrônomo em Campos Novos - Presidente do Núcleo Vilivaldo Schmid - presentes Wilson Santa Catarina - prefeito Sebastião Correa - gerente BB Valdemar Schuch - Glauco Olinger - Raul Zucatto (1978)



15 anos da Copercampos - homenagem ao sócio fundador Alberto Aleixo Rossi - presença do presidente Athos de Almeida Lopes e vice-presidente Vilivaldo Erich Schmid (1985)

Presidente de cooperativa agropecuária: uma história para ser contada em muitos capítulos



Abertura da agência da Credicampos em Campos Novos - presidente Vilivaldo Erich Schmid e vice-presidente Athos de Almeida Lopes - 05 de setembro de 1985



Assembleia Geral da Copercampos - na mesa: presidente Vilivaldo Erich Schmid e ex-presidentes Athos de Almeida Lopes e Luiz Carlos Chioca - os três ex-Acaresc. Dos 45 anos da Copercampos os três eng.-agr. a dirigiram por 39 anos. Luiz Carlos Chioca é o atual presidente.

Em março de 1990, assumi a presidência da Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), permanecendo até 1993. Enquanto estive na Ocesc, implantamos a autogestão do cooperativismo, saindo da tutela do governo e estabelecendo normas de gestão e fiscalização pelo próprio cooperativismo. Também criamos o Formacoop, que consistia no inter-

câmbio das cooperativas do Mercosul, nos anos de 1990-93. Ainda em 1990 participei de mais uma conquista do cooperativismo brasileiro, que foi a criação do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), comandado em âmbito nacional por Dejandir Dalpasqualle. Eu fiquei como responsável pela vice-presidência do estado de Santa Catarina. Também tive participação no Conselho Fiscal da Cooperativa Central Oeste e da Fecoagro.

Voltando a Campos Novos em 1993, assumi novamente a presidência da Copercampos. Permaneci como presidente até 2008, deixando o cargo para participar da eleição de prefeito do município. Em outubro de 2008, fui eleito prefeito municipal de Campos Novos para o mandato 2009/2012. Fui presidente da Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense no ano de 2011. Além disso, no período entre dezembro de 2013 e agosto de 2015 assumi a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Na Copercampos, destaco o ingresso na agroindústria, com a instalação da fábrica de rações e, recentemente, a construção de granjas reprodutoras de matrizes suínas e do frigorífico de suínos, posteriormente repassado para a BRF.

Vale ressaltar que, no campo pessoal, com apenas oito anos de idade, conheci Glauco Olinger na cidade de Francisco Beltrão, Paraná (Marrecas, na época). Ele apareceu no povoado com um Jeep Willys novo e dois guarda-costas porque havia conflito de terras e ele tinha a missão de mediar os enrosocos. Tomava o café da manhã em nossa casa porque o pão da dona Emma, minha mãe, era único. Em 1961, fui visitá-lo em Florianópolis, quando ele era Secretário da Agricultura e presidente da Acaresc, ocasião em que me sugeriu cursar agronomia quando crescesse. Foi assim que se formou mais um agrônomo. Na Acaresc, tive uma segunda faculdade pelas orientações e treinamentos constantes com metodologia e estratégias voltadas para a busca de resultados. Objetivos, planos e metas com diretrizes, somadas ao relacionamento com foco no ser humano, facilitaram várias conquistas na minha trajetória profissional e pessoal.

Uma história para ser contada em muitos capítulos!!!

Vice-prefeita: caminho sem volta

Marlene Sachetti Schmitt²⁵

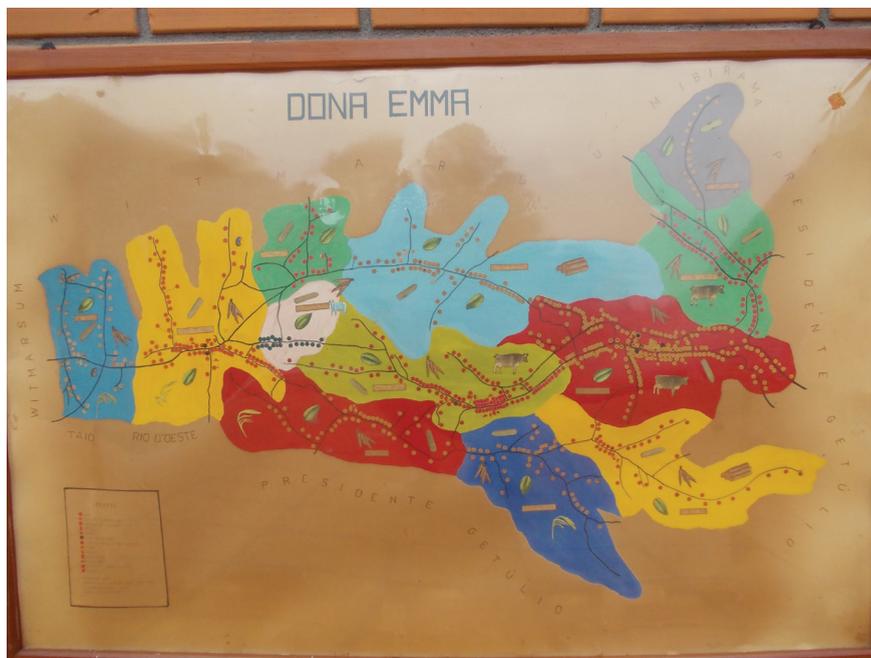
Uma longa e rica caminhada de 40 anos pelas estradas, trilhas, corredores e escadarias da Acaresc/Epagri que iniciei em 6 de setembro de 1974, quando ingressei como Auxiliar de Escritório no Escritório Local da Acaresc de Dona Emma.

Na época havia apenas o Técnico Local e eram atendidos dois municípios: Dona Emma e Witmarsum. Recursos escassos, mimeógrafo a tinta, pantógrafo para elaborar álbuns seriados, flanelógrafo e o jeep. Minhas atividades eram atender os agricultores, elaborar o material didático para as reuniões, compostos de convites, cartas circulares, álbum seriados, cartazes, e relatórios semanais datilografados.

Na Prefeitura Municipal de Dona Emma existia apenas um mapa muito simples, contendo as divisas das comunidades e a estrada principal. O mapa, do tamanho de duas folhas A4, foi ampliado com o auxílio do pantógrafo para 1,0m x 1,5m. Então, o técnico, quando ia ao campo, traçava num rascunho o trajeto das estradas vicinais e pontuava as famílias, escolas, igrejas e outros pontos importantes. De volta ao escritório, repassando os dados com bolinhas do perfurador de papel de várias cores, caneta esferográfica preta e lápis de cor, elaboramos um mapa com todas as famílias numeradas, estradas, escolas, tifas, pontes, igrejas, comércio e as principais culturas de cada comunidade. O mapa serviu inúmeras vezes para a própria prefeitura. Era a radiografia de todo o município.

²⁵Pedagoga, Furb (1978); especialista em Orientação Educacional, Unidavi (1989) e em Desenvolvimento Rural Sustentável, Unochapecó, (2003). Ingressou na ACARESC em 06/09/1974 como auxiliar de escritório em Dona Emma. Em 1978 passou a atuar como extensionista social 4-S em Rio do Sul, coordenadora regional em Ibirama e como extensionista social em Dona Emma e José Boiteux. Em 2000 foi eleita vice-prefeita de Dona Emma, tendo assumido como prefeita municipal em 2004. Desligou-se da Epagri em 2015, com 40 anos de trabalho, através do PDVI.

O extensionista que virou...



Mapa do município de Dona Emma, identificando famílias, estradas, escolas ...

Poucos meses após, chega uma extensionista. Equipe completa, trabalho quase dobrado, porém muito rico. Nesse período aprendi muito sobre a Extensão Rural, tanto que na ausência da extensionista, eu, como administrativa, assumia seu papel em reuniões nas comunidades. Lembro perfeitamente de uma rodada de reuniões de planejamento que realizei junto com o técnico em todas as comunidades do município para posterior elaboração do plano anual de trabalho.

Foram quase quatro anos de muito trabalho e estudo. Trabalhava durante o dia, fazia o Magistério no município vizinho à noite e nos finais de semana limpava e organizava o escritório local. Eu não era obrigada a deixar o escritório organizado nos finais de semana. Fazia por gostar.

No final de 1977 e início de 1978, com o segundo grau completo, era o momento de, talvez, mudar de vida. Meu grande sonho era sempre estudar, estudar, estudar mais. Foi quando prestei vestibular e no mesmo período abriu concurso para Extensionista Social na Acaresc. Pois bem. Fui para Itajaí,

fazer a dita prova, escrita e entrevista. Tinha certeza que não passaria, pois eram 40 vagas para uma imensidão de pessoas prestando concurso. O fato de ser do interior, da área rural, com uma autoestima bem baixa me fazia ter essa certeza. O *bulling* já existia.

Para minha surpresa, com dois dias de intervalo, fui chamada para o Pré-Serviço, aprovada no concurso. E o resultado do vestibular também havia sido positivo. Trabalhar era preciso, pois apenas estudar não me era possível. Nem eu nem minha família tínhamos condições financeiras para bancar uma faculdade.

Lá fui eu para Videira. Um mês no Cetrevi com mais 39 colegas. Período de muita pressão, aprendizado e medo. Medo de ser reprovada e convidada a me retirar. A coordenação do pré-serviço era extremamente rigorosa. Tínhamos aulas até aos sábados. Era-nos permitido sair apenas no sábado, no final da tarde para ir à missa. Uma Kombi levava-nos até a igreja e nos conduzia de volta ao Centro de Treinamento. Algumas colegas mais corajosas não voltavam da missa. Ficavam no centro de Videira para se divertir numa *discoteca* famosa da cidade. Cada qual procurando um *flerte* motorizado, que pudesse levá-las ao Cetrevi no final da noite. Tudo isso no pleno sigilo. A coordenadora não poderia tomar conhecimento. Eu nunca ousei fazer tais *traquinagens*, tanto que nem no casamento da minha irmã obtive consentimento para sair.

Após um mês em Videira, fomos direto a Florianópolis e nos juntamos a um grupo de médicos veterinários, que lá já estavam em pré-serviço. Dois meses no Cetre foram o suficiente para me tornar mais confiante, porém ainda não ousada. Enquanto muitas saíam para a badalada *discoteca da engenharia*, em pleno sábado eu ficava estudando e preparando as Demonstrações de Método (DMs).

Foi num desses sábados à noite e mais o domingo todo que preparei a simulação de uma *Reunião de Comunidade*. As colegas da minha equipe haviam saído para se divertir. Aquele final de semana ficou marcado na minha memória, pois um dos coordenadores mais rígidos, o mais odiado pela maioria, foi-me especialmente solícito. Organizou comigo toda a reunião, deu dicas, sugestões. Sinto gratidão por ele até hoje.

Reunião pronta, tudo organizado, agora era somente torcer para que eu fosse sorteada para conduzi-la. *Bingo!!!* Meu nome foi sorteado e consegui apresentar muito bem a simulação de uma *reunião de comunidade*. Tanto que

fui isentada de conduzir a tão *amedrontadora* DM.

O final do pré-serviço se aproximava e as especulações sobre qual município seríamos alocadas deixava o grupo muito tenso. Após idas e vindas, listas falsas que apareciam na calada da noite penduradas no mural, choros, alegrias, tristezas, colegas dispensadas, chega finalmente o dia da distribuição dos municípios. Enquanto algumas colegas foram designadas para muito longe dos seus municípios de origem (prática comum na época; quem era do Oeste ia para o Sul e vice-versa), tive o privilégio de ficar perto do meu município. Fui para Rio do Sul, compor a Equipe 4-S. Em 1o de março de 1978 na minha carteira de trabalho constava a função de Extensionista Social.

Trabalhei 10 anos com juventude rural. Tínhamos 12 clubes 4-S distribuídos em oito municípios do Alto Vale. Trabalhávamos de domingo a domingo, pois os finais de semana é que demandavam mais as atividades organizacionais dos grupos e durante a semana fazíamos o trabalho técnico.

O programa de rádio semanal *Força Jovem* é que nos permitia marcar as reuniões técnicas e organizacionais, homenagear os aniversariantes, transmitir informações técnicas ou desmarcar algum evento quando chovia muito. Era nosso melhor meio de comunicação com os grupos. Todos ficavam atentos ao programa, inclusive para ouvir notícias do seu Clube, pois cada diretoria tinha o seu *repórter*, responsável pela divulgação dos eventos da sua comunidade.

Foi nesse período que ocorreu 1o Encontro Estadual de Clubes 4-S em Chapecó. Participamos na região com 22 ônibus lotados de jovens. Um encontro histórico.

Outro fato inesquecível foram as enchentes de 1983. As duas equipes 4-S do Alto Vale estavam no Centro de Treinamento de Agrônômica (Cetrag), em meio a uma capacitação de lideranças jovens. Quando as águas começaram a subir (até aquela data só havia ocorrido uma vez, há mais de 50 anos), alguns jovens conseguiram, de ônibus, voltar para seus municípios. Porém, 29 deles e mais as duas equipes 4-S não tiveram como retornar. Ficamos no Cetrag durante 14 dias, ilhados, sem água, sem energia elétrica, sem comunicação e racionando a alimentação. Muito sofrimento, mas muita solidariedade. O aprendizado foi inigualável.

Inigualável sim, pois, nós, mulheres, não tínhamos permissão para casar, nem tampouco para usar o veículo da empresa. Quando um colega de traba-

lho saía da equipe, o veículo também era recolhido. Realizei muitas atividades deslocando-me de ônibus, dormindo em residências de lideranças 4-S ou mesmo aproveitando caronas. Era necessário cumprir o planejamento de trabalho, pois as avaliações eram severas e na época não eram levadas muito em consideração as condições de deslocamento.

Foi durante esses 10 anos que trabalhei em Rio do Sul e municípios adjacentes que cursei a Faculdade de Pedagogia e concluí uma pós-graduação na área pedagógica.

No ano de 1986 fui convidada a fazer parte da equipe regional de Ibirama, uma vez que o Alto Vale havia sido dividido em três regiões por congregar muitos municípios. Atuei no regional de Ibirama apenas um ano, pois em 1987 abriu vaga no escritório local de Dona Emma e, como já estava enamorada, pedi transferência para Dona Emma. Em 1986 as extensionistas já podiam se casar, *mediante aprovação do regional* e já era permitido trabalhar no seu município de origem, também mediante aprovação do regional.

Em fevereiro de 1987, já no escritório local de Dona Emma, tudo estava mais leve. Muita informação, uma boa bagagem de aprendizado, mais amadurecida e trabalhando no meu município. Muitas ações foram realizadas: implantação do trabalho de Agentes Voluntárias de Saúde nas comunidades, expressivo trabalho com grupos de mulheres, escolas, planejamento e implantação do Pronaf Infraestrutura, além de um trabalho intenso junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CDMR), que passou de consultivo para deliberativo.

Chegamos ao ponto em que o Conselho definia praticamente todas as ações voltadas à agricultura, especialmente depois que o primeiro recurso do Pronaf Infraestrutura foi liberado para aquisição de uma caçamba basculante destinada apenas para o transporte de calcário. Eventualmente, com permissão do Conselho, eram realizados outros trabalhos, como transporte de cascalho ou material para construções rurais. Os conselheiros eram capacitados periodicamente e as eleições dos representantes das comunidades tornaram-se algo semelhante às eleições de cargos políticos municipais, com direito a campanhas e fiscais de boca de urna, pois alguns candidatos traziam parentes de comunidades vizinhas para votar tamanha a importância que o Conselho adquiriu.

É obvio que o grande mérito do sucesso não ficava exclusivamente por conta das capacitações, mas sobretudo pelo estímulo para eleições de conselheiros jovens e mulheres, além do montante de recursos que o Pronaf Infraestrutura dispunha na oportunidade. Sem medo de errar: foi um marco importante para a agricultura familiar do município. Tanto que muitos conselheiros, principalmente os mais jovens, hoje ocupam cargos de destaque nas comunidades e no município, como vereadores, secretários, professores, dirigentes de entidades.

Com um CMDR empoderado e um colega de trabalho apaixonado por política partidária, não deu outra. O colega candidatou-se a vereador e elegeu-se. No entanto, o prefeito eleito era seu adversário político. As mazelas partidárias tiveram seu início. A princípio, o prefeito e seus correligionários solicitaram o fechamento do escritório local da Epagri no município. Como a Gerência Regional solicitou o *pedido por escrito*, para encaminhar a solicitação de fechamento ao escritório central, a determinação foi apenas para o escritório sair das dependências da Prefeitura, fato nunca ocorrido anteriormente.

Como eu vinha de uma geração mais antiga de funcionários que deveria ser apartidária, não distinguia a preferência partidária de nenhuma família do município. Somente depois do fortalecimento do Conselho e da candidatura do colega que passei a conhecer quem era quem, mas sempre na tentativa de tratar todos indistintamente. Só que nem todos nos tratavam indistintamente. Foram quatro anos de muito trabalho, muita ingerência política, muitos desafios. E não mais que repentinamente você se vê cerceada de tal forma que parece não haver saída, a não ser enfrentar as dificuldades de frente.

Fui, então, convidada a ser candidata a vice-prefeita. Hesitei muito, pois sabia que seria um caminho sem volta. Aceitei o convite e fomos ao trabalho. Todas as famílias do município, com raras exceções, me conheciam e eu as conhecia. Elaboramos um plano de governo nos moldes dos planos epagrianos. Antes de definir o que fazer, fomos ouvir o que as comunidades e as famílias desejavam. Então colocamos tudo no papel e partimos para os comícios. Foi inovador. Até hoje os sucessores adotam a mesma estratégia.

Foi uma campanha política intensa, de muito trabalho, poucos recursos financeiros, de muitas emoções e decepções, mas de muitíssimo aprendizado.

Elegemo-nos com folga e fizemos maioria na câmara de vereadores.

Em 14 de dezembro de 2000, conforme o artigo 215 do Código Eleitoral, fui diplomada Vice-Prefeita Municipal de Dona Emma. Assumi as funções em 1o de janeiro de 2001. E continuei epagriana. Desempenhando as duas funções ao mesmo tempo. Durante a gestão, como epagriana recebi um curso de especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável, muito proveitoso para as duas funções. As atividades na Epagri eram muitas e as responsabilidades como vice-prefeita também. Era o último mandato para colocar as contas municipais em ordem. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permitia mais deixar *contas a pagar* para a próxima gestão. Mas os recursos, como sempre, eram escassos. Os dois primeiros anos foram bons, porém houve algumas decepções. O fato de não cumprir o prometido durante a campanha eleitoral, confundir o público com o privado por parte de alguns, foram me desgostando, até que passei a atuar mais como epagriana do que vice-prefeita.



Posse como Vice-Prefeita de Dona Emma

No último semestre do mandato, fui chamada ao gabinete do prefeito e, diante das lideranças municipais que o apoiaram, fui convidada a assumir como prefeita para que ele pudesse concorrer a reeleição. Recusei-me a

O extensionista que virou...

aceitar, sabendo das condições financeiras da prefeitura. Salários defasados, funcionários insatisfeitos, máquinas e equipamentos sucateados e nenhuma perspectiva de fazer um bom trabalho.

Foi então que o prefeito *adoeceu* e tive que assumir como Prefeita Municipal em Exercício, até o final do mandato. Assumi uma prefeitura com três orçamentos já comprometidos, transporte escolar e máquinas do setor de obras sucateadas e a Lei de Responsabilidade Fiscal batendo à porta. Minha primeira ação foi reunir o secretariado, expor a proposta de ajustes necessários: parar todos os serviços que não fossem essenciais, adotar turno único, dar férias a todos os funcionários que tinham direito, não comprar nada sem análise criteriosa, ceder o veículo do gabinete - único que estava em estado razoável, para a Secretaria da Saúde. Enfim, passamos seis meses dizendo: não tem recursos, não é possível fazer. Não, não e não!!

Felizmente, em 31 de dezembro de 2004 encerramos o mandato com as contas em ordem, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal exigia, após 18 anos com a Prefeitura Municipal de Dona Emma fechando as contas no vermelho. E ainda elegemos o prefeito que apoiamos.



Casa do Agricultor inaugurada no exercício do mandato de Prefeita

A partir de 1º de janeiro de 2005 meu trabalho como epagriana teve completo e total apoio do Poder Executivo Municipal.

Foi um aprendizado excepcional.



Placa de homenagem pelos relevantes serviços prestados ao município

Depois do ocorrido, somente participei da vida política do município apoiando nos bastidores. Até os dias atuais sou convidada a fazer parte das equipes que elaboram os Planos de Governo e as estratégias de campanhas.

Em tempo.

Depois de 2005, continuei na Epagri até janeiro de 2015, mas nesses dez anos, quatro trabalhei no município de José Boiteux, mais especificamente na Terra Indígena Lã-Klãnõ. Uma transferência por livre e espontânea pressão política. Um dos maiores presentes que recebi nos 40 anos de Extensão Rural. Uma experiência maravilhosa que fechou minha carreira com chave de ouro. Amei trabalhar com indígenas.

Agora, depois de aposentada, faço trabalho voluntário durante um dia e meio por semana com mulheres e crianças aqui no município. Praticamente o mesmo trabalho que exercia na Epagri.

O extensionista que virou...

10	CONTRATO DE TRABALHO	11	CONTRATO DE TRABALHO
Empregador: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC		Empregador: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC	
Rua: Rodovia Leoberto de Azevedo, nº 177		Rua: Floresta, nº 10	
Município: Florianópolis - S.C.		Município: Florianópolis - S.C.	
Esp. do estabelecimento: Estímulo Rural		Esp. do estabelecimento: Escritório	
Cargo: Auxiliar de Escritório		Cargo: Auxiliar de Escritório	
Data admissão: 06 de Setembro de 1974		Data admissão: 06 de Setembro de 1975	
Registro nº: 964		Registro nº: _____	
Remuneração especificada: Cr\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais) mensais		Remuneração especificada: _____	
Ass. do empregador ou o rgo c/ test. _____		Ass. do empregador ou o rgo c/ test. _____	
1.º _____		1.º _____	
2.º _____		2.º _____	
Data saída: _____ de 1976		Data saída: _____ de 1976	
Ass. do empregador ou o rgo c/ test. _____		Ass. do empregador ou o rgo c/ test. _____	
1.º _____		1.º _____	
2.º _____		2.º _____	

Carteira de trabalho com um único registro profissional

Epagriana – sempre.

Presidente de cooperativa de crédito: atitudes bem acaresquianas

*Izeo Pitt*²⁶

Nasci em 7 de outubro de 1953, no município de Tangará (SC), filho de imigrantes italianos, vindos do Rio Grande do Sul para colonizar o Meio-Oeste catarinense. Sou casado, três filhos e dois netos. Há 15 anos atuo no Sicoob Crediplanalto, no Planalto Norte Catarinense. Os primeiros contatos com o cooperativismo aconteceram quando, ainda menino, escutava meu pai (já falecido) falar sobre as compras de sementes e fertilizantes a preços mais acessíveis, realizadas na cooperativa de produção, Coopervil, de Videira. Por muito tempo, carreguei esta informação e procurei saber quais os segredos da cooperação, compreender por que algumas pessoas praticam suas atividades isoladas e outras preferem trabalhar em parceria.

Após passagem pelo Seminário Diocesano, onde cursei o ginásio, conheci um pouco da Sagrada Escritura. Ali encontrei citações mostrando que os primeiros cristãos já praticavam a cooperação, deixando seus bens patrimoniais (propriedades) nas mãos dos apóstolos para que estes produzissem alimentos e riquezas para saciar as necessidades da população carente daquelas comunidades. Posteriormente, depois de cursar o Colégio Agrícola de Camboriú, ingressei na Acaresc em 1975, na função de extensionista rural no município de Papanduva, permanecendo até meados de 1976, quando me afastei para cursar Engenharia Agrônômica na Universidade Federal de Pelotas (RS).

Nesse período como extensionista, tive participação efetiva em atividades ligadas ao cooperativismo, especialmente quando ocorreu a troca da diretoria da cooperativa de produção de Mafra, em 1976. Na ocasião, pessoas com interesses particulares tentaram se apoderar da estrutura física da cooperativa e da organização dos produtores. Com muito trabalho, conseguiu-se evitar prejuízos ao sistema cooperativo regional. Também nessa época,

²⁶Ingressou na Acaresc em 1975 como Técnico Agrícola. Engenheiro-agrônomo, UFPEL, 1980. Atuou como extensionista rural em Papanduva. Desligou-se da Acaresc em 1986. É presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Catarinense Sicoob Crediplanalto SC, com sede em Papanduva – SC e da Fundação Hospitalar de Papanduva.

particpei da parceria de sucesso entre a Acaresc e a cooperativa de produção local no trabalho de difusão de tecnologia nas propriedades rurais com a premiação das melhores produtividades alcançadas nas lavouras de feijão. As premiações motivaram os produtores a utilizar a tecnologia disponível para alcançar bons resultados e, aos poucos, essas tecnologias passaram a ser utilizadas na maioria das propriedades rurais.

Devemos lembrar, também, que foi fundamental a participação da extensão rural na conscientização dos agricultores sobre a necessidade de se organizarem de forma associativa, tanto para compra de insumos agropecuários como para a comercialização da produção obtida em cada safra. O surgimento do cooperativismo na região esteve intimamente ligado ao trabalho da Acaresc. Teve uma extraordinária participação neste processo o engenheiro-agrônomo Glauco Olinger, líder, entusiasta e idealizador do sistema catariense de extensão rural, que se valeu do cooperativismo para alcançar uma boa organização dos produtores rurais.

Na formação profissional, meu maior incentivador para ingressar em curso superior foi o saudoso engenheiro-agrônomo Rolf Harry Adalbert Schweiss, na época supervisor regional da Acaresc em Mafra, que acompanhava e orientava os trabalhos de campo dos extensionistas. Rolf foi o grande incentivador na busca pelo conhecimento e sua aplicação na melhoria da qualidade de vida no meio rural. O maior aprendizado como extensionista foi o trabalho em grupo e o envolvimento com as lideranças das comunidades na disseminação de práticas e inovações tecnológicas para melhorar a produtividade nas lavouras. Dessa forma, foi possível formar um relacionamento, contatar lideranças e adquirir experiência na organização social das comunidades assistidas, buscando soluções para os problemas coletivos. Dentre as práticas agrícolas, a maior importância era dada à correção do pH, pois o solo do Planalto Norte possui alto teor de alumínio. Em seguida, a atenção voltava-se para os níveis de fertilidade e a conservação do solo. Naquela época, o cultivo era todo convencional e o revolvimento exagerado provocava enorme perda da qualidade químico-física.

Com a conclusão do curso de Engenharia Agrônômica, em 1980, ingressei novamente na Acaresc, voltando a prestar serviços em Papanduva. Ao retornar,

com mais experiência, dediquei-me incansavelmente à luta pela implantação do sistema de plantio direto. Preocupado com o revolvimento exagerado do solo, a elevação dos custos, as perdas de solo por erosão e a liberação de carbono no meio ambiente, dediquei meu tempo para amenizar a ocorrência dos problemas. Muitos encontros regionais foram realizados para que houvesse a plena aceitação deste sistema de cultivo. Muitos agricultores distorceram o objetivo de fazer plantio direto e não obtiveram sucesso no controle de ervas daninhas. Abriu-se, então, um amplo debate regional quanto à aplicação adequada dos agrotóxicos, protegendo a saúde humana e o meio ambiente.



Treinamento de construção de terraço com agricultores da comunidade do Palmito, Papanduva, SC, valendo-se do álbum seriado e terraceador tracionado por trator

Em meados de 1986, desliguei-me da Acaresc e passei a exercer minhas atividades profissionais com planejamento agropecuário e assistência técnica a propriedades agropecuárias da região, além de comercializar produtos agropecuários.

Com boa experiência de campo, percebi que a falta de recursos financeiros tinha uma forte influência na condução e melhoria das atividades agrope-

cuárias. Assim, estudar o cooperativismo de crédito tornava-se um objetivo, tendo em vista que os bancos comerciais não atendiam adequadamente as demandas dos produtores. As pequenas e médias propriedades não tinham acesso ao crédito necessário para seu bom desenvolvimento.

Inicialmente, em 1988, participei da diretoria provisória na fundação da Cooperativa de Crédito Rural do Planalto Norte Catarinense (Credinorte), situada em Mafra, SC. Em 2003, fui convidado para presidir o Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Rural do Planalto Catarinense (Crediplanalto), com sede em Papanduva, função que continuo exercendo. A cooperativa recebeu, em 2009, autorização do Banco Central do Brasil para atuar como Livre Admissão de Associados, possibilitando atender, além da agropecuária, os demais segmentos da economia.

O expressivo crescimento da Crediplanalto deve-se à aplicação de bons conceitos de administração e gestão, além da implantação de uma boa estrutura de governança e a identificação das responsabilidades de cada integrante da cooperativa. Ao Conselho de Administração cabe cuidar dos aspectos estratégicos para atender os anseios dos associados. O Conselho Fiscal deve ficar atento e ativo na execução dessa política seguindo aspectos legais e normas do órgão regulador. A gestão, a cargo de equipe técnica, contratada por meio de processos de seleção utilizados pelo mercado, que conta com 90% dos componentes com formação de 3º grau e seis membros com certificação CPA-20, é responsável pela execução dos planos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração.

Assim, com atitudes bem acaresquianas, contribuímos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, buscando a realização profissional com dignidade.

Deputado federal e a bota de barbicacho

*Rogério Peninha Mendonça*²⁷

Os ponteiros do relógio andavam devagar, quase parando, naquela sexta-feira de sol bonito lá fora. E a semana tinha sido cheia! Além do trabalho normal, durante o dia, eu havia realizado reuniões com os produtores nas últimas três noites, para tratar sobre novas tecnologias no cultivo da cebola. Estar no meio dos agricultores e poder auxiliá-los a produzir mais com menos custo e mão de obra era o que eu amava fazer. Mas naquela sexta-feira, em que o relógio de parede fazia força para não alcançar seis da tarde, o que eu mais queria era terminar o expediente.

Era pequeno o escritório da Acaresc chefiado por mim, em Ituporanga, mas ainda assim eu dispunha de uma extensionista e uma secretária, a Isabel – que também não via a hora de a semana terminar. Foi aí que o ócio passou a fazer parte dos ossos do ofício e uma ideia brilhante – daquelas que se tem só aos vinte e poucos anos – apareceu: o arco e a flecha pendurados na parede iriam nos entreter até o final do horário de serviço.

Tirei as armas indígenas do prego e assoprei pra tirar o pó. Conferi o fio de nylon, que parecia ter sido colocado no mesmo dia, de tão esticado que estava. Pus a flecha na posição correta e mirei no relógio preguiçoso. Mirei no trinco da porta, na lâmpada e, por último, na Isabel. O susto dela foi tão grande que até eu me assustei. E para entrar na brincadeira, em um pulo a secretária já tinha passado porta afora. Com a flecha apontada para ela, eu me pus em corrida atrás.

- Que bonito, hein? Então é assim que vocês cumprem a jornada de trabalho no escritório em Ituporanga? Entre e feche a porta, Peninha, precisamos conversar.

Eu tremia da cabeça aos pés. Jamais imaginei que ia dar de cara com o supervisor regional da Acaresc. Com o semblante mais sério que o habitual, camisa social por dentro da calça e maleta de couro na mão, ele começou o sermão.

- Olhe bem para você: barba e cabelo comprido, calça boca de sino e bota de barbicacho. No seu lugar, eu trocaria de ramo. Você não serve para a extensão rural.

²⁷Engenheiro-agrônomo, UFPel, 1975. Extensionista rural da Acaresc de 1976 a 1981. Foi presidente da Epagri de 1997 a 1998. Secretário Municipal de Agricultura, vice-prefeito e Prefeito Municipal de Ituporanga; deputado estadual por três mandatos; atualmente exerce o 2º mandato de deputado federal.

O extensionista que virou...

Ouvi calado o que ele tinha para dizer. Não podia tentar refutar, explicar o que estava acontecendo: era “batom na cueca”. Ele saiu, eu guardei o arco e a flecha, sentei na minha cadeira e aguardei pacientemente o relógio marcar seis da tarde. Naquele dia, como nunca antes, reafirmei para mim mesmo que eu fazia um bom trabalho, servia para a extensão rural e um dia o supervisor regional haveria de reconhecer isso.



Recém-chegado em Ituporanga, com o agricultor Moaci Lehmkuhl, já falecido, em meio a uma sementeira de cebola



Em ação como extensionista da Acaresc, na propriedade do Sr. Raimundo Sieves - comunidade de Rio Batalha - Ituporanga (1977)

Dezessete anos se passaram. Nesse meio tempo me tornei Secretário Municipal de Agricultura, fui eleito vice-prefeito e depois prefeito de Ituporanga. E em 1997, a convite do então governador Paulo Afonso, fui nomeado presidente da Epagri.



1ª Reunião da Pesquisa na Cultura de Cebola no Mercosul – Ituporanga – 1996, Peninha (ao microfone) com Edson Silva, Arno Zimmermann e Lucio Tomazelli

Lembro como se fosse hoje de uma manhã em que eu despachava em Florianópolis, na cadeira confortável do presidente, quando o telefone da minha mesa tocou. Era a secretária avisando que um servidor me esperava na antessala. Eu sabia do que se tratava, mas precisava resolver um assunto mais importante antes: estava acertando a compra de 70 veículos novos para a Empresa e, pela primeira vez, eles seriam emplacados no interior do estado.

Passaram-se mais uns 40 minutos e ela voltou a ligar, avisando que aquele senhor continuava esperando. Pedi para que entrasse e logo cumprimentei o velho conhecido:

- Bom dia, meu amigo supervisor, como as coisas estão?

Tivemos uma boa conversa, acertei a transferência que ele pediu e encerrei a prosa lembrando o ocorrido no início dos anos 80:

O extensionista que virou...

- Lembra quando o senhor me disse que eu não servia para a extensão rural? Pois é, tanto servi que me tornei o presidente da Empresa.

Mas não foi sentado naquela cadeira de presidente que vi as principais realizações da minha gestão acontecerem. Rodei os quatro cantos de Santa Catarina ouvindo pesquisadores e extensionistas, ensinando o que eu sabia e aprendendo coisas novas, pondo no papel – e depois tirando do papel para pôr no dia a dia – as melhores ideias.



Peninha, presidente da Epagri, com o então Secretário de Estado da Agricultura, Gelson Sorgatto, em ação comemorativa ao dia da árvore

Foi dessa forma que criamos a Epagri/Ciram, até hoje a principal fonte de previsões meteorológicas do estado. E foi também com a participação ativa dos servidores que criamos o primeiro Plano de Cargos e Salários da Empresa. Orgulho-me também de ter sido o primeiro presidente da Epagri a ter um diretor eleito pelos próprios funcionários.



Peninha, presidente da Epagri, despachando com o então governador Paulo Afonso

Santa Catarina deve muito (muito mesmo!) de seu progresso agropecuário aos extensionistas rurais. Carrego com satisfação no meu currículo os anos que dediquei ao trabalho com a terra, com os agricultores, com a vida que nasce, cresce e enriquece nosso estado.

Parabéns pelos 60 anos de prosperidade, amigas e amigos. Cada um de nós merece uma fatia do bolo e um brinde para comemorar.

Pesquisadora: um pouco da minha história - da extensão rural à pesquisa

*Teresinha Catarina Heck*²⁸

Após ter completado 34 anos de trabalho, dos quais onze de extensão rural na Acaresc, com a união das empresas Empasc e Acaresc passei a atuar na pesquisa, na Estação Experimental da Epagri em Itajaí, desliguei-me da Epagri através do Programa de Demissão Voluntária e Incentivada (PDVI), em maio de 2015.

Antes de abordar alguns fatos que me marcaram durante o período que atuei na extensão rural, gostaria de relatar poucas linhas minha procedência. Nasci no Rio Grande do Sul, na comunidade de Linha Rolador, município de Santo Cristo, numa família de pequenos agricultores, com 10 filhos, quatro homens e seis mulheres, entre os quais pela ordem sou a sétima criança gerada pela família. Com esse grande número de filhos, nossos pais estavam certos de que teriam mão de obra para sustentar confortavelmente toda a família trabalhando nas duas colônias de terra que possuíamos. Contrariamente às demais famílias daquela localidade, e por um sopro cósmico, os ventos sopraram em outra direção e todos os 10 filhos, assim que iam concluindo a escola primária, manifestaram o desejo de continuar os estudos e, desta forma, todos concluíram, mais cedo ou mais tarde, o nível superior. Nossos pais contribuíam com o que dispunham, encorajando-nos a perseguir nosso ideal e suprimindo com a produção da propriedade nossa alimentação e manutenção.

Concluída a 5ª série na escola Santa Ângela, da Linha Rolador, com 12 anos completos, havia chegado a minha vez de deixar a família. O final de ano foi conturbado, pois para continuar os estudos teria que ser aprovada no exame de admissão ao ginásio. Depois disso, arrumar algum lugar para morar e poder estudar e trabalhar para ajudar a custear moradia e estudos. Assim foi durante

²⁸Engenheira-agrônoma (UFPel/RS/1980) e MSc em Ciências Biológicas -botânica (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/1994). Ingressou na Acaresc em 1981. Atuou como extensionista rural até 1991, quando passou a integrar a equipe de pesquisadores da Estação Experimental de Itajaí. Desligou-se da Epagri em 2015.

os quatro anos de ginásio e os três anos do segundo grau. Nas férias escolares, um mês em julho e três meses no verão, sempre voltava para casa juntamente com os demais irmãos que trilhavam caminhos semelhantes. Férias era sempre muito bom. Havia muito trabalho, mas como a turma era grande, o serviço rendia e o tempo passava voando.

Findo o segundo grau, após estudar intensivamente por um mês, fui prestar vestibular em Pelotas e tive a felicidade de ser classificada e assim dar início ao curso superior. Como minha irmã mais velha já estava formada e trabalhando, optei pelo mesmo curso que ela havia me orientado a cursar, Ciências Domésticas, pois poderia atuar na área de nutrição, habitação e vestuário. Porém, ao longo do primeiro ano de faculdade, em que compartilhá-vamos algumas disciplinas com os alunos da agronomia, percebi que tinha muita mais afinidade com essas disciplinas. Foi uma paixão ao primeiro contato, talvez por me remeter a minha origem. Como minha média no vestibular foi suficiente para agronomia, no final do primeiro ano optei em solicitar transferência. Naquele ano o currículo do curso foi ampliado para cinco anos. Como já tinha cursado um ano de Ciências Domésticas, aproveitei algumas disciplinas básicas comuns aos dois cursos.

No momento que optei em cursar agronomia, meu sonho era de um dia poder trabalhar com agricultura familiar, uma vez que meu pai, que pouco falava e mais observava, um dia havia me dito que eu tinha vocação para a agricultura, pois sempre gozava de boa saúde e resistência ao sol, visto que ia para a lavoura de biquíni, para pegar um bronze. *Era essa a nossa praia*. Naquela época, quem nascia na agricultura permanecia nela e só buscava outra formação aquela pessoa que optava em seguir a vida religiosa (ser padre, freira etc.) ou quem tivesse limitações relacionadas com algum problema de saúde.

Após cinco anos de aulas, estágios, projeto Rondon, trabalho prático durante o período de férias e, também, de grandes amizades, chegou o grande momento de finalizar o curso de Agronomia na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Havia dentro de mim uma expectativa sobre a vida profissional. Por um lado, a necessidade de conseguir um emprego, pois tinha uma dívida, crédito educativo a pagar e, por outro lado, como reagir aos desafios profissionais que surgiriam. Estava ansiosa para conquistar a independência

financeira, o que naquele momento seria um ótimo presente não só para mim, mas para meus pais e familiares, que eram meu apoio. Enfim, havia chegado o momento de retribuir parte dos investimentos e informações recebidos dos pais, irmãos, amigos e da escola.

Sendo assim, antes mesmo de ter o diploma na mão, surgiram algumas oportunidades de prestar concursos, entre os quais o da Acaresc. Foi com grande surpresa e felicidade que no dia da formatura, dezembro de 1980, recebi dois presentes: o *canudo* e um telegrama de aprovação no concurso da Acaresc, com a proposta para começar o pré-serviço no final de janeiro de 1981.

Após um mês de férias e muita festa, chegou o momento de assumir a vida profissional. Fiquei pasma ao saber que tinha sido a única mulher classificada no concurso e chamada pela empresa para iniciar o pré-serviço na função de extensionista rural. A responsabilidade pesou, pois seria uma espécie de “cobaia” selecionada para abrir esse caminho para as colegas de profissão. Enfim, teria que quebrar um tabu ou preconceito que naquela época havia em relação ao trabalho de mulheres engenheiras-agrônomas, numa função que até então era ocupada exclusivamente por homens.

Iniciei o pré-serviço em 26 de janeiro de 1981. Sentia-me um tanto constrangida, vigiada, sendo a única mulher na sala de aula, numa turma de mais de 60 homens. A situação causava certa curiosidade. No total, havia em pré-serviço em torno de 90 alunos: duas turmas da Acaresc, uma turma da Acarpesc, uma turma das cooperativas, todos agrônomos, veterinários ou técnicos agrícolas. Por outro lado, sentia orgulho em poder estar naquele ambiente, que era de muito respeito e não me sentia sozinha, pois havia 16 colegas formadas pela UFPel, com os quais tinha amizade, enfim, como se fôssemos da mesma família. Foram três meses de pré-serviço no Cetre, em Florianópolis, durante os quais tivemos aulas teóricas e práticas nas áreas de agronomia e comunicação. À noite e nos finais de semana o tempo era reservado para o estudo e também para o lazer. Então que aproveitamos para conhecer as praias e diferentes locais em Florianópolis. Na avaliação final, uma carga extra de adrenalina para a apresentação de uma Demonstração de Método (DM) ao grupo, onde cada qual seria avaliado para ver se estava apto

a exercer a função. O tema de minha DM foi o preparo de uma sementeira. Segundo os avaliadores, o ponto forte da DM foi o fato de colocar a mão no esterco para fazer a mistura do substrato, demonstrando que estava apta a me sujeitar a qualquer tipo de situação. Por último, foi-nos revelada a região onde seria nossa atuação, trabalho e as instruções para o estágio de campo. Quero deixar aqui registrada minha gratidão aos colegas de faculdade e aos demais que ingressaram na Empresa comigo, com os quais convivi e aprendi muito.

E, assim, parti com mala e cuia para o estágio de campo: 15 dias num escritório local + 15 dias em uma propriedade rural para conhecer de perto a vida da família no meio rural, assunto do meu domínio, uma vez que fui criada nesse meio. De acordo com minha opção, Vale do Itajaí, fui encaminhada para fazer o estágio em Rio dos Cedros. Para chegar ao município, no horário do expediente, peguei um ônibus à noite em Florianópolis, com destino a Blumenau, onde esperei o dia amanhecer para pegar outro ônibus que seguia para Timbó (local de almoço) e depois para Rio dos Cedros. Uma longa e demorada viagem.

Ao chegar à sede do município, me informei sobre a localização do escritório da Acaresc, que felizmente era próximo. Trabalhavam no escritório um extensionista rural, o engenheiro-agrônomo Milton Pukal, uma extensionista social, Maristela Schiochet, e uma auxiliar de escritório, Neusa Felipe, o que era considerado uma equipe completa. Apresentei-me como estagiária e, após uma recepção calorosa, tratamos de encontrar um local onde pudesse me hospedar. Havia um só hotel e restaurante da cidade, que ficava no mesmo prédio onde os ônibus paravam. Após consultar se havia vaga, a atendente achou o ambiente pouco recomendável devido à precária situação do banheiro, que era misto e ficava do lado de fora do hotel, numa área anexa. O local era usado habitualmente apenas por homens, viajantes e vendedores. Teria que encontrar outro lugar para me hospedar. Mais alguns contatos realizados pela auxiliar do escritório, que era bastante conhecida, pois sempre morou na cidade. Consegui uma vaga provisória na casa de uma família que teria um quarto livre e poderia me abrigar por 15 dias, uma vez que a filha estava fora de casa para estudar. A casa era grande, muito boa, com um jardim bem cuidado pela proprietária. O marido e os filhos passavam o dia trabalhando na serraria, da qual eram os proprietários. A dona da casa não hesitou e logo

me apresentou um sobrinho, na tentativa de arrumar um pretendente, pois era este o costume sempre que aparecia alguém solteiro na cidade, ainda mais uma mulher, visto não ser nada conveniente andar sozinha.

Os dias passaram rápido, pois o ER havia preparado uma programação intensa para que conhecesse o município. Tive oportunidade de conhecer as comunidades e também várias famílias de agricultores onde havia lavouras demonstrativas. Fiquei bem atenta a tudo, pois imaginava que esse seria o município ao qual retornaria para trabalhar após os estágios, uma vez que o ER havia sido aprovado no concurso do Banco do Brasil, onde assumiria a vaga do novo emprego.

Passados os 15 dias de estágio de escritório, no dia 1o de maio de 1981 segui viagem rumo a Corupá, onde continuaria o estágio, desta vez na casa de um agricultor. Quem me recebeu na estação rodoviária de Corupá, em pleno feriado, foi o extensionista local, Júlio César Dominoni, que me levou para a comunidade de Nereu Ramos, na propriedade da família do Sr. Lauro Krüger, onde passaria os próximos 15 dias. Era uma propriedade com várias atividades: gado leiteiro, banana, olericultura, arroz e subsistência. A família era composta pelo Sr. Lauro e sua esposa, Anelise; pelos avós paternos (Opa e Oma), dois filhos que trabalhavam *part time*²⁹ na indústria em Jaraguá do Sul e uma filha que morava e trabalhava em Jaraguá do Sul. O dia era intenso. Levantava-se às 5 horas para ordenha das vacas e tratar os animais. Às 7 horas, tomava-se um cafezinho rápido preparado pela Oma e, depois, ia-se de carroça para o morro cortar forragem (gramão) para as vacas. A forragem era cortada, amarrada em feixes, que rolavam morro abaixo até o local onde estava estacionada a carroça. Após encher a carroça de forragem, descia-se o morro a pé, por volta das 9h30min, quando era servido um farto *frühstück*³⁰: pão com ovo, *mussi* de banana, café, leite, etc. Depois disso, o serviço era distribuído conforme a demanda: na várzea, em época de pousio da arrozeira, parte era aproveitada para cultivar repolho. O Opa, um senhor magro, alto, de pouca fala, permanecia a maior parte do dia sentado numa varanda nos

²⁹Agricultura em tempo parcial, ou seja, um período do dia o/a agricultor/a trabalha na lavoura e em outro período trabalha como empregado/a, fora da propriedade, normalmente em alguma fábrica próxima.

³⁰Expressão alemã que significa café da manhã, desjejum, pequeno almoço, lanche, muito utilizado pelos agricultores nas regiões de colonização alemã.

fundos da casa, pois tinha dificuldade para se locomover. O local era bem visível para quem estivesse dentro ou fora da casa para atendê-lo, caso necessário. Por volta das 11 horas, os rapazes de 16 a 18 anos se arrumavam para às 11h30min pegar o ônibus para a fábrica, onde também almoçavam antes de iniciar o turno da tarde, que se estendia até às 22h. Os membros da família pouco participavam dos afazeres domésticos, tarefa que a Oma executava. Os quartos ficavam no sótão e a limpeza era feita uma vez por semana, no sábado. Após o almoço, as mulheres tratavam de lavar a louça e ajeitar a cozinha. Como os dias já eram curtos, não havia repouso. Na parte da tarde, enquanto Dona Anelise cuidava da roupa, do pão, etc., Oma e eu íamos capinar a roça de aipim, no morro, voltando para casa só ao escurecer, no final do dia. A Oma fazia um kit com lanche (café, pão com *mussi* ou abacate com açúcar) que preparávamos na hora, além de água. O Sr. Lauro trabalhava no bananal e, às vezes, precisava resolver negócios na cidade. Quando a noite chegava, mal me lembro da janta. Depois de lavar a louça, ia para o quarto e caía dura na cama, até o outro dia cedo, quando, ainda no escuro, levantava para recomeçar um novo dia. Portanto, para quem sofre de insônia, lá vai minha receita: *experimente trabalhar um dia capinando uma roça ou o seu quintal. Verá que à noite, ao deitar na cama, nem dará tempo pra lembrar que existe insônia*. Assim o tempo passou rápido. Nas horas em que a família se reunia, faziam relatos sobre os costumes e a forma de vida que levavam. Para despedida, participei no final de semana do *baile do arroz*, na comunidade de Nereu Ramos e, no domingo, de um passeio ao Seminário, onde havia muitas orquídeas e outras plantas ornamentais.

Findo o período do estágio, hora de retornar para o regional em Jaraguá do Sul e, finalmente, ser informada sobre qual seria o local definitivo de trabalho. Chegando lá, conheci toda equipe – os engenheiros-agrônomo Voltaire Mesquita César, Alcides José Molinari, Alcides da Nova Peixoto e Dietmar Kurtz, a coordenadora regional de economia doméstica Romilda Ana Bohrer Emmendorfer, o médico-veterinário Daniel Luiz Ampessan e as auxiliares administrativas Ivone Soares, Célia Fernandes Stringhari e Sueli Fernandes, entre os quais eu já conhecia o Voltaire, supervisor regional, que havia ministrado aulas no pré-serviço. Fui apresentada aos coordenadores de agricultura,

pecuária, apoio, crédito rural e economia doméstica. Além da equipe técnica, havia uma equipe de auxiliares administrativas. No escritório local, que ficava no mesmo prédio do regional, atuava uma equipe formada pelo técnico agrícola Dejair Pereira, extensionista rural, uma extensionista social, Arlene Teresinha Boss, e uma auxiliar de escritório, Ana Bortolini. Fiquei muito surpresa ao ser informada pelo supervisor que ficaria lotada no regional, na função de ER de crédito rural.

Inicialmente, me assustei um pouco, pois saí do pré-serviço com o intuito de ir trabalhar num escritório local. Tinha pouca, ou melhor, nenhuma experiência na elaboração de planos de crédito e supervisão. Na região, a maioria dos planos de crédito era para financiamento da cultura da banana, algo totalmente novo para quem havia se formado em Pelotas, região de clima temperado. O que me encorajou foi a receptividade e o apoio do supervisor e dos coordenadores regionais, colegas do regional, que me consideravam uma colega de trabalho e não mediram esforços para me repassar as informações, em particular o coordenador de apoio e o supervisor regional, os quais tinham maior afinidade com essa atividade. Após me inteirar do plano de trabalho fiz os meus primeiros planos mensais e semanais de trabalho, exigências inquestionáveis na época. Toda semana era feito um relatório e encaminhado para a sede, em Florianópolis, descrevendo todas as atividades realizadas com o respectivo tempo.

As condições e ferramentas de trabalho eram uma mesa com cadeira para poder planejar, estudar e fazer os relatórios. Recebia-se um adiantamento e o empregado contava com um veículo (fusca bege alabastro) para o transporte. O carro era levado para guardar em casa, na garagem e podia ser utilizado para deslocamentos particulares, no limite de 200km/mês, com ressarcimento do combustível consumido. Era uma situação confortável, porém todos não viam a hora de comprar e mostrar seu próprio veículo. O normal era que ao final de um ano de empresa todo ER comprasse um carro próprio.

A primeira saída para o campo foi com o fusca novo que o colega Dejair, do escritório local de Jaraguá do Sul, havia recebido há pouco tempo. Como era cuidadoso com o carro da empresa, recebeu um carro zero, mérito dado apenas àqueles que eram zelosos com os veículos. Para me incentivar e pos-

sibilizar a prática no volante, convidou-me para uma saída pelo interior do município para que eu pudesse dirigir. Fomos visitar um produtor que iria implantar uma Lavoura Demonstrativa (LD) com pastagem de inverno. No meio da conversa com o agricultor meu colega solicitou que eu aproximasse o carro do rancho para descarregar os insumos. Entrei no carro e, ao invés de engatar a primeira marcha, engatei marcha a ré e acelerei, em vez de pisar no freio. Foi um *vapt-vupt* e o carro disparou para trás, só parando porque havia uma *mureta de madeira*, que o segurou. Fiquei muito chateada, pois havia arranhado o carro dirigido e cuidado com tanto zelo. Imaginei a tristeza e o arrependimento do meu colega, mas ele em nada se alterou, agiu como um verdadeiro herói.

Para elaboração do plano ou supervisão de crédito, seguia-se um formulário, que era preenchido a lápis/caneta. Com todas as informações registradas manualmente, o documento era repassado para a auxiliar de escritório, que datilografava tudo. O relatório diário era manual e havia um formulário específico. Tudo que necessitava ser escrito a máquina era entregue para as auxiliares.

Após um ano, os recursos para investimento no Banco do Brasil foram reduzidos e ocorreu uma alta na taxa de juros. Até então, o agricultor era quase isento do pagamento de juros. Dessa forma, os planos de crédito reduziram muito, mas a supervisão e o acompanhamento (três ao ano) dos projetos vigentes continuavam sendo feitos. Nesse tempo, surgiu um novo projeto na Acaresc, um trabalho de administração rural, realizado mediante o acompanhamento das propriedades rurais, o famoso PAT (caderninho verde). Cada extensionista devia ter uma propriedade para acompanhar semanalmente com registros de todas as entradas, saídas e mão de obra, aumentando os documentos a ser encaminhados semanalmente ao regional. Passei a ajudar na orientação dos extensionistas da região no preenchimento desses formulários e eventuais dúvidas.

O tempo foi passando e, assim, fui adquirindo experiência e novas e emocionantes situações. Foi assim num belo dia, numa supervisão de crédito no interior de Garuva. Havia recebido a informação de Alcibaldo Pereira Germann, ER local. Ele estava com dificuldade de fazer o relatório de acom-

panhamento de um mutuário, que havia feito um projeto e empréstimo no Banco do Brasil para implantação de um bananal. Havia dúvidas sobre a aplicação do recurso, ou seja, um bom motivo para uma viagem. De posse do projeto e após circular um bom tempo no interior de Garuva, em que foram necessárias algumas paradas para verificar se estava no caminho certo, finalmente consegui chegar à propriedade. Chegando, estacionei o carro, enquanto alguns cachorros se aproximaram latindo. Aguardei um pouco e um senhor humilde, com um facão bem grande pendurado no cinto, foi se aproximando. Desci do carro, me identifiquei como sendo da Acaresc e expliquei o motivo da minha visita. *Então a senhora quer ver o bananal? Podemos ir até lá, mas morreu muita planta*, falou o agricultor. Foi nesta hora que o medo veio à tona, pois, após caminhar pela propriedade, chegamos às margens de um capoeirão, dentro do qual estaria implantado o bananal. Olhei pelos arredores e percebi que havia só algumas mudas de bananeira, pouco desenvolvidas na borda do mato, bem desnutridas. Ele me disse que poderia conferir no interior do mato que todas as mudas haviam morrido. Para encurtar a história: dei algumas informações sobre o preparo e a implantação do bananal, para garantir a sobrevivência das mudas e assim poder rapidamente me retirar daquele ambiente que, confesso, dava arrepios. Na função de ER de crédito, normalmente era chamada aos municípios para elaborar algum projeto maior, alguma área de pouco conhecimento do ER ou algo mais comum, como fazer supervisão em projetos com problemas nos quais o ER evitava se expor, pois lhe traria constrangimentos.

Quando engravidei da minha filha, perguntei ao meu médico se havia problema em viajar sozinha, pois viajava muito pelos municípios da região de Jaraguá do Sul, que abrangia desde Garuva até Apiúna. Fiquei surpresa com a resposta do médico: *gravidez não é doença, podes viajar tranquila, pois todos esses pequenos municípios têm bons hospitais e bons médicos, dando-lhe o apoio e segurança para executar o trabalho*. Foi nesse período inicial de primeira gravidez que o ER de Corupá, Júlio César Dominoni, solicitou-me para fazer uma visita numa propriedade que também estava em débito com o banco. Cumprindo o calendário, no dia marcado me dirigi ao escritório local. Era um dia de inverno, após uma semana de chuva, céu encoberto, com chuvis-

cos eventuais. Para quem conhece Corupá, sabe que a maioria dos bananais fica em locais de morro. Embarcamos no fusca do colega, que já estava com a cor da lama, calçando botas, capa de chuva e a pastinha com o projeto e os formulários do mutuário. Chegamos à propriedade e fomos bem recebidos, mas dali em diante teríamos que seguir a pé. Foi uma luta subir aquele morro com cerca de 45° e todo o lamaçal devido à umidade do solo. As botas logo encheram-se de lama e a caminhada não rendia, pois se escorregava muito, parecia que se andavam dois passos para frente e um para trás, além do peso das botas. Enfim, após algumas horas de exercício intenso, chegamos ao bananal, com visíveis sintomas de abandono, isto é, o agricultor havia usado o recurso do banco para outros fins. A volta foi menos dolorosa. Na hora do almoço, assustei meu colega ao lhe comunicar que estava grávida. Preocupado, ele logo perguntou: *está te sentindo bem? Se você perder esse filho será por minha culpa, pois não deveria ter te levado para subir aquele morro. Fique tranquilo, se não estivesse bem, teria avisado. Foi apenas mais uma prova pela qual passei.*

Nessa fase, porém, tive que enfrentar uma situação para a qual não estava preparada. Quando entrei na Acaresc, não era às extensionistas sociais (ES) o casamento, nem dirigir o veículo da Empresa. Ouvi comentários dizendo que era para evitar problemas com os maridos, pois a ES teria que sair sozinha com o ER pelo interior do município e isso poderia causar ciúmes. Por outro lado, esta regra não valia para o ER. No final do pré-serviço questioneei o coordenador, Elias Iacovski, sobre aquilo e ele me respondeu que o assunto não precisava ser objeto de preocupação, pois havia sido contratada como extensionista rural, cargo para o qual a regra não se aplicava. No entanto, quando fiz o comunicado do meu casamento, para usufruir os dias de folga que nos eram concedidos, fui informada que o supervisor regional interino, Alcides Molinari, tinha algo a me comunicar. Dias após, quando sentamos para conversar, repassou-me que a direção da empresa não aceitava o casamento e que para evitar transtornos pedisse demissão, ou seja, posteriormente teria que assinar este documento, a exemplo das extensionistas sociais. O supervisor deixou bem claro que estava executando uma ordem da direção, pois pela avaliação da equipe regional o casamento não poderia ser motivo para demissão. Todos estavam cientes de que minha intenção era continuar

na empresa. Porém, havia uma questão que impedia meu afastamento: estava grávida. E, de acordo com a lei, não poderia ser demitida. Recebi o apoio dos colegas, os quais consideravam que a gravidez não iria interferir no trabalho. Tanto que trabalhei até a véspera do parto. O assunto ficou em aberto até se esgotar o período previsto da licença maternidade. O referido documento de pedido de demissão nunca foi apresentado para ser assinado. Como também era período eleitoral, provavelmente após as eleições a direção da Empresa mudaria, havendo uma expectativa de que o assunto fosse revisto, uma vez que, na opinião da maioria dos supervisores regionais, não era justo nem legal impedir o casamento das profissionais. No final da licença maternidade, que era de três meses, tive uma boa notícia. De acordo com o novo presidente, Sérgio Martinho Nerbass, não havia impedimentos para continuar trabalhando na Acaresc. Felizmente, nos anos seguintes, várias ES se casaram, tiveram filhos e continuaram trabalhando na Empresa.

Quando retornei ao trabalho após a licença maternidade, tive uma grande alegria, pois surgiu uma nova oportunidade de trabalho: assumir como chefe um escritório local, algo que todo extensionista novo almejava e eu, em particular, precisava demonstrar a competência das mulheres, que até então não tinham o direito de assumir a função. O local vago era o município de Pomerode, onde predominava a descendência e a cultura alemãs. Uma das características das famílias era ter poucos ou nenhum filho, sendo comuns os casos em viviam duas ou três gerações na mesma casa. Havia um respeito aos mais velhos e, portanto, as decisões sobre a administração da propriedade dependiam da aprovação do Opa e da Oma, que praticamente não falavam português, o que, em alguns casos, dificultava o trabalho do extensionista. Neste aspecto, tive algumas facilidades, pois eu falava alemão e, assim, me comunicava com toda família. O fato de o extensionista do município ser uma mulher também não causava nenhum constrangimento, pois grande número de mulheres trabalhava fora da propriedade, principalmente em fábricas de tecelagem que empregavam homens e mulheres para os mais diversos trabalhos.

No início de maio me apresentei em Pomerode como chefe do escritório local. Já na primeira semana, estava agendado para todos os técnicos de área de abrangência da Cravil um treinamento sobre cooperativismo no Centro

de Treinamento de Agrônômica (Cetrag). Ainda às voltas com minha recente maternidade, surgiu o primeiro desafio: como faria para amamentar, uma vez que o leite materno era o único alimento da minha filha. Não tive dúvidas. Para causar o menor impacto decidi levá-la. E lá fomos nós: eu + minha filha + babá + carrinho de bebê + banheira + todos os acessórios que uma mãe de recém-nascido conhece. Cabe lembrar que naquele tempo fralda descartável era artigo de luxo. Usava-se de 15 a 20 fraldas de pano por dia. Era necessário lavar muito bem as fraldas com sabão neutro para não causar assaduras. Acho que minha filha já havia sido preparada para esses desafios e esse foi o motivo para a escolha do nome: Bárbara. E que pelos cuidados, nunca teve problemas com assaduras, além de que sempre teve boa saúde.

Em Pomerode, para o extensionista conseguir alcançar as metas de trabalho, tinha que enfrentar alguns hábitos deixados pelos colegas anteriores: reunião de comunidade, só a noite, pois diziam que o agricultor não poderia perder tempo saindo de casa durante o dia. Também era normal o ER levar alguma encomenda de adubo ou sementes de pastagem de inverno para os agricultores que não possuíam veículo. Para isso, o ER valia-se das idas às comunidades. Um belo dia desses, indo para a comunidade de Pomerode Fundos, com dois sacos de adubo no porta-malas do fusca, acontece um imprevisto: furou um pneu traseiro do fusca! Ai, ai, ai, que azar! Nunca tinha trocado pneu sozinha, mas não poderia demonstrar fraqueza. Encostei o carro, fiz um esforço para conseguir descarregar o adubo, para poder retirar o estepe. Após colocar o macaco e erguer o carro, tentei tirar a roda. Quem disse que conseguia afrouxar os parafusos. Por mais que eu me esforçasse, ufa, o parafuso nem se mexia. Desisti. Sentei e aguardei um pouco. Foi quando visualizei, lá longe, alguém vindo de bicicleta. Quando se aproximou, vi que era uma mulher. Unimos as forças e conseguimos soltar os parafusos da roda. Depois dessa, nunca mais levei saco de adubo para nenhum agricultor. Minha musculatura não era para tanto!

No início de 1987, após o nascimento do segundo filho, surgiu a oportunidade de desenvolver um trabalho de hortas escolares durante a 4ª Ucre, em Blumenau, com o objetivo de incentivar o consumo de verduras nas escolas. Foram realizados treinamentos para professores, merendeiras e alunos de 5ª série das escolas dos municípios de abrangência da 4ª Ucre.

O extensionista que virou...



Treinamento sobre hortas para merendeiras das escolas de Blumenau - 1987



Capacitação de alunos da Escola Isolada Itoupava Rega Central - Blumenau - 1987



Capacitação de alunos da Escola Isolada Itoupava Rega Central - Blumenau – 1987

Após dois anos, pela falta de técnicos, devido a um período prolongado sem concurso e novas contratações, retornei a trabalhar na extensão rural, agora como específica na área de horticultura. Esse foi um período bem dinâmico, pois a Secretaria de Agricultura de Pomerode estava organizando a feira livre e foi necessário fazer um levantamento dos produtores e identificar a forma de comercialização dos produtos. Organizados, os produtores poderiam melhorar a comercialização da sua produção e também a compra de insumos. Foram realizados cursos de capacitação e excursões para conhecer outras experiências. O dia de atendimento no escritório era segunda-feira. O produtor vinha ao escritório e, posteriormente, fazia-se uma visita para conhecer a propriedade e fazer as recomendações necessárias. Nessa função não tive grandes dificuldades pelo fato de ser mulher, pois as esposas participam intensamente das atividades, no cultivo de hortaliças, verduras.

Foi numa dessas ocasiões que conheci um jovem casal, Wilson e Adelaide Berboni, ele vindo da região de Caçador, motorista da Reunidas Cargas. Como a esposa era de Indaial, tinha a intenção de vir morar em Blumenau, onde havia comprado uma área rural, pois já tinha trabalhado na agricultura, na casa paterna. Contou-me que tinha experiência com o cultivo de uva e pêssego e que havia inclusive trazido máquinas, implementos agrícolas (pulverizadores, microtrator,

O extensionista que virou...

etc.) para fazer plantações de uva e pêssego em Blumenau. Como não tinha muito conhecimento dessas culturas, resolvi chamar o coordenador de área para me auxiliar, pois o clima dessa região é diferente do clima de Caçador. Resumindo: o produtor plantou pêssego precoce e uva pouco exigente em frio, ocupando quase toda a área, que era declivosa. Por sugestão dos técnicos da Acaresc: figo na encosta, morango e folhosas na área plana (5.000m²). Logo o motivamos para que se inscrevesse para conseguir um box na feira livre. Liberado o box, iniciou vendendo salgadinhos (canudinhos), que o casal fazia à noite, até que tivesse produção da lavoura para vender. Mais alguns meses, já produzia folhosas, atividade em que o carro-chefe era o agrião, produzido num valo úmido que havia na propriedade. No segundo ano, produziu morangos e, com os frutos deformados ou sobras da feira, que se realizava duas vezes na semana, fazia geleia. Depois vieram os pêssegos, as uvas e os figos. Quando colhiam os últimos figos, no final do outono, começava a safra do morango. Os lucros começaram a aparecer, possibilitando a compra de carro novo, construção de casa nova, aquisição de máquinas, etc. Foi algo encantador ver toda essa evolução em uma propriedade que desde o início tive oportunidade de acompanhar e orientar. Atualmente esse produtor reside em Timbó, onde comprou uma propriedade bem maior. A topografia favorável para a agricultura e o sistema de cultivo adotado é orgânico. Eles tiveram dois filhos. A filha, que já concluiu o segundo grau e está no curso de jovem empreendedor, tem interesse em continuar na propriedade.



Grupo de produtores visitando cultivo de morango, cobertura plástica (1990)

Sempre que surgia algum problema para o qual não se tinha conhecimento suficiente para solucioná-lo, era o momento de chamar os colegas da Empasc. Foi o caso do cultivo de mangarito, uma espécie de inhame muito apreciado pelos consumidores. Devido a dificuldades na produção, tornava-se cada vez mais raro no comércio e, por isso, com um preço excelente para venda. Apresentava algumas doenças durante o ciclo de produção e, em função disso, os agricultores afirmavam que para conseguirem produzir era necessário usar terra virgem, somente disponível nas encostas dos morros. A cada ano era desmatada uma pequena área, feita a queimada e implantada a lavoura. Intrigada com isso, analisando o preço e a existência de áreas disponíveis na várzea, contatei com a equipe de pesquisadores da Estação Experimental de Itajaí para analisar as lavouras com problema. No dia combinado, recebi os pesquisadores e fomos juntos até a propriedade para estudar o caso. O que os pesquisadores não esperavam foi o fato de terem que subir a pé até chegar à *grotá*³¹ onde estava a lavoura. Quase desistiram, pois para chegar à lavoura de mangarito somente a pé ou com zorra³¹. Foi um dia suado, mas ninguém demonstrou fraqueza, todos persistiram até chegarem à lavoura. A conclusão dos pesquisadores em relação às doenças que atacavam as lavouras estava relacionada ao clima, especialmente a alta umidade e a temperatura, condições não compatíveis para o cultivo da espécie.

No final de 1991, com quase 10 anos de casa, quando a Acaresc e a Empasc já haviam sido incorporadas pela Epagri, surgiu a oportunidade de fazer o mestrado. Inicialmente almejava fazer o mestrado na área de olericultura, na qual tinha alguma experiência e conhecimento e imaginava que durante o mestrado pudesse encontrar soluções para todos os problemas de pragas que molestavam as plantações dos agricultores. Porém, por sugestão do chefe da unidade de pesquisa, Juarez José Vanni Müller, foi sugerida a área de essências florestais nativas, pois estava sendo iniciado um novo projeto, com recursos do Programa Microbacias 1, na Epagri/EEI. Foi uma mudança drástica nos meus planos e haveria necessidade de começar a estudar a área, que contava com poucas pesquisas. Por sugestão da equipe de pesquisadores e auxiliares de pesquisa do projeto (Milton Geraldo Ramos, Airton Rodrigues Salerno, Cidinei Cordini,

³¹Espécie de trenó, construído em madeira, utilizado para transporte de produtos, especialmente forragens.

O extensionista que virou...

Samuel Batista e Pedro Dias), optei por trabalhar com sementes florestais. Todo trabalho de pesquisa do mestrado foi desenvolvido na Epagri/EEI, com o apoio dos colegas que me demonstraram na prática como implantar um experimento. Graças a eles, meu primeiro experimento rendeu a dissertação. Imensa gratidão.



Grupo de colegas do mestrado (1993)

Ao retornar do mestrado, passei a fazer parte da equipe de pesquisa do projeto de Essências Florestais, que estava com vários trabalhos no campo, a maioria fora da estação experimental, pois não havia área disponível. Nesse período o trabalho de recuperação de matas ciliares, áreas degradadas e estudo de espécies com potencial para produção de madeira eram os carros-chefes dos pesquisadores. Vários cursos de capacitação para produtores e técnicos foram realizados. No final de 1995, os recursos do Programa Microbacias 1 foram diminuindo e, conseqüentemente, os trabalhos de pesquisa tiveram que ser reduzidos e replanejados.

No final de 1995 a pesquisa começou os primeiros trabalhos com palmeiras para produção de palmito na Epagri/EEI. Em 2000 foi o auge de divulgação das palmáceas, fato que exigiu muito trabalho de pesquisa e difusão através de dias de campo, por ser uma atividade nova. Os extensionistas locais encaminhavam os novos produtores diretamente para a Epagri/EEI a fim de

buscar as informações necessárias ao cultivo. Coletamos material genético, ou seja, sementes para formação de um banco de germoplasma, para a instalação de experimentos e o excedente era comercializado para produção de mudas. Esse era o recurso que mantinha os trabalhos de pesquisa. Formamos uma equipe de coleta de sementes com um funcionário que era o escalador, equipamentos e uma Toyota, com a qual saíamos para o campo. O trabalho começava pela identificação de boas plantas matrizes, preenchimento de um cadastro da localização e, sempre que o proprietário autorizava, colhiam-se as sementes. Ao final de um bom dia, retornava-se para a Epagri/EEI com a Toyota carregada de sacos com sementes.

Nesse trabalho também ocorreram alguns episódios engraçados. Certo dia, estávamos no interior de Brusque, trabalhando na identificação e coleta de sementes. Coletamos sementes em matrizes já identificadas e rodamos um pouco mais na tentativa de encontrar mais algumas para completar a carga. Como toda a equipe já tinha um olhar refinado para avistar palmeiras, distinguimos um renque próximo a um pequeno grupo de casas. A primeira tarefa a realizar era fazer um contato com o proprietário, ver a possibilidade de coletar as sementes. Caso o proprietário desse o ok, meus ajudantes, munidos de escada, cinto, podão, saco, lona, etc., se preparavam para escalar as palmeiras. Eu preenchia os dados do ponto de coleta, juntamente com o proprietário. Porém, como não estava sendo possível localizar o proprietário, o restante da equipe ficou aguardando na Toyota, que estava estacionada na parte mais alta da rua.

Pois bem. Desci do carro e vi que as portas da primeira casa estavam abertas. Entrei pelo portão e bati palmas, para verificar se havia alguém para me atender. Antes de concluir meu gesto, saíram detrás da casa três cachorros furiosos e vieram na minha direção. Não deu tempo para pensar: corri de volta para a rua e, não sei como, subi na primeira árvore que encontrei na minha frente, pois não daria tempo para chegar até o carro, enquanto os cachorros vieram atrás e ficaram latindo e monitorando a presa que estava se equilibrando lá em cima. Fico imaginando a cena, pois meus colegas assistindo tudo isso de camarote, bem protegidos dentro da Toyota. Com todo esse alvoroço, apareceu o dono da casa, acalmou os cachorros. Após a colheita de sementes, saímos satisfeitos, com mais uma história para contar e rir muito.

O extensionista que virou...

Permaneci nesse projeto até final de 2005. De 2006 até 2009 atuei no projeto de flores e plantas ornamentais, período que me possibilitou conhecer os demais projetos da Epagri/EEItajaí e interagir com os demais pesquisadores. Em 2008 houve a fusão de três projetos: Recursos Florestais, Plantas Medicinais e Flores e Plantas Ornamentais, resultando na criação do Projeto Flora Atlântica, que tinha como objetivo pesquisar espécies nativas com potencial econômico.



Equipe de pesquisadores de palmáceas da Epagri/EEItajaí



Equipe do projeto de flores e plantas ornamentais na Epagri/EEItajaí



Experimentos com palmeira-real

Porém, os trabalhos de pesquisa realizados com palmáceas permaneciam. Nesse ínterim surgiu uma oportunidade de um edital para encaminhar novos projetos. Em 2010, toda a equipe, composta por oito pesquisadores, foi convocada para participar do Projeto Inventário Socioambiental, que foi uma etapa do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Durante cinco meses realizamos a pesquisa de campo, coletando informações nas propriedades próximas aos remanescentes florestais de Santa Catarina e para colher as impressões dessa população em relação à floresta. Foi um trabalho que nos assustou no início, pois tivemos que deixar para um segundo plano nossas pes-

O extensionista que virou...

quisas em andamento, bem como as atividades cotidianas e sair pelo Estado afora para fazer esta pesquisa. Foi gratificante, pois vivemos a oportunidade de conhecer e viver fora do campo experimental.



Equipe do projeto ISA-IFFSC (2010)

Há muitas outras histórias bonitas para registrar, porém, pelo limite de espaço, escolhi uma, da qual tenho as fotos para ilustrar. Estávamos no início de setembro de 2010 – os ipês em plena floração no Vale do Itajaí – trabalhando no Inventário Sócio Ambiental. Os pontos a localizar naquela semana para fazer as entrevistas seriam em Benedito Novo e Dr. Pedrinho. Concluídas as entrevistas em Benedito Novo, ficamos hospedados num confortável hotelzinho no interior, já no caminho para Doutor Pedrinho.



Paisagens de campo em Doutor Pedrinho

Seguimos para Dr. Pedrinho e fomos direto para o Escritório municipal da Epagri, buscar informações com o colega Valdir André Bagio sobre o acesso e as famílias residentes no entorno do ponto amostral. Pelo nosso guia Google, podíamos ver que havia algumas casas, porém, de acordo com o Bagio, a estrada estava ruim e a maioria das casas era habitada somente nos finais de semana (sítios, pequenas fazendas), sendo que os proprietários eram de Rio dos Cedros, Timbó etc., mas o importante é que havia uma estrada pela qual teríamos acesso saindo de Doutor Pedrinho. Nosso ponto localizava-se na divisa com Rio dos Cedros. Após entrarmos na área da pesquisa, encontramos algumas casas abandonadas, outras sem morador fixo.

Mas, andando um pouco mais, numa clareira encontramos uma porteira aberta. Lá dentro havia uma casa boa, animais como galinhas, cachorros, gatos etc. A casa estava aberta, indicando que nela residia alguém, porém nenhum sinal de gente. Desta vez os cachorros fizeram pouco caso. Por isso desembarcamos e começamos a andar pelos arredores, visando encontrar algum vivente. E o olhar logo se estendia sobre o tipo de vegetação, flora nativa, para entender um pouco desse ambiente. De repente, me chamou a atenção algo pendurado sobre a porteira. Na expectativa de que a qualquer momento poderíamos ser surpreendidos devido à invasão, foquei o olhar naquele vulto pendurado: crueldade, um gambá enforcado, já quase seco, desidratado! Como o Neri Samuel Dalenogare, pesquisador da equipe, estava espreitando próximo ao galpão, chamei-o para ver aquilo. Sem falar, co-

O extensionista que virou...

ração pulsando mais forte, a cena perante nossa visão era bastante intrigante. Achamos conveniente cair fora para nossa segurança. Mas o Neri, que era o fotógrafo, de posse da câmera fotográfica focou aquele vulto. Após aproximar a imagem, estudar o melhor ângulo para capturar uma imagem, percebeu que aquilo nada mais era do que um cacho de banana seco, que certamente o proprietário havia colocado para tratar os passarinhos, ou não? Pois as bananas secaram no cacho... Retornamos sem entrevistas, apenas imagens e a lição que ficou: é preciso conhecer a realidade independente do estado emocional, antes de qualquer comentário.



Será um gambá, Teresinha?

Em 2011 foram retomadas as pesquisas com palmeira-real em um projeto que trouxe novos pesquisadores das áreas de solos, pragas e socioeconomia. Em 2013, após me inscrever no PDVI, foi o momento de finalizar as pesquisas e uma grande ansiedade em encontrar algum pesquisador que se encantasse pelas palmeiras para dar continuidade aos trabalhos. Com a contratação de novos pesquisadores, atendendo as demandas da cadeia produtiva de palmáceas, a cultura foi reconhecida e a equipe de pesquisadores foi reforçada. Em 30 de abril de 2015 me desliguei da Epagri com grande prazer de ver a continuidade dos trabalhos de pesquisa.

Para as mulheres posso afirmar que o caminho foi árduo. Continuamos sendo vítimas do preconceito, mas houve uma grande evolução quanto à aceitação do trabalho das mulheres agrônomas, porém a cultura do machismo continua entre nós. Falta-nos perceber e tentar inserir o lado feminino no corpo da Epagri a fim de atingir o equilíbrio, tornando o trabalho na Empresa mais belo e produtivo, fazendo com que os funcionários se encantem pelo que fazem, trabalhem felizes e tenham boa saúde.

Para concluir, posso dizer que tanto a Acaresc quanto a Epagri foram importantes na minha vida, pois possibilitaram a realização de muitos sonhos. Foi na extensão rural que pude demonstrar a competência das mulheres nessa área; mostrar que somos capazes. Porém, foi na pesquisa que pude sentir maior realização, pois a maior motivação para o trabalho é sentir a sua utilidade. O prêmio maior que se pode receber é ver o agricultor utilizando a tecnologia gerada pela pesquisa.

Professora universitária: a extensão rural foi uma escola

*Hanelore Henicka*³²

Nasci em 24 de novembro de 1960 na comunidade de Lageado Mariano, no município de Piratuba, SC. No ensino médio, formei-me como técnico em contabilidade, em 1978, num curso noturno do CNEC. Durante o dia trabalhava como balconista na Farmácia Piratuba. No final do ensino médio fiz o processo seletivo para trabalhar como extensionista na então Acaresc. A prova foi realizada em Joaçaba. Sendo aprovada, já com 18 anos completos, iniciei o pré-serviço em Florianópolis em fevereiro de 1979. Naquele ano, além de mim, foi aprovada mais uma jovem da comunidade, a Irene Eggers. Nós duas, então, rumamos a Florianópolis.

Após a conclusão do pré-serviço, em Florianópolis, fui designada para assumir o trabalho como extensionista social local no escritório de Pinhalzinho, região de São Miguel do Oeste, tendo como colega de trabalho Jacinto Geraldo Tamiozzo. No início dizia para as senhoras das comunidades que eu tinha 23 anos, pois a pouca idade me parecia não conquistar o respeito que desejava.

Naquele município, além do trabalho normal da extensionista (produção de hortaliças, preparo técnico de alimentos, educação ambiental e de higiene pessoal, indústria caseira de alimentos, proteção de poços e fontes de água), fizemos muitos trabalhos interessantes: reuníamos líderes femininas agricultoras na sede uma vez por ano e discutíamos sobre sindicalismo e cooperativismo, sobre o papel da mulher na sociedade, sobre a participação das mulheres nas decisões. Tínhamos o apoio do presidente do sindicato e da cooperativa, além de um odontólogo que auxiliava nos trabalhos de educação e saúde. Fazíamos também o concurso: *Minha escola é a mais bonita*, no qual a comunidade se envolvia para manter horta, jardim, destino adequado ao lixo, tudo nas melhores condições possíveis. Uma vez por ano comemorávamos a semana da saúde nas escolas do município, tanto da

³²Ingressou na Acaresc em 06/02/1979. É pedagoga, 1988/Fuoc/Joaçaba; especialista em Psicologia da Educação, 1989/Fuoc/Joaçaba; mestre em Educação, 1993/UFSC. Atuou como extensionista social nos municípios de Pinhalzinho, Mondai e Joaçaba. A partir de 1988 atuou como professora de ensino fundamental e médio. Em 1990 ingressou no ensino superior na Unoesc/Joaçaba, na Univali (1995) e na Udesc (2006). Aposentou-se em 2011.

rede municipal quanto da estadual. Nessa semana eram feitas orientações para as crianças sobre saúde, alimentação, dentição, controle de piolho. Também se preparavam receitas com verduras.

Era parte do trabalho reunir senhoras e moças da comunidade na casa de uma delas e fazer demonstrações de cultivo de verduras, preparo de pratos, indústria caseira de alimentos, entre outros. A primeira horta que orientei, na comunidade de Santa Lúcia, na casa da dona Maria, em Pinhalzinho, estava bonita. Numa das reuniões com as senhoras da comunidade, que eram feitas na casa da dona Maria, contamos com a participação da coordenadora regional da Acaresc. Toda orgulhosa, fui mostrar a horta para ela e passei um grande vexame na frente das senhoras. O espaçamento entre mudas de alface recomendado era de 0,30cm x 0,30cm. Eu não media, apenas distribuía as fileiras no canteiro que era de 1,20m, de forma que ficassem quatro fileiras. Fazia isso porque tinha vergonha de medir, considerando que as pessoas do meio rural tinham tantas tarefas que, por certo, não estariam medindo com régua para plantar. A coordenadora, porém, disse: aqui não dá 30cm. E puxou de sua reguinha. De fato, não dava os exatos 30cm. Levei uma chamada. Até hoje não consigo aceitar que estivesse errada, pois levar as orientações ao extremo só servia no pré-serviço onde se fazia só aquilo. Um centímetro a mais ou a menos não alteraria a produção. Talvez esses extremismos impediram que muitas dessas orientações fossem incorporadas aos costumes rurais até nossos dias.

Numa outra ocasião, bem no início do trabalho, abri a gaveta de minha mesa e lá estava uma receita de bolo de fanta. Não deu outra. Pareceu-me que aquele bolo ficaria muito bom. Propus para as senhoras da Linha Tiradentes fazermos aquele bolo na reunião de demonstração. Para meu azar, a coordenadora apareceu para acompanhar meu trabalho. Tudo bem, até então não havia ainda tomado consciência da minha tolice. Fomos à reunião. A casa estava cheia de senhoras. Um grupo muito bom e interessado. Fizemos o bolo de Fanta ... uma delícia! Quando voltamos ao escritório ouvi poucas e boas. Como eu ia preparar um bolo de Fanta numa comunidade em que havia laranjas para fazer isso de forma natural e mais saudável. Sim, ouvi naquele dia, mas aprendi. Depois disso passei a ser defensora dos alimentos naturais, dos

sucos, do açúcar mascavo e tudo mais.

Meu colega aproveitava também os dias de campo para mostrar alguma tecnologia nova. Nesse dia, quando vinham agricultores de todas as comunidades, minha tarefa era fazer suco de couve e preparar receitas com açúcar mascavo para servir aos participantes. Aproveitava para falar sobre alimentação natural, criticando o consumo exagerado de produtos industrializados (lição aprendida).

Também participávamos do curso de noivos promovido pela Igreja Católica. Meu colega falava sobre planejamento familiar e eu sobre educação alimentar.

Tínhamos, também, um programa de rádio que servia para divulgar o trabalho e datas de reuniões, além de espaço para um comentário. Então se falava sobre saúde, higiene, alimentos, cultivo do milho, cuidados com suínos e outros. Numa ocasião, falei sobre higiene e limpeza da casa. Acontece que uma senhora, da propriedade onde fazíamos as reuniões das mulheres da comunidade, se chateou por achar que eu estaria criticando a sua casa, que ela cedia com tanto gosto. Depois de muita conversa, de explicar que estava falando no sentido genérico e não de uma casa em especial, tudo voltou ao normal.

Em 1981 solicitei transferência para o município de Mondáí. Nesse escritório havia mais extensionistas. Eu trabalhava com um engenheiro-agrônomo, Volmar Verardi, e um técnico agrícola, Nelson Vincenzi. Havia também uma equipe 4-S, composta por Ademir e Cláudia e depois Amarilis.



Baile em Mondáí: Neide - auxiliar de escritório e Hanelore Henicka - ES

Em Mondaí repetimos as atividades de formação de lideranças femininas rurais. Continuamos discutindo sindicalismo e cooperativismo. Neste tempo já havia maior abertura da Fetaesc sobre a situação da mulher agricultora e começávamos a participar de encontros promovidos por essa instituição, em Florianópolis. Discutíamos a aposentadoria das mulheres, a sua participação como produtora rural em sindicatos e cooperativas. Comemorávamos o Dia Internacional da Mulher com um grande encontro de mulheres agricultoras na sede do município. Cada uma trazia algo para preparar o almoço e os encontros eram realizados sem dinheiro algum.

Boa parte desse trabalho com a liderança agrícola feminina foi feita no período da ditadura militar. Sobreviveu porque não tinha caráter nem vínculo político partidário. Mais tarde, de 1985 em diante, com a abertura política, organizaram-se partidos políticos no Oeste Catarinense que reivindicaram para si as conquistas das trabalhadoras do campo, como: direito a se filiar a um sindicato, direito a aposentadoria, etc. Esses partidos nunca souberam do trabalho de base feito em anos anteriores, de forma séria, organizada e silenciosa.



Comemoração de aniversário com os colegas no escritório local de Mondaí

Em 1983, solicitei transferência para o município de Joaçaba. Queria cursar faculdade e estar mais perto da minha família, que morava em Piratuba. Neste escritório, trabalhava com o engenheiro-agrônomo Ênio Mario Mendes. Havia também outros técnicos e uma equipe 4-S. No município en-

contrei uma parceira para organizar os encontros de mulheres agricultoras. Era a assistente social da prefeitura, Isabela Barisson Mattos.

Uma vez por ano fazíamos um encontro de mulheres agricultoras, sempre na data comemorativa do Dia Internacional da Mulher. Contamos, algumas vezes, com a participação de Clair Castilhos e Anita Pires, de Florianópolis, que vinham, sem custos, fazer palestras sobre a emancipação das mulheres. Nesse período, a Fetaesc já havia abraçado a causa de lutar pela aposentadoria das mulheres agricultoras e participávamos dos encontros em Florianópolis, levando as agricultoras representantes do município de Joaçaba. Pouco tempo depois, a aposentadoria das mulheres agricultoras foi aprovada. As mulheres agricultoras também foram mudando sua postura. Fizemos encontros com mulheres em todas as comunidades, em parceria com a assistente social da prefeitura, onde discutíamos sexualidade e saúde da mulher. Isso não foi tarefa fácil. Algumas mulheres não queriam discutir essas questões. Ficavam mais à vontade quando se falava em produção de hortaliças, preparo de receitas, indústria caseira.

Nesse período, as extensionistas entraram na área de trabalho com jardinagem e paisagismo. Por isso, organizávamos excursões aos municípios de Piratuba e Ipira, onde as extensionistas tinham ótimo trabalho de jardinagem na sede. Aproveitávamos a viagem para fazer um passeio no balneário, em Piratuba, para tomar banho de piscina. Numa dessas oportunidades, uma senhora agricultora simplesmente tirou a roupa e foi para a piscina de calcinha e sutiã, provocando um pequeno escândalo, que logo foi esclarecido.

Enquanto trabalhava na extensão rural em Joaçaba, cursei Pedagogia na Unoesc (1984 a 1988), então Fuoc. No momento de fazer o estágio, o escritório local recebeu uma professora doutora que fazia uma pesquisa sobre agricultura por uma Universidade francesa: Dra. Nadia Zago. Ela nos acompanhava nas comunidades rurais para conversar com os agricultores. A convivência com ela abriu a possibilidade de fazer uma pesquisa para o meu estágio na Pedagogia. Eu e mais uma colega havíamos sido designadas, pela coordenação do curso, a estagiar no ensino superior e não no curso de Magistério, como seria com as demais alunas. E foi a pesquisadora que sugeriu fazer uma pesquisa sobre as causas do êxodo rural no município de Joaçaba para aproveitar no estágio. Conversei com a orientadora do estágio, professora Terezinha de Jesus Cubas,

que abraçou a causa. Havia, porém, professores que consideravam a pesquisa como algo que só poderia ou deveria ser feito na pós-graduação. Mesmo assim, resolvemos correr o risco. Essa seria a primeira pesquisa de campo a ser feita por uma aluna da graduação nessa instituição. A Dra. Nadir faria a orientação. Feita a pesquisa, fiz o estágio no curso de Estudos Sociais, dessa mesma faculdade apresentando os resultados dessa pesquisa.



Reunião de extensionistas da região de Joaçaba na casa da ES Sonia Weber, em Ouro

No ano seguinte, já muito apaixonada pela educação formal, pedi demissão da função de extensionista para trabalhar como professora de língua portuguesa, num projeto de 5ª a 8ª série da Prefeitura de Joaçaba, chamado Nuperajo – uma escola itinerante que ia ao encontro dos alunos no meio rural uma vez a cada quinze dias, em cada comunidade. No entanto, os professores iam para o meio rural todos os dias, pois havia muitos núcleos a serem atendidos. As aulas eram dadas no pavilhão, na escola quando livre, embaixo de uma árvore, na igreja, na cancha de bochas, enfim, onde havia algum lugar para nos reunirmos. As crianças estudavam por meio de módulos elaborados pelos próprios professores e reproduzidos em mimeógrafos ou fotocópias. Nos encontros faziam provas e recebiam as explicações e orientações necessárias. Também fazíamos teatro e cantávamos nesses encontros. Nessa fase, eu estava ainda concluindo a Pedagogia, pois resolvi cursar a habilitação em

O extensionista que virou...

Orientação Educacional. Em seguida, fiz um curso de especialização *lato sensu* em Psicologia da Educação na Unoesc mesmo e continuava trabalhando no Nuperajo. Ao término desse curso, em julho de 1989, nasceu minha filha, cujo pai optou por não assumi-la.

Permaneci como extensionista social na Acaresc de 1979 a 1988 – foram quase dez anos. O período em que trabalhei na extensão rural foi literalmente uma escola, preparando-me para assumir tarefas mais difíceis, mais pesadas, que viriam depois. Ficar longe de casa, num local onde não havia nenhuma pessoa conhecida, precisar fazer amigos, integrar-se na comunidade, criar vínculos profissionais com colegas de trabalho e aprender a trabalhar em equipe foram algumas das situações que me levaram ao amadurecimento psicológico e emocional. Conseguir local para morar, prover a alimentação e cuidar-se em caso de doenças foram situações que forçaram o amadurecimento econômico, financeiro e administrativo. No trabalho, a capacitação e a exigência de planejamento semanal, mensal e anual e os relatórios de prestação de contas das atividades desenvolvidas levam ao amadurecimento no que diz respeito ao planejamento e à organização do trabalho. Organizar grupos de pessoas, ou reunir-se com lideranças da sede do município, requeria respeito pelas autoridades. Até mesmo a habilidade para redigir um simples objetivo era desenvolvida nos funcionários da Empresa.



Participação no IX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica em Vitória, ES, 1987



Participação no IX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica em Vitória, ES, 1987

Quando cursei Pedagogia e entrei no ensino formal, não encontrei a menor dificuldade em fazer o planejamento das aulas, incluindo desde a definição de objetivos até atividades como falar em público, usar recursos audiovisuais. Estava treinada e capacitada para tudo isso. O trabalho no dia a dia na extensão rural foi uma boa escola.

A mudança de trabalho da Acaresc para a docência municipal levou-me

a uma perda salarial de 80%. Mas essa perda foi temporária, pois ao ingressar como professora no ensino superior deixou de existir.

No ano seguinte (1990), iniciei um curso de pós-graduação *lato sensu* em Sociologia da Educação. A Unoesc me chamou para lecionar no curso de Pedagogia. Assumi a disciplina de Didática. Deixei então o projeto Nuperajo e durante o dia trabalhava como ACT em dois colégios estaduais, um em Joaçaba e outro em Herval D'Oeste, com a disciplina de Língua Portuguesa para turmas de 5ª a 8ª séries e o 2º Grau. Não tive tempo de concluir o curso de especialização em Sociologia da Educação, pois em seguida iniciei o Mestrado em Educação.

Em 1991, iniciei o curso de Mestrado em Educação com a linha de pesquisa Educação e Trabalho, na UFSC em Florianópolis. Mudei-me para Tijucas com minha filha, com dois anos de idade e uma babá. Lá, fui morar com uma irmã. A Unoesc me dava uma bolsa de 4 h/aula semanais. Também consegui bolsa da demanda social da UFSC. Na Unoesc, assinei contrato que me obrigava a retornar e trabalhar na instituição por um período igual ao tempo que receberia a bolsa. No meu caso, foram dois anos. Terminado o mestrado, retornei para a Unoesc, em Joaçaba, com contrato de trabalho de 40 horas, no departamento de educação. Além de lecionar para os cursos de Pedagogia, Estudos Sociais, História e Educação Artística, trabalhava com cursos de extensão para docentes das regiões de Joaçaba, Videira e Extremo Oeste de Santa Catarina: Pinhalzinho, Chapecó, São Carlos, São Miguel do Oeste etc. Trabalhava também com orientação de projetos de iniciação científica, com projetos do CNPq, elaboração de projetos para criação de cursos e outros. Nessa época as universidades comunitárias ainda estavam se formando em Santa Catarina e o trabalho era intenso. Cheguei a lecionar seis disciplinas diferentes num só semestre no ensino superior. A cada noite da semana uma disciplina diferente e quando iniciavam as férias tinha ainda os intensivos, com nova disciplina. Ao longo da minha carreira no ensino superior lecionei disciplinas nas seguintes áreas: Estrutura e Funcionamento do Ensino, Desenvolvimento de Comunidade e Educação Popular, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, Medidas e Avaliação do Ensino, Didática I, II e III, História da Educação I e II, Sociologia Geral e Sociologia da Educação I e II, Psicologia da Educação I e II, Metodologia Científica, Metodologia da

Pesquisa em Educação, Metodologia do Ensino, Recursos de Ensino.

Em 1994, terminado o tempo que eu estava pagando a bolsa na Unesco, pedi demissão e voltei para Tijuca. Em 1995 ingressei na Univali, campus de Tijuca, no curso de Pedagogia, primeiramente como professora e depois auxiliava a direção na coordenação do curso de Pedagogia, elaboração de projetos, cursos de extensão e criação e coordenação de um curso de pós-graduação *lato sensu* em formação de professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, oferecido no período de férias escolares.

Por volta de 1996 a Univali me chamou para trabalhar na comissão de avaliação institucional em Itajaí. Trabalhava em Itajaí durante o dia e à noite lecionava no curso de Pedagogia da Univali, em Tijuca. Passado algum tempo, assumi a coordenação do curso de Pedagogia da Univali em Itajaí, deixando o campus de Tijuca. Passado mais algum tempo, deixei a Pedagogia de Itajaí e fui trabalhar na Pró-Reitoria de Ensino, com projetos de criação e reconhecimento de cursos de graduação. Nesse período voltei à sala de aula, lecionando no curso de Pedagogia, no campus da Univali em Itapema. Algum tempo depois, assumi a função de coordenadora acadêmica no Campus da Univali em Balneário Camboriú, onde era responsável, junto com os coordenadores de curso, pela orientação pedagógica dos seguintes cursos de graduação oferecidos naquele campus: Arquitetura e Urbanismo, Design Industrial, Design Modas, Direito, Turismo e Hotelaria, Nutrição, Gestão do Lazer e Eventos, Administração Marketing, Empreendedorismo e Recursos Humanos, Gastronomia. Também era responsável pelo programa de formação continuada dos docentes de graduação do campus pela pesquisa e pela extensão. Mais tarde foi contratado um profissional para cuidar da pesquisa e da extensão. Pedi demissão da Univali em 2004. Permaneci na Univali de 1995 a 2004 - foram quase dez anos.

Em 2004 mudei-me para Florianópolis. Lá ingressei na Udesc e trabalhei por um semestre atuando como docente no curso de Pedagogia e, simultaneamente, ingressei na rede de ensino estadual, como ACT, lecionando no curso de Magistério a disciplina de estágio curricular obrigatório. Aposentei-me em 2010, depois de andar de um extremo ao outro do estado de Santa Catarina. Então, retornei para minha cidade natal – Piratuba – onde estou residindo até o momento.

Prefeito Municipal: o meio rural como prioridade

*Vilmar Comassetto*³³

Iniciei minha atividade profissional como engenheiro-agrônomo trabalhando no fomento agropecuário da antiga Sadia, no município de Cunha Porã, região Oeste do estado de Santa Catarina. Minha atividade era especificamente na suinocultura junto aos integrados da empresa. A norma na empresa era para que olhássemos o porco e orientássemos o suinocultor nessa atividade. No entanto, como agrônomo recém-formado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com enfoque na extensão rural, nas visitas às propriedades procurava fazer muito mais do que isso. Além de atender tecnicamente os suinocultores, meu olhar não se restringia apenas ao sistema de produção. Também observava o contexto familiar. Lembro que tivemos várias discussões sobre questões relativas à política agrícola e à participação dos agricultores nas suas organizações. Entendia que a ação do agrônomo era atuar como extensionista em que a extensão deveria ser um processo educativo e não simplesmente uma metodologia para repassar uma técnica. Além disso, também tinha a iniciativa de orientar os agricultores sobre outras atividades, principalmente acerca da conservação do solo. Dessa forma, orientava sobre práticas conservacionistas, desde a locação dos patamares, adubação verde e cultivo mínimo, para a principal cultura que era o milho.

Nessa época, o extensionista da Acaresc de Cunha Porã era o colega Ademir Luiz Buzetto, que um dia me procurou dizendo que iria abrir concurso público na Empresa e que eu deveria fazer, porque, segundo ele, o meu perfil era para ser extensionista e na Acaresc teria mais espaço para atuar na extensão rural. Assim, fiz o concurso em 1985 e fui aprovado. Participei do pré-serviço durante os meses de agosto a dezembro. Ingressei na antiga Acaresc em 1986 e fui indicado para trabalhar no escritório local de São Miguel do

³³Engenheiro-agrônomo (UFSM/RS/1984); especialista em administração pública (Unoesc/Joaçaba/1994); mestre em engenharia de produção (UFSC/2000); doutor em geografia (UFSC/2008). Ingressou na Acaresc em 1986. Foi extensionista rural em São Miguel do Oeste, Ipira, São Bonifácio e Concórdia; prefeito municipal de Ipira (1993 a 1996); secretário executivo do Programa Microbacias 2 na região de Florianópolis. É vereador em Concórdia e professor da Faculdade FABET/Campus Concórdia/SC. Desligou-se da Epagri em dezembro de 2014.

Oeste. Assumi como chefe do escritório local onde estavam lotados vários colegas altamente qualificados e que desenvolviam muitos programas em nível municipal e outros com abrangência regional: conservação do solo, juventude rural, crédito rural, reforma agrária e armazenagem.



Ação extensionista em São Miguel do Oeste (1987)

Fazia parte de uma equipe diversa e atuante, não só profissional como politicamente. Alguns se manifestavam mais abertamente e outros preferiam se resguardar de seu posicionamento. Apesar das diferenças, prevalecia entre nós um grande respeito. Eu, particularmente, sempre expressei minha posição, apesar de não estar filiado a nenhum partido político. Em 1988 participei como cabo eleitoral nas eleições para prefeito e vereadores. Nossos candidatos, que eram de partidos contrários ao governo do estado, não se elegeram. Após a posse do novo prefeito de São Miguel do Oeste, do mesmo partido que governava o Estado, começou o que chamávamos de *caça às bruxas*. Isso acontecia com a transferência do local de trabalho daqueles extensionistas que se posicionavam contrários aos interesses políticos do governo, mesmo

sem estarem filiados a algum partido. Não importava a atuação profissional, mas o posicionamento político-partidário.

Nesse período, outros colegas também foram transferidos. A medida era uma prática do governo do estado e das direções da então Acaresc. Cabe salientar que essa atuação política nunca foi realizada em horário de expediente. A militância sempre foi no sentido de exercer o direito de cidadão, o direito de optar e se posicionar politicamente sobre a cidade e o município que queríamos, principalmente durante o processo eleitoral. Devido a essa situação, permaneci em São Miguel do Oeste cerca de três anos e em março de 1999 fui transferido para trabalhar no município de Ipira, Região de Concórdia. Assumi o escritório local de Ipira no lugar do colega Laino Pletsch, que também tinha sido transferido para o escritório local de Lindóia do Sul. No começo, a colega extensionista foi Eli Verza, que mais tarde foi substituída pela colega Mari Lúcia Lissa Dal Prá. Em Ipira, minha atuação pode ser dividida entre o período anterior à minha eleição e pós-eleição para prefeito. Ao assumir o escritório local, de início, como era de se esperar, minha atuação foi com um sentimento de revolta devido à transferência, pois a intenção era de construir o futuro em São Miguel do Oeste, cidade que sempre gostei.

Transferências, quando não desejadas e ainda por motivação político-partidária, afetam o extensionista e todos aqueles de sua relação social, especialmente a família. Isso envolve a mudança de escola dos filhos que também têm suas amizades de infância e mudança de local de trabalho da esposa e de toda sua rede social. Todos sentem as consequências econômicas e sociais de uma decisão unilateral e autoritária. No entanto, com o tempo e a vinda de minha esposa, Claudete Marchesini, e nosso filho Eduardo para Ipira, começamos uma nova etapa em nossa vida social e profissional. A primeira ação foi de *reconhecer o território* e as principais lideranças, bem como os projetos prioritários que estavam sendo desenvolvidos e as potencialidades locais.

Aos poucos, adquirimos a confiança das lideranças locais e, principalmente, dos agricultores. Como extensionista local atuei em todas as comunidades no desenvolvimento dos projetos prioritários para a região e o município. Nessa época, sentia-se o crescimento da insatisfação no campo e a aceleração do êxodo rural, principalmente nas pequenas propriedades. Como exemplo, obser-

vava-se o processo de concentração da produção pelas agroindústrias Sadia e Perdigão junto aos seus integrados nas atividades de avicultura e suinocultura.



Ação extensionista (1990)

Nesse período, muitos eram os questionamentos quanto ao futuro da agricultura e das famílias de agricultores e vários eram os desafios do setor. Por determinação da equipe regional, nossa atuação era voltada à orientação técnica com enfoque para o manejo de dejetos animais, a conservação do solo, a pecuária de leite, a fruticultura e o reflorestamento como forma de reduzir o custo de produção e buscar alternativas.

Diante dessa conjuntura, como cidadão, não tinha como deixar de debater a importância da organização dos agricultores, de sua participação nas entidades representativas e na política-partidária também, como forma de se contrapor à situação e interferir nas decisões sobre as políticas de apoio ao setor. Nas reuniões dávamos ênfase à importância do setor agropecuário para Santa Catarina e, mais diretamente, para o município de Ipira, pois a ativi-

dade se caracterizava como a principal fonte de receita dos cofres públicos municipais, sem receber, no entanto, o devido reconhecimento em termos de adoção de políticas públicas específicas para o setor.

No final de 1991 começaram as discussões sobre as eleições municipais para prefeito e vereadores, marcadas para outubro de 1992. Nessa época, eu ainda não estava filiado a nenhum partido. Em dezembro de 1991 a administração fez uma pesquisa de avaliação do seu governo e junto circulou uma pesquisa sobre a intenção de votos para prefeito e vice-prefeito. Dias depois, fui informado por terceiros que meu nome havia aparecido como um dos preferidos. Paralelo a essa discussão, também em dezembro de 1991, fui procurado por um grupo de agricultores querendo saber sobre meu interesse em disputar as eleições para o cargo de prefeito. Diziam que eu teria o apoio do grupo e que representavam outros agricultores. Na época, a maioria do eleitorado era do meio rural. Na hora não houve nenhuma decisão, mas definiu-se que continuaríamos conversando a respeito. A indecisão momentânea se devia também ao fato de eu não estar filiado a nenhum partido político.

Em janeiro de 1992, no retorno das férias, fui novamente procurado pelos representantes do grupo que queriam uma definição e justificaram o interesse na minha candidatura dizendo que eu seria um candidato que não pertencia ao que eles chamavam de mesma panelinha que ocupava os cargos há muitos anos sem dar prioridade para o setor agropecuário. Na afirmação deles, *queriam alguém que, eleito, priorizasse o meio rural*. E quanto ao partido para minha filiação, também não podia estar entre os chamados tradicionais.



Comício de campanha em Ipira (1992)

Diante dessas pré-condições, filiei-me ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, com base num plano de trabalho elaborado com ampla participação do grupo de apoio, no dia 3 de outubro de 1992 vencemos as eleições com o apoio de ampla maioria dos ipirenses. Assumi o governo municipal em 1º de janeiro de 1993 para encerrar o mandato em dezembro de 1996. Ao longo da administração procurei atuar em áreas prioritárias, como a saúde, a educação e o setor agropecuário, conforme compromisso assumido.

No setor agropecuário, foi realizado um inédito Censo Agropecuário Municipal, em parceria com a Epagri, através do Instituto Cepa. Os objetivos do Censo Agropecuário foram:

1. Obter ou formar um banco de dados do setor agropecuário em três níveis: do município, por microbacia e por comunidade. Com os dados, foi possível caracterizar os estabelecimentos agrícolas com informações sobre a condição de posse da terra, faixa etária da população rural, uso das terras, mão de obra existente, inventário das instalações, equipamentos, máquinas e benfeitorias, produção agrícola e pecuária, habitação rural e saneamento básico.
2. Conhecer as características das propriedades, isto é, foi feito um trabalho de tipificação em que foi possível formar grupos semelhantes de propriedades considerando o tipo de exploração e o valor bruto da produção de cada unidade produtiva. Ao todo foram identificados 41 tipos de produtores. Com o agrupamento em unidades semelhantes foi possível melhorar a ação do município na formulação de políticas para o setor agrícola, tanto de incentivo financeiro quanto de assistência técnica.



Posse no cargo de prefeito de Ipira, janeiro de 1993

Outra informação importante do diagnóstico foi a identificação dos problemas e potencialidades do setor rural do município. Baseado nessas informações é que foi elaborado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. O plano apontou projetos específicos para buscar a solução dos problemas identificados, estabelecendo metas e dimensionando os recursos necessários. Os projetos prioritários desenvolvidos no período foram: bovinocultura de leite, reflorestamento, fruticultura, habitação rural, profissionalização de agricultores, criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e a Indústria Artesanal Caseira.

O projeto Agroindústria Artesanal Caseira foi pioneiro na região, pois resultou na capacitação de várias famílias na atividade de agroindustrialização de alimentos com o objetivo de agregar valor ao produto agrícola. Paralelo à formação técnica, fez-se um trabalho de organização com a formação da Cooperativa de Produtores Artesanais de Ipira e a construção e operação da Casa Colonial como Central de Comercialização das famílias associadas e que, ainda hoje, cumpre com essa mesma função.

A realização do Censo Agropecuário foi um projeto pioneiro no estado de Santa Catarina seguido depois por vários municípios como ferramenta de diagnóstico e planejamento de ações municipais no meio rural. A Casa Colonial continua ainda hoje como central de comercialização e foi a primeira experiência concreta no Oeste Catarinense em termos de investimentos públicos municipais como incentivo à agroindustrialização artesanal da agricultura familiar.



Casa Colonial em Ipira,SC

Atualmente estou aposentado e nas eleições de 2012 fui eleito vereador na cidade de Concórdia, minha terra natal, distante 50 quilômetros de Ipira. Para as conquistas de prefeito e vereador, a atuação como extensionista dentro de uma empresa como a Acaresc e depois na Epagri foi fundamental, tanto sob o ponto de vista político como da formação e do aprendizado que tive durante minha trajetória como extensionista. A extensão me permitiu estar perto das pessoas e conquistar sua confiança, fortalecendo minha can-

didatura, principalmente para prefeito de Ipira. A relevância desses fatos se torna ainda maior se levarmos em conta que, entre a minha chegada a Ipira e a eleição, foram apenas dois anos e meio. Foi um processo muito rápido, considerando a complexidade de um processo eleitoral, especialmente num município de pequeno porte, onde a pressão política é muito forte sobre o indivíduo, todos se conhecem e o poder de influência dos políticos tradicionais é muito presente no cotidiano das pessoas.

Mais recentemente, na eleição para vereador em Concórdia (eleições 2012), mais uma vez a atuação na Epagri também foi um fator positivo, em menor grau, mas ajudou devido à proximidade de Ipira e a lembrança de nossa atuação como prefeito. A agronomia e a extensão rural fazem parte da história de minha vida profissional e política. A minha identidade profissional e política deu-se no exercício de minha atuação como extensionista rural que foi se renovando e se fortalecendo ao longo dos anos. Sempre encarei a extensão como meio de mudança técnica e social desde que praticada com planejamento e educação.

A participação na política tem, também, essa mesma perspectiva. Se quisermos mudar as coisas, temos que participar das instâncias que têm poder de decisão nas diferentes escalas de poder. Nesse sentido, os cargos de vereador e de prefeito é que colocam o político mais perto do cidadão, cujas realizações têm seus maiores efeitos. E isso, quando acontece, é motivo de realização pessoal e profissional.

Vereador: a extensão rural como base

*Adilson Barella*³⁴

Sou natural de Águas de Chapecó, município do Oeste Catarinense, às margens do Rio Uruguai, onde está localizada a Usina Hidrelétrica da Foz do Chapecó. Nascido em 12 de novembro de 1972, sou casado com Simone Lunardi Barella e tenho dois filhos: Guilherme, com 21 anos, técnico agrícola e, atualmente, estudante de Odontologia, e Maria Clara, com quatro anos. Minha formação é de Técnico em Agropecuária, concluída no ano de 1989 no Colégio Agrícola 25 de Julho de São Carlos, Santa Catarina, e formação superior de Tecnólogo em Gestão Ambiental, no ano 2011, pela Universidade Norte do Paraná (Unopar).

Minha experiência profissional está ligada à atuação como Técnico em Agropecuária na atividade de suinocultura, nos anos de 1990 a 1993, na empresa Granja Gaspari Ltda., no município de Marema, Santa Catarina. Posteriormente, entre o período de 01/05/1993 a 03/2002 atuei como Técnico em Agropecuária na Prefeitura Municipal de Marema, SC, admitido por concurso público. Em setembro de 2002 iniciei os trabalhos de extensão rural na Epagri, onde também fui admitido por concurso público. Primeiramente no município de Ipuacu e, na sequência, no município de Marema, onde atuo até os dias atuais.

Destaco os trabalhos desenvolvidos na Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Marema, especialmente aqueles ligados ao acompanhamento dos primeiros trabalhos de plantio direto no município através da criação de patrulha agrícola e prestação de serviços aos agricultores, realizados em parceria com a Epagri, e também o incentivo ao desenvolvimento da bovinocultura de leite no que diz respeito ao melhoramento genético e à implantação de pastagens.

Já em minha atuação como extensionista rural, destacam-se os trabalhos de fortalecimento do Conselho Municipal Agropecuário, a criação e o

³⁴Técnico em Agropecuária e Tecnólogo em Gestão Ambiental; extensionista rural da Epagri desde 2002; vereador no município de Marema – SC, na legislatura 2013 – 2016.

O extensionista que virou...

acompanhamento à Cooperativa dos Produtores de Leite de Marema, que comercializa a produção leiteira de forma conjunta, melhorando a renda das famílias envolvidas.



Encontro sobre qualidade do leite com os associados da Cooperativa dos Produtores de Leite de Marema Ltda. - Cooperma



Capacitação em bovinocultura de leite

A extensão rural me deu embasamento forte e permitiu conhecer de perto as principais dificuldades vividas pelas famílias de agricultores familiares do município. Esse conhecimento, além da atuação como extensionista, permite, na condição de vereador do município de Marema, para o qual fui eleito em 2012, levar para a Câmara de Vereadores os problemas encontrados no meio rural, principal bandeira de trabalho.

A função de vereador, além da representação dos agricultores junto ao Poder Legislativo, possibilita um grande aprendizado pessoal, que permanecerá nas atividades que mais serão desenvolvidas, sobretudo no papel de emissário público de uma classe de trabalhadores tão carente de representação.

Secretária Municipal de Agricultura: o que você vai fazer na Acaresc?

*Neiva Dalla Vecchia*³⁵

Minha vida de Extensionista Técnica Social da Acaresc, hoje Epagri, começou em 19 de agosto de 1985, quando entrei para o pré-serviço. Foram quatro meses de preparação e vivência me dando subsídios para enfrentar o desafio de ser Extensionista Doméstica Social.

Quando decidi sair do Magistério para entrar na extensão rural, minha mãe não aceitou muito a ideia, porque ela achava que eu não iria me adaptar, pois, segundo ela, pela minha origem na agricultura, eu iria entrar num mundo muito difícil e diferente do que eu estava acostumada. Lembro como se fosse hoje ela me dizendo: *Neiva, o que você vai fazer na Acaresc se você não sabe plantar e nem colher um pé de milho? Lembro, também, da resposta que dei: Mãe, plantar e colher milho os agricultores sabem para me ensinar. Eu tenho certeza que vou poder ajudá-los de muitas outras maneiras.*

Olhando minha caminhada na extensão rural, profissão que amo do fundo do meu coração, concluo que a resposta reflete minha história profissional. Como era regra da empresa, fazíamos o pré-serviço sem ter a mínima ideia do município onde iríamos trabalhar. Na última semana nos deram a opção de escolher três regiões e, no último dia, fui comunicada que meu município seria Palmitos e trabalharia com Juventude Rural. Em 27 de janeiro de 1986 assumi o escritório local de Palmitos e lá fiquei até setembro de 1993.

Mas, como todo bom filho à casa dos pais deseja retornar ou ficar mais próximo, no ano de 1992 surgiu uma oportunidade. O distrito de Passos Maia emancipou-se de Ponte Serrada, minha terra natal, e em janeiro de 1993 elegeram o primeiro prefeito. Fiquei sabendo que eles queriam uma extensionista e decidi solicitar transferência para esse pequeno município, que tem na agricultura sua principal atividade econômica e de vida. Em setembro me

³⁵Pedagoga FAFI/PR (1983). Ingressou na ex-Acaresc em 1985. Atuou como extensionista social nos municípios de Palmitos e Passos Maia. Foi Secretária Municipal de Agricultura de Passos Mais no período de 1994 a 1999. Diretora representante dos funcionários de 2013 a 2015. Atualmente é extensionista social em Ponte Serrada.

mudei e no dia 4 de outubro iniciei meus trabalhos no município.

Nesse ínterim descobri que estava grávida da minha terceira filha. Trabalhei até o último dia de gravidez e, em 4 de abril de 1994, entrei em licença maternidade. Quando estava no terceiro mês da licença, o prefeito pediu para me avisar que precisava falar urgente comigo e que, assim que eu pudesse, era para ir a seu gabinete, ou então ele iria à minha casa. Fiquei preocupadíssima e, por isso, marquei para o outro dia cedo uma conversa em seu gabinete.

No dia seguinte, lá cheguei muito nervosa, ansiosa, pois não tinha a mínima ideia do que se tratava. Cheguei até a pensar que seria dispensada, pois infelizmente, mal tinha chegado ao município, engravidado e ficado afastada do trabalho. Pensei ... Mulher ... e entrei esperando o pior. Quando sentei em frente ao prefeito, ele começou a falar de meu trabalho e de sua repercussão positiva, apesar do pouco tempo. Disse-me que queria fazer um trabalho diferenciado na agricultura e percebeu que eu tinha um *pensamento* que *se encaixava na ideia dele* e me perguntou se eu estava disposta a ajudá-lo. Respondi que sim, que estava lá para fazer o melhor e que tinha muito a fazer num município pequeno e onde tudo estava para ser construído. Foi nesse dia que recebi o convite para ser Secretária Municipal de Agricultura. Levei um susto, pois isso nunca havia passado pela minha cabeça. Comecei a rir e ele me perguntou sobre o que eu tinha achado engraçado. Falei para ele sobre minha apreensão e o que esperava da nossa conversa.

Fiquei desconcertada com o convite, pois os desafios eram enormes: mulher, sem origem na agricultura, sem formação técnica, sem vinculação política, três filhas pequenas, recém-chegada ao município. Saí de lá dizendo que iria pensar, consultar a família, colegas e a minha chefia. Ele me disse que tinha pressa, pois a secretaria estava vaga e ele precisava de alguém, mas queria alguém com o meu perfil e não um secretário que só pensasse em máquina. E mais: que eu não deixasse de fazer o meu trabalho de extensionista que comunidades, mulheres e escolas tanto tinham gostado.

Depois de muita conversa, muitos apoios e muitas contrariedades, decidi enfrentar o desafio, que não era pouco. Ouvi de tudo: O que você entende de agricultura para ser secretária? Se der um problema numa máquina, como vai resolver? Esse cargo não é para mulher! Como você vai ser secretária e extensio-

nista ao mesmo tempo? Enfim, estava dado o tom da minha gestão e o quanto teria que trabalhar para provar que agricultura não se faz somente com homens e máquinas, mas também com planejamento e trabalho em equipe.

Começamos a negociação para formar uma equipe técnica, pois até o momento a força de trabalho era composta por eu e o engenheiro-agrônomo do Programa Microbacias 2. Como segunda estratégia, atuamos para compor o Conselho Municipal de Agricultura para, depois, elaborar um plano de trabalho, traçando algumas metas a curto, médio e longo prazos.

Neste período, o município já tinha três assentamentos da reforma agrária e isso havia provocado um problema, pois os agricultores tradicionais não aceitavam que os técnicos da prefeitura trabalhassem com esse público. No entanto, ao formar o Conselho de Agricultura, pedimos para que os assentamentos escolhessem seus representantes da mesma forma que as demais comunidades escolheram. A primeira reunião do Conselho foi uma experiência maravilhosa porque, pela primeira vez, agricultores tradicionais e assentados sentaram juntos e começaram a planejar o futuro da agricultura de Passos Maia e ambos perceberam que, cada um a seu modo, desejava uma vida melhor.

Priorizamos, então, formar uma equipe de trabalho e contratamos mais uma engenheira-agrônoma para o Microbacias 2, um engenheiro-agrônomo para trabalhar com os assentamentos da reforma agrária, junto com mais uma extensionista da Epagri, dois técnicos agrícolas, um para cuidar da parte de máquinas, organização e acompanhamento dos trabalhos e um para desenvolver os projetos de fruticultura e piscicultura, tanto com agricultores tradicionais quanto com assentados. Contratamos, também, uma médica veterinária e, mais tarde, mais dois engenheiros-agrônomos para assistência técnica, elaboração de projetos e desenvolvimento da bacia leiteira.

Com a equipe composta demos início aos trabalhos planejados e logo alguns resultados começaram a aparecer. O primeiro deles foi a necessidade de organizar a atividade leiteira para a produção e comercialização do leite. No final de 1994 foi criada a Cooperativa dos Produtores de Leite do Alto Vale do Rio Chapecozinho (Coplavale), que ainda hoje desempenha papel preponderante na vida dos agricultores e assentados na formação de renda

através da atividade leiteira.

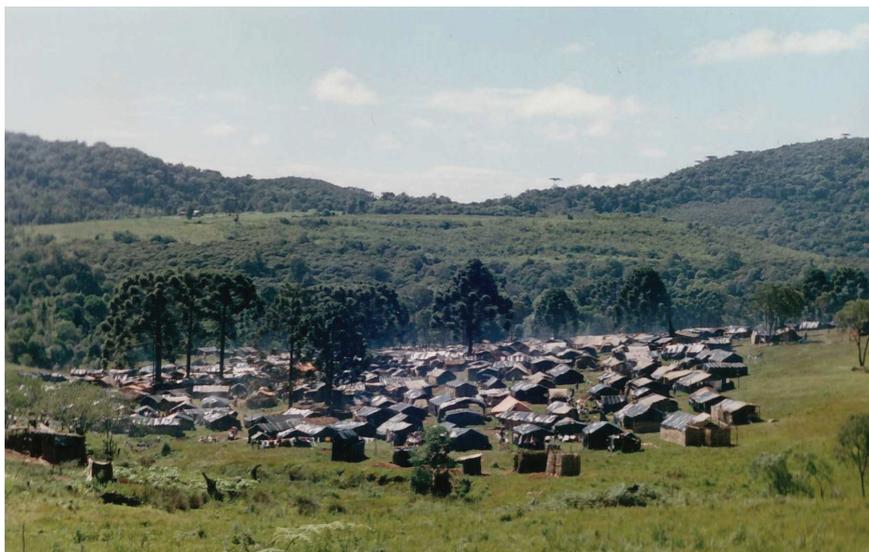
Concomitante a esse trabalho, iniciamos, com a assessoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), a elaboração do Planejamento Estratégico Participativo (PEP), que resultou no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Passos Maia, que ganhou notoriedade nacional e até os dias de hoje norteia ações do município. Foi um trabalho muito intenso, com a participação de todas as entidades, comunidades rurais, assentamentos, escolas e poder público. Muitas iniciativas que nasceram junto com esse processo perduram até hoje, fruto dessa grande mobilização. A Cooperativa de Crédito do Alto Vale do Rio Chapecozinho (Valcredi) hoje é uma das únicas do sistema Sicoob que tem autorização para atuar nos três estados do Sul, cuja sede continua em Passos Maia. O Grupo de Feirantes ainda mantém sua Casa Colonial, que está organizada em associação, tem suas unidades de produção e agroindustrialização legalizadas.

As nucleações de escolas aconteceram na área rural, pois fizemos frente à imposição de que todas as crianças e adolescentes da área rural em idade escolar deveriam ir para a cidade. Por conta disso, o município de Passos Maia tem hoje cinco escolas na área rural, sendo uma delas de educação infantil até nível médio.

No entanto, o maior desafio foi enfrentar com coragem e serenidade a maior ocupação de terras de Santa Catarina e uma das maiores do Brasil. Em meio a tudo o que estava acontecendo, no amanhecer de um dia 20 de novembro Passos Maia foi surpreendida com um fato que mudaria completamente sua história. As notícias que chegavam assustaram e mobilizaram todos. Da noite para o dia, havia mais pessoas e *casas de lona* no assentamento do que casas e moradores na sede do município. Cerca de 700 famílias haviam ocupado uma área de terras na Serra da Ameixeira, o famoso Assentamento Zumbi dos Palmares. Mal amanheceu o dia, o prefeito convocou todos os ocupantes de cargos de confiança em seu gabinete e a ordem era: nada de polícia ... nada de tratamento ruim ... nada de insultos ... nada de enfrentamentos ... nada que colocasse a vida daquelas pessoas, crianças especialmente, em risco. Orientou-nos a receber bem e conversar com as lideranças. Ficar à dis-

O extensionista que virou...

posição, sem, contudo, ferir a lei. A partir daquele momento, ele assumiria o comando do diálogo e da negociação com os líderes do MST, proprietários das terras, com a polícia e o Ministério Público.



Assentamento Zumbi dos Palmares

Esse fato, com certeza, foi o mais importante no exercício da função de Secretária da Agricultura e o que mais somou para a minha vida profissional e pessoal. Aquele fato despertou nas pessoas um turbilhão de palavras e sentimentos, que iam do repúdio à pena, da rejeição ao acolhimento, do medo à vontade de conhecer, saber quem eram, quantos eram, de onde tinham vindo e do que necessitavam. Os funcionários da prefeitura, assim como a população em geral, ficaram divididos entre os que aceitavam, *mas cada um na sua, os que não queriam nem saber daquela gente* e os que se propunham a ajudar sem julgar. E foi assim que conduzimos os trabalhos dentro da Secretaria da Agricultura e com a Epagri. Fazer o que nos cabia, sem julgamentos. Aos poucos, o Incra colocou uma equipe de apoio junto à Secretaria da Agricultura e, pela nossa pacífica convivência, desenvolvemos muitos trabalhos juntos. Aos poucos, conforme as famílias iam se assentando, eram incluídas em programas nos quais fosse possível. As secretarias

de Saúde, Educação e Assistência Social também faziam sua parte.

Dessa ocupação originaram-se mais 13 assentamentos de reforma agrária, somando-se aos outros três já existentes, totalizando 16 assentamentos. Hoje, com aproximadamente mil famílias assentadas e produzindo, o município tem um número três vezes maior de assentados do que de agricultores tradicionais. A avaliação que se faz é que foram os assentamentos que viabilizaram economicamente o município.



Local das reuniões dos assentados – Assentamento Zumbi dos Palmares

Por outro lado, foram inúmeras as dificuldades e adversidades para enfrentar nesse período que fiquei frente à Secretaria da Agricultura. Perpassou de uma gestão para outra sem ser o mesmo prefeito. Foram quase seis anos de muito trabalho e aprendizado. A formação recebida e o amparo profissional da Acaresc e da Epagri, bem como o círculo de apoio que formamos com universidades, ONGs, Pastorais da Saúde e da Criança, aliviaram o peso da caminhada e abriram muitos caminhos para realizações tão exitosas. Aprendi que um bom líder coordena equipes, mantém a união do grupo, estimula a

formulação e realização de objetivos, tanto individuais quanto coletivos. E confia. A atitude do prefeito, que confiou esse cargo em minhas mãos, me ensinou lições para uma vida inteira. Eu lhe sou muito grata por isso até hoje.

Mas, como nem tudo na vida são flores e nem sempre o fogo é amigo, a grandeza do trabalho foi menor aos olhos dos *interesses políticos eleitorais*. Assim, no final de 1999 fui transferida do município porque o Estado era governado por um partido e o município por outro. Somente alguns anos depois, descobri a verdadeira razão, mas isso não vem ao caso. A vida ensinou a eles de maneira mais dura que o poder é efêmero e nem todas as coisas valem a pena pelo *status* do poder.

Para mim, o mais importante foram as sementes que deixamos semeadas no solo, na mente e no coração das pessoas. Passaram-se 15 anos e até hoje, quando chego em Passos Maia, sou recebida com festa, abraços, reconhecimento e homenagens. A trajetória profissional tem, nessa fase, seu maior e melhor momento de aprendizado e é o que me orienta até hoje. Acredito que não foi por acaso que o prefeito me convidou para ser secretária, pois não queria alguém que só pensasse em máquina. E também, não posso esquecer, eu havia dito para minha mãe que poderia ajudar os agricultores de muitas outras maneiras. E assim foi e assim continua sendo – mais que máquina, mais que produto. Trabalhamos com homens e mulheres que, além de ser tratados como gente, querem ser felizes.

Faria tudo de novo – a auxiliar de escritório, vereadora e vice-prefeita

*Zenir Schmitz Boing*³⁶

Falar da Epagri mexe muito com meus sentimentos. Foi uma vida a ela dedicada e vivida. Mas é uma honra poder falar sobre a Epagri, pois foi e continua sendo a minha segunda família, que carrego dentro do meu coração e nas minhas lembranças para sempre. Ouvi muitas vezes reclamações da minha família porque colocava a Epagri em primeiro lugar.

Por isso, sempre defenderei e brigarei por ela. Respeitarei eternamente essa Empresa, na qual trabalhei por 26 anos, desde os tempos de Acaresc. Ingressei em abril de 1979, através de um concurso, muito diferente de hoje, quando numa sala da prefeitura municipal o supervisor regional de Itajaí apresentava e acompanhava a realização da prova escrita e de datilografia.

Foi um período de muito trabalho, com muitas horas trabalhadas no expediente e fora do expediente, datilografando projetos da extensão rural. Além disso, logo no início do dia, tudo já estava limpo, com o café e o chimarrão prontos, antes que o chefe chegasse. O primeiro a chegar era o prefeito municipal, para acompanhar o chimarrão e colocar os projetos e *fofocas* em dia.

Foram muitas horas extras trabalhadas, sem nunca reclamar por pagamento. Era a faxina impecável, sem nunca reclamar de insalubridade, além de deixar o jardim irretocável, pois o importante era estar com os serviços sempre em dia. A Acaresc precisava ser exemplo nos municípios, seja como funcionários, seja como instituição pública estadual.

Eu era auxiliar de escritório e formava a equipe local de Vidal Ramos juntamente com um extensionista rural, o técnico agrícola Henrique Duarte Junior. Após a vinda dos colegas que trabalhavam especificamente com a juventude rural, da extensionista social e de mais dois extensionistas rurais, a equipe se tornou grande e o trabalho aumentou bastante. Em função disso, o prefeito mu-

³⁶Ingressou na Acaresc em 1979, como auxiliar de escritório no E. L. de Vidal Ramos, Alto Vale do Itajaí, SC. Foi vereadora de 2001 a 2004 e vice-prefeita de 2005 a 2008 no município de Vidal Ramos. Desligou-se da Epagri em 30 de setembro de 2006.

O extensionista que virou...

nicipal disponibilizou uma secretária para ajudar, pois dizia que também gostaria de poder conversar mais comigo e eu não tinha *nem tempo de olhar para ele*.



Extensionista rural e técnico agrícola Henrique Duarte Júnior

Nessa época, anos 1980, a Empresa era muito respeitada e valorizada, pois as equipes eram comprometidas com o crescimento e o desenvolvimento geral dos municípios.

A estrutura de trabalho era bem simples, mas o comprometimento era enorme. O escritório funcionava numa sala só, um ao lado do outro. Os agricultores eram atendidos com o barulho da máquina de datilografia o dia inteiro. Tudo acontecia dentro de muita harmonia, respeito e solidariedade.



Equipe de trabalho do escritório municipal de Vidal Ramos

Depois de um tempo, a equipe foi diminuindo, especialmente com o término do trabalho com os Clubes 4-S. Uma pena, pois ainda hoje, nos municípios pequenos, a maioria das lideranças é fruto do trabalho desenvolvido pela Acaresc com os grupos de jovens.

Depois, ainda foram acabando com a contratação das extensionistas sociais e a equipe foi diminuindo ainda mais. Foi aí que eu, como auxiliar administrativa, passei a ajudar no trabalho de campo, pois naquele momento a secretária disponibilizada pela prefeitura já estava contratada pela Epagri e sobrava tempo nos trabalhos administrativos. Procurei dar continuidade às ações com os grupos de jovens, com os grupos de mães, sempre com o objetivo de fortalecer a atuação da Epagri no município.



Capacitação de jovens e mulheres agricultoras

A experiência, aliada ao comprometimento com o trabalho, facilitava a atuação. Pelo conhecimento das atividades desenvolvidas pelos extensionistas, a colaboração com o trabalho do técnico era constante, em ações como a elaboração de projetos, como o Banco da Terra, o reflorestamento e o microbacias. Cabe destacar que o escritório de Vidal Ramos era referência nos alcances em número de projetos.

O extensionista que virou...



Reunião com agricultores

Esse trabalho e o envolvimento com as pessoas foram fortalecendo em mim o espírito de liderança. Com isso, foi crescendo o interesse dos partidos políticos em minha participação na vida política e surgiram inúmeros convites para que eu concorresse a cargos eletivos.

Assim, comecei minha vida partidária como presidente da representação das mulheres. Em 2000, concorri ao cargo de vereadora, sendo a terceira mais votada no município. Concorri justamente com o chefe do escritório da Epagri, também candidato a vereador, que igualmente se elegeu, representando a grande força e o respeito que havia pela Epagri no município. Foi uma grande experiência, pois nunca havia me envolvido em política. Participava somente das eleições, pela obrigatoriedade do voto, simplesmente para votar em determinado candidato.

Foi um período muito intenso, pois atuava em defesa da Empresa, dos agricultores e agricultoras e na busca de programas e projetos novos para o município, especialmente para as mulheres e a agricultura. Ouvia muito a frase: mais uma cobra criada pela *Epagri*, pois, naquele tempo, o espírito de

liderança e de trabalho era muito forte entre os epagrianos.

Fui vereadora por quatro anos, ou seja, um mandato. Para a eleição de 2004, fui convidada para ser candidata à vice-prefeita. Com o apoio de 2.305 eleitores, nossa chapa foi a vencedora do pleito. Como vice-prefeita aumentava a responsabilidade. O compromisso com as pessoas era maior, pois naquele momento já havia me aposentado na Epagri, mas continuava trabalhando. Foi então que decidi me afastar da Empresa e ajudar na administração do município.

Como era vice-prefeita, em várias oportunidades assumi a prefeitura. Em uma dessas ocasiões foi criada a Cooperativa de Produção Agroindustrial de Vidal Ramos (Copavidal), visando estimular o cooperativismo e a comercialização de produtos agroindustriais artesanais e de artesanato. Além disso, foi prestado todo o apoio para a implantação do projeto Acolhida na Colônia, visando valorizar as belezas naturais do município, seu povo acolhedor e uma gastronomia tradicional muito apreciada. Esse projeto visa promover a integração entre as pessoas e o meio rural, estimulando a troca de experiências, valorizando a gastronomia e o modo de vida das famílias de agricultores. A essas ações dediquei especial atenção, pois agricultura sempre foi uma das minhas prioridades.

Com a proximidade da nova eleição e por decisão conjunta dos apoiadores da administração municipal, assumi a prefeitura por seis meses. Isso se deveu, também, para que pudesse ser dado o apoio necessário para a implantação no município da empresa Votorantim Cimentos, um grande empreendimento, para o qual precisávamos juntar todas as forças. Com isso, o prefeito disputou a reeleição com outro candidato a vice-prefeito.

Com a reeleição do prefeito, nos quatro anos seguintes atuei como secretária municipal da assistência social e habitação. Essa condição, mais uma vez, possibilitou ajudar de forma decisiva os agricultores, especialmente no programa nacional de habitação rural, por meio do qual, construímos em dois anos 215 casas rurais, melhorando a qualidade de vida das famílias e o aspecto das moradias do meio rural. Além disso, continuei a trabalhar com os Clubes de Mães oriundos do tempo da Epagri e também com grupos de idosos. A parceria com o escritório da Epagri foi fortalecida, visando ao acompanhamento e à atuação com todas as associações existentes no município.

Após toda essa trajetória, fui convidada a concorrer ao cargo de prefeita

do município. Foi uma campanha bastante tumultuada, pois meu adversário seria meu vice até dez minutos antes da convenção. Coisas de política. Enfrentei uma campanha difícil, como aliás são todas as campanhas eleitorais, especialmente em municípios pequenos. Além disso, na primeira semana de campanha fui atropelada por uma moto, precisando permanecer uma semana internada no hospital, passando por duas cirurgias. Após 20 dias, no entanto, já estava fazendo campanha, visitando as famílias de muleta, pois tive uma perna fraturada no acidente.

Para nossa tristeza, faltaram apenas 38 votos. Com isso tive que esquecer todos os sonhos e projetos que tinha para o município, em especial para a agricultura, para os agricultores e agricultoras.

Passadas as eleições, fui convidada a atuar na Gerência Regional do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga. Como o atendimento se estendia aos nove municípios da região, mais uma vez estava eu nos escritórios municipais da Epagri buscando parceria para o trabalho. Atualmente estou atuando na Gerência da Assistência Social, Cultura e Habitação, da mesma Secretaria Regional.

Quero concluir minhas histórias na Epagri expondo que o trabalho foi grande, a satisfação de trabalhar foi enorme, a experiência e o conhecimento adquiridos me tornaram uma pessoa mais instruída, realizada e capaz de enfrentar qualquer desafio. Hoje sou mais feliz por ter convivido com pessoas boas por 26 anos. E isso não tem dinheiro que compre.

Sempre respeitei muito meus colegas de trabalho e por isso sempre fui respeitada. Como exemplo posso citar que trabalhei por 26 anos ao lado de outra secretária sem que nunca uma tivesse levantado a voz para a outra, ou proferido alguma ofensa.

Nem sempre fui valorizada financeiramente pelo que trabalhei, mas não me arrependo de nada do que fiz e realizei. Faria tudo de novo.

Obrigada a Epagri.

Obrigada a todos meus companheiros de trabalho.

Obrigada pelos amigos que conquistei durante o meu período de trabalho nessa empresa. E que sejam eternos.



Capítulo III

○ sonho de ser extensionista





Uma vida epagriana

Léo Teobaldo Kroth³⁷

Recordar o passado é complexo. Brotam diferentes sentimentos que ficaram guardados bem lá no fundo, como se fossem *segredos da alma*. Por meio dessas lembranças podemos compreender o porquê de muitas experiências vividas, tirar lições, aprender e amadurecer.

Transcorria o mês de outubro de 1977. Eu cursava o 2ª grau, atual Ensino Médio, na Fundação Educacional de Itapiranga (Funei), período noturno, no curso de técnico em contabilidade, que junto com Magistério eram as únicas opções disponíveis. Num certo dia, no intervalo de aula, meu amigo Germano Franzen, que também estudava na Funei, me falou: *vai ter teste de seleção para auxiliar de escritório da Acaresc. Eu pedi demissão, por isso vai ser contratado alguém para o meu lugar.*

Havia recém-completado 16 anos de idade. Como não estava empregado, pois as possibilidades de emprego eram raras, especialmente para alguém da minha idade, sem experiência, e a Acaresc exigia somente o primeiro grau, no dia seguinte me dirigi ao escritório local de Itapiranga para efetuar minha inscrição.

O teste foi realizado no final de novembro, com a participação de mais alguns candidatos. A prova envolvia questões de conhecimentos gerais, matemática e português, além de um teste de datilografia. Ao final da prova, nos foi informado para que aguardássemos a comunicação do resultado, pois as provas seriam enviadas para Florianópolis, onde seriam realizadas a correção e a classificação dos candidatos. Isso deveria ocorrer somente no início do ano seguinte, pois, como era praxe naquele tempo, entre dezembro e janeiro ocorriam as férias coletivas, com retorno no dia 20 de janeiro.

Lá pelo dia 19 de janeiro de 1978, se não me engano, meu pai me pediu para que fosse à prefeitura pegar algum documento. Como de praxe em Itapiranga nessa época do ano, o dia era de muito calor. O escritório local fun-

³⁷Engenheiro-agrônomo/UFSC, 1988; mestre em Agroecossistemas/UFSC, 1997 e doutor em Engenharia de Produção/USP, 2013. Ingressou na Acaresc em 1978 como auxiliar de escritório, em Itapiranga. Atuou como extensionista rural nos escritórios municipais de Presidente Getúlio e Santo Amaro da Imperatriz e na Gerência Regional de Florianópolis; gerente estadual técnico e de planejamento. É analista de socioeconomia e desenvolvimento rural do Cepa.

cionava no mesmo prédio da prefeitura e, lá chegando, alguém da Acaresc me chamou, pois tinham uma notícia para mim. E qual não foi a surpresa: tinha sido aprovado no teste de seleção. Era uma quinta-feira. E me falaram que bastava providenciar os documentos, que se resumiam na carteira de trabalho e num atestado médico, para começar a trabalhar.

Fui tomado de uma grande alegria, pois tinha conseguido emprego, o que tinha significado enorme para mim. Sou o 10º filho de uma família de 11 irmãos, sendo sete homens e quatro mulheres. O pai trabalhava no frigorífico, o maior empregador do município, onde todos os meus irmãos mais velhos trabalhavam ou já haviam trabalhado. Por isso, era grande a probabilidade de também ser este meu destino. Além disso, com o salário poderia ajudar minha mãe com as despesas da casa, o que era comum a todos os irmãos, pois com esse número de pessoas na família somente o salário do pai não era suficiente, mesmo com a mãe prestando serviços extras. Imediatamente providenciei os documentos solicitados, o que foi fácil, pois já tinha a carteira de trabalho. O atestado de saúde era concedido por um médico amigo da família, o que facilitava as coisas.

Segunda-feira, dia 23 de janeiro de 1978. Inicia-se minha trajetória na Acaresc, atual Epagri. A equipe local de Itapiranga era constituída por dois extensionistas locais, o engenheiro-agrônomo Inácio Trevisan e o técnico agrícola Francisco Marcos Pereira Lucas, que era o chefe do escritório; um extensionista rural de crédito, Luiz Antônio Cavalieri; uma equipe 4-S, o técnico agrícola Euclides Faé e a extensionista social Sonia Simm, além da auxiliar de escritório Maria Salete Welter Urnau. Desses, conhecia principalmente o Lucas, que era meu vizinho, e a Salete, que também estudava na Funei.



Maria Salete Welter Urnau, auxiliar de escritório de Itapiranga, 1978.

As atividades no escritório eram intensas. Atender uma equipe grande significava que precisávamos nos desdobrar, a Salete e eu, para dar conta da demanda. Tudo precisava ser datilografado, com máquinas manuais. Não havia fotocopiadoras. O material a ser entregue nas reuniões ou capacitações de agricultores era reproduzido num pequeno mimeógrafo a tinta. Havia em vigor mais de 600 projetos de crédito rural, que recebiam duas supervisões ao ano, cujos laudos eram datilógrafos e enviados ao banco com os devidos controles em fichas e pastas. Quase toda a comunicação com outras unidades ou externamente era feita com memorandos e cartas, devidamente datilografadas, sem rasuras, em duas ou três vias, usando papel carbono. Não havia telefone no escritório. Recebíamos as ligações na prefeitura e quando precisávamos ligar era no posto telefônico. Era plano anual, mensal e semanal, prestação de contas, controle de veículos, requisição de material, relatório diário do agente (RDA), que precisava ser codificado, o preenchimento das fichas individuais de acompanhamento das unidades de produção (AUPs), um ficha grande em que eram registradas todas as ações realizadas com os agricultores, convites para reuniões, além de uma série de outras atividades. Sem esquecer que também era atribuição da equipe a limpeza do escritório.

Além disso, éramos envolvidos nas mais diversas ações, inclusive como *extensionistas*. Lembro-me que por diversas vezes o Lucas, antes de sair para o campo, me falava: *Léo, virá ao escritório o fulano de tal. Mostra pra ele o cocho automático para suínos*. Era uma maquete, em madeira, que possibilitava explicar ao agricultor a forma de construção do cocho automático para alimentação de suínos. Junto com a demonstração, era entregue um folheto explicativo, com as medidas das peças, para que o agricultor pudesse construir os cochos em sua propriedade.

Participava, também, das ações da equipe 4-S, que atuava com jovens rurais, apoiando reuniões, encontros, seminários e demais atividades. Na época, existiam mais de 20 clubes 4-S no município, o que acarretava uma carga de trabalho significativa, sendo o apoio à equipe fundamental para que pudessem atender os clubes de acordo com o planejado.

Formávamos uma equipe afinada, harmoniosa, dedicada e de grande amizade. Cada um sabendo e cumprindo seu papel para que os objetivos fos-

sem alcançados. Tínhamos um excelente entrosamento com as lideranças e as entidades, principalmente com prefeitura municipal, câmara de vereadores, Banco do Brasil, Besc, Sindicato e Cooperativa. E o trabalho era reconhecido. O prefeito municipal, Ottmar José Schneiders, era um entusiasta e grande apoiador. Lembrando que o município de Itapiranga ainda compreendia os atuais municípios de São João do Oeste e Tunápolis, distritos emancipados em 12/12/1991 e 26/04/1889, respectivamente.

Mesmo com toda a carga de atividades, foi um período de grande aprendizado e crescimento pessoal. Além da oportunidade de conviver com pessoas com diferentes formações, provenientes de diversas regiões, como era o caso dos extensionistas, e de conhecer e aprender com os métodos extensionistas, como planejamento, organização, comunicação, comprometimento. Eu estava, mesmo sem saber, iniciando os contatos com minha futura profissão.

Após pouco mais de um ano no escritório local de Itapiranga, em abril de 1979 fui convidado pelo então superior regional Élio Holz a me transferir para o escritório regional de São Miguel do Oeste. Era praxe o remanejamento interno de funcionários, inclusive de administrativos. Eu substituiria o Ildo Perondi, que estava se transferindo para o escritório central. A resposta teria que ser dada no dia seguinte, pois se eu não aceitasse convidariam outro administrativo da região. Para me convencer, falaram que já haviam garantido minha transferência de colégio (cursava o 2º grau), local de moradia (a famosa pensão da dona Romilda), além de uma referência salarial. Não havia PCS na época, mas apenas uma tabela salarial. Auxiliar de escritório municipal era enquadrado na referência I e de escritório regional na II, pois normalmente se localizava em cidade polo regional.

Cabe aqui ressaltar uma questão curiosa. Os telefonemas do supervisor regional para o escritório municipal eram raros. Normalmente ocorriam quando acontecia algum fato relevante. Como não havia telefone no escritório, as ligações eram feitas para a prefeitura. Assim, a Clarice Maldaner Schosler chama o Trevisan, que então era o chefe de escritório, pois havia uma ligação para ele. Em poucos minutos o Trevisan volta e fala que o *chefe* queria falar comigo. Não precisa nem falar que levei um tremendo susto. Será que havia cometido alguma falta grave? Fui atender o telefone tremendo mais que

vara verde. Mas, para meu alívio, era o convite para trabalhar no regional.

Fui para São Miguel do Oeste em abril de 1979. A equipe regional era composta pelo Élio Holz, que era supervisor regional, e os coordenadores regionais José Milani Filho, Ludgero Lengert, Rubens Flâmia e Dulce Miriam Bressan, além do responsável administrativo Ornélio Stertz e da auxiliar de escritório Clarice Schultz. Ao longo dos anos a equipe foi se alterando e em poucos anos ficou somente o Ornélio. A Clarice fez concurso para extensionista e foi para Palmitos. O Élio foi para o escritório central implantar o trabalho de gestão agrícola; o Ludgero foi administrar o Cetre, em Florianópolis; Milani passou a ser supervisor regional em Joaçaba, Rubens foi para Itajaí e Dulce para Videira. Com isso, novos integrantes passaram a compor a equipe regional nos anos que lá permaneci: Delcindo Padilha Droppa, Inácio Trevisan, Eriberto Buchmann, Edécio Paulo Bonato, Zeno Frasson, Eugênio Zanetti Fernandes, Gilberto Emílio Barella, Ivete Maria Dalpaz, Enedê Casarotto, Vilma Ruppel Pilati, Ivete Ana de Oliveira, Astério Herbert, Shirlei Daltóe, Cleuza Marconatto, Agnes Etges, Marinês Antonioli, entre outros.

Como escritório regional, dávamos suporte aos então 17 escritórios locais da região do Extremo Oeste. Minhas tarefas eram as mais variadas: cuidar do almoxarifado, revisar prestações de contas, manejar o mimeógrafo, ir ao banco e ao correio, preparar o malote, revisar os RDAs e muitas outras.

Trabalhava o dia inteiro e estudava à noite. Não eram raras as vezes que voltava ao escritório após a aula para dar continuidade ao trabalho, pois o volume de atividades era tal que as horas normais não eram suficientes para dar conta de tudo. Desse período, destaco o aprendizado que tive com o Ornélio Stertz. Muitos o consideravam *caxias*, *cdf*, *linha dura*. E realmente, em muitas ocasiões, era assim mesmo. Mas, por essa sua maneira de agir, as questões administrativas da região estavam sempre em dia e, acima de tudo, executadas com primor e de acordo com as normas vigentes, as quais, aliás, eram bastante rígidas.

No ano seguinte, 1980, surge a oportunidade de trabalhar no Cetresmo, que estava implantando um novo processo administrativo e de contabilidade. Essa oportunidade me foi concedida pelo Ornélio, por minha atuação no regional e a possibilidade de melhorar o salário, pois passaria de auxiliar de

escritório para assistente administrativo. O Élio, a princípio, não quis aprovar minha saída, o que somente aconteceu com a concordância em continuar atuando no regional durante um período do dia, enquanto no outro trabalhava no Cetresmo até que o novo auxiliar tivesse aprendido suas atribuições.

Depois de algum tempo, no entanto, as atividades no Cetresmo se tornaram de tal vulto que exigiam minha ação o dia inteiro. Com isso, deixei de atuar no regional e me dediquei exclusivamente ao centro de treinamento. Lá, trabalhei com o engenheiro-agrônomo Nivaldo José Nicoladelli, administrador, e a extensionista social Otília Maria Damian, ecônoma, além das equipes de cozinha e de campo, entre os quais ainda permanecem na ativa a Cleci Baumann e o Olinto Sala.

Ao concluir o 2º grau tinha a pretensão de fazer um curso superior. Na região, somente Chapecó os oferecia e, mesmo assim, alguns poucos. Por isso, prestei vestibular para Agronomia, na UFSC, por ter a garantia, do supervisor regional, de que minha transferência para Florianópolis estaria garantida caso fosse aprovado. Como não obtive êxito, permaneci no Cetresmo até 1983, quando surgiu, finalmente, uma oportunidade de transferência para a Sede, em Florianópolis. Foi um processo muito rápido. Foram duas semanas entre o convite e a mudança, que se deu no início de março.

O que me motivava era o propósito de poder cursar Agronomia, o que seria possível somente se continuasse trabalhando, pois não teria outra forma de manutenção. Dependia do salário para me manter. Além disso, somente havia cursos de Agronomia em Lages e Florianópolis.

Foi uma mudança radical. Morar longe de casa, numa cidade grande, embora Florianópolis naquela época ainda não tivesse passado pelo *boom* de crescimento, trabalhar em uma realidade diferente, encontrar lugar para morar, entre outras inúmeras novas e diferentes condições. A recepção, no entanto, foi muito boa, pois já conhecia várias pessoas do escritório central, especialmente da área técnica, nas visitas realizadas ao regional. Conhecia até mesmo os empregados da área administrativa, embora muitos somente pelo nome.

Minha adaptação foi rápida. Logo fiz amizades, especialmente porque a maioria dos administrativos do central era composta por jovens, solteiros, muitos vindos igualmente remanejados do interior. Com isso, tínhamos uma

convivência bastante próxima, seja no trabalho ou fora dele. Inicialmente morei no Cetre, condição possibilitada para quem vinha transferido, até que fosse viabilizado um local de moradia definitivo, mas, logicamente, com o devido pagamento. Entretanto, essa situação, no meu caso, perdurou por seis meses. Isso porque optei por comprar um apartamento para morar, ao invés de alugar, e a entrega levou esse tempo. Assim, em agosto passei a morar em meu próprio apartamento.

Fui lotado na Coordenação de Comunicação, que estava estruturando o gerenciamento das áreas, especialmente a produção de material gráfico. Assim, foi criada a Gerência de Produção. Com isso, minhas atividades envolviam todo o processo de recebimento, encaminhamento e acompanhamento da produção do material gráfico da Acaresc, incluindo sua diagramação, editoração, impressão e distribuição. Lembrando que, como era comum nos serviços de extensão rural, a Acaresc possuía um parque gráfico para a produção de publicações utilizadas pelos extensionista em suas atividades, incluindo jornais, que tanto o escritório central como os regionais editavam, além de formulários e documentos utilizados na rotina administrativa, pois os computadores ainda não faziam parte do dia a dia.

Deste período, cabe lembrar as enchentes ocorridas em Santa Catarina que atingiram praticamente todo o Estado. Naquela época, a estrutura da defesa civil era praticamente inexistente. Mas, felizmente, apesar dos grandes prejuízos e dificuldades, o Estado contou com a ajuda e a solidariedade para enfrentar aquela adversidade. Em Florianópolis, os funcionários públicos e das empresas foram convocados para se engajar. Inicialmente cabia a eles ajudar na recepção e na separação das doações, além de evitar desvios e acompanhar os motoristas, composta em sua maioria por pessoas de fora e que não conheciam os depósitos. Trabalhavam em forma de mutirões para preparar as cestas básicas enviadas para todas as regiões do Estado. Embora fosse um trabalho extenuante, nosso esforço tornava-se gratificante, pois sabíamos que, mesmo a distância e sem termos sido atingidos, estávamos contribuindo para diminuir o sofrimento das famílias, muitas das quais tinham perdido tudo.

No segundo semestre de 1983 passei a frequentar um curso pré-vestibular para me preparar para o vestibular no final de ano, pois um dos meus

objetivos de ter vindo para Florianópolis era cursar Agronomia. Afinal, tinha concluído o 2º grau já há alguns anos, além de ter cursado técnico em contabilidade, curso que tinha disciplinas como química, física, matemática e biologia somente no primeiro ano. Assim, havia necessidade de rever e reforçar o conteúdo cobrado no vestibular. Nesse sentido, vale destacar um fato interessante: o gerente havia me falado que não queria ter um auxiliar estudante de Agronomia, pois assim precisaria ter horário especial, o que interferiria no andamento normal do trabalho. Para evitar problemas, falei que não era esse meu objetivo e que optaria por um curso noturno. E continuei defendendo isso, mesmo após ter me inscrito no vestibular para Agronomia.

Foi um período excepcionalmente intenso. Saía de casa cedo, pegava o ônibus por volta das 7h30min da manhã para ir ao trabalho. Ainda bem que havia ônibus especial para o transporte dos funcionários da Acaresc, Cidasc e Empasc, o que facilitava bastante. O almoço era feito no Cetre, usado também como refeitório pelos funcionários da Acaresc. Todos os que frequentavam o Cetre naqueles anos conheciam muito bem: o cardápio era igual toda a semana. Já se sabia de antemão qual seria. Mesmo assim, considerando o preço e a praticidade, era o que se tinha. Até porque no bairro Itacorubi não havia nenhum outro local para almoçar. Assim, passava o dia inteiro no ambiente de trabalho. Ao final do expediente, às 17h30min, pegava novamente o ônibus, desta vez em direção ao centro da cidade, para as aulas do pré-vestibular. Era o tempo de chegar ao centro e descer do ônibus correndo para não perder a aula. No intervalo, aproveitava para fazer um lanche, pois não havia tempo para jantar. No final da aula, saía correndo novamente para não perder o último ônibus da noite. As turmas eram de mais de 100 alunos, em salas abafadas, quentes, sem ar condicionado. Por vezes o cansaço tomando conta. Mas era preciso suportar, pois havia um objetivo a alcançar.

No final do ano o temível vestibular. A relação candidatos por vaga era de 14/1, além de ainda estar em vigor a famosa *lei do boi*, que assegurava 50% das vagas nos cursos de Agronomia e Veterinária aos filhos de agricultores e técnicos agrícolas. Assim, para quem não se enquadrava nessa condição, a concorrência era maior. Além de ter a concorrência de estudantes recém-concluintes do 2º grau, certamente muito bem preparados. Foram dias de muito

esforço e dedicação, pois a aspiração de passar no vestibular era muito forte. Por um lado, porque queria fazer um curso superior e, por outro, queria ser engenheiro-agrônomo, pois os anos de convívio com profissionais da área e mesmo com a dinâmica do trabalho indicavam que essa era a profissão que eu gostaria de exercer.

Após o vestibular vieram as tradicionais férias coletivas. Era preciso desopilar, recuperar as energias. O ano tinha sido intenso: mudança para Florianópolis, adaptação à nova cidade e novo local de trabalho, as enchentes, o cursinho. Uma vida totalmente nova. Período de expectativa pela divulgação do resultado do vestibular. Isso ocorreu somente no final de janeiro de 1984. Já havia retornado das férias. Na época não havia internet para acompanhar a divulgação da lista dos aprovados. Ou se ia ao campus para ver as listas coladas na parede ou se acompanhava pelo rádio. Naquela tarde, quase todos no central estavam acompanhando, pois vários outros colegas também haviam prestado vestibular. A leitura dos classificados se dava em ordem alfabética dos cursos. E, por isso, Agronomia era um dos primeiros. A expectativa por ouvir meu nome era grande. Termina a leitura dos aprovados para o primeiro semestre. E nada. Agora os aprovados para o segundo semestre. E lá constava meu nome. Tinha sido aprovado para Agronomia da UFSC. Todo o esforço compensado. Aquela tarde no escritório central foi contagiante. Junto comigo, mais outros nove ou dez colegas haviam sido aprovados para os mais diferentes cursos.

Como havia sido aprovado para ingresso no segundo semestre, usufruí aqueles meses, especialmente para conhecer a ilha e me preparar enfrentar a universidade. No trabalho, já havia mudado de setor há um tempo e estava na área financeira. Mas em função do curso, que seria diurno, consegui uma vaga no setor de informática, para poder trabalhar à noite. E a expectativa para o início das aulas era grande. Porém, naquele ano ocorreu uma das mais longas das tradicionais greves da UFSC. Com isso, as aulas previstas para iniciar em agosto, começaram somente em 24 de outubro.

Nesse período aconteceu um fato curioso, que quase me faz perder o início das aulas. Junto com um amigo, tínhamos o propósito de conhecer todas as praias de Florianópolis. Como eu tinha uma moto, no dia 12 de outubro, feriado, resolvemos fazer um roteiro pelo sul da Ilha. Morro das Pedras, Ar-

mação, Matadeiro, Pântano do Sul, Praia da Solidão. Tínhamos levado um frango assado para o almoço. Estávamos na praia da Solidão, onde havia somente um bar. Perguntamos se poderíamos usar uma mesa para o almoço, o que foi permitido. Comemos e bebemos uma cerveja. Nisso chegaram uns amigos, que se juntaram a nós. Quando nos demos conta, já estava escuro. E precisamos voltar. E de moto. Imaginem o que aconteceu. A estrada era de areia solta, quase uma trilha. E o inevitável aconteceu. A sorte que os estragos foram pequenos. E que não havia a lei seca. Somente no outro dia percebi que havia um corte no tornozelo, precisando enfaixar o local. Fiquei no *molho* por dez dias. Mas a tempo de poder estar em dia para o início das aulas.

Desse período registro outro fato. Além de almoçar todos os dias no Cetre, conforme já mencionado, usávamos a quadra para treinos e jogos de vôlei e futsal. Tínhamos um time de vôlei, com o qual participamos, inclusive, do Campeonato Citadino de Florianópolis. Como no Cetre aconteciam os pré-serviços para os/as extensionistas, a convivência com eles/as era diária. E foi devido a essa convivência que conheci minha esposa, que era da turma de extensionistas no pré-serviço em 1984. E isso não se deu somente comigo. Outras colegas do central conheceram sua esposa também no pré-serviço.

Finalmente iniciaram-se as aulas. Mais uma mudança radical. Voltar às salas de aula depois de vários anos, mesmo com o pré-vestibular, provocou uma grande alteração na rotina. As aulas, os trabalhos, os estudos, as viagens, mais o trabalho à noite (normalmente das 19h à 1h e às vezes da 1h às 7h) exigiam dedicação e esforço significativos. Felizmente encarava tudo com disposição, pois estava fazendo aquilo que realmente queria. O trabalho me dava as condições para que eu pudesse estudar, pois sem ele isso seria impossível. Não teria como me manter somente estudando. E a Agronomia era o curso que efetivamente queria fazer. Mesmo com algumas dificuldades iniciais, uma vez que nessa fase fizeram falta as disciplinas básicas que não tive no 2º grau. Por outro lado, tive a felicidade de encontrar colegas de curso que se tornaram amigos verdadeiros. E muitos ainda o são. Dividia apartamento com dois colegas, o que facilitava os estudos e os trabalhos. Era uma prática produtiva e, por isso, nós três insistíamos com os professores que todos os trabalhos deveriam ser feitos em grupos de três.

Um episódio marcante desse período foi o falecimento do meu pai. Tanto ele quanto minha mãe sempre reconheceram meu esforço em querer ter um curso superior. Eles não conheciam Florianópolis. E meu pai sempre falava: quero conhecer a capital no dia da tua formatura. Mas isso infelizmente não se concretizou. Quis o destino que ele viesse a falecer, coincidentemente, no dia 12 de outubro de 1986, dia do engenheiro-agrônomo.

Mesmo com toda correria e esforço, em função do curso e do trabalho, foram anos muito especiais. Na Acaresc havia vários colegas que igualmente cursavam Agronomia. Vários já extensionistas que haviam sido contratados como técnico agrícola. Era uma condição apoiada pela Empresa, pois ao final do curso teria profissionais de nível superior, já preparados para o trabalho como extensionistas. Mudei de área de trabalho algumas vezes, para poder conciliar trabalho com estudo. Todos precisavam cumprir a carga horária, com relógio ponto, embora os horários pudessem ser adaptados. Isso possibilitava que pudesse me dedicar aos estudos, fazendo com que concluísse o curso com bom desempenho.

Uma das passagens no curso que merece registro transcorreu durante a disciplina de extensão rural, cujo professor era o criador da extensão rural em Santa Catarina, Glauco Olinger. No início do semestre ele havia deixado o compromisso para que um grupo executasse uma demonstração de método sobre enxertia. Como já conhecia o Glauco, alertei a turma para que se organizasse para atender o que ele havia pedido. Mas como nenhum dos colegas se dispôs a preparar a DM, convidei os colegas que moravam comigo para fazê-lo. Por trabalhar na Acaresc, tinha facilidade de acesso ao material e também o apoio de colegas para que pudéssemos preparar tudo de acordo com o que preconizava o método. E foi o que fizemos. No dia programado, organizamos o local e todo o material, simulando como se fôssemos fazer uma reunião com agricultores. E transcorreu tudo como planejado. O preparo dessa atividade deixou lições que utilizei depois que passei a atuar como extensionista.

Em dezembro de 1988 finalmente chegou o momento de conclusão do curso. Era o coroamento de um período de muita dedicação e também de dificuldades. Era, acima de tudo, a realização do sonho de estar concluindo o curso superior tanto desejado. E, especialmente, me formando como enge-

nheiro-agrônomo, aspiração que me acompanha desde que havia ingressado na Acaresc, há dez anos.

Agora engenheiro-agrônomo, era chegada a hora de passar a atuar como extensionista. Havia muitas vagas disponíveis. Os aprovados no concurso realizado na metade do ano ainda não haviam sido convocados para assumir. Por isso, tive liberdade de escolher. Consultando alguns colegas e ponderando diversas questões particulares, optei pelo município de Presidente Getúlio, na região ao Alto Vale do Itajaí. Não conhecia o município. Por isso, em viagem de férias, aproveitei para por lá passar. E nem tive dúvidas. Era aí que eu iria trabalhar. Mas não sem antes gozar de merecidas férias, pois nos últimos quatro anos isso nem sempre tinha sido possível, porque normalmente tive necessidade de antecipar minhas férias em função das constantes viagens realizadas pelo curso.

Definida minha ida para Presidente Getúlio, me apresentei no regional de Rio do Sul. Como não tinha experiência como extensionista, inicialmente realizei um estágio no escritório local de Ibirama, sob a orientação do extensionista José César Pereira. Durante o período foi possível me inteirar da dinâmica de um escritório local como extensionista, além de conhecer a realidade da região, pois Ibirama é vizinho de Presidente Getúlio.

Após essa etapa, no final de fevereiro de 1989, assumi efetivamente como extensionista rural no escritório local de Presidente Getúlio. Na semana anterior, ao final do estágio o César havia me alertado para que chegasse no escritório, se fosse possível, até antes do horário, pois o supervisor regional de Rio do Sul, Alberto Augusto Dressler, com certeza estaria lá antes de mim. Para que eu não me atrasasse, convidou-me inclusive para dormir na sua casa no domingo, pois viria de Florianópolis. Não deu outra. Cheguei ao escritório antes das 8h e lá já se encontrava o Alberto. Mas, a recepção foi calorosa. A equipe local era composta pelo extensionista rural Giovani Riscarolli, pela extensionista social Maria Solange Coral Pereira, pela equipe 4-S Erlindo Mazer e Arlete Luiza Boos e pela auxiliar de escritório Roseli Raquel Depiné Pieritz. Tradicionalmente o escritório sempre teve uma equipe grande. Eu estava indo para substituir o engenheiro-agrônomo que havia se transferido e ainda estava vaga a função de extensionista específico de gestão agrícola.

Os primeiros meses foram especialmente dedicados para conhecer o município, as comunidades e as lideranças tanto da sede como das comunidades. Além disso, era importante conhecer as pessoas, a cultura e os hábitos, pois aquela era uma região que eu ainda não conhecia, já que sou do Oeste e até então tinha morado apenas em Florianópolis. O município é colonizado por descendentes de italianos e alemães. Tem uma característica especial: é dividido em duas regiões bem distintas: a parte alta e a parte baixa, que são bem distintas conforme a origem das famílias, a cultura e as atividades exploradas. Iniciamos, também, a elaboração do Plano Anual de Trabalho, que incluía minhas ações. Como era praxe, a equipe se envolvia na organização da Feira Agropecuária, que demandava bastante tempo de trabalho.

No início de agosto de 1989 fui para Florianópolis participar do pré-serviço, junto com a turma que havia sido convocada no concurso e outros colegas que já estavam atuando nos municípios. Fiquei no Cetre, como de costume, durante os três meses de duração do pré-serviço. Após isso, fiquei mais 15 dias em Rio do Oeste, no estágio de propriedade.

No retorno ao município, me esperava uma importante demanda: a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Era uma decisão superior. Todos os municípios deveriam ter o CMDR formado. Para tanto, realizamos reuniões à noite em todas as comunidades para explicar a importância do CMDR, seu papel, representação, bem como diversos temas relacionados com as comunidades, além da eleição do representante da comunidade. Com isso, no ano de 1990, o CMDR criado por lei municipal, com representação paritária entre agricultores e representantes do poder público e de entidades. Como representante da ainda Acaresc e depois da Epagri, tive a incumbência de presidir o Conselho até o início de 1993, quando, com a mudança da administração municipal, fui destituído da minha função de presidente bem como de membro do Conselho. Isso se deu por questões ... deixa pra lá.

Permaneci em Presidente Getúlio por seis anos, até fevereiro de 1995. Período de muito trabalho, mas também de realizações e reconhecimento. Em 1990 iniciam as tratativas para o Projeto Microbacias 1. Por isso, houve muitas reuniões e capacitações, pois essa questão era praticamente desconhecida tanto pelos técnicos quanto pelos agricultores e lideranças. Foi a prepa-

ração para o projeto em si, que efetivamente começou em 1991. O projeto tinha uma dinâmica própria, com os métodos bem definidos. Era um projeto de extensão rural, em sua verdadeira concepção. Tinha como objetivos primordiais a conservação e o manejo do solo e da água. Foi possível realizar uma grande mudança nos métodos de cultivo, especialmente pela introdução de práticas de manejo do solo, plantio direto e cobertura do solo, recursos até então praticamente desconhecidos pelos agricultores. Além disso, houve uma ação muito forte na proteção de fontes de água e saneamento ambiental, ações conduzidas pelas extensionistas sociais. Foi um trabalho que certamente deixou marcas na agricultura do município.

Neste ínterim, foi criada a Epagri. Com isso, ocorreu a municipalização do serviço de extensão rural, o que fez com que os técnicos e toda a estrutura municipal fossem colocados à disposição da prefeitura para executar as ações de extensão rural no município. Apesar de ter sido uma experiência malograda na maioria dos municípios, em Presidente Getúlio foi muito positiva. Podemos creditar isso a diversos fatores, mas principalmente por termos uma equipe coesa, com um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural estruturado e em desenvolvimento, um bom e próximo relacionamento com entidades e lideranças. A municipalização dos serviços de extensão rural deu certo em Presidente Getúlio porque o CMDR havia sido implantado de modo participativo e já estava em pleno funcionamento. Além de apoiar nossas ações, dando todo o respaldo para que o trabalho pudesse ser desenvolvido, sem interferências de qualquer ordem, contávamos com o apoio da gerência regional. Assim, diferente da maioria dos municípios, mesmo com a municipalização, nosso trabalho continuava e aquele período foi especialmente produtivo, com resultados bastante positivos para todos.

Vale citar, ainda, que o Erlindo Mazera deixou a equipe, sendo substituído pelo José Luís Peruchi, na equipe 4-S; tivemos a vinda do colega Mauro Nunes Teixeira para atuar com gestão agrícola; e nossa colega Roseli pediu demissão.

No final de 1994 fui selecionado para cursar o mestrado, no programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, que estava sendo constituído numa parceria da Epagri com o CCA/UFSC. Na época, a Epagri havia definido como premissa que os extensionistas também deveriam ter a oportunidade

de fazer um mestrado como forma de ampliar sua capacidade de ação.

Assim, em março de 1995, iniciei o mestrado em Agroecossistemas, em Florianópolis, concluído em agosto de 1997. Foi um período muito interessante, pois tínhamos um grupo dedicado e com muita vontade de estudar e ampliar seus horizontes. Entre os epagrianos matriculados, destacam-se: Moacir Bet (*in memoriam*), Rene Kleveston, Ulisses de Arruda Córdova, Ernildo Rove, Edson Silva e eu.

Em setembro de 1997 fui lotado no escritório municipal de Santo Amaro da Imperatriz como extensionista de Microbacias, pois o MBI estava em sua fase final e não havia extensionista para conduzir o projeto. Uma das mais importantes ações desenvolvidas foi na área de abrangência do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Os produtores da comunidade de Vargem do Braço, situada no interior do parque, tinham muitas restrições ao cultivo de sua produção, pois a pressão ambiental era muito forte. Com isso, viabilizamos a capacitação dos produtores em produção orgânica e eles se organizaram em associação. Os frutos dessa ação permanecem até os dias atuais.



Trabalho pioneiro no cultivo orgânico de olerícolas em Santo Amaro da Imperatriz (1998)



Plantio direto de tomate - Santo Amaro da Imperatriz (1998)



Plantio direto de vagem - Santo Amaro da Imperatriz (1998)



Programa 5-S no Escritório Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, junto com o eng. -agr. José Ernani Muller, a extensionista social Elisabete Santi e estagiário

Em janeiro de 1999 fui convidado a assumir a Gerência Estadual de Planejamento da Epagri, na Sede. Em 2002, a Gerência foi fundida com a Técnica e transformada em Gerência Técnica e de Planejamento, tendo permanecido na gerência até o final desse ano. Foram quatro anos muitos intensos. A Epagri havia concluído seu Planejamento Estratégico e esse precisava ser implantado. Além disso, o processo de fusão da pesquisa e da extensão ainda era muito recente, não consolidado, com muitas resistências de ambos os lados, ou seja, pesquisadores e extensionistas. Por outro lado, isso se tornava um desafio ainda mais interessante. Com muita dedicação e apoio de todos, foi possível avançar nos dois processos, além da estruturação e consolidação dos processos de planejamento institucional e de gestão técnica. Além das questões internas, eram muito intensas as ações externas, interinstitucionais, em todos os níveis. Tive a oportunidade de participar de diversas ações, como a coordenação do processo de avaliação da cooperação com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica); de missão na FAO/Chile, visando à elaboração de um programa

de desenvolvimento sustentável, de missão técnica para a Itália, no contexto de um projeto de cooperação técnica com a Província de Trento.



Presidente do Comitê Brasil-Japão de avaliação do Projeto Jica, 2000 e 2002



Missão na FAO-Chile, junto com Valdemar Hercílio de Freitas, 2000

Entre os anos de 2003 e 2009, atuei na Gerência Regional de Florianópolis, com as mais diferentes atividades. Em 2003 e 2004, coordenei na região o Levantamento Agropecuário Catarinense, além de auxiliar a coordenação estadual como capacitador. Também fui responsável pelo componente Pesquisa, pelos sistemas e capacitação do MB2, pelo crédito rural e por outras ações regionais.

Em março de 2009, iniciei meu doutoramento em Engenharia de Produção na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Foi uma oportunidade de única poder estudar numa das melhores universidades do mundo, em um curso reconhecido, mas com grandes desafios. Era um mundo totalmente diferente, mais direcionado para as interações com a indústria e quase nenhuma com o setor público, mas que possibilitou um grande aprendizado. Concluí o curso em dezembro de 2013.



Defesa da tese de doutorado em Engenharia de Produção (USP), em 14 de dezembro de 2013

Mas retornei à Epagri em setembro de 2012, para a Gerência de Planejamento, pois as normas definem um período de 3,5 anos para liberação. Nesse período, além de concluir minha tese, como analista de pesquisa e extensão participei de ações relacionadas com o planejamento e também com o sistema de informações técnicas integrado, que congrega os sistemas utilizados principalmente para a gestão dos processos técnicos e de planejamento da Epagri. Atuei também na Gerência de Extensão Rural e Pesqueira (Gerp) e atualmente estou lotado no Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), como analista de socioeconomia e desenvolvimento rural, atuando principalmente na área de indicações geográficas como processo de desenvolvimento territorial.



Atividades no Projeto IG da Erva Mate - Canoinhas (2015)

Nesse longo período de trabalho na Epagri tive diferentes momentos. Como auxiliar de escritório, estudante de agronomia, extensionista, pós-graduando e gestor. Todos com suas particularidades, seus desafios e também com sua importância. Procurei em cada um desses momentos não somente executar as atribuições que eram da minha responsabilidade, mas especialmente contribuir para que elas se inserissem num contexto mais amplo. Sempre tive consciência de que as atividades desenvolvidas não têm um fim em si mesmas. Elas fazem parte de um contexto. Como auxiliar de escritório, entendia que minhas ações contribuía para que os extensionistas pudessem desenvolver melhor suas ações. Como extensionista, eu sabia que as ações deveriam proporcionar melhores condições de vida para as famílias rurais. Como gestor, meu papel era criar as condições para que a Empresa conseguisse cumprir sua missão. Enfim, o todo é maior que o somatório das partes. Ou como aponta o filósofo iluminista francês Rousseau, *o coletivo é mais importante do que o individual*.

Nesses 38 anos de Empresa (quase três quartos da minha vida), concluí o 2º grau, me formei como engenheiro-agrônomo, fiz o mestrado e o doutorado, casei, tive duas filhas. Conheci o Estado inteiro, outros estados brasileiros e diversos países em missões técnicas e de trabalho. Ajudei a viabilizar muitas oportunidades. Também fiz muitas amizades, conheci pessoas especiais.



Homenagem pelos 50 anos da extensão rural em Itapiranga (2014)



Diploma de reconhecimento pelos 35 anos de trabalho (2013)

Filhos de extensionistas que viraram extensionistas

O que você quer ser quando crescer? Com certeza alguém já lhe fez essa pergunta e provavelmente quando você era criança respondeu que queria a mesma profissão dos seus pais. Na sociedade moderna o indivíduo é incentivado a decidir a carreira que irá seguir desde muito cedo.

Diante disso, alguns questionamentos vêm à tona: é uma escolha própria ou uma imposição dos pais? Um caminho traçado naturalmente ou algo considerado mais fácil ou praticamente único?

Preservar a tradição e a história da família. Esse é um dos motivos pelo qual filhos seguem com a mesma profissão de seus pais.

Muitas coisas são passadas de pai para filho. Valores, responsabilidades, cultura, por isso, por que não a profissão? Não é difícil encontrarmos famílias que seguiram a mesma carreira.

A maior realização de um pai é ver o sucesso do filho; o grande desafio, encaminhá-lo para que atinja esse sucesso, independente do caminho que queira seguir. Na hora de escolher o caminho profissional, muitas pessoas acabam percebendo que o melhor é seguir a mesma trajetória que o patrono da família.

E quem pensa que isso acontece quando os adolescentes começam a pensar em qual faculdade ingressar está errado: esse processo de influência vem desde a infância.

De fato, os pais são grandes influenciadores na formação profissional dos filhos. Conforme aponta Alyane Audibert Silveira, psicóloga especializada em aconselhamento de carreira e professora da ESPM, a transmissão de uma profissão de geração em geração se dá, principalmente, pelo intenso convívio do jovem com aquele ofício, pela observação do amor dos familiares pela carreira e pelos valores diretamente relacionados à atividade que são recebidos ao longo da vida.

Portanto, escolher a mesma profissão de outros familiares não implica, necessariamente, um desejo de seguir exatamente a mesma trilha de passos dados por eles. *A repetição pode se constituir em uma oportunidade de seguir a linhagem familiar, com os mesmos valores, prestígio e certa estabilidade e segurança, mas também de evoluir e criar sobre aquela atividade, diferenciando-se e crescendo muito mais*, diz a psicóloga Alyane.

O exemplo de dedicação dos pais muitas vezes transcende os ensinamentos absorvidos pelos filhos na vida pessoal e influenciam também decisões na carreira profissional. A admiração pelo trabalho deles motiva os jovens a optarem por seguir a mesma carreira trilhada profissionalmente pelos pais.

A maioria decide seguir a mesma carreira dos familiares no ensino médio e relatam que não conseguem se imaginar em outra profissão. Participar do dia a dia dos pais os ajuda a decidir.

No mundo artístico é corriqueiro filhos seguirem a mesma profissão dos pais. Praticamente todos conhecem algum exemplo. Mas isso acontece muito também em todas as áreas. Médico filho de médico, dentista filho de dentista, advogado filho de advogado.

Na extensão rural isso não é diferente. Temos atualmente vários **extensionistas filhos/as de extensionistas** empregados da Epagri. E são os relatos destes/as filhos/as que apresentamos a seguir.

Meus pais são meu espelho

*Aline Siminski Bellincanta*³⁸

Não poderia jamais iniciar o meu depoimento antes de apresentar o dos meus pais, verdadeiros incentivadores da minha escolha de ser uma extensionista rural. Incentivadores porque desde pequenos, eu e o meu irmão, convivemos com a parte linda da extensão rural, das vivências felizes trazidas por nossos pais, da alegria ao chegar em casa depois do trabalho, do verdadeiro amor à profissão.

Os pais de uma extensionista

*Edison Siminski*³⁹

Para início de conversa, algumas breves palavras sobre o trabalho como extensionista. Comecei a tomar gosto pela agricultura a partir de 1962 quando ingressei na 2ª série do ginásio agrícola em Cachoeirinha, a 14km de Porto Alegre. Ficava a semana inteira no colégio e, nos finais de semana, ia para casa (exceto quando havia plantão). Terminei o técnico agrícola em junho de 1969 porque o curso fora criado três anos antes e iniciaram também na metade do ano. O gosto pela terra, pelos animais, pela natureza de um modo geral me atraía. Assim, quando terminei os estudos, não pensei duas vezes que deveria fazer a faculdade de agronomia. Resolvi fazer o vestibular em Pelotas no final de dezembro de 1969, com o propósito de conhecer outros lugares. Iniciei os estudos em março de 1970 e me formei no dia 8 de dezembro de 1973.

Uns dois meses antes da formatura, estiveram na sala de aula representantes da Ascar, Acarpa e Acaresc, conversando e expondo como era o trabalho na extensão rural. Como queria me aventurar mais e as provas de ad-

³⁸Filha de Regina Teresa Siminski e Edison Siminski, extensionistas aposentados da Epagri. Engenheira-agrônoma CCA/UFSC 2000, Mestrado em Agroecossistemas CCA/UFSC 2003, Trabalhou na Prefeitura Municipal de Seara de 2002 a 2005, na Ascar/Emater/RS de 2005 2008. Ingressou na Epagri em 2008 no Escritório Municipal de Seara.

³⁹Engenheiro-agrônomo UFPel 1973. Ingressou na Acaresc em 1974. Foi extensionista rural em São José do Cedro e Videira, e coordenador regional em Videira e Concórdia. Desligou-se na Epagri em 200

missão na Acaresc eram mais distantes da formatura, e também porque tinha alguns colegas que conheciam e até tinham estagiado na Acaresc, dizendo que a Empresa tinha no Brasil um excelente conceito, optei por realizar as provas no final de dezembro e, como fui aprovado e chamado, iniciei o pré-serviço no dia 7 de janeiro de 1974.

Fui contagiado pela forma de tratamento recebido dos instrutores, todos da extensão. Falavam de uma grande família, e tudo que tínhamos que fazer era vestir a camisa da Acaresc. Além do respeito ao homem do campo e da importância que tínhamos como agentes de difusão de novas tecnologias, aprendi que, acima de tudo, iríamos tratar com outros seres humanos. Foi uma lição de vida porque fui entendendo, com o passar dos anos, que nenhum outro emprego, embora fosse financeiramente melhor, me dava o que a Acaresc dava. Éramos uma grande família sim!

Conheci minha esposa na Acaresc em 1974. Ela era coordenadora de economia doméstica na região de Maravilha e tinha ingressado na Acaresc em 1969. Começamos a namorar e ela, no início de 1975, saiu. Um dos motivos era que extensionista (mulher), não podia casar!!! O outro era porque ela queria fazer faculdade e, mais tarde, veio a cursar Biologia. Enquanto estava na Acaresc, foi também muito dedicada ao trabalho, com o mesmo espírito da casa. Com dois anos de trabalho como extensionista local foi promovida a coordenadora em Maravilha e depois em Rio do Sul.



Regina Teresa Siminski, mãe da Aline, em atuação como extensionista social da Acaresc

Trabalhei cinco anos em São José do Cedro, três anos em Videira, onde depois passei a atuar no escritório regional, e mais 21 anos em Concórdia.



Edison Siminski, pai da Aline, em atuação como extensionista rural da Acaresc

Quando os filhos eram pequenos, a partir dos 11 anos mais ou menos, contava-lhes o que fazia. Isso lhes despertava interesse. Também sempre tínhamos em casa horta e plantas ornamentais, e eles acompanhavam principalmente nos finais de semana quando eu e minha esposa estávamos lidando com as plantas. Volta e meia, surgiam algumas perguntas frutos da curiosidade da idade. Mais tarde, quando já estavam no 2º grau e eu ia para algum lugar perto, às vezes levava um, às vezes até os dois. Parece que isso, também ia despertando na mente deles algum interesse pelo que eu fazia. Na época que frequentavam o fundamental e depois o 2º grau, o tema das feiras de ciências invariavelmente era sobre erosão, armazenamento do milho e secagem.

Os anos foram passando e chegou a hora de decidir para qual curso iriam fazer vestibular. Afirmo que em nenhum momento falamos que deve-

ria ser Agronomia. Essa decisão foi da Aline. Até ficamos surpresos porque ela também queria fazer Biologia. Mas, enfim, fez o vestibular. Passou, tomou gosto, estagiou nos escritórios da Acaresc e concluiu o Mestrado.

Algo que sempre escutava, quando eu dizia que meus dois filhos estavam estudando Agronomia, é que eu deveria pensar no futuro deles, que ser agrônomo não era para ganhar dinheiro. Eu apenas sorria e deixava passar. Falamos para os dois filhos que eram eles que deveriam escolher a sua profissão. Algo que, em primeiro lugar, gostassem e que depois, financeiramente, lhes desse o suporte necessário para formar uma família. Falávamos isso porque víamos exemplos de profissionais, de diferentes áreas de formação, frustrados pela imposição da profissão pelos pais.

Hoje vemos os profissionais excelentes que são: dedicados, com amor ao que fazem, cada um na sua área. A sementinha caiu em terra fértil, germinou e produziu árvores frondosas!

E a Aline continua seu relato.

Minha vida sempre teve relação com a extensão rural. Meus pais se conheceram quando trabalhavam na Acaresc. O pai agrônomo e a mãe extensionista social. A mãe saiu da Empresa para casar-se, o que não era permitido na época. Do casamento nascemos eu e o meu irmão, no município de São José do Cedro, no Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o pai trabalhava. Depois, transferiu-se para Videira, onde morei até os 5 anos de idade. Depois disso, fomos morar em Concórdia, onde passei a infância e a adolescência.

De Concórdia tenho muitas recordações da Acaresc, onde os colegas do pai eram como se fossem a extensão da nossa família. Todos se visitavam e os vínculos se estreitavam em cada encontro. Nesse convívio familiar fui crescendo e tenho lindas lembranças. Meus pais, por meio de sua identidade com a agricultura, sempre nos incentivaram a buscar conhecimentos nessa área. Em todas as feiras de ciências na escola apresentávamos trabalhos relacionados à erosão do solo, armazenagem de grãos, etc.

O sonho de ser extensionista



Aline participando de feira de ciências no CNEC em Concórdia, com trabalho sobre erosão, já mostrando o interesse pela Agronomia (1990)



Aline Siminski e Luana Mores participando de feira de ciências no CNEC em Concórdia, apresentando trabalho sobre erosão (1991)

Enfim, chegou o momento de decidir o curso que faria na faculdade. Meus pais nunca me indicaram nenhum curso, mas no fundo sei que o amor que tinham pelo que faziam acabou influenciando minha decisão, pois sem-

pre passaram para nós uma linda imagem da profissão, influenciando-nos a seguir a carreira de Agronomia, tanto eu como meu irmão. Só contei sobre a minha decisão quando me inscrevi para o vestibular na UFSC. Recordo que senti certa surpresa por parte dos meus pais. Acho que nesse momento pensaram que havia poucas mulheres que escolhiam essa profissão. Mas a preocupação passou logo que veio a notícia de que eu tinha passado no vestibular, que foi muito comemorada.

Recordo que cada vez que alguém da *agora Epagri* vinha nos dar aula, perguntavam se eu era *filha do Siminski*, como chamavam meu pai. Eu me sentia muito orgulhosa, pois todos falavam de forma muito carinhosa do pai. Recordo que minhas férias da faculdade eram acompanhando as atividades do pai nos municípios e, com isso, ia cada vez mais me identificando com o trabalho da extensão rural.

Formei-me no ano de 2000 e iniciei o mestrado, em Agroecossistemas, no CCA/UFSC e logo no meio do curso surgiu uma oportunidade de trabalho no município de Seara, sobre a qual o pai apenas falou rapidamente. Como eu já havia concluído a parte das disciplinas e não precisava mais frequentar as aulas, fui a Seara fazer uma entrevista com o prefeito. O pai não queria me indicar porque não misturava o trabalho com coisas pessoais. Mesmo sem ele falar nada, fui fazer a entrevista. Lembro até hoje o que o prefeito falou: *você é recém-formada e nunca trabalhou, mas em consideração ao seu pai, que está desenvolvendo um grande trabalho no nosso município (era início do MB2 e o pai era coordenador), vou lhe dar esta oportunidade.*

Então, fui para Seara ajudar a desenvolver o projeto-piloto do MB2, uma experiência que me ajudou muito a crescer profissionalmente. Nas capacitações da Epagri eu era convidada e os nossos amigos (família da Acaresc) passaram a ser também os meus colegas, alguns deles me viram crescer e eu conhecia desde pequena.

Após três anos de trabalho em Seara passei no concurso da Emater/RS e fui trabalhar com extensão rural no município de Ametista do Sul, o que me trouxe novamente muita experiência profissional. Em Ametista do Sul me casei com um Searaense. Passados três anos, prestei concurso público para a Epagri, sendo chamada para assumir como extensionista rural no município

de Ipumirim. Para mim foi uma alegria muito grande poder retornar à Santa Catarina, trabalhando agora no que sempre sonhei desde que iniciei a faculdade: com extensão rural na Epagri. Em Ipumirim nasceram meus dois filhos. Atualmente estou novamente trabalhando em Seara, município que adotei e que espero permanecer por longos anos com a minha família.

A minha identidade na Epagri, bem, esta vem mudando conforme o passar dos anos. Desde quando entrei (e ainda hoje), sempre que me apresentam na Epagri, dizem: é a *filha do Siminski*. Eu não era a Aline, era a filha do Edison, mas isso, longe de me causar constrangimento, sempre me trouxe muita alegria. Faz algum tempo, fazendo uma arrumação no escritório, acabei encontrando fotos antigas de extensionistas que trabalharam aqui em Seara. Lá havia fotos do pai, junto com os extensionistas, em reuniões e atividades com agricultores, o que me gerou certa emoção por estar eu hoje aqui realizando estes trabalhos. Com certeza me espelho muito nos meus pais que serão sempre um exemplo de esforço, dedicação e competência que procuro seguir.

Para Deus nada é impossível

*Daniëlle Girardi Heck*⁴⁰

Sou Daniëlle Girardi Heck, natural de Lages, SC, formada em Agronomia pela Udesc em 2008/01 e Mestra em Produção Vegetal também pela Udesc em 2012.

Meu interesse pela agronomia começou escutando o meu pai, Valdir Girardi, falando sobre o trabalho dia a dia. Ele contava histórias engraçadas, tristes e conquistas de agricultores que ele ajudou a alcançar. Ficava satisfeito com os resultados que, muitas vezes, demorava anos para conseguir. Mas o que mais me entusiasmava era a satisfação que ele demonstrava em ir trabalhar. Quanto mais ele falava da profissão, mais aumentava minha vontade em fazer Agronomia.

Em 1998, eu estava na 8ª série e fiz a prova para o Instituto Federal Catarinense, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Havia 10 vagas para meninas e filhas de agricultores tinham preferência. Passei na prova, mas na entrevista não. Fiquei muito triste porque queria muito fazer o técnico. Como eu não tinha contato direto com a agricultura, o curso me daria uma base melhor na faculdade.

No terceiro ano do ensino médio, ganhei um cursinho pré-vestibular do colégio como merecimento pelas boas notas. Estudava de manhã no colégio e fazia o cursinho à noite. Final do ano prestei três vestibulares. Nos vestibulares da UFSC e da Udesc escolhi o curso de Agronomia e na Furb, Engenharia Florestal.

Passei apenas para Engenharia Florestal em Blumenau. Minha ideia era ficar mais um ano fazendo cursinho pré-vestibular e prestar vestibular novamente. Meu pai sugeriu que eu fizesse Engenharia Florestal, já que minha irmã Franciëlle fazia Engenharia Química em Blumenau e nós poderíamos morar juntas. Fiquei um pouco decepcionada. Mesmo assim, resolvi aceitar a sugestão. Acredito que a maior preocupação do meu pai era que me decepcionasse com o curso de Agronomia.

⁴⁰Filha do engenheiro-agrônomo Valdir Girardi, extensionista aposentado da Epagri. Engenheira-agrônoma CAV/Udesc 2008, mestrado em produção vegetal CAV/Udesc 2012. Ingressou na Epagri em 2014, como extensionista rural em Pouso Redondo.

O tempo foi passando e a ideia de fazer Agronomia não saía da cabeça. Na terceira fase do curso, resolvi fazer o vestibular para a Udesc escondido porque não queria decepcionar meu pai que torcia tanto por mim. Apenas minha irmã Franci sabia.

Quando saiu o resultado fiquei tão contente que tive dificuldade em ligar para casa e contar a novidade. Meu pai ficou surpreso e, ao mesmo tempo, feliz com a notícia. Foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida.

Durante a faculdade em Lages, meu pai me orientava sobre quais livros comprar, quais matérias deveria me preocupar mais e, principalmente, não desanimar, mesmo depois de algumas coisas não terem saído como eu imaginava. Muitas vezes ligava para casa triste, decepcionada com as notas baixas, preocupada com as provas e ele, carinhosamente, me dizia que tudo iria passar. E não é que ele tinha razão?!

Fiz o estágio de conclusão de curso na Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul, sob a supervisão do engenheiro-agrônomo Moacir Warmling. Foi ali que percebi que havia feito a escolha profissional certa. Como responsável pela produção de arroz irrigado dos cooperados, Moacir despertou meu interesse pela cultura e me incentivou a pesquisar sobre o porquê da alta produtividade na nossa região.

Em 2010, iniciei o curso de mestrado na Udesc em Lages com a orientação do professor e pesquisador Luís Sangoi, PhD. em Fisiologia e Manejo de Plantas de Lavoura, e o apoio da equipe da Estação Experimental de Itajaí da Epagri. Sou muito grata ao professor Sangoi e aos pesquisadores da Epagri pela compreensão, disponibilidade e incentivo. Montamos um experimento em Pouso Redondo, na propriedade do Sr. Volni Paterno e outro na Estação Experimental de Itajaí. O título da minha dissertação foi *Bases morfológicas, fisiológicas e ecológicas para as diferenças de produtividade registradas em duas regiões produtoras de arroz irrigado do Estado de Santa Catarina*.

Prestei alguns concursos públicos e logo que terminei o mestrado fui chamada para trabalhar na prefeitura de Santa Terezinha. Minha principal atividade era fazer as reservas legais das propriedades pelo Programa *Mais Ambiente* da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi). Permaneci na cidade até julho de 2013.

Depois disso fui trabalhar na prefeitura de Lontras. No município havia um trabalho sendo realizado pela engenheira-agrônoma Paula Bianchet na conscientização da análise de solo, o qual tive o privilégio de dar continuidade.

No dia 1º de dezembro de 2013, fiz o concurso da Epagri em Rio do Sul. No dia 25 de junho de 2014 recebi a notícia da convocação e em 14 de julho do mesmo ano iniciei na Empresa. Não consigo descrever tamanha alegria. Meu maior sonho estava se tornando realidade. Passei por um período de três meses de pré-serviço na Empresa. E hoje, sou extensionista rural de escritório municipal de Pouso Redondo.



Atividades extensionistas em Pouso Redondo

Fatos curiosos

Um dia, durante o mestrado, no experimento de arroz irrigado em Pouso Redondo, fui coletar solo para análise na arrozeira do Senhor Volni Paterno. Passei um trabalho, me atolava, não conseguia me mexer dentro da arrozeira. O agricultor e os pesquisadores, fora da arrozeira, conversavam e riam da

minha falta de jeito. E eu, morrendo de vergonha, rezando para não cair. Ô situação complicada! No fim deu tudo certo.

Como extensionista rural de Pouso Redondo, fui visitar o Sr. Volni para convidá-lo a participar do III Seminário de Arroz Irrigado em Mirim Doce. O agricultor lembrou com alegria do dia em que estive em sua propriedade coletando solo do experimento para análise. Fiquei contente por ele se recordar de mim, apesar da situação ter sido um pouco constrangedora na época.

Um dia, durante o almoço, meu pai contou que estava na propriedade de um agricultor e foram caminhar dentro da arrozeira. Caíram alguns grãos de arroz dentro da bota do meu pai e ficou muito escorregadio. Conclusão: ele acabou caindo no meio da arrozeira.

Algum tempo depois, durante o estágio na Cravil, o engenheiro-agrônomo Moacir Warmling, a Susana Moretti (também estagiária de Agronomia) e eu fomos visitar esse mesmo agricultor. Sem saber quem eu era, o agricultor nos contou do episódio com o extensionista da Epagri de Rio do Sul. Rimos juntos e contei que era meu pai. Ele ficou sem graça e pediu desculpas, mas falei que não havia problema algum porque nós também rimos muito em casa com essa história.

Sinto-me realizada e feliz por fazer parte desta Empresa. Agradeço ao meu pai, Valdir Girardi, que sempre me apoiou e me incentivou. Com ele aprendi a amar essa profissão e nunca desistir dos meus sonhos, mesmo que pareçam impossíveis. Como ele mesmo diz: para Deus nada é impossível!



Ações como extensionista em Pouso Redondo



Ações como extensionista em Pouso Redondo

Um dia chegará a decisão

Valdir Girardi⁴¹

Sou Valdir Girardi, nascido em Rio do Oeste, Santa Catarina, onde iniciei os estudos primário e fundamental. Concluída essa etapa, fui para São Manuel, SP, para cursar o *científico*, hoje ensino médio. E mais uma mudança, dessa vez para a capital paulista, onde fui cursar uma faculdade e me formei em História. Em seguida, fui trabalhar em Bandeirantes, Paraná, onde havia uma faculdade de Agronomia e ajudei meu irmão a se graduar como engenheiro-agrônomo. Quando ele se formou, me aconselhou a também cursar Agronomia. Assim, em 1980, tornei-me engenheiro-agrônomo. Formado, fui fazer o concurso na Acaresc.

Aprovado, em janeiro de 1981, fui chamado para fazer o pré-serviço, que se estendeu até abril. Em maio, fiz o estágio de campo em Concórdia, com o engenheiro-agrônomo Eriberto Buchmann, que era extensionista específico de juventude rural e atendia os Clubes 4-S, área em que eu iria trabalhar. Após o estágio, fui designado para atuar no município de Lages, onde existiam os Clubes 5-L, criados por ex-acaresquianos que haviam se desligado da empresa para trabalhar na Secretaria da Agricultura do município, governado na época por um partido distinto do que administrava o Estado, o PDS. Por esse motivo, o coordenador estadual de juventude rural, Antônio Guido Amboni, e o Gerente Regional da Acaresc em Lages decidiram iniciar o trabalho com os Clubes 4-S na região.

Em 1981, o município de Lages ainda era enorme e nossa equipe 4-S devia atender, além de Lages, os municípios Correia Pinto, São José do Cerrito e também Otacílio Costa.

Em 1982 já atendíamos 14 clubes de juventude rural, entre os 5-L de Lages e os 4-S de São José do Cerrito, Correia Pinto e Otacílio Costa.

Em 1983 fui designado para trabalhar em um novo programa da cidade

⁴¹ Engenheiro-agrônomo, formado pela Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, PR, em 1980. Ingressou na Acaresc em 1981. Atuou no extensionista rural em Lages, Agrolândia e Rio do Sul. Desligou-se da Epagri em 2015.

de Lages, denominado *Cinturão Verde*, e no *programa estadual de conservação do solo*, no mesmo município.

Em virtude das enchentes de 1983 e 1984, a Acaresc criou um Programa-Piloto do Microbacias com recursos do Governo Federal. Por isso, em 1984 fui convocado a fazer parte de uma equipe de três agrônomos para iniciar o trabalho em Microbacias em Apiúna, Benedito Novo e Agrolândia.

Em outubro de 1984 fui para Agrolândia, onde fui apresentado às lideranças do município, cujo prefeito era o Sr. Germano Schreiber, sempre disposto a participar das excursões, reuniões técnicas na comunidade do Ribeirão das Pedras, além de prestar todo o apoio logístico para que o programa resultasse no propósito de melhorar a comunidade e o município.

Em novembro de 1984, participei de uma excursão com uma equipe da Epagri, composta especialmente por coordenadores, aos municípios de Toledo e Bandeirantes, no Paraná, onde o programa de Microbacias era baseado no chamado *murundum*, segundo o qual não havia limites de propriedades e nem de municípios no controle da água de chuvas e enxurradas. A ideia central era manter as águas na propriedade, através de terraços que podiam alcançar mais de dois metros de altura.

Em dezembro de 1984, organizamos excursões com os agricultores e lideranças dos municípios de Agrolândia, Apiúna e Benedito Novo para o Oeste Catarinense, nos municípios de Xanxerê, Concórdia, Irani e outros, onde a conservação de solo era feita através da cobertura verde e eram usados dejetos suínos nas lavouras plantadas em nível, além dos patamares de pedras.

No início de 1985 iniciamos os trabalhos em Agrolândia com o apoio dos colegas João Favorito Debarba e Sebastião Fernando Abrão, do escritório regional da Acaresc de Rio do Sul. O trabalho baseava-se em reuniões comunitárias para discutir o que poderia ser feito e o que o agricultor estava disposto a realizar em sua propriedade. As reuniões com as lideranças municipais eram feitas à noite para que os representantes da Secretaria da Agricultura e também de cooperativas, bancos, escolas, igrejas e, de modo especial, o prefeito e os vereadores pudessem participar. Muitas vezes participavam das reuniões os coordenadores regionais da Acaresc, João Debarba

e o Sebastião Abrão.

A comunidade de Ribeirão das Pedras iniciou um trabalho de cobertura do solo com espécies de adubos verdes desconhecidas, como a espérgula, ervilhaca e guandu, além do lupino ou tremoço, aveias, azevém, feijão de porco e mucunas, que já eram conhecidas.

Foi em Agrolândia que se iniciou um projeto de adaptação de máquinas de tração animal, que mais tarde gerou um trabalho exemplar de adaptação de máquinas agrícolas na região e tornou-se referência no Estado.

Em 1987, no chamado Projeto-Piloto de Microbacias, fui convidado a iniciar o trabalho em Rio do Sul, atendendo também os municípios de Agronômica e Laurentino. A primeira microbacia de Rio do Sul foi a do Ribeirão do Tigre, que abrangia também as comunidades de Serra Taboão, Albertina e Bom Fim. Nesse período, o trabalho já estava mais bem estruturado e abrangia outros setores – estradas e organismos que atuavam no meio rural –, além de ser responsável pelo aporte de recursos financeiros para os agricultores da comunidade.

Com a criação da Epagri em 1991, os trabalhos em Microbacias foram mais bem estruturados e as metas que se buscavam eram mais bem definidas.

Com a criação do programa SC Rural, o foco da organização grupal facilitou o trabalho técnico, porém o agricultor ainda tem dificuldade de se organizar e buscar os resultados de maneira coletiva.

Em Rio do Sul, meu trabalho nos últimos anos esteve focado na fruticultura e na olericultura. Nesse período, fui muito apoiado e motivado pelo João Debarba, que agora trabalhava na Estação Experimental de Ituporanga e, mesmo depois de aposentado, continuou dando palestras especialmente nas áreas de vitivinicultura e olericultura. Mas foi com o Almir Kroger, como chefe da Epagri/Cetrage e depois como Gerente Regional, que eu pude avançar nos conhecimentos sobre a vitivinicultura. Foi nesse tempo que implantamos as muitas variedades de uva no Cetrage e nos diversos municípios do Alto Vale do Itajaí.



Capacitação em fruticultura para técnicos da região de Rio do Sul – Epagri/Cetrag

Em Rio do Sul iniciamos a renovação de muitos parreirais e mais de 70 pequenos vitivinicultores iniciaram a atividade, alguns apenas renovaram os pomares, outros ampliaram o parreiral. Alguns produzem vinho ou suco orgânico, outros somente vinhos convencionais. Entretanto, a minoria vende a uva para consumo *in natura* no município.



Capacitação sobre condução de parreiral de uva



Capacitação em fruticultura

Em 2013, com a implantação de um Programa de Demissão Voluntária e Incentivada (PDVI), comecei a pensar na minha aposentadoria. Minha grande alegria em 2014, veio de minha filha, Daniëlle Girardi Heck, engenheira-agrônoma, aprovada no concurso para extensionista rural na Epagri. Foi uma felicidade enorme, porque a empresa que me acolheu em 1981 e para a qual pude dedicar a melhor parte da minha vida, está proporcionando a mesma oportunidade para minha filha.

Confesso, com sinceridade, que se não fosse a idade eu gostaria de continuar fazendo o que eu fazia. Eu gostava do meu trabalho, gostava dos agricultores e não deixaria de ser epagriano não fossem as circunstâncias do mo-

mento. Eu amava o que fazia e procurava entender as necessidades dos que procuravam a Epagri para resolver suas dificuldades.

Fábia Luciane Petters Campregher, responsável pelo setor de gestão de pessoas da Gerência Regional da Epagri de Rio do Sul, é testemunha de quantas vezes a procurei pra prorrogar minha permanência na Empresa. Mas uma frase dela me fez refletir e decidir: *Girardi, se não for agora, será depois! Mas um dia chegará a decisão!* Fábria, muito obrigado!

Sinto-me feliz hoje porque tenho certeza que os novos contratados farão o que fizemos, talvez de modo ainda melhor. Sinto-me feliz por minha filha Daniélle continuar esse trabalho. Com certeza será o orgulho do pai e a grandeza da Epagri.

Deus é nosso testemunho e apoio.

Entre o trabalho e a família

*Renata Murara Vieira*⁴²

Sou Renata Murara Vieira, natural de Canoinhas, no Planalto Norte Catarinense, nascida em 1988, filha de Marcos Euclides Vieira, engenheiro-agrônomo, extensionista rural da Epagri. Meu pai começou a trabalhar na Empresa em 1978, no município de Rio Negrinho. Depois foi para o município de Major Vieira e, finalmente, voltou para sua cidade natal, Canoinhas, onde trabalha até hoje.

Passei minha infância indo a eventos da Epagri, conhecendo os colegas do meu pai. De vez em quando até dava uma visitada no seu escritório. Quando era criança, aquele prédio onde ele trabalhava, a sede regional da Epagri de Canoinhas, me parecia enorme. Embora uma criança dentro de um escritório faça uma bagunça danada, às vezes eu ia *trabalhar* com ele quando a carga de trabalho não era tão pesada. Assim, passei a infância achando que o trabalho dele era aquilo mesmo: bater papo com um colega, tomar um cafezinho, ler uma ou outra publicação. E eu observava tudo! Conversava com todo mundo, comia os quitutes preparados na cozinha do Centro de Treinamento, andava pelo prédio todo, pintava com os pincéis atômicos coloridos, desenhava nos cartazes velhos e me divertia vendo as mulheres fazer artesanato com lã de ovelha (uma oficina muito comum naquele tempo aqui na região). Para mim, o trabalho do meu pai era incrível!

Mais crescida, percebi que meu pai não falava muito do trabalho em casa. O pouco que falava era só notícia boa. Minha conclusão era que o trabalho dele era um passeio, muito tranquilo! Aquele era o emprego dos sonhos! Não reclamava das várias viagens, das inúmeras reuniões, nem dos muitos desafios e problemas que ele enfrentava em sua rotina. Enquanto isso, minha mãe (professora e enfermeira) mal chegava a casa, já ligava o computador e continuava trabalhando.

Cresci e obviamente entendi que o trabalho de meu pai não se limitava a bater papo e tomar café. Os programas Microbacias 1 e 2 e SC Rural eram um assunto recorrente lá em casa. São programas bárbaros, porém executá-los não é mole.

⁴²Engenheira-agrônoma, UFPR, 2011. Ingressou na Epagri em 2014, atuando como extensionista rural em Canoinhas. É filha do engenheiro-agrônomo e extensionista rural da Epagri, Marcos Euclides Vieira.

Mas ainda não tinha a exata dimensão do que é ser funcionário dessa Empresa.

Fui morar em Curitiba, fiz agronomia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Depois de formada, trabalhei em diferentes áreas. Em dezembro de 2013 fiz o concurso da Epagri. Fui chamada para assumir o cargo em outubro de 2014, e, depois de 10 anos, volto a Canoinhas para trabalhar como extensionista rural do município.

Com pouco mais de um ano na Epagri, sei a importância do trabalho do meu pai, da extensão rural e da Empresa. Deparo-me com muitos desafios e problemas do dia a dia que chegam a causar desânimo e decepção. Com certeza meu pai passava e passa por tudo isso, mas nos poupou dessa parte da rotina. Optou por só nos contar as alegrias e os sucessos. Hoje dou muito valor a isso. É uma postura muito profissional e, ao mesmo tempo, muito família.

Trabalhando juntos, percebo suas preocupações e seu esforço para que as coisas aconteçam. Entendi que os pincéis atômicos e os cartazes são ótimas ferramentas para a extensão rural, que o bate-papo com os colegas é fundamental porque extensão não se faz sozinho. É um trabalho de equipe. Diferente dele, quando chego a casa conto todos os sucessos e as dificuldades do meu dia. Talvez, um dia, consiga fazer essa proeza que o Sr. Marcos Euclides Vieira conseguiu fazer: separar a hora do trabalho da hora da família e executar as duas atividades com a mesma dedicação!



Turma do pré-serviço de Marcos Euclides Vieira (1978)

O sonho de ser extensionista

ACARESC

RECIBO DE PAGAMENTO

FOLHA **1**

MATRÍCULA 2856	NOME DO FUNCIONÁRIO MARCOS EUCLIDES VIEIRA
--------------------------	--

Nº BCO.	Nº CONTA CORRENTE	LOCAL	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	MÊS/ANO 01.78
					ER	

CÓDIGOS VENC.	CÓDIGOS DESC.	CÓD.	REFERÊNCIA	VENCIMENTOS	DESCONTOS
- 1 SALÁRIO BASE	22 FÉRIAS	0	15,00	3.999,90	
- 1 SALÁRIO DESTAÇÃO	23 ADIANT. 04.	23			500,00
- 3 DESC. SEMANAL REMUN.	24 BÔNUS INDEBITADO	28			1.300,00
- 3 FÉRIAS	25 DATA GENÉR. CONTRA	31			84,60
4 SAL. FAM.	26 DATA GENÉR. EMPREGO	41			319,99
8 SAL. FAM. EMPR.	37 ADIANT. 13º SAL.				
- 8 BÔNUS EXTRA 12%	28 BÔNUS 2				
- 1 BÔNUS EXTRA 25%	29 EMPR. EMP.				
- 5 ADIC. INSA.	30 FINANÇ. MÊS 02				
- 5 ADIC. NOT.	31 DESPES.				
-10 ADIC. PERICULOSIDADE	-32 DIVERSOS 1				
-11 GRATIFICAÇÃO	-33 ATENÇÃO				
-12 PREMIO	-34 DESC. SEMANAL REMUN.				
-13 13º SALÁRIO	-35 DIF. DE SAL.				
-14 COMP. 13º SAL.	36 FÉRIAS				
-15 DIF. 36 SAL.	-37 COMP. CONTRA SIND.				
-16 BÔNUS 1	+38 CONTRA SIND.				
17 INDEVIDUADO	+39 INPS 13º SAL.				
18 ADIANT. 13º SAL.	+40 COMP. INPS 13º SP				
19 SAL. FAM. PROP.	+41 INPS				
20 SAL. FAM. EMPR. PROP.	42 INP				
21 DIVIDENDOS 2					

SIMBOLOGIA				
- BASE INPS, FGTS, IRF	FGTS DO MÊS	TOTAL VENCIMENTOS	TOTAL DESCONTOS	LIQUIDO A RECEBER
+ IRF	319,99	3.999,90	2.204,59	1.795,31

RECEBI A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA SUPRACITADA

_____ LOCAL E DATA _____ ASSINATURA _____

Primeiro contracheque de Marcos Euclides Vieira, janeiro de 1978

Facetas de um extensionista

*Roberto Abati*⁴³

Salto Veloso, município do Meio Oeste Catarinense, está imbricado, como é comum na região, entre montanhas, em um vale em forma de V. Essa característica geográfica implica em que, para se chegar até a sede do município, obrigatoriamente precisa-se trafegar por descidas acentuadas e, na saída, obviamente, é necessário enfrentar subidas íngremes.

Durante os anos de 1960 e 1970, as estações do ano ainda se apresentavam de forma bem definida. A suave brisa de agosto era um prenúncio de que, na primavera, o solo se aqueceria e as sementes poderiam ser deitadas, pois encontrariam boas condições de germinação. Começava, então, a temporada de preparo do solo para o estabelecimento das chamadas culturas de verão. A aração do solo, naqueles anos, era feita com um equipamento tracionado por uma junta de bois, denominado arado tatu. Dois bois puxavam o equipamento, controlado por um operador, que guiava os animais ao mesmo tempo em que tentava manter a estabilidade e o direcionamento do equipamento para o preparo do solo. Tarefa esta dificultada pelo excesso de pedras e tocos das áreas em preparo. Em agosto e setembro daqueles tempos, as montanhas, hoje recuperadas, que circundam a cidadezinha, eram tomadas por guerreiros aradores, que, com suas juntas de bois, em pouco tempo transformavam aquela paisagem verde amarelada num monocromático tom amarronzado.

No período da aração ecoava pelo vale a sinfonia ritmada e concatenada produzida pelos gritos de comando emitidos pelos aradores no afã de manterem seus bois na linha de aração, já que pedras e tocos constantemente desviavam os bois do caminho a ser percorrido. Como todos os trabalhadores eram de origem italiana, a profusão de gritos e blasfêmias mesclando português com italiano era uma atração à parte.

⁴³Engenheiro-agrônomo, ingressou na Acaresc em 1979. Foi extensionista rural, coordenador regional, gerente regional, chefe de Centro de Treinamento, secretário executivo regional do Microbacias 2 e gerente técnico do SC Rural, entre outras funções. Desligou-se da Epagri em 2015.

- *Pintado entra no rêgo! Gritava um daqui.*
- *Gaúcho não sai da verga! Avanti!* Respondia outro dali.
- *Porco Dio, Bonito fia duma p... vai a rego!*, xingava outro acolá.
- *Vamo Brazino, fiol dum can! Mil veiz orco dio!* Tascava alguém mais adiante.
- *Torna in drio Barroso! Demónio can!* Gritava mais um.

Preparado o solo, era hora do plantio. Nesse ambiente, encontra-se, no final dos anos 1960, a ação da extensão rural, com seu primeiro engenheiro-agrônomo, Claudino Comunello, a disseminar sementes híbridas de milho e introduzir o porco tipo carne, causando um avanço extremamente alto nas produtividades. No início da década seguinte, Claudino é substituído pelo engenheiro-agrônomo Silvano Marcelo Pires dos Santos, que dá continuidade à modernização da agricultura, atuando forte na fruticultura de clima temperado e na difusão de práticas de calagem e adubação.

Lavouras demonstrativas eram implantadas em locais estratégicos ao longo das vias de acesso para poderem ser mais facilmente visualizadas com placas de identificação, por exemplo: *Com calagem e sem calagem* ou *com adubação e sem adubação*. Obviamente que aquelas com tecnologia incorporada apresentavam, desde a emergência, maior vigor e culminavam com produções surpreendentemente altas para a época.

A prefeitura municipal apoiava incondicionalmente as ações da Acaresc e o prefeito Abel Abati, meu saudoso pai, no mandato de 1969 a 1973, era seu maior defensor e fã das equipes de extensionistas. Eram constantes os comentários elogiosos do prefeito, destacando as vantagens e a eficiência das ações dos extensionistas e conclamando seus munícipes a ouvi-los. Enquanto isso, dava gosto observar como a equipe era valorizada no município. O Dr. Silvano, junto com Mirian, a bela extensionista social que, diga-se de passagem, poderia ter seguido a carreira de modelo, mas acabou declinando da carreira em função da missão de extensionista e depois casou com o colega que, com seu Jeep, percorria as comunidades, disseminando conhecimento, tornara-se uma referência de futuro a ser perseguido.

Foi nesse caldo todo que o sétimo dos nove filhos do prefeito Abel, descobriu sua vocação: serei engenheiro-agrônomo e extensionista como o Dr. Silvano, que, além de reconhecido, ganha bem e tem uma mulher bonita. Serei

o engenheiro-agrônomo Roberto Abati. Deu certo! Após um ano cursando a primeira série do curso científico em Caçador, no colégio Aurora, com os Irmãos Maristas, fui morar com um irmão que possuía uma adega de vinhos, em Marumbi, próximo a Jandaia do Sul, no eixo Maringá/Londrina, no norte do Paraná, onde peguei gosto pelo fermentado. Concluí o curso científico em Jandaia do Sul e cursei agronomia na Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista, no interior de São Paulo, formando-me no final de 1978.

Meu pai voltou a se eleger prefeito e assumiu em 1977, mas, infelizmente, faleceu em decorrência de um infarto agudo do miocárdio em plena função durante uma reunião de sede promovida pela extensão rural em 1981, amparado pelo extensionista de então, o mineiro Mauro Cardoso. Porém, conseguiu acompanhar meus primeiros passos como extensionista quando em 1979 ingressei na Acaresc.

O curso de capacitação inicial, conhecido como pré-serviço, com duração de três meses, foi complementado com um estágio de propriedade no município de Jaraguá do Sul e outro estágio junto ao escritório local de Pouso Redondo, o que compreendeu o período de fevereiro a maio de 1979. O pré-serviço sempre foi considerado como um curso preparatório de validade incontestável para que os principiantes pudessem revisar e agregar conhecimentos acerca das tecnologias das principais culturas, mas, sobretudo, para aprender estratégias e metodologias de como difundir essas tecnologias.

Durante o período de pré-serviço, os municípios vagos eram apresentados aos novos extensionistas, definindo-se então onde cada um deveria atuar. Comentava-se que, se o técnico demonstrasse interesse em determinada região, era mandado para outra bem oposta, para colocar o sujeito à prova. Não escolhi região. Só me manifestei dizendo que não gostaria de trabalhar em município onde a cultura do arroz irrigado fosse muito expressiva, pois não me sentia totalmente seguro visto ter lá minhas limitações técnicas com essa cultura. Dias depois, tive a oportunidade de confirmar que nos enviavam sempre para o contrário do que desejávamos. Aprendi que essa era uma forma de superar os medos, pois isso nos levaria a enfrentar o novo e aprender com ele.

Fui designado a assumir o escritório local de Rio do Campo, no Alto Vale do Itajaí, município que, entre outras atividades, destacava-se, justamente, na

produção de arroz irrigado. Antes, porém, convivi, se bem que por pouco tempo, com a família de Afonso Goltz, arroteiro de Jaraguá do Sul, onde compreendi e senti na pele as agruras da colheita manual de arroz em quadras mal drenadas. Aprendi no estágio de escritório com o engenheiro-agrônomo José Stédile que tínhamos que trabalhar com estratégias adequadas e metodologias persuasivas que possibilitassem elevar a produtividade dos arrozaes e humanizar a mão de obra das famílias. Stédile, que infelizmente nos privou de seu convívio muito cedo, vítima de infarto, também me recomendou seguir a estratégia de ação preconizada no pré-serviço para realizar o planejamento do trabalho e buscar junto às lideranças e aos agricultores uma alternativa de renda complementar além do cultivo de arroz irrigado.

Em maio de 1979, eu formava a equipe local da Acaresc de Rio do Campo com a extensionista local, já falecida, Elfi Herdmann e com a auxiliar de escritório Ana Corbani. Revisamos o planejamento aplicando a estratégia de ação, elegemos as prioridades e definimos os métodos a serem utilizados. Na agropecuária, priorizou-se o trabalho de desenvolvimento do arroz irrigado e a organização das comunidades para a melhoria da atividade leiteira visando à implantação de linhas de coleta de leite, já que apenas a comunidade de Rio Waldrich estava organizada neste sentido. Nessa época, para se ter uma ideia, o rendimento dos arrozaes era, em média, de 3.000 kg/ha e o rebanho de vacas em lactação apresentava produtividades que mal passava dos 1.000 litros de leite anuais.

Com o apoio de pesquisadores da Estação Experimental da Empasc de Itajaí foram implantadas várias unidades didáticas de arroz irrigado, estrategicamente distribuídas nas cinco comunidades agrícolas onde cerca de 100 famílias cultivavam em torno de 600 hectares de arroz. As famílias que se dispunham a colaborar com a implantação das UD's se comprometiam a receber os demais agricultores para conhecer as novidades ali implantadas e seguir as recomendações acordadas com a equipe técnica. Nesse acordo, eram definidas as técnicas a serem utilizadas, que envolviam, principalmente, nivelamento da área, utilização de sementes certificadas de variedades que estavam sendo lançadas no momento e o controle fitossanitário.

Assim, a variedade Fortuna, de porte alto, foi substituída por varieda-

des oriundas das Filipinas e que, rapidamente, foram sendo melhoradas pela Empasc. Mas as tecnologias não eram adotadas pelos agricultores na mesma velocidade, pois havia um problema em seu porte, que dificultava a colheita manual. Por outro lado, as plantas invasoras, como o *arroz vermelho* e o *jaú*, já haviam provocado o abandono de muitas quadras, tal o nível de infestação. O nivelamento correto das arrozeiras, complementado com a aplicação de um herbicida que era novidade na época, reverteu essa situação. O nivelamento das arrozeiras também contribuiu para minimizar o ataque da *bicheira da raiz*, que, quando teimava em atacar, era combatida com *carbofuran*.

Esse pacote tecnológico, que hoje se sabe que apresenta alguns inconvenientes ambientais, levou muitos agricultores a se consolidarem na atividade e os motivou a ampliar as áreas de cultivo, além de levar outros a entrarem na atividade. As produtividades, de 3.000 kg/ha, saltaram para próximo a 10.000 kg/ha, antes ainda de a década de 1980 terminar.

Conforme a produtividade ia aumentando, intensificava-se a organização de grupos de arroseiros para a aquisição conjunta de colheitadeiras auto-motrizes para facilitar a colheita. Assim, vários grupos foram organizados e, com o apoio do Banco do Brasil, financiaram-se as primeiras colheitadeiras da marca Lely de uma fábrica de Timbó. Era uma engenhoca adaptada sobre o chassi de uma camionete Willys, um motor Agrale e uma trilhadora Vencedora. A plataforma de corte era o único componente que podia ser considerado como novidade. Funcionava, mas quebrava. E como quebrava! Com a implantação do Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas), as áreas foram mais bem sistematizadas, o tamanho das quadras aumentou, novas áreas foram incorporadas e foi possível, aos poucos, substituir as velhas Lely por máquinas mais modernas.

Durante essa década, de pleno desenvolvimento da rizicultura, trabalhou-se, também, na organização comunitária e no desenvolvimento da pecuária leiteira, em atividades conjuntas com a Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil). O melhoramento genético do rebanho, a introdução de pastagens, a prática da ensilagem e a mecanização da atividade permitiram a abertura de linhas de leite em praticamente todo o município e a atividade experimentou em uma década um avanço considerável, passando

de mil para mais de 2 mil litros de leite por vaca/ano.

Em 1986, através de uma votação interna, prática comum na Acaresc, assumi a coordenação regional de Pecuária em substituição ao colega Celomar Daison Gross, já falecido, que se afastara para curso de mestrado. Naquela época, o Alto Vale do Itajaí ainda figurava como a mais importante bacia leiteira de Santa Catarina. A atuação da extensão rural era orientada em três eixos: 1) educação sanitária animal, que buscava, além da saúde do rebanho, ganhos de produtividade e segurança alimentar; 2) redução da alimentação no cocho com ampliação das áreas para pastejo já que mais de 60% do volumoso era fornecido no cocho na hora da ordenha, implicando excessiva necessidade de mão de obra, além de eficiente disponibilização de matéria seca; 3) uso racional de concentrados para buscar uma produção com custo mais baixo, utilizando-se, como base, os volumosos. Na época, cada anúncio de alta da inflação, já extremamente elevada, e de variação da moeda americana, provocava uma ansiedade muito grande nos produtores já que o preço do farelo de soja, principal insumo dos concentrados, ao contrário do leite, estava atrelado ao dólar.

Dois anos depois tive a oportunidade de fazer um curso de especialização em produção leiteira no Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (Inta), em Rafaela, Província de Santa Fé, na Argentina. O curso foi fundamental para a definição da minha carreira técnica na Empresa.

Na década de 1990, após uma passagem rápida, de pouco mais de dois anos como supervisor regional em Maravilha, no Extremo Oeste, retornei para a equipe regional do Alto Vale por ocasião da criação da Epagri. Nesse período, uma forte expansão da bovinocultura de leite foi sentida em todo o território catarinense, avançando para a Região Oeste, devido principalmente à concentração da atividade suinícola, que veio a se tornar o principal polo produtor do Estado.

A demanda por tecnologias de produção levou a coordenação estadual de pecuária a organizar um grupo de técnicos para criar um curso de produção leiteira. Esse curso foi incluído no Programa Estadual de Profissionalização de Agricultores e ministrado ao longo da década, persistindo até hoje em alguns Centros de Treinamento. Com duração de duas semanas alternadas,

o curso capacitou milhares de agricultores e contribuiu decisivamente para aumentar a produção leiteira, elevando a posição catarinense de um patamar insignificante para um dos principais estados produtores da federação.



Capa do Calendário de Cursos Profissionalizantes (2006)

Fiz parte do grupo que criou esse curso e participei como instrutor até o ano de 2007, atuando nos Centros de Treinamento de Agrônômica, Itajaí e Florianópolis. No Cetrag, atuei como instrutor de 1992 a 2002. Nesse período, mais de 100 cursos foram ministrados na atividade, capacitando cerca de dois mil agricultores.

No ano de 2002, passei a fazer parte da equipe regional de Florianópolis. A principal ação na área de bovinocultura de leite foi a parceria estabelecida com a Universidade Federal de Santa Catarina através do Centro de Ciências Agrárias (UFSC/CCA) a fim de implantar nas propriedades assistidas o sistema pastoreio racional Voisin. Várias unidades didáticas foram instaladas nos municípios produtores como embriões da tecnologia hoje amplamente utilizada.

Paralelamente a essa atividade, como Agente Técnico de Desenvolvimento, atuei fortemente na criação das Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs) para posteriormente, amparado nos Planos de Desenvolvimento elaborados via Planejamento Estratégico, executar o Projeto Microbacias 2, financiado pelo Banco Mundial, que durou de 2002 a 2009. Merece destaque esse projeto na história da extensão rural. Não pelos recursos financeiros aplicados em si, mas pela metodologia de planejamento e envolvimento comunitário. O Planejamento Estratégico, aplicado por representantes das comunidades beneficiadas, com orientação da extensão rural, proporcionou a possibilidade de eleger prioridades a partir das bases, tornando as ações mais efetivas. Além disso, a metodologia utilizada ficou internalizada na instituição e serve até hoje como ferramenta por pessoas que a utilizaram à época.

Em 2005, assumi a Secretaria Executiva Regional do Projeto Microbacias 2 e a maior parte do meu tempo foi gasto nas atividades administrativas exigidas pelo projeto. Em 2009/10 participei do grupo de elaboração da proposta do que viria a ser o Programa SC Rural. Financiado pelo Banco Mundial, o contrato desse empréstimo foi assinado no final de 2010 e o programa foi efetivamente implantado em dezembro. A partir de então, fiz parte de um dos dois grupos criados para a promoção interinstitucional do programa. Uma equipe se responsabilizou pelo trabalho na Região Oeste e a outra no leste do Estado. Participei da equipe que atuou no leste. Com bom conhecimento da dinâmica do programa, fui convidado a participar da equipe técnica da Secretaria Executiva Estadual para onde fui cedido pela Epagri a partir de meados de 2011. Nesse período fui responsável pela coordenação, no âmbito do programa, das ações de capacitação das executoras, pelo trabalho com povos indígenas cuja execução coube à Epagri e pelas ações de formação de jovens rurais, sob responsabilidade da Epagri, da Secretaria de Estado do Turismo e da Gerência de Tecnologia e Informação da Secretaria Estadual da Agricultura e da Pesca. No ano de 2013, assumi a Gerência Técnica Estadual do Programa SC Rural, desvinculando-me assim que me aposentei em janeiro de 2015.

Na experiência da extensão para o extensionista e para o agricultor, entendendo que a persistência e a paciência são fundamentais para que se alcancem

os objetivos propostos. Na extensão rural, por ser um processo educativo, não podemos nem devemos apressar ou querer resultados imediatos. Eles surgirão à medida que as mensagens forem entendidas e internalizadas. No entanto, para isso não poderá ser esquecida a velha máxima de que as tecnologias devem ser tecnicamente justificáveis, economicamente viáveis e socialmente desejáveis, além de considerar como implícitas as questões ambientais e a factibilidade. Nesse contexto, a elaboração das propostas de trabalho deve contar com a participação de agricultores e de suas famílias, especialmente quanto à definição de prioridades, objetivos e metas, e acompanhadas de métodos adequados para sua execução. Com isso, as ações definidas sempre superarão aquelas criadas em gabinetes. O lema *aprender a fazer fazendo e entendendo*, uma das premissas da extensão rural, quando praticado, leva à independência do agricultor. Feito por ele emancipa, fazer por ele cria dependência.

A organização de agricultores na busca de interesses comuns é outro aspecto primordial por seu enfoque social, minimizando a competição, o individualismo e o comodismo. A extensão rural ainda é uma das políticas públicas para o meio rural que tem as melhores condições de proporcionar sucesso aos agricultores pela possibilidade de democratizar suas ações com maior abrangência social. No entanto, deve-se seguir estratégias e métodos adequados, como os métodos extensionistas consagrados ao longo dos anos.

A senhora dona madame extensionista

Clarice Schultz⁴⁴

Cresci ouvindo meu pai dizer: *os sujeitos mais loucos são os funcionários da Acaresc e do Banco do Brasil*. Mas ele viu seus dois filhos ingressarem no Banco do Brasil e uma de suas filhas ingressar na Acaresc que, por sua vez, casou-se com um funcionário do Banco do Brasil! Ironias à parte, o comportamento *avançado* de ambos, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, com suas roupas da moda, gírias e fuscas em alta velocidade, assustava meu pai e a pacata São Miguel do Oeste.

Minhas primeiras lembranças com relação à Acaresc, quando ainda tinha sete ou oito anos, eram as reuniões de conservação de solo na propriedade de nosso vizinho. Era só para os homens, mas eu dava um jeito de lá aparecer e ver as novidades. O extensionista era o Artêmio Frasson. Até hoje me lembro das lindas botas castanho-amareladas que ele usava! Eu estava acostumada a ver os homens usando botas de borracha. Então, aquelas botas eram o retrato da sofisticação! Meu pai ia às reuniões, mas era um cidadão pacato, demorava a decidir e agir. Mas, minha mãe era proativa, queria saber todos os assuntos das reuniões e as novas técnicas disponíveis. E elas eram implantadas na nossa pequena propriedade.

Como minha mãe era professora da comunidade, tinha bastante contato com os extensionistas, pois era formadora de opinião. Logo toda a comunidade estava terraceada, usando adubos químicos, sementes selecionadas e fazendo reflorestamento. Dona Olga teve um papel importante no processo e foi bem impactante o trabalho realizado, pois todos estavam tendo resultados econômicos.

Não havia atendimento na nossa comunidade por uma extensionista social, mas nas reuniões de professores na Sede ela participava e dava orientações técnicas para as professoras. Minha mãe, às vezes, voltava revoltada dessas reuniões. Dizia: *A Acaresc está exigindo isso, a Acaresc está exigindo aquilo*. Mas a Escola Isolada, onde minha mãe era professora, logo teve sua priva-

⁴⁴Ingressou na Acaresc em 1978, como auxiliar de escritório no escritório regional de São Miguel do Oeste. Em 1979 foi aprovada no concurso para extensionista social. Atuou nos municípios de Palmitos e Abelardo Luz e também no escritório central. Desligou-se em 1989. É formada em História pela UFSC.

da com fossa, fossa de lixo, água protegida, horta, jardim, filtro de barro. Ao mesmo tempo em que reclamava da extensionista *Rosa Vermelha*, uma moça chamada Rosa que era ruiva, ela sabia que essas melhorias eram necessárias e foram implantadas.

A Rosa Vermelha foi meu primeiro contato com o mundo mágico das extensionistas. Na verdade, acho que ela era coordenadora regional, mas participava das reuniões de professoras e sempre estava bem vestida, falava muito bem, tinha desenvoltura, viajava, ria muito! Só podia ser muito feliz, pois tinha um trabalho maravilhoso! Na minha imaginação infantil, lá pelos dez ou onze anos, as extensionistas eram como *superstars*, o que se confirmou por ocasião do casamento da Cecília Junges com Ludgero Lengert.

A família de Cecília é amiga da nossa família desde sempre e, é claro, fomos convidados para o casamento. A Ciça era extensionista em Videira e a irmã dela, Lourdes, trabalhava no escritório local da Acaresc de São Miguel do Oeste e, às vezes, eu ia ao escritório visitá-la. Gostava de ver aquelas pessoas diferentes trabalhando. Era um trabalho muito moderno e interessante. No casamento havia naturalmente muitas extensionistas e eram as moças mais bem arrumadas e bonitas da festa. Acho que nessa ocasião nasceu o desejo, não de ser extensionista, mas de ter uma vida parecida com a delas! Liberdade, dinheiro, viagens, roupas bonitas. Aí, comecei a sonhar em ser aeromoça.

Fiquei só sonhando mesmo. Passei os próximos anos estudando, ajudando em casa, lendo muitos romances, fotonovelas e assistindo filmes na TV. Fiz o famoso curso de datilografia, requisito para qualquer emprego na época, e o tempo foi passando. Quase não tive mais contato com a extensão rural. A Lurdeca havia sido transferida para o escritório central, em Florianópolis. Em casa, no entanto, continuávamos ouvindo os programas de rádio da Acaresc. Na família já comentavam que era hora de trabalhar. Mas como eu sou a caçula e os meus irmãos já estavam fora de casa e bem empregados, o tempo foi passando. Minha família não queria que eu fosse balconista ou algo do gênero. Queriam que eu trabalhasse em um local com pessoas cultas e possibilidade de crescimento. Na verdade, eles queriam que eu fizesse concurso para o Banco do Brasil, sonho da maioria dos pais na época. Eu queria só um pouco de aventura em minha vida, viajar, ser dona do meu nariz, trabalhar.

Bom, trabalhar fazia parte, não é?

Quando estava com 16 para 17 anos, minha mãe ouviu no rádio que haveria concurso para o escritório regional da Acaresc de São Miguel do Oeste para vaga de auxiliar de escritório e me inscreveu no concurso. Eu fui, meio a contragosto, mas passei em primeiro lugar. Fui chamada para começar a trabalhar dia 26 de janeiro de 1978. Estava apavorada. Nunca havia trabalhado antes e teria que desempenhar várias tarefas. Também fiquei muito mal impressionada com o assistente administrativo, Ornélio Stertz, pois ele era exigente, chato mesmo! O lado bom é que eu iria sair de casa, *morar na cidade* e ter meu próprio dinheiro. Aos poucos, fui me enturmando, fiz algumas burrices, afinal era muito jovem e inexperiente. Mas Ornélio não me deixava sair da linha e Ildo Perondi, outro auxiliar de escritório, era meu anjo da guarda, ajudando e ensinando tudo que era possível. Hoje, agradeço a Ornélio por ter sido rígido, pois foi muito importante para a minha formação profissional e também aos conselhos de Dulcinha Bressan, coordenadora regional. Reconheço: ambos só tinham intenção de me ajudar, pois eu era muito inexperiente com tudo.



A elegância das extensionistas Jacy Jurema Dalponte, Renata Muelhausen, Dejanira Dementovis e Olga Beltrame Vivan

Como comecei a trabalhar dia 26 de janeiro, esses dias me foram pagos logo em seguida. Era bem pouco dinheiro, mas comprei um batom, perfume, chocolates e um presente para meu afilhado... Bem coisa de quem não tinha recursos antes. Eu estava terminando o Científico. Trabalhava o dia todo, estudava à noite e ainda limpava o escritório nos sábados, porque não era permitido limpar durante o expediente. A limpeza era um serviço extra, que deveria ser feito fora do horário, e só eu que limpava, o Ildo era dispensado. Também tinha que fazer café. Eram oito pessoas, ficava bem puxado. Não tínhamos cozinha nem fogão. Usava um canto do almoxarifado, aquecia a água com um *rabo-quente*, passava o café e servia. Meu café era horrível, mas as condições para fazê-lo também eram. Em casa só usávamos café instantâneo. Eu não sabia fazer café e o pessoal reclamava todos os dias. Quando a Celina Becker, coordenadora estadual, visitava o regional, eu queria sumir! Ela não era das mais delicadas, pedia café a toda hora e nós não tínhamos nem uma garrafa térmica! Meu serviço não andava, tinha que ficar até mais tarde para concluir as tarefas, pois ficava muito tempo preparando café. Depois de um ano tomando café ruim, contrataram uma servente. Aleluia!

Rapidamente me adaptei, gostava muito do meu trabalho. Eu não era extensionista, mas estava próxima a elas e, quando comecei a conhecer o trabalho mais profundamente, percebi que nem tudo eram flores. O lado social se mesclava com o lado profissional e, por trabalhar no regional, Ludgero Lengert ia e ouvia muitas coisas sobre elas, nem sempre agradáveis. Rapidamente percebi que as extensionistas mais bonitas e extrovertidas eram mais visadas, muita cobrança comportamental, muita cobrança na sua atuação. Vi injustiças serem cometidas e não havia direito a defesa. Uma pena, pois muitas extensionistas maravilhosas foram demitidas por motivos banais.

Tomei conhecimento de outros hábitos e valores e me divertia quando o Piriga, motorista de caminhão do escritório central, vinha trazer material para a região. Nossas conversas eram interessantíssimas, hilárias mesmo! O Piriga, um legítimo manezinho, conversando com uma oestina mais legítima ainda. Nossos papos eram incríveis!

Eu gostava do dinamismo, de conhecer pessoas novas, de ir junto a even-

tos nos finais de semana, para os quais me oferecia para trabalhar na recepção, gostava de pertencer a um grupo que considerava especial. Como diz Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, o indivíduo tem necessidade de ter a sensação de pertencimento, e eu, mais do que nunca, tinha essa sensação de pertencer a uma equipe.

Mesmo agora, tantos anos depois, ainda tenho essa sensação. Às vezes, quando vejo uma matéria na TV sobre extensão, ou mesmo quando estou nos EUA, pois perto de nossa casa lá tem um campo de treinamento 4-H, me identifico plenamente, pois foi uma época muito bacana da minha vida. Até criei e administro um grupo no *Facebook* chamado *Acaresc*, para lembrar os velhos tempos. E já estamos com mais de 740 membros!

Terminei o ensino médio. Estava trabalhando e o salário era melhor do que em outras profissões assemelhadas. Não tinha grandes planos, queria só me divertir, queria crescer profissionalmente, casar, pensamentos normais de moças. De vez em quando pegava a *Força de Trabalho* (livro com a relação dos empregados) e ficava vendo quem estava onde e em qual função. Sabia o nome da maioria dos colegas do Estado, mesmo que não os conhecesse pessoalmente. Pensava vagamente em cursar uma faculdade, mas não sabia qual. E também teria que me mudar, ficar sem trabalho, essas coisas. Daí, deixei pra lá. Mas, depois de 18 meses no regional, tcharam! Concurso para extensionista!

Eu abri o malote do central. Vi o memorando chamando para o concurso e fiquei matutando a respeito. Estava sozinha no escritório, não tinha com quem discutir o assunto. Imediatamente pensei no salário. Depois, que iria a Florianópolis para o pré-serviço e, após, para outro município. Era tudo o que eu queria! Então, telefonei para meu irmão e pedi a opinião dele, se valeria a pena fazer o concurso para extensionista ou esperar pelo concurso do Banco do Brasil. Meu irmão me aconselhou a fazer. Ok, só tinha um problema: era necessário ter 18 anos, e eu faria 18 em semanas. Inscrevi-me, sem tocar no assunto idade. Fiz o concurso em Chapecó e ficou por isso mesmo. Ninguém percebeu. Eu não tinha 18 anos quando me inscrevi, fiz 18 poucos dias antes do pré-serviço, mas nunca se falou nada a respeito.

Quando a Celina Becker ligou para o regional para informar os nomes das candidatas que haviam passado no concurso, eu que atendi. Anotei os

nomes e passei para o supervisor regional e a coordenadora, e, de brincadeira, pedi que eles me avisassem oficialmente. Em 10 dias teria que ir para o pré-serviço. Foi uma loucura, pois fiz muitas horas extras para deixar o serviço em dia, senão o Ornélio não me liberava. Quando contava para as pessoas que iria ser extensionista, elas perguntavam: *Vais ser extensionista, por quê? Achas que não vais mais casar?* Preferi não pensar no assunto casamento. E lá fui eu, de ônibus-leito, devidamente acompanhada de minha mãe, rumo ao Cetre, em Florianópolis. Começava minha vida de aventura!

O pré-serviço é um capítulo à parte dentro da extensão. Merece um estudo. São tantas situações, vivências e experiências, que daria uma enciclopédia! Eu tive bastante facilidade de me enturmar, me relacionava bem com a maioria do pessoal técnico do central, pois eu já os conhecia. A Celina me recebeu com um: *Já aprendeu a fazer café?* Foi estressante e divertido. Passou rápido. Aprendi muitas coisas que ainda aplico diariamente e fiz amizades que perduram até hoje.

Fui designada para trabalhar no escritório local de Palmitos e, em setembro de 1979, comecei minha vida de extensionista. Assim que cheguei, um agricultor veio ao escritório. Fui apresentada e ele me chamou de *senhora dona madame extensionista*. Desnecessário dizer que meus colegas não me chamaram mais pelo nome e que essa alcunha me acompanhou todo o período em que lá trabalhei, sendo inclusive utilizada por amigos e conhecidos.

O sonho de ser extensionista



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL
DE SANTA CATARINA



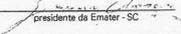
CENTRO PRÁTICO DE TREINAMENTO

CERTIFICADO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina-EMATER-SC,
conferir o presente Certificado de Freqüência e aproveitamento ao(a) Sr(a) CLARICE SCHULTZ
, natural de _____, nascido em 03 / 07 / 1961, por sua participação no
CURSO DE CAPACITAÇÃO INICIAL, realizado no período de 17 / 07 / 1979
a 27 / 09 / 1979, com a duração de 464 horas aula.

Florianópolis, 27 de SETEMBRO de 1979.


 Coordenador de Treinamento


 Presidente da Emater - SC

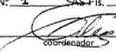
CURRÍCULO	PROFESSORES	APROVEITAMENTO	CARGA HORÁRIA
1. EXTENSÃO RURAL: . História, Objetivos/Sibrater EMBRATER - ACARESC/EMATER/SC . Dinâmica de Grupo - RH . Comunicação . Metodologia . Estratégia de Ação . QMR . Planejamento . Acompanhamento e Controle . Cooperativismo	Christóvão Franco-Secretário Executivo Adjunto Elias Iacovski Celívio Holz - Equipe de Comunicação Eros Marion Mussoi Artemio Frasson - Daltro Soldatelli Elias Iacovski - Horst Schroeder Eros Marion Mussoi Marliisa Hardt Daniel A. Dusi	7,1	214:00
2. HORTA DOMÉSTICA	Francisco Osni Correa	8,5	28:00
3. PROD. E CONS. FRUTÍFERA	Antonio A.S. Aquini - Roque Hentschke	8,7	8:00
4. AVICULTURA COLONIAL	Roni N. Barbosa	8,7	12:00
5. EDUCAÇÃO ALIMENTAR	Jacy J. Dalponte	9,2	82:00
6. INDUST. CASEIRA DE ALIMENTOS	Olga B. Vivan - Rosalino L. Buffon	8,0	16:00
7. SANEAMENTO BÁSICO	Margareth Mendes	9,0	20:00
8. SAÚDE PÚBLICA E M. INFANTIL	Maria Ariotti - Cecília Munari	8,0	84:00
MÉDIA		8,4	464:00

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO
DO SISTEMA (CODES)

REGISTRO Nº 117

EM 27 de setembro de 1979

LIVRO Nº 1 - SAP. 6


 Coordenador

Certificado do pré-serviço, frente e verso, com currículo, instrutores e notas

A *senhora dona madame extensionista* não estava em um Boeing 747, mas num fusca, andando pelas estradas poeirentas e esburacadas da região. Aquele *glamour* que eu imaginava foi logo substituído por muito pó nas estradas, desatolar carros, abrir porteiros, trabalhar duro, pôr a mão na massa

mesmo. Por outro lado, eu era muito considerada. Chamavam-me para todos os eventos, ajudava a organizá-los, era jurada nos bailes de escolha de rainhas de festas e Clubes 4-S, ia a reuniões de região em Chapecó, fazia programas de rádio, dava conselhos, arrumava noivas para o casamento. Enfim, fazia de tudo! Comprava roupas bonitas em centros maiores e me vestia muito bem. Passava férias com outras extensionistas em Balneário Camboriú; viajava de vez em quando. Estava tudo bem no meu mundo.



Convidada para casamentos de filhas/os de agricultores



Jurada em bailes de escolha de rainhas de Clubes 4-S

Aí arranjei um namorado. Valter era mais velho, alagoano, mulato e funcionário do Banco do Brasil. Houve muita fofoca na cidade, principalmente por causa da cor do meu eleito. Com ele comecei a viajar mais, conhecer outras culturas, pensar diferente em algumas situações. Por parte do pessoal da Acaresc, estranhamente, não houve nenhuma reação, nem negativa nem positiva. Ele foi transferido para Vitória/ES e eu, que estava tendo desentendimentos com meu colega de trabalho (aliás, não só eu, mas a extensionista 4-S também, como consequência, ambas fomos transferidas), fui parar em Abelardo Luz, em julho de 1983, como extensionista 4-S. Não pude deixar de lembrar a recomendação que foi dada ao grupo de novas extensionistas quando chegamos à região feita pela coordenadora regional de Chapecó, Dejanira Dementóvis: *Cuidem com o que vocês vão fazer porque, nesta Empresa, é sempre a mulher que faz a mala e vai embora*. Palavras proféticas!

Trabalhar em Abelardo Luz e com Clubes 4-S foi maravilhoso! O povo era muito diferente de Palmitos, cuja colonização é alemã e italiana. As pessoas não eram tão fechadas. Fui muito bem recebida por todos, principalmente pelo prefeito,

nosso ex-colega Valdir Sgarbossa, com quem eu tinha boas relações desde quando ele era extensionista em Cunha Porã. Era engraçado ser apresentada e as pessoas falarem: *Que bom que temos uma extensionista outra vez! A última que tivemos casou com o agrônomo. Você não vai casar com nenhum deles, não é?* Eu garantia que não, já que estava noiva do Valter e, mesmo à distância, nosso relacionamento seguia tranquilo.

Apesar de ter ficado apenas um ano em Abelardo Luz, considero que fiz mais e melhor do que nos quatro anos de Palmitos, pois eu tinha liberdade de ação, podia usar minha criatividade no trabalho. Até o regional me deixou meio *solta*, porque o município tinha características distintas e o prefeito me apoiava muito. O Sgarbossa dava carta branca e meus colegas Tadeu Carniel, Raimundo Kindermann e Wilamir Cavassini entendiam a importância do meu trabalho e colaboravam totalmente. Como só existiam quatro Clubes 4-S no município, comecei a atender as escolas, pois estávamos implantando o projeto Pró-Criança. Chegou um momento em que eu não conseguia mais atender todas as solicitações das comunidades. O trabalho estava tomando uma proporção que não tínhamos estrutura para suprir a demanda. Mas foi o momento que considero o ponto alto de minha vida profissional por todas as melhorias que foram alcançadas.

Na vida pessoal as coisas estavam evoluindo. Valter havia sido transferido para Florianópolis e queria casar. Timidamente algumas extensionistas estavam manifestando a vontade de casar e continuar na Empresa. Eu era uma delas. As coisas estavam começando a mudar. Também havia questionamentos sobre as moças dirigirem os carros, estudar, assumir novas posturas. Não queria largar meu trabalho, mas também não queria perder o noivo. Eu sabia que era apenas uma questão de tempo para essa regra cair, mas como fazer?



Confraternização de final de ano na região de Chapecó: Gilberto Barella, Enedê Casarotto, Elenir Dendena, Marisa Colombo, João Victor Folador, Clarice Schultz, entre outros (1980/81)

Eu em Abelardo Luz e nenhuma vaga perto de Florianópolis. O jeito foi ir para o escritório central. Eu já havia trabalhado como auxiliar de escritório e poderia voltar a ser. Não me agradava rebaixar o salário, mas se fosse o único meio acabaria aceitando. Consegui a transferência em julho de 1984, mas mantiveram minha função, pois Élio Holz precisava de alguém para compilar dados coletados pelas extensionistas no programa de Administração Rural e eu tinha conhecimento do assunto. Foi assumir e mandar ver.

Casei em seguida. Seguia minha vida. Minha filha Roberta nasceu em fevereiro de 1988. Eu não gostava de trabalhar com tanto papel. Minha preferência eram as pessoas; usar a criatividade, diversificar os trabalhos, o que não estava acontecendo. Também achava que no central existia certa *fogueira de vaidades* e isso me incomodava. Comecei a achar tudo monótono, queria novidades. Aí surgiu um concurso para a Caixa Econômica Federal (CEF). Inscrevi-me, comecei a estudar, mas, com filha pequena, estava difícil. Na semana anterior ao concurso, Roberto Zaguini, meu chefe na época, me mandou estudar, liberou geral. Botei fé e passei, o que foi ótimo, pois o programa de Administração Rural foi desativado, ou pelo menos restringido, e me mandaram trabalhar na contabilidade. Eu não gostava da contabilidade, detestava mesmo! Só ficava pensando em quando a CEF me chamaria. Mas a vida dá voltas...

Em dezembro de 1988 meu marido sofreu um acidente de carro e faleceu. Fiquei dois meses de licença e quando voltei fui realocada para a Casacaresc. Uma das minhas funções era separar as guias médicas, o que fiz muito bem. Lembram que eu gostava de ler a Força de Trabalho? Então, foi muito útil. Sabia exatamente qual a região que cada funcionário pertencia. Lá estava tranquilo, o pessoal era bacana. Mas, em outubro de 1989, fui chamada pela CEF para assumir.

Era hora de deixar a Acaresc, depois de quase 12 anos. Lamentei ter que pedir demissão, mas estava pronta para sair, enfrentar novos desafios. Fazendo uma análise dos meus primeiros tempos na Acaresc, percebo que muitas coisas eu fiz sem conhecimento de causa. Eu era jovem, inexperiente, mas acho que, por isso mesmo, éramos escolhidas para ser extensionistas, pela nossa inexperiência. Não iríamos questionar, apenas seguir as regras, pois quem ousasse questionar ou fazer diferente do que era considerado *adequado*, era demitida. Era a conjuntura da época e, além disso, não tínhamos senso crítico algum e, depois de ter uma vida independente da família, sendo jovem e tendo um bom salário, não iríamos botar tudo a perder, fazíamos o que era esperado.

De modo geral, as pessoas que encontrei na Acaresc sempre foram muito bacanas e mantenho muitas amizades que fiz na extensão rural. Muitas pessoas me ajudaram profissionalmente, principalmente me orientando e corrigindo. A única ocasião que houve atritos foi em Palmitos, de onde fui transferida, mas atribuo ao fato de todos os envolvidos serem imaturos e não querer

ceder em suas posições. Mas mudanças, principalmente pelo meu momento pessoal, foram bem-vindas e parti para uma nova etapa da minha vida.

Quando cheguei à CEF me perguntaram em que área gostaria de trabalhar. Escolhi trabalhar com público, no atendimento em agências. Tudo era novo e diferente do que eu conhecia, mas me adaptei rapidamente. Eu era uma das pessoas mais velhas deste concurso, 28 anos, e com experiência de trabalho, o que foi muito interessante. Todo aquele meu treinamento do escritório regional foi de grande valia. Nesse momento valorizei a rigidez do Ornélio. Como a extensão rural nos preparou para diversas situações, durante todo o tempo que fiquei na CEF, sempre estava à frente de seminários, reuniões, simpósios e da organização de eventos em geral. Sempre era chamada para ser instrutora, treinei inúmeras pessoas e, antes do advento dos computadores, confeccionava álbuns seriados bem ao estilo da Acaresc para apresentações que faziam muito sucesso!

Trabalhando na CEF, resolvi realizar aquele antigo sonho de fazer faculdade. Fiz vestibular para o curso de História da UFSC, que concluí em 2004. Sabem qual o tema do meu trabalho de conclusão de curso? Extensão rural. O meu TCC – *As moças que não podiam casar* – conta parte da história de colegas extensionistas e de como a extensão rural trouxe consigo a ideia da mudança, apresentando-se como a responsável para modernizar a agricultura de Santa Catarina, mas com regras que foram se tornando arcaicas com o passar do tempo pelas mudanças ocorridas na sociedade. Regras estas aplicáveis às técnicas mulheres porque as relações de gênero sempre pautaram todo o trabalho da extensão.

Hoje, aposentada, consigo ver com outros olhos os fatos. Muitas vezes, quando exercia alguma função burocrática na CEF, ficava com saudades do trabalho de extensionista e meus colegas não entendiam quando falava a respeito das atividades. Só quem trabalha com extensão rural tem noção do que é o trabalho e, mesmo assim, há muitas nuances. Dentro de minha experiência, tanto dentro como fora da extensão, avalio que é um trabalho importante e necessário, que teve que se adaptar às novas tecnologias e mudanças, mas deve estar sempre presente no meio rural. Hoje eu seria uma extensionista infinitamente melhor do que fui no passado, pois a maturidade nos dá outros

Um pedaço da minha vida

*Diane Franz*⁴⁵

Sou Diane Franz, nascida na comunidade de São Sebastião, município de São Carlos, SC, filha de agricultores familiares, donos de uma pequena propriedade rural. Filha mais velha de seis irmãos. Fiz de tudo na lavoura, desde lavrar, carpir, plantar, colher, tirar leite, tratar os suínos, além dos serviços de limpeza da casa, como cozinhar, passar roupa e cuidar dos irmãos. Nas horas de folga minha mãe se preocupava em ensinar tricô, crochê, bordado, que mais tarde aproveitei para ensinar às sócias 4-S.

Aos 9 anos comecei meu trabalho comunitário organizando missas na comunidade e participando da liturgia. Aos 14 anos fui catequista.

Ingressei no Clube 4-S Amizade da Linha São Sebastião, em São Carlos, aos 15 anos, pela facilidade de me comunicar e por ter implantado e cultivar uma horta para a extensionista na nossa propriedade. A propriedade era considerada modelo e, por isso, a Acaresc desenvolvia trabalhos no local. Por várias vezes fui repórter do clube e lembro que me esforçava para levar para as reuniões novidades e ou notícias com temas que remetiam à agricultura: etiqueta social, receitas, novidades de pesquisas, etc. As reuniões eram mensais e em todas alguém apresentava seu projeto individual, mostrando os resultados.

O Clube 4-S Amizade foi fundado no dia 12 de junho de 1974. Na oportunidade, 41 jovens agricultora(e)s se reuniram e fundaram o Clube 4-S, cujo intuito era unir e integrar a força jovem da comunidade, bem como desenvolver novos conhecimentos e técnicas agrícolas. O Clube tinha como emblema um trevo de quatro folhas com um S em cada folha, significando: Saber, Sentir, Servir e Saúde.

Na época, eram realizados diversos projetos coletivos e individuais para a melhoria da qualidade de vida dos participantes, sempre sob a supervisão e acompanhamento de extensionistas de juventude rural da antiga Acaresc, que também ministravam cursos de culinária, corte e costura, etiqueta social, entre outros.

Os projetos coletivos tinham como objetivos o desenvolvimento comu-

⁴⁵Formada em Pedagogia pela Udesc, trabalhou na Epagri de 1981 a 2014, quando se desligou através do PDVI. Atualmente atua na área de cursos e treinamentos em cooperativismo e elaboração de projetos de agroindústrias.

nitário e a sustentação/crescimento do próprio clube. Sob a ótica social foi criado principalmente o projeto de embelezamento do centro comunitário, que é mantido até hoje. Já para a arrecadação de fundos para o clube foram feitos projetos de cultivo em terras arrendadas ou cedidas, produzindo feijão, soja e milho, que posteriormente eram vendidos para custeio de despesas diversas, como viagens culturais, jogos de integração e gincanas.

Jardim da igreja nova

Nos anos 70 a comunidade construiu uma igreja nova. Eu elaborei o projeto de paisagismo, com plantio de árvores e outras plantas, que foi executado por todos os associados do Clube 4-S e que até hoje permanece lá. Uma foto do local foi inclusive utilizada como capa de um livreto sobre os Clubes 4-S. Além disso, junto com outra sócia 4-S, escrevemos uma frase da Bíblia no altar da igreja, que a comunidade preserva até os dias atuais.

Desfile de 7 de setembro

Os clubes 4-S sempre foram destaque nos desfiles de 7 de setembro em São Carlos. Usávamos uniforme que para as moças consistia em uma camiseta branca com o trevo verde e saia plissada verde. Eu, como era a menor da turma em altura, ficava no meio, puxando pelotão. Ah, e a saia???? Era comprida e tinha que vir até o joelho. No desfile fazíamos o que toda jovem faz: enrolar na cintura para ficar super curta...

Festas da comunidade

A comunidade de São Sebastião era conhecida por promover as melhores festas. Fazíamos mutirão de limpeza da igreja, dos pátios e do clube para esses eventos. Para o Natal, organizávamos o presépio na Igreja, que servia de ponto turístico da região.

Atualmente meus sobrinhos(as) continuam esse legado.

Concurso de poesias

Enquanto jovem 4-S, instituí no clube um concurso de composição e declamação de poesias. Em todos os bailes promovidos pelo Clube realizávamos esse evento. Obtive inclusive um primeiro lugar em composição e declamação.

Escolha da Rainha 4-S

Os clubes 4-S organizavam anualmente bailes para a escolha da Rainha 4-S e em um deles fui escolhida como a primeira princesa.

Concurso de projetos

Nosso Clube 4-S sempre foi destaque nos projetos coletivos – até hoje os jovens da comunidade continuam implantando – e projetos individuais. Éramos comprometidos. Lembro-me que o meu projeto era de horta doméstica. Sempre que surgia alguma novidade nessa área, a equipe de extensionistas me disponibilizava mudas ou sementes.

Palestras

Como jovem 4-S falante, a equipe de extensionistas me levava para palestrar na Câmara de Vereadores, em outros clubes 4-S e até para os deputados. Por ter esse potencial, a equipe da Acaresc me convidou para fazer o concurso para extensionista. Tinha dúvidas, mas o extensionista Rui Celso insistiu muito e fiz a inscrição no último dia.

Mutirões

Uma das formas de trabalho do Clube 4-S se dá através de mutirões, especialmente para ajudar famílias necessitadas com pessoas acometidas de doenças ou aci-

O sonho de ser extensionista

dentadas, além de fazer a limpeza da escola, do centro comunitário, do cemitério, etc.

Excursões

Juntávamos dinheiro dos projetos coletivos para fazer excursões. Era praticamente a única forma de sair de casa e conhecer o Brasil. Geralmente visitávamos pontos culturais, que eram os prioritários, mas também pontos turísticos e de lazer.

O Clube 4-S Amizade está em pleno funcionamento e em 2014 promoveu uma grande festa para celebrar os 40 anos de fundação. Entretanto, com as mudanças de realidade, os projetos de extensão rural não são mais praticados. Em seu lugar, para arrecadação de fundos, o clube investe em torneios esportivos e bailes. O que não mudou, entretanto, é o seu foco social e sua forte preocupação em ser o braço direito da comunidade. Contando hoje com 27 sócios, o clube participa ativamente da vida comunitária, prestando serviços contínuos, como limpeza e embelezamento do centro comunitário e do cemitério local, além de auxiliar fortemente na organização de festas. É membro ativo do Comitê Intermunicipal de Clubes 4-S de São Carlos e Cunhataí, o único ainda existente em toda a região, participando das olimpíadas anuais e bailes de escolha da Rainha 4-S.



Equipe de vôlei do Clube 4-S Amizade - olimpíada regional 4-S em Chapecó - estou agachada: a 2ª da direita para esquerda

A extensionista

Prestei o concurso para extensionista em 1981. Minha turma começou o pré-serviço em novembro. Éramos 50 mulheres tomando conta do Cetre, sob a coordenação da Jaci Jurema Dalponte. No meio do caminho perdemos uma colega, que saiu para um evento da família em Videira. No seu retorno, foi demitida. Até hoje não sabemos o porquê. Por isso, coordenei um movimento de *greve*. Combinamos que no dia seguinte não entraríamos na sala de aula, como forma de pressionar para a readmissão da colega. Mas às 5 horas, em plena madrugada, a Dona Jaci me mandou chamar para avisar que levasse todas para sala de aula, sob pena de todas serem demitidas. Desconfiamos que alguém do grupo estava servindo de informante. Então, praticamente desmontamos meu quarto: tomadas, camas, etc., achando que tinha algum equipamento de gravação. Mas nada. Entretanto, somente após alguns anos descobri quem foi a pessoa que denunciou o acertado.

Por várias vezes chamamos o presidente da Empresa para que fosse permitido às mulheres da Acaresc dirigir e casar, o que era proibido. Durante o pré-serviço tivemos uma sinalização. Mas como isso não se concretizava, já no campo, depois do pré-serviço, nos organizamos e fomos novamente a Florianópolis. Finalmente o Secretário Executivo, Sérgio Martinho Nerbass, aceitou nossas argumentações e concordou. Foi a partir dessa decisão que alteraram o regimento da Acaresc.

Outro fato interessante e digno de registro que aconteceu durante o pré-serviço, foi que, após alguns dias do início das atividades, fomos todas chamadas para fazer um exame de urina. Não nos foi explicada a razão. Mas depois tivemos certeza que se tratava de um teste de gravidez.

Havia algumas regras naquela época: não podíamos sair do Cetre à noite, nem namorar. Também não podíamos usar havaianas e nem bobes nos cabelos.

Passei por um sufoco quase no final do pré-serviço. Às vésperas de apresentar a temida Demonstração de Método (DM), fiquei doente, com infecção renal, febre alta. Como era final de semana, não havia como sair do Cetre, pois não tínhamos autorização. Resolvemos, então, usar um fusca e alguém

me levou para o pronto-socorro de madrugada, sem ninguém saber (até agora... rrsrrs).

Concluído o pré-serviço, fui para o estágio de propriedade conviver com uma família rural (não sei se é interessante isso), onde fiquei num quarto com vários móveis quebrados, marcados com cortes tipo faca. Quando estava quase terminando meu tempo, a família me contou que o proprietário era alcóolatra e que ameaçava a família, usando um facão para atacar as pessoas. Naquele dia ele havia saído pela manhã e demorou em retornar. Com isso, achei melhor chamar o colega extensionista e sair da propriedade.

Comecei meu trabalho no escritório local de Mondai, onde permaneci somente por uma semana. Acabei assumindo o trabalho com juventude rural na região de Concórdia, pela experiência e vivência com clubes 4-S. Era um privilégio ficar em uma cidade maior, pois normalmente quem saía do pré-serviço ia para os municípios menores.



Capacitação para extensionistas sobre preparo de pratos a base de pescado - estou de bege no centro

Passei por várias dificuldades no início, como a maioria. Uma delas era com relação à moradia. Não havia casas disponíveis. Por isso, morei de favor

em casa de colegas por mais de ano. E quando consegui um lugar para morar, não tinha roupa de cama, principalmente cobertor, e, assim, passei frio. Quando finalmente consegui comprar todos os móveis, obviamente financiados, a enchente de 1983 levou tudo. Numa outra ocasião fiquei novamente sem casa e minha mudança ficou numa baía de chiqueiro da granja de Sr. Moacir Sopelsa.

Na região havia 12 clubes 4-S e depois formamos mais 12. Ficamos trabalhando em seis municípios, com 24 clubes. Era difícil o final de semana que não trabalhávamos.

Olimpíadas

Na região, com ajuda das Comissões Municipais de Esportes (CME), organizávamos as Olimpíadas 4-S. Essas competições faziam com que várias vezes alguns jovens fossem chamados para participar das equipes de atletismo de Concórdia para treinar e disputar campeonatos, principalmente os Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc). Lembro-me que numa dessas olimpíadas reunimos mais de 600 atletas no Estádio Municipal de Concórdia.

Bailes de rainha

Todos os anos os 24 clubes organizavam o baile para escolha da Rainha 4-S, que eram disputadíssimos, sendo elas as representantes da agricultura nos eventos.

Participação no Show da Casa Sadia

A Sadia organizava um programa chamado Show da Casa, uma oportunidade para os jovens rurais mostrar suas habilidades, compondo, tocando e cantando músicas, realizando apresentações artísticas e outras atividades culturais. Em diversas ocasiões os jovens 4-S foram destaque.

Seminários

Realizamos seminários com duração de 3 dias reunindo mais de 300 jovens. Em um desses eventos fui ameaçada de demissão.

Haviam sido escolhidos temas considerados *subversivos*. Um dos temas era *reforma agrária*, cujo palestrante seria o engenheiro-agrônomo César Freyesleben da Silva, conhecido por suas convicções políticas, antagônicas com as do governo da época. Outro tema era *medicina preventiva*, com palestra do médico Lúcio José Botelho, professor da UFSC. Esses dois temas não agradaram ao Secretário da Agricultura e nem a direção da Empresa. Então, o presidente mandou seu Guido Amboni⁴⁶ a Concórdia, em caráter de urgência, para me demitir. Mas tão logo os jovens souberam do fato, fizeram um abaixo-assinado e entregaram ao Secretário da Agricultura e ao Coordenador Estadual de Juventude Rural da Acaresc, impedindo, assim, minha demissão.

Atleta de bochas da sadia

Nem tudo, porém, foi trabalho. Nos anos de 1983 a 1988 fui atleta oficial da equipe de bochas da Sadia e fazia parte da equipe estadual. Fui a bochófila com a carteira de nº 001 no Estado de Santa Catarina. Também fui destaque do campeonato brasileiro, realizado em 1985 em São Paulo, como melhor bochadora de duplas do campeonato.

Formação dos clubes de mães

Com o término do trabalho específico em juventude rural e, em consequência, com os Clubes 4-S, comecei a trabalhar com a colega extensionista local na formação dos Clubes de Mães em Concórdia. E foi em Concórdia que aconteceu o primeiro Encontro da Mulher Rural Trabalhadora. Nosso escritório local era composto por duas extensionistas so-

⁴⁶Coordenador Estadual de Juventude Rural e Diretor da Acaresc

ciais, dois engenheiros-agrônomo e um técnico agrícola, extensionistas rurais. Programamos o encontro no melhor clube da cidade para valorizar a mulher rural. A palestrante seria a polêmica Zuleica Lenzi. Polêmica por ser partidária assumida e mulher. Mais uma vez a direção da Empresa orientou o cancelamento desse evento sob ameaça de demissão. Polêmicas à parte, o encontro foi um sucesso. A partir daí realizamos o evento todos os anos, em parceria com entidades de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Abertura do Encontro de Mulheres Agricultoras - Concórdia

Com a implantação do projeto Microbacias I, fui uma das poucas extensionistas locais que participaram de todo o projeto, mesmo contra a vontade do escritório regional e também dos colegas agrônomos. Graças ao colega Osvaldir Dalbello, que era incentivador do trabalho em equipe, todos os nossos projetos eram para grupos organizados.



Instalação de proteção de fonte de água modelo Caxambu

Formação das associações

Quando as ações de extensão rural da agora Epagri foram municipalizadas e trabalhávamos com colegas da prefeitura, com o apoio do então Secretário Municipal da Agricultura, o engenheiro-agrônomo Ari Geraldo Neumann, uma das principais ações foi a formação de associações de comunidades no interior do município de Concórdia. Mais tarde, com o então Secretário Helder Machado, médico-veterinário da Cidasc, elaboramos a legislação do Serviço de Inspeção Municipal de Concórdia (SIM), a primeira na região.

Formação de cooperativas

Em 1998, com o projeto *Desenvolver*, constituímos a primeira cooperativa descentralizada, hoje modelo para o estado e o país.

Projetos-piloto de agroindústrias rurais

Participei, também, do trabalho desenvolvido para a constituição das primeiras agroindústrias rurais da região de Concórdia.

Curiosidades

Imaginem, nos anos 80, uma sócia 4-S engravidar, ter o filho e o namorado não assumir. Quando os pais souberam não a apoiaram. Vendo aquela situação, levei a moça para minha casa, arrumei-lhe um curso de salão e até hoje ela é cabelereira com muito orgulho.

Certa vez, na campanha política para eleição de Governador do Estado, a Acaresc me entregou uma caixa cheia de panfletos da campanha, que deveriam ser distribuídos às famílias. Neguei-me, assim como meu colega. O gerente regional carregou a caixa no fusca. Eu, gentilmente, retirei a caixa e deixei na calçada, em frente ao escritório regional.

No início dos anos 80 formou-se o Partido dos Trabalhadores, em Concórdia, como em todo o país, processo liderado por alguns colegas, que aos finais de semana trabalhavam na articulação. O convite da primeira reunião, porém, foi impresso no mimeógrafo da Acaresc. Alguém vasculhava as lixeiras e, assim, encontrou o negativo do estêncil. Resumindo: sobrou para mim. O então gerente regional me chamou e comunicou que a direção da Empresa estava elaborando minha demissão. Tentei argumentar, mas minhas justificativas não eram aceitas. Até que a pessoa (a que vasculhava) se apresentou, tendo, inclusive, mais tarde pedido demissão. E eu ... continuei.

Há outra história da qual, todas as vezes que nos encontramos, Osvaldir Dalbello, Jussara de Oliveira e eu, rimos muito. Um belo dia, voltando do in-

terior, o Dalbello perguntou: *alguma de vocês duas quer dirigir?* Eu falei: *quero.* Após ter dirigido alguns quilômetros, o Dalbello perguntou: *você já dirigia?* Eu disse: *não, é a primeira vez.* Quase matei os dois do coração!

Enfermeiro

Quase ao final da minha carreira na Epagri, precisei ficar em observação no Hospital São Francisco, em Concórdia. Nessa ocasião, um enfermeiro muito gentil me atendeu. Quando fui liberada, na saída ele me chamou e perguntou:

- Você é a extensionista Diane, que visitava meus pais?

Surpresa, respondi que sim e perguntei: quem é você?

Ele falou que talvez eu não lembrasse: *quando eu era bem pequeno você foi a minha casa e eu estava sentado na escada, triste... Então, você me perguntou:*

- *Por que essa tristeza?*

E ele continuou: *olhei para você e não falei nada. Então, me perguntou:*

- *Por que você não está na escola?*

Eu respondi: *porque não tenho caderno e lápis e meus pais não têm dinheiro para comprar.*

- *No dia seguinte você me trouxe uma pasta bem chique, cheia de material escolar e me disse: estude bastante para um dia poder ajudar seus pais.*

- *E, naquele dia, prometi para minha mãe, que tinha problemas no coração, e por isso todo dinheiro que ganhávamos era gasto com medicamento, que um dia seria enfermeiro. Formei-me no ano passado, com toda dificuldade, trabalhando. Minha mãe, para ajudar, vendia as bolachas que você ensinou ela a fazer. Fiquei muito feliz por poder te ajudar hoje.*

Foi de cortar o coração... Não me lembrava disso...

Chorei.

O jovem 4-S que deu lição em agricultores

Névio João Nuernberg⁴⁷

Introdução

Neste texto, pretendo fazer um pequeno relato, embora muito parcial, da minha trajetória como filho de agricultor que participou ativamente de um Clube 4-S desde os nove anos de idade, até minha aposentadoria como engenheiro-agrônomo PhD.

Minha história começa com a implantação do Serviço de Extensão Rural, conduzido pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), na minha região, na segunda metade da década se 1950. Esse serviço visava à modernização de práticas agrícolas e à qualidade de vida das famílias dos agricultores de Santa Catarina. Para tanto, a Acaresc investiu forte no programa Juventude Rural, por meio dos Clubes 4-S, cuja filosofia de trabalho era originária dos Clubes 4-H dos Estados Unidos da América do Norte. É possível que por trás desse programa houvesse interesses de empresas multinacionais de fertilizantes, sementes e outros agroquímicos, além de maquinaria agrícola.

Desde o início, a Acaresc entendeu que investir nos jovens rurais seria o caminho mais seguro para garantir o sucesso e a permanência dos resultados de seus esforços. Ela contou com o apoio governamental irrestrito, pois o governo, certamente, tinha como objetivo o desenvolvimento econômico, a qualificação da mão de obra e a formação de profissionais para colaborar ou assumir a gerência econômica do País.

Na época, a equipe local da Acaresc era formada por um engenheiro-agrônomo e uma extensionista doméstica rural, altamente treinada para lidar com jovens rurais. Imagino que o sucesso do trabalho dessas equipes esteve

⁴⁷Engenheiro-agrônomo, 1972 e MSc, 1983/UFRGS; PhD em fertilidade do solo/The University of Georgia (UGA), Geórgia (USA), 1994. Ingressou na Acaresc em 1973, atuou como extensionista rural em Caçador. Em 1976 migrou para a Empasc como pesquisador, atuando nas áreas de fertilidade do solo e nutrição de plantas na Estação Experimental de Lages e, a partir de 2002, na sede administrativa, no projeto Microbacias 2. Desligou-se da Epagri em 2008.

intimamente dependente da etnia e das lideranças das comunidades onde os trabalhos foram implantados.

Forquilha - Terra Natal

Para que o leitor saiba um pouco sobre a origem do povo e se situe geograficamente, falarei um pouco sobre a localidade onde nasci e cresci, antes de seguir os rumos traçados pelas oportunidades da vida. A comunidade foi colonizada por imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina pelo porto do Desterro, hoje Florianópolis, na primeira metade do século XIX, assentando-se no Vale do Rio Cubatão. Mais tarde, por volta de 1870, alguns descendentes migraram para São Martinho, SC, no Vale do Rio Capivari. Nos últimos anos da década de 1890, cinco desses alemães desbravadores rumaram em direção às planícies da bacia do Rio Araranguá, abrindo picadas através da Mata Atlântica, densamente fechada.

Chegados às margens do Rio Mãe Luzia, no ponto onde o Rio São Bento desemboca, formando uma forquilha, por ali se instalaram e deram ao local o nome de Forquilha. Nos primeiros anos do século 20 outras famílias se juntaram às primeiras, compraram terras e instalaram suas famílias. Meus ancestrais maternos chegaram lá pela metade da segunda década, enquanto os ancestrais paternos haviam se instalado na localidade de São Bento Alto, mais próximo às nascentes do Rio São Bento e seus afluentes, nas proximidades de Nova Veneza.



Rio Mãe Luzia, à direita, poluído pelo carvão e o Rio São Bento ainda com águas cristalinas

Educação e formação religiosa aos descendentes dos fundadores da nova comunidade eram prioridades. Para tanto, logo construíram uma escola e uma igreja. Em não havendo professores brasileiros, as aulas eram ministradas na língua alemã, até que a II Guerra Mundial iniciou, quando o ensino e a fala alemã foram proibidos. Em 1935, pouco antes de iniciar a guerra, a comunidade já havia trazido da Alemanha um grupo de Irmãs Escolares da Congregação Nossa Senhora. Com o advento dessas educadoras, logo se incrementou sobremaneira a qualidade do ensino às crianças do povoado, como também de meninas e meninos advindas de várias partes do Brasil, quando da construção de um internato.

Com o crescimento do vilarejo, Forquilha se tornou alvo de imigrações de italianos, poloneses, luso-brasileiros, mais tarde japoneses, entre outros. Foi elevada à categoria de Distrito de Criciúma em 1959 e, em 1º de janeiro de 1990, foi instalado solenemente como município.

As terras das várzeas do Rio Mãe Luzia eram férteis e ricas produções eram colhidas das lavouras e da criação de animais. A natureza era rica em madeiras de alta qualidade, além de caça, pesca, frutas silvestres e plantas alimentícias, que, juntas, garantiram rápida prosperidade aos agricultores. Contudo, o sistema produtivo e extrativo logo tornou as terras cada vez menos produtivas. Grandes mudanças vieram a acontecer com a implantação de um serviço de assistência técnica e extensão rural lá por meados da década de 1950.

Clube 4-S São Carlos

Foi durante um almoço de domingo que meu pai, Dionysio Nuernberg, reportou para nós, seus 12 filhos, a síntese de uma reunião com as lideranças locais e agricultores, ocorrida após a missa, na sede do Ideal Esporte Clube, do qual ele já fora presidente. Explicou que durante a reunião, um engenheiro-agrônomo (um paulista chamado Carlos) e uma moça (da qual não me lembro o nome) falaram sobre uma tal Acaresc e seus objetivos. Propuseram a criação de um clube de jovens agricultores em Forquilha. Meu irmão mais velho, já com seus 12 para 13 anos de idade, imaginando tratar-se de um clube social para dançar, interrompeu o relato e perguntou: *quem vai ser o gaiteiro?*

Tendo sido a dúvida esclarecida, meu pai, apoiado pela esposa, logo foi expondo seus planos para pôr em prática a proposta da dupla forasteira. Penso que a empatia com o agrônomo Carlos foi tão forte que, em pouco tempo de trabalho e reuniões, o clube foi criado e batizado com o nome de Clube 4-S São Carlos, em sua homenagem. O clube logo tomou força e vigor, tendo como líder o meu pai Dionysio, que não mediu esforços para garantir a formação dos jovens agricultores no mais profundo significado do **Saber, Sentir, Servir e Saúde**, lema dos Clubes 4-S. Para dar o exemplo, todos os seus filhos com a idade estabelecida pelo projeto e até aqueles com idade inferior foram integrados ao clube, onde se **aprendia a fazer, fazendo**.

Nossa propriedade se tornou o *laboratório* dessa iniciativa e, com o tempo, as reuniões mensais passaram a ser realizadas nas propriedades de cada membro do clube. Gostaria de fazer referência às equipes de extensionistas que contribuíram com nosso clube durante o tempo no qual estive presente, contudo, infelizmente não me lembro de todos: Carlos – paulista; Álvaro Azineli – paranaense; Irineu Piazero – catarinense, pai do nosso colega da Epagri, Eduardo Medeiros Piazero; João Carlos Pundek – paranaense, Egídio Konzen – gaúcho. Cada uma dessas equipes deixou suas contribuições, que marcaram nossos aprendizados relatados adiante.

Nosso clube reunia-se sempre aos sábados à tarde. Mesmo assim, teve a honra de ser frequentemente visitado pelo coordenador estadual de Juventude Rural, Antônio Guido Amboni e Enedite Terezinha de Souza; pelo Secretário Executivo da Acaresc, Glauco Olinger; pelos coordenadores regionais Álvaro Tomazeli, Murilo Pundek e Egas Donadel Lapoli e por inúmeros estagiários dos pré-serviços que, antes de assumirem suas atividades nos municípios, por lá passavam para conhecer um exemplo muito bem sucedido dos esforços de seus instrutores. Após as reuniões, tanto os visitantes e como os meninos do clube, terminavam a tarde numa partida de futebol, em campos improvisados e adubados com o estrume das vacas de leite.

Lições que marcaram

Na sequência, reportarei alguns dos eventos e ensinamentos apreendidos no Clube 4-S e sabiamente foram transmitidos pelas equipes de extensio-

nistas, os quais certamente contribuíram para minha formação como cidadão e minha carreira profissional. Sem dúvida alguma, afirmo que muitos outros ex-sócios do Clube São Carlos diriam o mesmo, haja vista que muitos deles se formaram como técnicos em agropecuária ou engenheiros-agrônomo e se tornaram extensionistas da Acaresc ou de iniciativas privadas.

Criação do Clube: Eu era ainda muito jovem (nove anos), mas acompanhei os trabalhos de criação do nosso clube. Lembro-me das vindas, praticamente semanais, da equipe da Acaresc, com o famoso Jeep, para conversar e planejar os trabalhos. Minha mãe, Laura Steiner Nuernberg, já deixava preparada uma mesa com quitutes (bolos, bolachas, pão de milho, rosca de polvilho, melado, açúcar mascavo, frutas, queijo, salame etc., tudo caseiro) para receber a equipe que vinha trazer novidades tecnológicas, avaliar ações implantadas, construir a agenda para os próximos trabalhos e, merecidamente, participavam da ágape colonial ao redor da mesa carinhosamente preparada. Assim, formou-se uma verdadeira família.



Jovens rurais do distrito de Forquilha (município de Criciúma) que fundaram o Clube 4-S São Carlos (1958/59)

Reuniões mensais: Fomos preparados para organizar nossas reuniões mensais de acordo com uma ritualística profissional. Sobre a mesa da diretoria jamais poderiam faltar as bandeiras do Brasil e do 4-S.



Uma das diretorias do Clube: tesoureira Helga Back, secretário Névio João Nuernberg, presidente Enor Nuernberg e vice-presidente Beloi Steiner - técnico agrícola e extensionista da Acaresc em Irani, SC

Seguíamos rigorosamente uma agenda pré-definida. Todos de pé e com o braço estendido jurávamos diante das bandeiras: *Prometo: Minha cabeça para **saber** claramente; meu coração para **sentir** maior lealdade; minhas mãos para **servir** mais e melhor; minha **saúde** para uma vida mais sã, com meu 4-S, meu lar, minha comunidade e minha Pátria.*

Assinávamos o livro de presença, líamos a ata da reunião anterior, cumpria-se a ordem do dia preestabelecida. Deixava-se a palavra livre que era solicitada e disciplinarmente autorizada e respeitada para se evitar conversas paralelas.

Após as reuniões nunca faltava tempo para a recreação ou comemorações sociais. Muitas partidas de futebol foram jogadas com os extensionistas, inclusive com o secretário executivo da Acaresc, Glauco Olinger.



Comemoração do aniversário de Clube 4-S São Carlos, com bolo produzido pelas meninas, jogos esportivos após as reuniões; e piquenique dos associados com seu líder, Dionysio Nuernberg, junto ao Jeep dos extensionistas que sempre se faziam presentes

A formação de lideranças fazia parte do programa dos Clubes 4-S, cuja finalidade foi expandir o campo de ação do programa Juventude Rural.



Grupo de adultos participantes de um curso para a formação de líderes juntamente com jovens 4-S. Destaque aos coordenadores do programa estadual 4-S, o eng.-agr. Guido Amboni (à direita com as mãos na cintura) e Ene-dite Terezinha de Souza (atrás do garoto coçando o nariz)

Projetos individuais: cada sócio do clube escolhia uma atividade agrícola que fosse de seu interesse ou preferência. Destacaram-se projetos envolvendo a criação de gado leiteiro. A Acaresc e a Secretaria da Agricultura providenciaram a aquisição de novilhas de raça holandesa e também Jersey registradas, que foram vendidas aos jovens para desenvolverem seus projetos individuais. A partir da entrega dos animais, os extensionistas montavam seus planos de trabalho para dar a assistência técnica para cada um dos projetos. Gado leiteiro foi apenas um deles.



Grupo de novilhas para a venda aos sócios interessados no projeto gado leiteiro

Nesse programa recebíamos todas as informações e tecnologias disponíveis à época para a criação de animais saudáveis e tudo o que envolvia em termos de produção de alimentos, produção de rações balanceadas, tratamentos sanitários e higienização, etc. Paralelamente, as moças recebiam ensinamentos para dar o devido aproveitamento ao leite e seus derivados.

Saber cuidar dos animais não foi o único objetivo do projeto; prepará-los para as exposições também fazia parte do programa. Aulas de características fenotípicas dos animais também nos eram repassadas, como treinamento

para selecionar os animais de melhor perfil produtivo, fosse ele tanto para a venda quanto para a compra.

Mais tarde, outro grupo de sócios optou pela criação de animais da raça Jersey, inclusive eu. Esse projeto me rendeu fundos para custear meus estudos tempos depois.



Sócios 4-S exibindo os prêmios recebidos na exposição de Gado Leiteiro em Forquilha. Da esquerda para a direita: Dionysio Nuernberg, líder do clube, Genir Steiner, Enor Nuernberg, Dimas Nuernberg (futuro ER em Joaçaba, SC), Bruno Steiner, Juvêncio Preis e eng.-agr. Álvaro Azineli, ER.

Projeto coletivo: trabalhar em coletividade foi outro grande ensinamento oferecido e praticado no Clube 4-S. O tema escolhido foi fazer uma horta coletiva para a produção de hortaliças visando à distribuição entre as famílias envolvidas no projeto. Dionysio, nosso líder, preparou e cercou uma área de terra, na qual aprendemos não somente o cultivo das plantas e seus usos, como também a trabalhar em grupo. Cada sócio recebia suas responsabilidades para efeito de atividades individuais e frequentemente nos reuníamos para os trabalhos coletivos e tomadas de decisões.



Sócios 4-S planejando uma horta coletiva e duas jovens exibindo o resultado do trabalho

Lembro-me muito bem que o extensionista, o engenheiro-agrônomo Irineu Piazero, era o primeiro a pegar a enxada, sair à frente da gurizada e começar o batente. E não era fácil acompanhá-lo.

Civismo: cantávamos o Hino Nacional, à Bandeira e participávamos de atividades de demonstração de patriotismo e respeito às coisas públicas.

Participação em eventos: os extensionistas locais e as equipes regionais do sul do Estado organizavam convenções regionais dos Clubes 4-S, para as quais as autoridades civis, militares e eclesiásticas eram convidadas e participavam ativamente. Nessas convenções tínhamos a oportunidade de expor nossos trabalhos, conhecer os trabalhos dos outros clubes, confraternizar com lideranças e sócios de outros clubes, além de autoridades e extensionistas de toda a região. Nos registros adiante falarei um pouco daquilo que mais marcaram nesses tipos de encontros.

Os Clubes 4-S eram recebidos com todas as honrarias. Sempre foram prestigiados pelas autoridades locais. O Bispo da Diocese, numa missa campal, rendeu graças ao Criador dos Mundos e rogou sua proteção aos jovens exemplares que se fizeram presentes. O fogo simbólico era uma referência à manutenção da chama acesa no coração daqueles que acreditavam no projeto. A condução dos trabalhos pelos próprios sócios 4-S, formando a mesa com as autoridades presentes, era uma demonstração de civismo com o canto do Hino Nacional Brasileiro, junto às bandeiras sobre a mesa das autoridades. A abertura solene da exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos associados tinha um significado especial.

Alguns trabalhos em destaque, previamente selecionados, foram verbalmente apresentados ao público presente, como foi o meu caso. Essas apresentações orais também eram uma oportunidade para os jovens se pronunciar em público, desinibidamente. Finalmente, os trabalhos eram encerrados com a premiação daqueles que mais se destacaram. Na foto, o líder Dionysio Nuernberg recebeu o troféu de Líder Destaque e também do Clube Campeão por ter apresentado o maior número e os mais bem avaliados trabalhos.



Convenção Regional dos Clubes 4-S do Sul de Santa Catarina: missa campal, queima do fogo simbólico, mesa da diretoria e autoridades, abertura da exposição dos trabalhos, apresentação oral dos resultados alcançados pelo projeto e premiação do clube através de seu líder

Caminho Certo: esse era o nome de um jornal editado pela Equipe Central do Programa Juventude Rural – Antônio Guido Amboni e Enedite Terezinha de Souza. Cada Clube 4-S tinha um *repórter do Caminho Certo*, que mensalmente encaminhava, via correio, notícias e reportagens de seu Clube. Eu fui nomeado o

repórter do meu clube com a idade de uns 12 anos e atuei por vários anos. O melhor repórter era premiado pela qualidade de seu trabalho. Num desses anos fui eu o premiado. Recebi como prêmio um dicionário da Língua Portuguesa. Fiquei muito feliz, mas com o tempo pensei que o dicionário era para que eu cometesse menos erros ortográficos. Brincadeira também é válida, não?

O Concurso estadual de produtividade de milho híbrido possivelmente foi o marco decisivo para minha carreira na Agronomia. Lá pelos idos de 1964, o engenheiro-agrônomo João Carlos Pundek, extensionista local da Acaresc de Criciúma, trouxe para os sócios do nosso clube a ideia do concurso. Nenhum dos outros sócios manifestou interesse. Meu pai, líder do clube, convenceu-me e abraçamos a ideia. É claro que, além do meu pai, todos os demais irmãos ajudaram-me nessa empreitada.

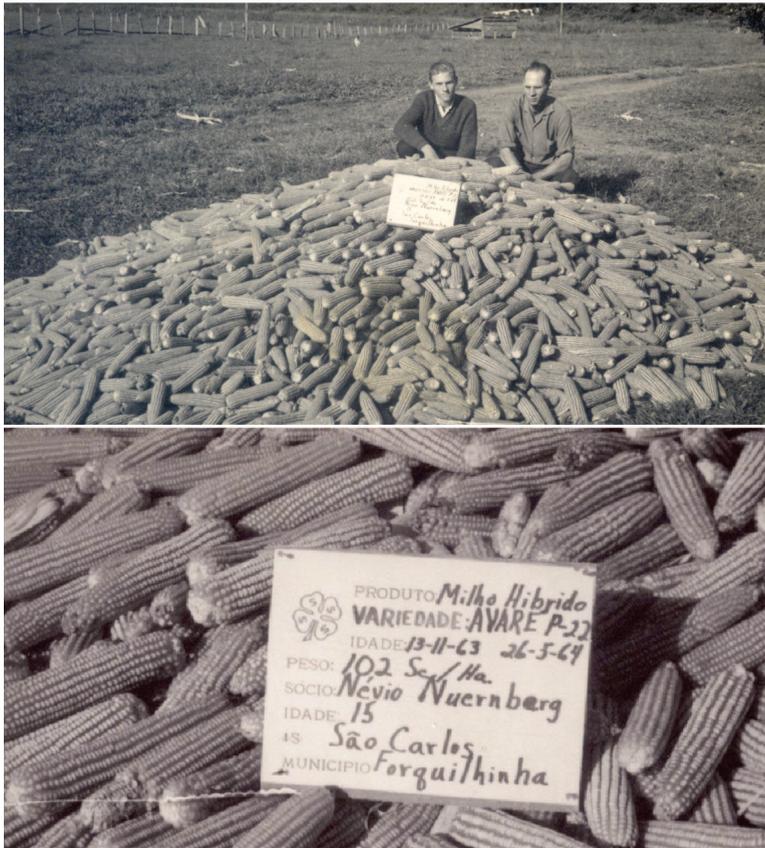
O projeto constava do plantio de uma área de dois mil metros quadrados, com a melhor tecnologia disponível à época: variedade, preparo da terra, densidade de plantio, adubações de base e cobertura e tratos culturais convencionais. A área também serviu de unidade demonstrativa ou lavoura demonstrativa, não apenas aos demais sócios do clube como também aos produtores de toda comunidade interessados.

A avaliação dos resultados, da colheita à pesagem da produção, sempre era acompanhada por lideranças da comunidade, além da equipe da Acaresc local e regional e de outros sócios do clube interessados. Várias inovações tecnológicas foram implantadas, dentre as quais a densidade de semeadura e as adubações.



Sócio 4-5 Névio João Nuernberg exibindo a exuberância das espigas de milho, participação de lideranças da comunidade na colheita e na pesagem e avaliação dos resultados alcançados

O resultado foi surpreendente. Enquanto a média das lavouras da região era de cerca de 50 sacos por hectare, nessa lavoura colhemos o equivalente a 102 sacos/ha. Com tal rendimento, nossa lavoura foi a mais produtiva do Estado e com isso recebi o título de Campeão Estadual de Produtividade de Milho Híbrido e merecedor de vários prêmios que tive que buscar em Florianópolis. Essa foi a minha primeira viagem de maior vulto. A rodovia BR-101 não era asfaltada e só existia a Ponte Hercílio Luz, ainda forrada com pranchões de madeira.



Líder do clube e o sócio 4-S exibindo a produção do milho após tê-lo descascado

Isso foi em 1965, se a memória não está me traindo. A equipe do escritório central da Acaresc, que funcionava ainda na Agrônômica, onde hoje fica a Faesc, liderada pelo engenheiro-agrônomo Guido Amboni, me recepcionou como se eu fosse uma importante autoridade. Acabei assim me sentindo, haja vista ter sido entrevistado por emissoras de rádio, jornais e outras deferências.

Vesti meu único terno, costurado sob medida pelo alfaiate da comunidade. Fui levado pela equipe do Escritório Central da Acaresc à presença do então Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Celso Ramos. No Palácio da Agrônômica, fui recepcionado como uma autoridade. Talvez até fosse, afinal, apesar da tenra idade dos 15 anos, representava a divulgação do resultado de um trabalho que, certamente, fora um grande passo para desencadear o desenvolvimento da agricultura catarinense. Tive direito a fotógrafo profissional para registrar todos os fatos.



Recepção pelo governador Celso Ramos com os cumprimentos e entrega de uma amostra do milho colhido.

A ida a Florianópolis também objetivava a entrega dos prêmios. Outra calorosa recepção no famoso Centro de Treinamento (Cetre). Lá chegando, deparei-me com muitas autoridades do Serviço de Extensão Rural e senti-me como uma noiva no dia do casamento: todos os olhares se voltavam para mim. Muita gente fazia perguntas sobre o projeto, dei entrevistas para rádios,

etc. À frente de um pôster gigante adrede preparado para o momento, com fotos desse e de outros projetos, mostrando que o **Jovem 4-S dá lição a velhos agricultores**, recebi a retribuição do esforço praticado: uma semeadeira de milho tração animal e três papéis, cujo teor foi a garantia de uma bolsa de estudos para cursar o nível médio, na época denominado Científico.



Premiação pela obtenção da maior produtividade de milho por um jovem agricultor: Semeadeira de cereais de tração animal e bolsa de estudos para cursar o Científico

Sendo recém-egresso do Curso Normal Regional de Forquilha, essa foi uma bela injeção e motivação para que eu continuasse os meus estudos. Contudo, naquele ano ainda não havia um curso Científico em Criciúma. O mais perto era em Tubarão, mas a ida para lá seria impraticável financeiramente. Então, iniciei um curso médio de Contabilidade, noturno, em Criciúma, para o qual eu e meu irmão mais velho tomávamos o ônibus, nada confortável, e enfrentávamos o trajeto de uns 20km de estrada poeirenta e esburacada. Como as energias canalizaram-se a meu favor, no ano seguinte o Colégio Marista de Criciúma passou a oferecer o Curso Científico. Por orientação dos meus pais, fui morar com uma irmã que, após seu casamento, foi morar em Criciúma, bem perto do Colégio. Com isso, passei a fazer os dois cursos: durante a manhã o Científico e à noite Contabilidade. Dessa forma, se eu não conseguisse passar no vestibular, já teria uma profissão.



Primeira turma do curso Científico do Colégio Marista de Criciúma

Terminado o curso de Contabilidade fui a Porto Alegre, fiz o vestibular para Agronomia, mas não passei. Concluí, então, o terceiro ano do Científico. No ano seguinte, voltei a Porto Alegre e, dessa vez, passei. Foi uma alegria inimaginável para toda a família Nuernberg. Mudei-me para a capital Gaúcha. Morava na Casa do Estudante, cuja vaga só foi aprovada após apresentar um *atestado de miserabilidade*. Recebi uma bolsa da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por um ano. No ano seguinte, uma bolsa de iniciação científica por mais um ano e, nos dois últimos anos, uma bolsa de trabalho.

Numa ida a Florianópolis, já no segundo ano do curso, visitei o Secretário da Agricultura, o velho conhecido Dr. Glauco Olinger, que, sob a condição de que trabalhasse pelo menos dois anos no Estado depois de formado, intercedeu na concessão de uma bolsa de estudos, cujos valores eram repassados semestralmente. Dessa forma, o lado financeiro ficou aceitavelmente assegurado, permitindo-me dedicação exclusiva aos estudos.

Na época (1969-1972), o curso de Agronomia era oferecido em quatro

anos. Ao final desse tempo, marcada a formatura para 23 de dezembro de 1972, lá foram meus pais Dionysio e Laura Steiner Nuernberg acompanhar a formatura. Foi uma alegria enorme, tanto para ambos quanto para mim, é óbvio.



Recebimento do diploma de engenheiro-agrônomo em 23 de dezembro de 1972 e comemoração do sucesso alcançado com os pais, Dionysio Nuernberg (líder 4-S) e Laura Steiner Nuernberg.

Uma vez formado, foi chegada a hora de retribuir à sociedade o dinheiro investido na minha formação. Considerando o compromisso assumido com o Secretário da Agricultura de trabalhar, pelo menos, dois anos em Santa Catarina, e conhecedor dos belos exemplos convividos com os extensionistas nos clubes 4-S, não pensei noutra opção a não ser engrossar as fileiras do quadro de agrônomos do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina.

Após o pré-serviço, no qual fomos preparados para enfrentar toda e qual-

quer barreira no desempenho da função, fui designado a fazer o estágio de campo no município de Tangará, no Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste Catarinense. Apresentei-me no setor de pessoal para assinatura do contrato de trabalho no dia 1º de abril de 1973, sendo designado a trabalhar em Caçador como chefe do escritório, onde havia dois técnicos agrícolas que atuavam no Profit, uma extensionista social e uma secretária.

Ao entrar receoso no escritório, localizado junto à Prefeitura Municipal, os olhares investigadores da equipe local e dos funcionários da prefeitura pareciam estar fazendo um julgamento detalhado desse novo forasteiro. Contudo, já na primeira semana a equipe estava completamente entrosada e cada um executando suas tarefas de modo responsável e profissional.

Em meados do mesmo ano casei-me com a Bióloga MSc em Geociências – Paleobotânica, cuja formação proporcionou-lhe trabalho como professora de ensino médio e superior.

Penso que os trabalhos realizados pela equipe na época tenham sido avaliados como muito bons, pois logo ao final do primeiro ano fui assediado para assumir como supervisor regional em São Miguel do Oeste e, mais tarde, em Chapecó. Ambas as ofertas foram recusadas, dado ao trabalho que minha esposa e eu fazíamos em Caçador.

Nossa equipe local tinha um entrosamento muito grande com a equipe de pesquisadores da Estação Experimental de Caçador (alguns deles cedidos pela Acaresc), o que facilitava as discussões sobre inovações que estavam ocorrendo, além do convívio social. Durante esses anos em Caçador, o governo federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e não demorou muito tempo para que os governos estaduais seguissem o exemplo, criando as empresas nos estados. No caso de Santa Catarina esse processo foi liderado pelo engenheiro-agrônomo José Oscar Kurtz, natural de Caçador. Como resultado do intenso trabalho feito por ele foi criada a Empasc, formada por um bom número de extensionistas da Acaresc.

Dada a proximidade já existente com a equipe da Estação Experimental, as conversas sobre a criação de uma empresa de pesquisa em Santa Catarina se tornaram corriqueiras nas rodas sociais. Dessa forma, minha esposa e eu fomos convidados a migrar para a pesquisa e atuar em Lages. A proposta foi

aceita, pois isso possibilitaria estarmos mais perto das famílias, tanto a dela (filha única em Porto Alegre) quanto a minha, em Forquilha. Além disso, o convite era um desafio que nos permitiria atuar na investigação científica para a geração de novos conhecimentos a serem disponibilizados aos agricultores. Em Lages, trabalhamos no desenvolvimento da pecuária catarinense. Particularmente, fui contrapartida no Convênio entre a Agência de Cooperação Técnica (GTZ) e o Brasil.

No ano de 1981 fui designado a fazer o curso de Mestrado em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, cuja opção foi Porto Alegre. Nesse ano, minha esposa demitiu-se da Empasc e foi contratada pela Udsc para lecionar no curso de Agronomia. Os experimentos para meu trabalho de pesquisa para a dissertação de mestrado foram conduzidos nas encostas basálticas da serra sul-rio-grandense, no município de Salvador do Sul, distante de Porto Alegre cerca de 110km. O experimento visou avaliar o efeito de adubações orgânica e mineral, além da combinação de ambas sob diversas sucessões de culturas sobre as características físicas, químicas e biológicas do solo. O trabalho foi penoso, mas rendeu resultados merecedores de grandes elogios da comissão avaliadora, além de ter sido aprovado com a nota máxima acompanhada de *com louvores*. Tudo isso graças ao grande professor e orientador Germano Stammel.

No retorno do mestrado, trabalhei na Estação Experimental da Empasc de Lages, como pesquisador e responsável técnico pela equipe de pesquisadores da estação, até fins de 1989.

No início de 1990 fui para os Estados Unidos da América do Norte, onde fiz o meu doutorado. Desenvolvi um projeto de pesquisa voltado à movimentação do fósforo em solo ácido quando aplicado sobre a superfície de pastagens (alfafa). O trabalho foi penoso, mas também acabou com louvores, graças ao professor e orientador Malcolm Eduard Sumner.

Ao retornar do doutorado, a empresa em que eu trabalhava havia sido incorporada numa outra, que passou ser responsável tanto pela pesquisa quanto pela extensão rural em Santa Catarina, a Epagri, que demorou algum tempo a se consolidar e harmonizar sua nova forma de trabalhar.

Durante dois anos e meio integrei a equipe que trabalhou no Planeja-

mento Estratégico da Empresa.

De volta a Lages, continuei com os projetos de pesquisas, incluindo pesquisas com fruteiras em São Joaquim.

Em 2002 a então diretoria da Epagri convidou-me para fazer parte de uma equipe no desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos trabalhos, via eletrônica. Terminada essa tarefa passei a atuar no projeto Microbacias 2, como coordenador da parte que envolvia a pesquisa.

Atuei nessa tarefa até que foi chegada a hora da aposentadoria em 2008.

Mais detalhes sobre minha atuação como profissional da agronomia o leitor poderá encontrar na Plataforma Lattes do CNPq.

O aprendizado que levo comigo até hoje

*José Clóvis Moreira*⁴⁸

Minha história como líder começou cedo. Meus pais contam que já aos quatro anos de idade, junto com meus irmãos, os acompanhava no trabalho da roça. Naquela época, enquanto eles realizavam tarefas como capinar, preparar o solo e plantar, eu ficava em cima dos tocos de árvores discursando. Nasci aos quatro dias do mês de março de 1967, na comunidade de Barra Traíra, no município de Guaraciaba, na região do Extremo Oeste de Santa Catarina. Lá iniciei meus estudos numa pequena escola municipal e vivi até os 10 anos de idade, sempre acompanhando meus pais nas atividades da agricultura familiar.

Em 1977 fomos residir no distrito de Barra Bonita, que pertencia ao município de São Miguel do Oeste. Continuei meus estudos até a 8ª série, antigo ginásio. Em 1982, ao concluir essa etapa, fui fazer o curso de técnico em agropecuária no Colégio Agrícola São José de Sede Capela, em Itapiranga, SC. Minha vocação sempre foi trabalhar na agricultura, apesar de correr em minhas veias o lado crítico e alimentar o sonho de ser advogado.

Em dezembro de 1984, aos 17 anos, me formei como técnico em agropecuária e voltei para junto de meus pais e irmãos a fim de colocar em prática na propriedade o aprendizado técnico obtido no curso. Ali, aos poucos, fui executando as tarefas do dia a dia nas atividades de produção de leite, milho, feijão e suínos, que predominavam na propriedade. Naquela época, em 1985, lá existiam vários grupos sociais, como o clube esportivo, o grupo de idosos e o clube de mães. Os jovens participavam de duas organizações, que eram o Grupo de Jovens Sorriso e o Clube 4-S Unidos na Esperança. Já nas minhas primeiras aparições na comunidade fui convidado a me associar aos dois grupos. E, dali para frente, iniciei minha caminhada de sócio e líder, participando de diversas diretorias, em diferentes cargos, inclusive como presidente.

Como era técnico em agropecuária e tinha espírito de liderança, era

⁴⁸Técnico em agropecuária (Colégio Agrícola São José/Sede Capela/Itapiranga/1984), administrador de empresas (Unoesc/São Miguel do Oeste/1998), com especialização em desenvolvimento gerencial (Unoesc/2002). Extensionista rural da Epagri desde 2002 no município de Bandeirante.

muito solicitado pelos jovens da comunidade para participar das atividades do Clube 4-S. Também era motivado pelos extensionistas da Acaresc, inicialmente por Marino Koch e Marinês Binotto. Em seguida, recebemos novos extensionistas, Loiva Trombini e Lenor Martinelli, que executavam trabalhos específicos com jovens rurais.

Entre as atividades que realizávamos estavam as melhorias nas propriedades, unidades demonstrativas desenvolvidas pelos sócios 4-S na propriedade dos pais, com acompanhamento dos extensionistas, reuniões técnicas e de motivação, encontros municipais e regionais de clubes 4-S, festas e bailes de integração, com escolha da Rainha 4-S.



Baile da Rainha do Comitê 4-S (1988)

A organização dos clubes 4-S se dava através do Comitê Municipal de Clubes 4-S, do qual participavam os clubes daquele município. No dia 16 de junho de 1986 fui eleito presidente do Comitê Municipal dos Clubes 4-S de São Miguel do Oeste, permanecendo por dois anos. Nossa missão exigia grande responsabilidade, pois, além das atividades na propriedade, tinha as do clube e agora também precisaria coordenar o comitê municipal, que abrangia quatro clubes.



Diretoria eleita do Comitê Regional 4-S (1988)

O Clube 4-S de Barra Bonita se destacava pela organização e pelo envolvimento nas mais diversas atividades. Em 6 de setembro de 1987 realizamos a maior festa de integração dos clubes 4-S promovida até então para comemorar os 10 anos de fundação do clube. Fui designado para ser presidente da comissão organizadora. O evento contou com a participação de diversos clubes da região e mais de 5 mil pessoas. Foi um momento marcante e de muita responsabilidade.



Crachá de presidente da Comissão Organizadora da festa dos 10 anos de fundação do Clube 4-S Unidos na Esperança de Barra Bonita (1987)

O sonho de ser extensionista

Em 1988 fui escolhido pelos demais comitês de clubes 4-S para representar os jovens rurais catarinenses em um evento em Brasília. Participei do Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, evento que aconteceu nos dias 16 a 19 de outubro de 1988. Para mim foi muito importante essa responsabilidade de representar os catarinenses e a troca de experiência com jovens de todo Brasil.



Encontro de jovens rurais do Brasil, em Brasília (1988)

E, assim, foram diversas as atividades à frente do Comitê 4-S. Coordenar o baile da escolha da Rainha 4-S, que reuniu milhares de pessoas no Distrito da Grápia em São Miguel do Oeste é apenas uma que merece destaque. Além disso, participei de vários encontros intermunicipais de Comitês 4-S, onde eram discutidos assuntos ligados à juventude rural.

No campo político, lutamos muito para que a Epagri mantivesse as equipes de extensionistas para atender especificamente os jovens rurais. Mas, infelizmente, aos poucos esse trabalho foi se desfazendo e, em consequência disso, acabaram desaparecendo praticamente todos os Clubes 4-S do Estado.

Tive uma história bonita e de muito aprendizado, pois através dessas atividades de liderança pude construir muitas amizades, ampliar meus conhecimentos técnicos, sociais, políticos e como líder. Uma pena que tiveram fim essas organizações nas comunidades, encerrado com a falta de apoio do governo e a saída brusca dos jovens do campo.

Esses muitos ensinamentos, aprendizados e a rica convivência com a antiga Acaresc me impulsionaram a fazer o concurso na Epagri em 2002 com o propósito de me tornar um extensionista rural. Consegui. Ingressei na Empresa no dia 2 de setembro de 2002 para atuar junto às famílias rurais do município de Bandeirante, Extremo Oeste Catarinense.

Todo aprendizado levo comigo até hoje nas visitas às famílias, na conversa com os jovens rurais. Orgulho-me muito ter vivido aqueles bons momentos e continuar agora como extensionista rural.

Assim foi a história do jovem 4-S que virou extensionista.

Novos desafios a cada dia

Célio Haverroth⁴⁹

Levar um pote de água para meu pai, que estava na roça. Foi essa a primeira tarefa que tenho lembrança de ter recebido. Minha mãe só não lembrou de avisar que tinha uma novilha curiosa no pasto, que acabou me derrubando para ver o que tinha no pote. Eu tinha quatro anos. Aos cinco anos a tarefa era montar a cavalo para conduzi-lo nas linhas de plantio, enquanto meu pai ficava no rabicho dos equipamentos de tração animal. A felicidade foi aos oito, quando eu passei para o rabicho e transferei minha tarefa para meus irmãos mais novos.

Colher mandioca no inverno, trilhar o feijão no forte do verão, as lidas com a cultura de arroz, linho, soja, milho e fumo são as principais lembranças da infância. As brincadeiras ficavam para os domingos e à noite, à luz de que-rosene. Era tudo muito puxado, mas era preciso pagar as prestações da terra e outros investimentos necessários. O bom é que tínhamos uma alimentação muito farta, quase tudo plantado em casa. Batata-doce cozida no tacho, carne de porco conservada na banha, torresmo frito com ovo, aquele Frühstück com batata ensopada, ovo cozido, pirão frito, entre outros pratos inesquecíveis, sempre degustados lá na roça.



Eu e minha irmã Luceni, segurando um casal de bezerros gêmeos

⁴⁹Técnico em agropecuária (Colégio Agrícola São José/Sede Capela/Itapiranga/1984), administrador de empresas (Unoesc/São Miguel do Oeste/1998), com especialização em desenvolvimento gerencial (Unoesc/2002). Extensionista rural da Epagri desde 2002 no município de Bandeirante.

Numa rotina sem energia elétrica e sem saneamento básico, me lembro muito bem das extensionistas da Acaresc que organizavam reuniões lá em casa, discutindo sobre verminose e outros males, além de nos orientar a construir uma fossa séptica e proteger nossa fonte de água.

Outra passagem marcante foi quando, aos 13 anos, fui convidado a participar de uma equipe de trabalho para fazer o diagnóstico da comunidade. Participei de uma capacitação coordenada pela Acaresc e depois fui designado para entrevistar um grupo de famílias. Foi aí que percebi quantas coisas em comum eu tinha com aquelas pessoas. Juntar as informações que serviriam para a elaboração de projetos que poderiam melhorar as nossas vidas foi uma tarefa muito empolgante.

Quando meu mestre Alfredo Peiker, professor de Língua Portuguesa, nos apresentou um fôlder de uma escola de nível médio, onde havia aulas teóricas e práticas, eu me lembrei dos extensionistas da Acaresc e pensei na possibilidade de eu me tornar um também. A decepção foi no primeiro dia do Colégio Agrícola de Camboriú, quando recebi uma foice e fui encaminhado a uma vala coberta de capim-gordura. Apesar das dificuldades do primeiro mês longe de casa, depois de três anos eu não me enxergava em outra área. Fiz uma proposta para meu pai: fazer uma parceria na propriedade. Como ele não concordou, pois queria que eu continuasse os estudos, me tranquei 15 dias num quarto cheio de livros didáticos para me preparar para o vestibular. Passei de primeira e fui fazer Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aos dezoito anos, na Universidade, encontrei um mundo novo de possibilidades. O movimento estudantil, o projeto Universidade na Roça, projetos de pesquisa, bolsa de trabalho, palestras, seminários, congressos, viagens, professores qualificados, quantas oportunidades vividas! Engenheiro-agrônomo formado, fui trabalhar na prefeitura de minha cidade natal, Rio do Campo, em Santa Catarina. Com falta de estrutura e sem experiência profissional, o início foi complicado, mas logo as oportunidades foram aparecendo. Primeiro como extensionista em assentamentos de reforma agrária, quando percebi que essa profissão é muito mais do que orientar tecnologias agrícolas, mesmo que essa atribuição também seja muito importante.

Pouco depois, um novo convite inesperado para assumir a Secretaria Municipal de Agricultura de Rio do Campo. Formar uma equipe de trabalho e propor ações para contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias foi um desafio e tanto. A valorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para elaboração e implantação de políticas públicas, além da parceria entre Secretarias e com organizações externas foi o que marcou esse período.

Na sequência, a oportunidade de atuar num projeto inovador, com planejamento, recursos, assessoria e parcerias importantes: o Projeto Microbacias. Aprendi muito com os mestres Murilo Pundek, Salgado (Valdemar Hercílio de Freitas), José Cezar Pereira, Alcides Molinari, entre outros. Com o trabalho em conservação de solo e água, foram muitas experiências exitosas em plantio direto e na recepção de excursões de todo o Estado e de vários países. O prêmio da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, com o Caso do Agricultor Arcângelo Moratelli, que representava todo o trabalho desenvolvido no município, foi o ponto culminante desse período.

Na Secretaria de Agricultura de Gaspar, novos desafios na criação participativa e na implantação de políticas públicas municipais. O resultado mais significativo foi a possibilidade de as famílias continuarem a comercializar seus produtos coloniais que então foram legalizados.

Em 2004, fui chamado por meio de concurso público, para compor o quadro de funcionários da Epagri, concretizando aquela expectativa lá de 1981, quando fui estimulado a ir para o Colégio Agrícola. Na Epagri, além da possibilidade proporcionada de fazer um curso de mestrado em extensão rural, só tenho tido alegrias, realização profissional e muitos amigos. O trabalho na extensão rural apresenta desafios novos a cada dia e torna o extensionista um profundo conhecedor da realidade do mundo rural.



Palestra no seminário sobre agricultura familiar, São Domingos (2014)

A extensão rural e eu

*Hector Sílvio Haverroth*⁵⁰

Eram idos de 1975. Aos pés do morro São Roque, na comunidade de Taiozinho, município de Rio do Campo, região do Alto Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina, eu nascia no seio de uma grande família de agricultores. Somos sete irmãos, número normal em nossa geração, sendo um deles, Célio, autor da narrativa anterior. Era 29 de outubro, dia em que o então governador do Estado de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, assinava a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Empasc), uma das empresas que deu origem à Epagri. Minha mãe, Maria Steinbach Haverroth, pertencia à segunda geração nascida no Brasil de famílias vindas da Alemanha, e meu pai, José Haverroth, era descendente de mãe com origem italiana e de pai com origem alemã. Meus avós fazem parte das famílias que colonizaram o Alto Vale do Itajaí no início do século 20 e passaram por todas as dificuldades imagináveis e inimagináveis de quem busca uma nova vida em local desconhecido, abrindo picadas na mata, que já era habitada por pessoas não reconhecidas pelo Estado.

Na década de 70 chegava a Rio do Campo a extensão rural com os primeiros funcionários da então Acaresc em seus jipes possantes, carregados de vontade para abrir o escritório local e, de alguma forma, auxiliar as famílias de agricultores que ali sobreviviam. Era um tempo em que predominava a agricultura de subsistência, com venda de excedentes, troca de animais e sementes, engorda de porcos para *abate a meia*, já que poucos possuíam energia elétrica ou dispunham de algum sistema de refrigeração, o que era mais raro ainda. Por isso, a carne que, depois de frita, era guardada na banha suína e depois dividida entre as famílias para uso mais rápido. Abatia-se posteriormente outro animal para devolução da quantia recebida anteriormente. A produção de leite se destinava ao consumo e à produção de queijos, nata e coalhada. As famílias produziam milho, arroz sequeiro, trigo, feijão, batata-doce, batata-salsa, amendoim, milho-

⁵⁰Engenheiro-agrônomo/CAV/Udesc, 1998. Ingressou na Epagri em 2002. Atuou como extensionista rural em Massaranduba. É secretário executivo regional do SC Rural na UGT 6.

vassoura, algumas verduras, cana-de-açúcar, aipim ou mandioca, entre outros. Usavam a produção para alimentar a família e os animais, trocavam a produção com vizinhos e parentes e, em caso de excedentes, estes eram comercializados. Muitos desses produtos passavam por transformação, dando maior diversidade aos pratos, como a cana-de-açúcar, o trigo, o milho e a mandioca. Era feita a extração de erva-mate e lenha da Mata Atlântica.

A troca de dias de trabalho entre os agricultores era comum, principalmente na colheita. Já estava presente o fumo como principal produto para comercialização. Nas *vendas*, como eram chamados os mercados na época, os agricultores adquiriam o imprescindível, como sal, café e ferramentas. Ali era prática corriqueira o uso de cadernetas de anotação de compras, o popular fiado. Nessas cadernetas o dono da venda anotava o que era levado e, na safra, momento em que o agricultor vendia a produção, ele pagava o que devia. Também era esse o momento em que comprava coisas diversas, como roupas e calçados e alguns alimentos diferentes para a alegria da criançada.

As casas, de madeira em sua maioria, não possuíam água encanada no seu interior. Os banhos eram com uso de bacias, assim como a lavação das louças. Os banheiros, conhecidos como casinhas ou *patentes*, eram construídos fora da casa com uso de fossas. A presença de parasitas, principalmente nas crianças, era comum.

As crianças usavam da criatividade para brincar nos momentos que restavam entre escola e trabalho. Sim, trabalho. As crianças menores eram quem guiava os cavalos nas atividades da roça. Cavalos muitas vezes magros e sem um pelego para sentar, mas todos sobreviviam. O futebol, com *bolas* de fruto de *pinus* ou de meias com algum enchimento, era praticado com os pés descalços e a brincadeira preferida, uma vez que era a única possível porque não havia outros brinquedos. A *quilica*, ou bola de gude, era o passatempo do recreio escolar, mas os mais afoitos aproveitavam para treinar durante a ida e a volta da escola pelas estradas de chão batido. Muitas vezes a *quilica* era jogada *a vera* e, nesse caso, quem ganhava ficava com as *quilicas* da jogada. Quantas *quilicas* estão enterradas aos pés do velho morro São Roque? Era o nosso tesouro enterrado em latas de café. As merendas nas escolas eram levadas de casa, normalmente compostas por fatias de pão de milho, batata-doce e cará, recheadas com su-

culenta banha de porco, com uma pitada de açúcar. Elas eram carinhosamente embaladas pela mãe em guardanapos feitos com pedaços de pacotes de trigo ou açúcar, que tinham que retornar para uso no dia seguinte.

Foi nesse ambiente que nasci e passei minha infância e, nesse período, a influência da extensão rural começou a auxiliar a mudança de vida dos agricultores da região. Tive a felicidade de possuir um pai que aceitava as novidades. Assim, ele logo foi identificado pelos extensionistas como alguém que poderia colaborar para o uso das metodologias grupais. Sua presença e respeito na comunidade era, para os extensionistas, uma garantia de reuniões com boa participação.

Meu pai, seu Zeca, era líder comunitário, diversas vezes membro das diretorias da Associação de Pais e Mestres (APP) e da comunidade católica, ministro eucarístico que realizava as mais diversas cerimônias religiosas, como cultos, batismos, sepultamentos. Era o motorista que levava as grávidas à maternidade nas madrugadas escuras em que os futuros pais chegavam desesperados em busca de socorro. Era quem emprestava a carroça aos vizinhos não agricultores para fazerem algum transporte ou até mesmo para passear. Era o cabeleireiro que, nas tardes de sábado, nossa casa ficava rodeada de pessoas que participavam da roda de chimarrão, enquanto cada um tinha um corte de cabelo gratuito. Para muitos deles essa era a chance de cortar o cabelo pelas mãos de alguém que conhecia o ofício, já que não possuíam dinheiro para pagar um profissional. Era o senhor que identificava as *veias de água* e orientava onde cavar um poço. Tinha parte do terreno cedida para vizinhos funcionários de empresas madeireiras plantarem seu alimento, parecendo um tecido de retalhos, composto por plantações de diversas espécies em áreas com menos de mil metros quadrados para cada família. Foi quem adquiriu uma Kombi, mesmo sem ter condições financeiras adequadas, para possibilitar aos jovens da comunidade o deslocamento até a sede do município para poderem estudar no *Segundo Grau*. Era um homem que se nutria da bondade e sentia felicidade em ajudar os outros. *Grande Zeca! Líder comunitário autêntico e solidário!* Essa declaração foi dada recentemente em homenagem aos 23 anos de falecimento de meu pai por Roberto Abati, extensionista que iniciou os trabalhos em Rio do Campo na década de 1980.

Seu Zeca nos falava repetidas vezes: *Eu não tenho como comprar terra para todos vocês serem agricultores, mas farei de tudo para que vocês possam estudar e ter uma profissão.* Ele, que era o terceiro filho de uma família de onze irmãos, estudou até a quarta série e parou para ajudar a cuidar dos irmãos, já que seu pai, nosso avô, tinha dificuldades para trabalhar após um acidente com um carro de boi. Não sabia ele que no dia a dia estava ajudando a formar a nova profissão dos filhos que hoje são dois extensionistas, engenheiros-agrônomo, e um pesquisador com espírito extensionista, biólogo e antropólogo, que trabalham diretamente com agricultores. Posso afirmar com toda a tranquilidade que os ensinamentos da infância e da juventude são a base que permite nos colocarmos no lugar do agricultor cada vez que vamos orientar o uso de uma nova tecnologia ou forma de fazer.

Era comum recebermos a visita do fusca bege da Acaresc. Com ele vinham o extensionista rural, que trazia novas ideias para pôr em prática nas lavouras e criações, e a extensionista de economia doméstica, que trazia orientações para melhorar a alimentação, a horta, a higiene e o vestuário.

Quando alguém chega indicando o local onde construir uma fossa para esgoto sanitário, como tratar a água para consumo doméstico, como lavar as verduras para o almoço, como armazenar e reutilizar um alimento que sobrou de uma refeição anterior, pode parecer desnecessário. Mas há poucos anos isso era a garantia de sobrevivência de muitas crianças que tinham problemas constantes com verminoses e outras doenças relacionadas com questões sanitárias ou mesmo de alimentação.

As tecnologias para melhoria dos sistemas produtivos agropecuários, que hoje são disponíveis em diversos sistemas de comunicação, oferecidas por diversos profissionais de vendas nas residências dos agricultores por diversas entidades que prestam serviços de Ater, há pouco tempo chegavam aos agricultores, basicamente, por meio da orientação dos extensionistas rurais. Isso explica por que esses profissionais são valorizados e lembrados por tanto tempo.

As demonstrações de métodos, as unidades demonstrativas, as unidades de observação, as reuniões e as visitas organizadas pelos extensionistas foram metodologias presentes em minha infância, adolescência e juventude. Entre

essas metodologias, algumas fazem parte de minhas lembranças: o teste de mastite com o copo de fundo escuro que identificou o problema na vaca que estava reduzindo a produção de leite; a produção de casulos de bicho-da-seda que, apesar de excelente, teve resultado financeiro não atrativo; a orientação do extensionista Eduardo Medeiros Piazero na construção de rolo faca de tração animal, de pé-de-galinha e a draga de tração animal para construção de terraços; o uso do *capim falaris* para proteção dos terraços; as plantas de cobertura de solo e plantios em curva de nível, ações que nos levaram, junto com muitos outros agricultores, a proteger o solo, maior patrimônio de um agricultor; a sensibilização da extensionista Janilde Maria Lenzi para que eu fizesse o curso profissionalizante de produção de derivados de leite no Cetrage; as orientações de educação ambiental que recebi da saudosa extensionista Márcia Mortari; as orientações de piscicultura do saudoso extensionista Vitor Knies; a organização de grupo para aquisição de trator de esteira, grupo do qual *Seu Zeca* foi presidente, dando início à piscicultura no município; a tentativa de uso de controle biológico para reduzir o pulgão em lavoura de fumo proposta pelo instrutor Aniro José Colzani; a excursão feita à Ituporanga que empolgou *Seu Zeca* a plantar cebola; as orientações do meu irmão mais velho e extensionista, Célio Haverroth, para o piqueteamento da pastagem; a construção do paiol modelo *Juruna*, incentivada pelos extensionistas para a conservação do milho produzido na propriedade; as diversas reuniões de orientações feitas na comunidade. Esses e muitos outros exemplos de metodologia e orientações recebidas fizeram com que a propriedade de nossa família fosse se transformando durante os anos 1980 e início dos anos 1990. Paralelamente, minha formação para a futura profissão de engenheiro-agrônomo e extensionista rural foi acontecendo.

No início de 1980 produzíamos, anualmente, para comercialização, aproximadamente três toneladas de fumo *burley*⁵¹, quinze toneladas de mandioca, algumas dúzias de vassoura, cinquenta sacos de arroz, trinta de feijão, dez litros diários de leite e diversos produtos de subsistência. No início dos

⁵¹Variedade de tabaco com secagem ao ar, folhas mais escuras e com pouco açúcar, utilizado para mistura com outros tipos de tabaco para compor o *blend*.

anos 90 estávamos produzindo quinze mil quilogramas de fumo Virgínia⁵², trinta toneladas de cebola, duzentos sacos de milho, cinquenta sacos de feijão, vassoura, produtos de subsistência, eucaliptos e iniciando a produção de mel e erva-mate. Com isso, conseguíamos manter a diversificação, ampliando substancialmente a renda da família.

Em 1992, meus quatro irmãos mais velhos já haviam saído de casa em busca de estudo e trabalho. Em julho daquele ano, sofremos um grave acidente automobilístico em que a vida de *Seu Zeca* foi ceifada e meus dois irmãos mais novos ficaram gravemente feridos. Eu, com dezesseis anos, assumi a atividade produtiva, me tornando, além de filho de agricultor, o agricultor responsável administrativamente pela propriedade. Nesse período, contei muito com o apoio dos amigos da extensão rural, que reforçaram as orientações e o incentivo para que eu continuasse as atividades.

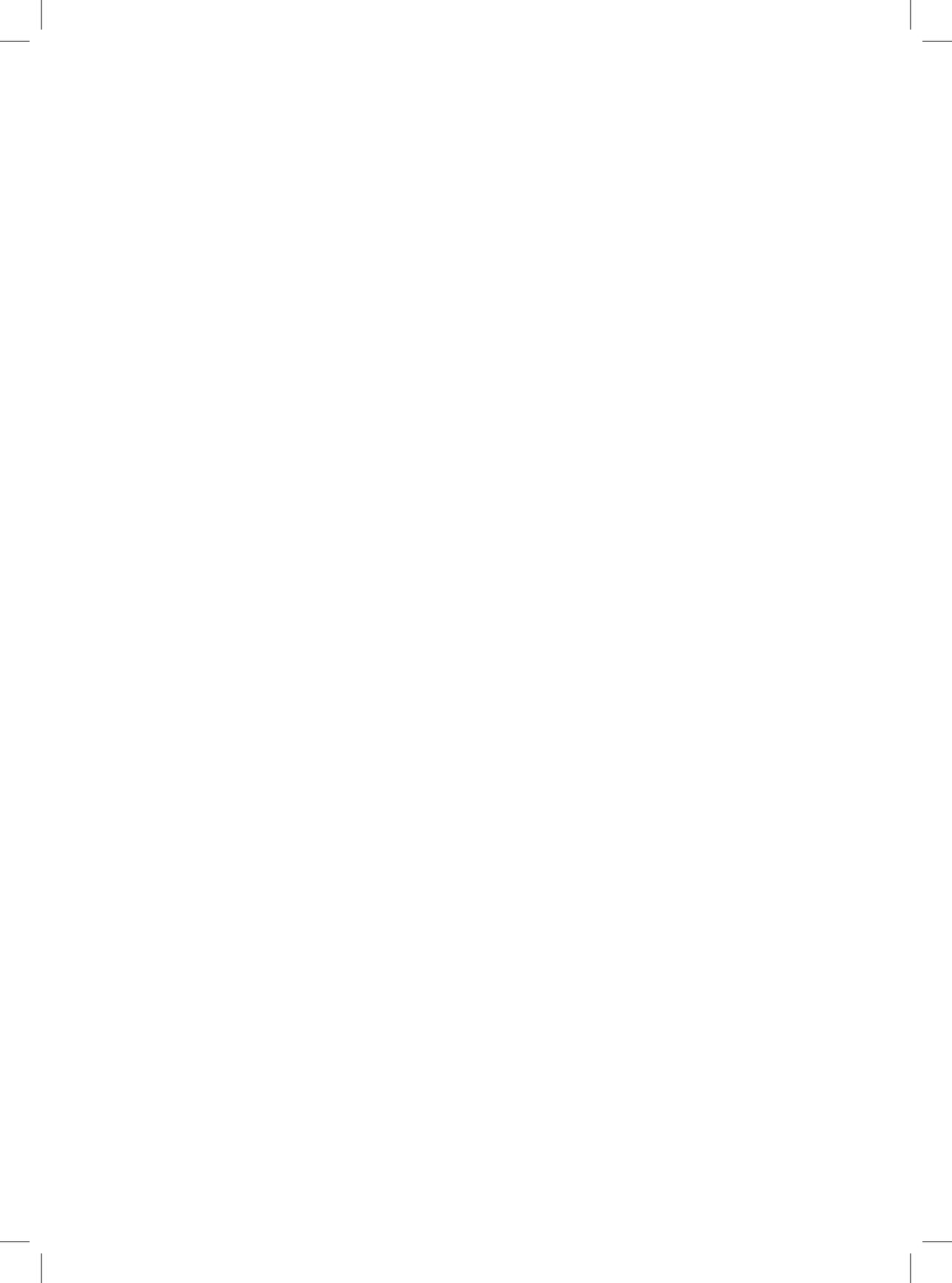
Em 1994, me inscrevi para o vestibular vocacionado da Udesc. Quando preenchi a ficha de inscrição para o vestibular não tive dúvidas, escolhi Agronomia. Em 1998 terminei a graduação. Dentre algumas propostas de trabalho, boicotei algumas entrevistas principalmente porque não me sentiria bem como vendedor técnico de produtos e direcionei os trabalhos para assistência técnica e extensão rural. Tive empresa própria de Ater. Trabalhei em duas prefeituras municipais e, em 2 de setembro de 2002, ingressei na Epagri, na função de extensionista rural, a qual me orgulho muito. Hoje, na função que exerço, sempre busco levar à família agricultora informações e acesso a políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da família para facilitar o trabalho, cuidar do meio ambiente e gerar renda. Com isso, eu e a extensão rural podemos continuar o trabalho na valorização da família agricultora.

⁵²Variedade de tabaco com secagem em estufa, folhas menores, adocicadas e mais claras que a variedade burley. Principal componente do blend de tabaco para a fabricação de cigarros.

Capítulo IV

Aspectos da extensão rural e
pesqueira de Santa Catarina





Uma relação de confiança

*Moacir Sopelsa*⁵³

A extensão rural tem papel fundamental no desenvolvimento do estado de Santa Catarina. A semente plantada nas primeiras décadas de sua existência, quando a Epagri ainda se chamava Acaresc, gerou grandes frutos e durante estes 60 anos de amadurecimento toda a agricultura catarinense se fortaleceu. Foi através dos extensionistas da empresa que os avanços chegaram até as propriedades. Foi através da pesquisa que soubemos quais os melhores caminhos a trilhar.

O meu primeiro contato com o trabalho da Epagri foi há mais de 50 anos, quando era produtor rural no município de Concórdia. Naquela época, surgiam os primeiros projetos voltados para a suinocultura moderna. Lembro que os extensionistas ajudavam as famílias a planejar as pocilgas e demais instalações, orientavam como devia ser feito o manejo e qual o alimento oferecer aos animais para obter a melhor produtividade. Jamais imaginaríamos que o nosso estado seria o maior produtor de suínos do Brasil e referência mundial.

Além da suinocultura, a Epagri também ajudou a desenvolver inúmeras cadeias produtivas, como a avicultura, a bovinocultura, a fruticultura e a maricultura. Com apenas 1,13% do território brasileiro, hoje somos o maior produtor nacional de suínos, cebola, pescados e moluscos; o segundo maior produtor de aves, tabaco, arroz e maçã; temos a maior exportação de mel, além de outras culturas e criações, como o alho, banana, batata e leite, que também são destaque. Todas estas cadeias reunidas são responsáveis por milhares de empregos, sendo que o nosso agronegócio representa quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

Quando fui secretário de Estado Agricultura pela primeira vez, entre 2003 e 2006, a Epagri foi uma das responsáveis pela elaboração do Levantamento Agropecuário Catarinense, estudo que ampliou o conhecimento so-

⁵³Deputado estadual, Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

bre a vida dos agricultores e o resultado de sua produção.

A empresa também foi peça fundamental na construção do Código do Meio Ambiente de Santa Catarina, que adequou as leis ambientais à realidade de nosso estado. Também destaco sua participação na execução do Programa Microbacias, hoje chamado de SC Rural, que está causando uma grande transformação no meio rural catarinense.



Secretário Moacir Sopelsa, acompanhado do gerente regional da Epagri, Onévio Zobot, na inauguração do Complexo de Desenvolvimento Rural de Joinville e Região

O pioneirismo catarinense em pesquisa e extensão rural também teve reflexo no surgimento de inúmeras iniciativas públicas e privadas, como a implantação de cursos em nível técnico, de graduação e pós-graduação. Lembro, também, que foi em Santa Catarina que se instalaram as maiores empresas de alimentos do Brasil, como a Sadia, a Perdigão e a Seara, além de grandes cooperativas como a Aurora, a Copercampos e a Copérdia. A Epagri também ajudou a desenvolver mais de duas mil agroindústrias familiares em todo o estado.

Ao longo dos anos, a extensão rural não se limitou a oferecer o acesso a novas tecnologias e as melhores práticas, mas influenciou a maneira como as pessoas olhavam para a sua propriedade, como se relacionavam com o meio ambiente e indicou caminhos seguros para que o produtor desenvolvesse a sua atividade. Lembro quando as extensionistas reuniam as esposas dos agricultores para orientar como proteger as fontes de água e como fazer as instalações sanitárias. Estes mesmos técnicos trabalhavam com a juventude rural, estimulando e dando caminhos para que eles continuassem no campo.



Secretário Sopelsa com jovens agricultores beneficiados pelo Programa SC Rural.

Há 60 anos não existia internet, pouquíssimas pessoas tinham aparelhos de televisão, não existiam programas voltados ao meio rural, tampouco existiam cursos universitários e pesquisas voltadas à agricultura em nosso estado, por isso o acesso à informação e ao conhecimento era muito precário. Restava ao produtor rural acreditar nos técnicos da Epagri e essa relação de confiança talvez seja o maior patrimônio construído pela empresa em todo este tempo.

A Epagri continua fazendo seu trabalho, com meios mais modernos e

uma equipe formada por profissionais competentes e qualificados. Entre os desafios atuais da empresa está reforçar o seu quadro profissional, para que os produtores possam ser atendidos mais de perto, com todo o zelo e comprometimento, que sempre foram marcas registradas no trabalho da empresa.



Sopelsa e o fundador da Acaresc, Glauco Olinger

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural

Ditmar Alfonso Zimath⁵⁴

Estávamos na década de 80 quando o Estado, especialmente o Vale do Rio Itajaí, foi atingido por duas grandes cheias, as quais causaram enormes danos à infraestrutura, desalojaram dezenas de milhares de famílias, com abastecimento de água e alimentos comprometidos e situação de saúde pública caótica.

Nessa época, como morador da região atingida, observava atônito as consequências das cheias, do isolamento ao desabastecimento de água, energia, alimentos, medicamentos...

Logo após a baixa das águas, percebeu-se que rios e riachos haviam sofrido forte assoreamento. Viam-se bancos de areia nos leitos e a mudança de curso de muitos deles. Os governos da época desenvolveram ações no sentido de buscar a recuperação da capacidade de escoamento de rios e riachos. Mediante dragagem e também de obras de retificação que visavam aumentar a velocidade de escoamento das águas, o objetivo era minimizar impactos futuros de novas cheias.

Por outro lado, a sociedade passou a discutir as causas que levaram àque-la situação de assoreamento tão rápido e intenso. No campo dos profissionais da área das ciências agrárias, as discussões passaram a focar principalmente aspectos relacionados aos sistemas de produção então utilizados e, especialmente, as práticas de preparo e manejo do solo.

Nas discussões e análises realizadas, ficou evidenciado que o problema do assoreamento tinha em sua base a ocupação irregular dos solos urbanos e agrícolas que estavam sendo utilizados fora de sua aptidão e sem as práticas adequadas para mitigação dos danos da ação antrópica, causando, portanto,

⁵⁴Engenheiro-agrônomo/CCA/UFSC, 1986. Especialista em Administração Rural. Ingressou na Acaresc em 1987. Foi extensionista rural, gerente regional e diretor da Epagri. Desligou-se da Epagri em 2015. É diretor de projetos especiais da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – Programa SC Rural.

forte processo de erosão dos solos.

Diante da situação identificada, o governo deflagrou processo de elaboração de um plano para enfrentamento do problema. Na área agrícola, surge a composição de grupo de trabalho que focou ações voltadas a combater a erosão dos solos e a qualidade das águas utilizadas para abastecimento humano e animal no meio rural principalmente. Cabe aqui salientar que o grupo de trabalho tinha em sua composição extensionistas da então Associação de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (Acaresc), os quais, em articulação com a pesquisa, protagonizaram a ação.

Surge, assim, o projeto-piloto de trabalho em microbacias hidrográficas, que em 1987 envolveu 17 microbacias. Na ocasião, para que a ação-piloto pudesse ser levada a cabo, o Governo do Estado valeu-se do serviço de extensão rural desenvolvida pela Acaresc.

O trabalho teve por base a preparação de um grupo de extensionistas selecionados especialmente para essa etapa e o objetivo era dotá-los de capacidade técnica e metodológica para o desenvolvimento das ações preconizadas no projeto-piloto. Da ocasião, destacamos a inclusão de metodologia para a preparação da base social necessária para o desenvolvimento do projeto, mediante a organização dos produtores e o seu empoderamento no processo. Importante destacar que esta é uma das principais características do serviço de extensão rural: a de preparar seu quadro de profissionais metodológica e tecnicamente para o desenvolvimento de seu plano de ações, o que se traduz em maior eficiência e eficácia para a sociedade catarinense.

No início do ano de 1990 assistimos a extinção da Embrater, fato que representa um duro golpe no financiamento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos estados, uma vez que os repasses do governo federal para apoiar essa ação deixaram de existir. Além de impactar fortemente as estruturas estaduais. Aquelas que não foram extintas tiveram que ser reestruturadas.

O Projeto Microbacias/BIRD 1 - 1991 a 1999

Em função dos resultados obtidos com a experiência-piloto, fruto da qualidade de execução das ações - metodológica e tecnicamente, a equipe técnica coordenadora do projeto sensibiliza autoridades estaduais a buscar meios para a ampliação da experiência. Assim, por meio de contrato de empréstimo com o Banco Mundial/BIRD, o Governo do Estado inicia a execução do Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas – Projeto Microbacias 1.

O projeto inicia uma mudança de estratégia na busca do desenvolvimento rural. Tem em sua base a experiência da equipe de extensionistas que atuou no projeto-piloto e com propostas baseadas nas metodologias da extensão rural. Tem sua base metodológica e de gerenciamento estruturada na capacidade instalada do serviço público de extensão. O Projeto MB1 contou com financiamento de US\$ 33,0 milhões do Bird e US\$ 38,6 milhões de contrapartida do Governo do Estado.

Importante registrar que, com a extinção da Embrater, no início da década de 1990, que gerou dificuldades para Santa Catarina manter o serviço de extensão até então desenvolvido pela Acaresc, o Governo do Estado, através de uma reforma administrativa, promoveu a incorporação de vários órgãos ligados à agricultura, formando a atual Epagri e municipalizando as ações de Ater, dos extensionistas que atuavam junto aos escritórios locais, exceto dos profissionais ligados ao Projeto Microbacias e a outros projetos.

Com essa situação, passamos a vivenciar dois serviços de extensão rural: os técnicos do microbacias, que dispunham de plano de trabalho, infraestrutura e recursos para o desenvolvimento das atividades; e os técnicos municipalizados, que em sua grande maioria não possuíam planejamento de ações, conviviam em condições precárias de trabalho e, normalmente, sem recursos disponíveis para a realização das ações de Ater. Assim, a atuação profissional desse último grupo passou a ocorrer quase que por demanda ou depender da vontade da gestão municipal.



Prática de contenção da erosão do solo – cordão vegetal

O trabalho desenvolvido no Microbacias 1 tinha como premissa estancar o processo de degradação ambiental, evitar a desagregação das partículas do solo, desenvolver máquinas adequadas a sistema de plantio que evitassem o revolvimento e a exposição do solo a agentes promotores de erosão, atuar na melhoria da água consumida pelas famílias e capacitar técnicos e agricultores. Aqui podemos perceber claramente a importância da extensão rural para implementação desse projeto.



Prática de contenção da erosão do solo – plantio direto

Apesar da disponibilidade de recursos para execução das ações de apoio para adoção de práticas pelos agricultores, a estratégia metodológica utilizada pelos extensionistas da Epagri designados para atuarem no projeto começou a apresentar os resultados positivos e chamou a atenção de lideranças do meio rural e do meio político.

Esse fato levou a um aumento da demanda do trabalho, que foi sendo ampliado mediante a formalização de convênios de cooperação com os municípios, através dos quais o Estado disponibilizava veículos e recursos financeiros e o município, de sua parte, os profissionais. Esses profissionais eram devidamente capacitados pela equipe do projeto e se integravam à equipe de execução.



Proteção de fonte de água para consumo humano

Como resultados do Microbacias 1, podemos destacar:

- 900 mil hectares de áreas com sistemas conservacionistas implantados;
- Construção/recuperação de 8.495 esterqueiras para destino correto dos dejetos animais;
- Criação de forte consciência para uso adequado dos agrotóxicos e do correto destino para suas embalagens, com construção de 500 depósitos coletivos de lixo tóxico;

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural

- 13.895 fontes de água protegidas;
- 19.496 propriedades com destino adequado de lixo doméstico;
- Destino adequado de dejetos humanos em mais de 7.775 propriedades;
- Formação de 7.761 grupos de agricultores, principalmente para aquisição e uso coletivo de máquinas e equipamentos; e 50.500 hectares de reflorestamento dentro das áreas das microbacias.

Mesmo não constem oficialmente dos relatórios de avaliação e de impacto, os resultados auferidos com a execução do projeto aumentaram a cada dia a demanda por esse tipo de serviço junto à comunidade rural. Isso fez com que, a partir de 1995, o Governo do Estado iniciasse um processo de retomada da gestão das ações de Ater, mediante a suspensão gradativa do processo de municipalização.

A qualidade do trabalho desenvolvido pela extensão rural no Microbacias 1 foi fundamental para a mudança de estratégia na gestão da Ater por parte do Governo do Estado e credenciou Santa Catarina a propor ao Banco Mundial a contratação de um novo empréstimo, buscando dar continuidade às ações iniciadas no Microbacias 1.

Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias2), 2002 a 2009

No final da década de 90, dado aos avanços obtidos no Microbacias 1, mas também devido à percepção de que no Estado ainda persistiam problemas ambientais agregados a problemas sociais e econômicos, inicia-se a discussão de um novo projeto em parceria com o Banco Mundial/Bird.

As tratativas realizadas entre a equipe técnica de coordenação do Microbacias 1, a equipe de técnicos do Bird e a sociedade levaram a que se priorizasse no novo projeto, além de ações para redução da pobreza, o correto manejo do solo e das águas e o controle da poluição em todos os municípios catarinenses.

Em 10 de maio de 2002 é assinado com o Banco Mundial o financiamento para o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno

Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2), no valor de US\$ 62,8 milhões, com contrapartida do Estado de US\$ 44,7 milhões, totalizando US\$ 107,5 milhões a serem aplicados num período de seis anos (2002 a 2008). O projeto posteriormente foi prorrogado até 2009.

Apesar do esforço do Governo do Estado, o número de extensionistas existentes nos quadros da Epagri era insuficiente para atender toda a demanda metodológica do projeto. Esse fato, aliado à incapacidade de ampliação do quadro existente, trouxe um desafio à mesa de negociação: ampliar a abrangência do projeto para todos os municípios.



Organização dos agricultores em associações

Como a metodologia de trabalho continuou ter como área de trabalho a microbacia hidrográfica, as famílias de agricultores ali moradoras foram estimuladas a se organizarem, como pré-requisito para acessarem as políticas de apoio, criando as Associações de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (ADMs).

Essas associações, por sua vez, receberam recursos para contratação de

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural

serviços de Ater para executar o projeto sob a coordenação dos extensionistas da Epagri. Os profissionais foram denominados *facilitadores* e mais de 400 atuaram nesse período.



Trabalho com indígenas

Por mais esforço que tenha sido empreendido, no decorrer dos sete anos de execução do projeto, poucas ADMs estavam preparadas para dar continuidade às ações de Ater. Da mesma forma, o Estado não se preparou para dar continuidade, de forma própria, às várias ações desenvolvidas, apesar do sucesso de inúmeras delas.



Melhoria da habitação

O Prapem/Microbacias 2 deixou o seguinte legado:

Formação de mais de 1.000 ADMs;

Abrangeu todo o estado, envolvendo 289 municípios e 936 microbacias;

20% do público que tinha renda até dois salários mínimos mensais por pessoa ocupada passou a ter uma renda mensal superior a dois salários mínimos mensais por pessoa ocupada na propriedade;

Aumento de 13% da renda dos agricultores beneficiados;

Redução média de 51% dos coliformes totais nas fontes de água para consumo humano;

Foram atendidas 141.735 famílias rurais e 1.820 famílias indígenas;

57.513 famílias foram beneficiadas com recursos para a melhoria da habitação;

Desenho e planejamento de dois corredores ecológicos nas bacias do Rio Timbó e do Rio Chapecó.



Trabalho em educação ambiental

O trabalho extensionista novamente foi destaque para que os resultados projetados fossem alcançados no Microbacias 2. O serviço oficial, que além de executar inúmeras ações de Ater, teve sob sua responsabilidade direta a supervisão dos serviços extensionistas contratados através das ADMs.

O Programa Santa Catarina Rural (SC Rural) - 2010 a 2016

Ao final do Microbacias 2, Santa Catarina passa a enfrentar um dilema em sua relação de parceria com o Banco Mundial. Experiências anteriores vivenciadas nos projetos Microbacias 1 e 2, no que tange a alocação dos recursos de contrapartida por parte do Estado, aliada à melhora dos indicadores de desenvolvimento, dificultam as negociações de um novo contrato de empréstimo nas mesmas bases estruturais dos contratos anteriores.

Em determinado momento das negociações, o banco afirmou que somente teria interesse em dar continuidade à parceria com Santa Catarina mediante inovação na gestão do contrato e por sermos exitosos nas ações. Portanto, serviríamos de referência para outros estados do país e países da América Latina.

Assim, surge o novo contrato de empréstimo em sucessão ao Microbacias 2, mas com uma mudança estrutural. Deixamos de financiar projeto para financiar um programa de desenvolvimento. Essa mudança fez com que houvesse, inclusive, a mudança no nome do programa, que de Microbacias passou a se chamar Programa Santa Catarina Rural (SC Rural), sinalizando uma mudança muito maior e mais desafiadora.

O Banco Mundial condicionou o novo contrato de empréstimo à implantação da modalidade Sector Wide Approach (SWAP), cuja tradução é Programa com Enfoque Setorial Amplo. Na prática, nessa modalidade o Estado precisaria atingir metas estabelecidas em contrato por meio dos Indicadores de Desembolso (DLIs), bem como índices de execução orçamentária. Somente após a comprovação desses índices é que haveria a liberação do valor de empréstimo, no valor de 50% do valor investido.

Essa mudança fez com que os recursos para a execução das atividades previstas no programa fossem alocados através do orçamento do Estado, junto a cada um dos executores envolvidos.



Empreendimento apoiado

Vale ressaltar que essa é a única experiência do banco de contrato de empréstimo na modalidade SWAP para projetos na área rural.

Nesse novo cenário, a Secretaria Executiva Estadual do Microbacias, que tinha como função gerenciar, executar e avaliar *todas* as atividades do projeto, muda seu enfoque para uma função de coordenação/gestão.



Gestão ambiental

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural

Podemos, então, afirmar que o Programa SC Rural é um grande esforço do Governo do Estado para articular ações programáticas previstas em seu Plano Plurianual (PPA) e sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por meio das oito executoras, para a superação de problemas de forma articulada. A responsabilidade direta pela coordenação do programa é da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), através da Secretaria Executiva Estadual do SC Rural (SEE), tendo como executoras a própria SAR e suas empresas vinculadas – Epagri e Cidasc –, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), a Secretaria de Infraestrutura (SIE), a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), a Fundação do Meio Ambiente e o Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

O programa tem investimentos previstos da ordem de US\$ 189 milhões, dos quais US\$ 90 milhões financiados pelo Banco Mundial e US\$ 99 milhões pelo Estado.

O SC Rural propõe novos desafios, apoiando planos e projetos grupais. Tem como objetivo aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar, por meio do fortalecimento e da estruturação de suas cadeias produtivas.



Apoio a atividades não agrícolas – turismo rural

No SC Rural, dado ao histórico, ou seja, o forte trabalho de organização dos agricultores. é mantido o enfoque de apoio às organizações dos agricultores familiares e pescadores artesanais, sejam formais ou informais.



Apoio a melhoria de sistemas de produção

No programa são evidenciadas ações de classificação, beneficiamento e transformação de produtos, visando à inserção de produtos e serviços dos agricultores e pescadores no mercado, bem como apoio à produção de matéria-prima, condição *sine qua non* para a produção de produtos de alto valor e diferenciados.



Apoio à melhoria da estrutura de fiscalização sanitária animal e vegetal

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural

Tabela 1 – Principais metas e resultados do programa SC Rural – até 30.09.2015

Metas do programa	Resultados alcançados
500 projetos estruturantes novos e existentes apoiados	453
20.000 agricultores apoiados em melhoria de sistemas	40.714
2.500 propriedades credenciadas no sistema de certificação fitossanitária	2.056
240 unidades de processamento e pós-colheita de frutas adequadas a exigências fitossanitárias do mercado	236
420 empreendimentos legalizados no SIE	277
700 propriedades certificadas livre de brucelose e tuberculose	621
45.000 famílias rurais capacitadas	163.000
1.500 jovens capacitados em empreendedorismo socioambiental e inclusão digital	952
430 km de estradas melhoradas	174
10 projetos-piloto de comunidades rurais digitais	20
3.000 propriedades rurais com documentação para regularização fundiária	1.050

Considerações finais

Ao longo desses mais de 30 anos, o Estado vem desenvolvendo projetos/programas de desenvolvimento em parceria com o Banco Mundial (Microbacias 1, Microbacias 2 e SC Rural).

Em todos eles é visível o papel da extensão rural no processo, sendo difícil afirmar se os projetos e programas fortaleceram a Epagri ou se foi a partir do conhecimento e da experiência existente que se consolidaram os desenhos desses projetos/programas. Com certeza foi uma relação simbiótica ao longo dos anos.

Fato concreto é que os resultados alcançados em todos os projetos e programas têm por base uma ampla e capilar rede de extensão, a qual permite sua

articulação em nível local com inúmeras organizações e, ao mesmo tempo, faz chegar as políticas públicas aos mais remotos locais do meio rural catarinense.

Esses projetos e programas fizeram com que ações de planejamento, acompanhamento, avaliação e controle passassem a ser internalizadas como rotinas dentro das executoras, não somente nas ações em que elas estavam diretamente envolvidas com a execução dos compromissos, mas também em outras áreas de atuação institucional, iniciando um processo de *perenização* das ações.

Outro aspecto a ser levado em conta é que em todas as avaliações de impacto/resultado efetuadas junto aos projetos anteriores têm-se mostrado os ganhos para a sociedade catarinense, em especial para a população rural. Inconteste que o SC Rural, ainda em execução, trará em seus relatórios finais impactos ainda maiores que os projetos anteriores, em virtude de sua mudança estrutural e pela maior interface com o órgão fazendário do Estado.

Hoje estamos em um momento de finalização e de preparação para a elaboração um novo contrato de empréstimo, o qual tem sua viabilidade alicerçada nos resultados alcançados pelas parcerias anteriores. Para ressaltar, de forma preliminar, o andamento das ações do Programa SC Rural, apresentamos a seguir cópia da carta do Diretor do Banco Mundial para o Brasil em resposta à solicitação do governo catarinense na contratação de um novo empréstimo, visando à continuidade das ações de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro.

A extensão rural como propulsora de programas governamentais de desenvolvimento rural



MARTIN RAISER
Diretor - Brasil
Região da América Latina e do Caribe

21 de agosto de 2015

A Sua Excelência o Senhor
João Raimundo Colombo
Governador do Estado
Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina
Rodovia SC 401, no. 4600
Bairro Saco Grande II
88032-000, Florianópolis, SC
Brasil
Raimundocolombo@gge.sc.gov.br

Senhor Governador,

Resposta ao Ofício GABGOV no. 128/2015

Acusamos o recebimento da correspondência em questão, a qual discorre sobre o desempenho exemplar do Programa SC Rural e solicita a continuidade da parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial.

Apresentamos nossa satisfação com os trabalhos desenvolvidos com o Estado de Santa Catarina e com os resultados apresentados no âmbito da execução do Programa SC Rural.

Assim, o Banco Mundial reitera o seu interesse e disponibilidade para colaborar na construção de um novo Programa de Desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina. É importante destacar que o Banco Mundial e o Governo Federal estabeleceram, de mútuo acordo, que a preparação de novos projetos só poderá ser iniciada quando da aprovação da respectiva Carta Consulta pela Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esperamos continuar com esta parceria e estreitar nossos laços em um futuro próximo.

Atenciosamente,

Martin Raiser

SCN Quadra 2 Lote A - Ed. Corporate Financial Center, 7º Andar - 70712-900 - Brasília - DF, BRASIL
Tel 55 (61) 3329-1000 Fax 55 (61) 3329-1010

Carta do Diretor do Banco Mundial

Fundamental se faz que órgãos e entidades envolvidas com o meio rural e pesqueiro estejam dispostas a enfrentar os desafios para a implantação de processos e ações inovadoras, não necessariamente ações novas, especialmente no que tange ao trabalho em sincronismo com os demais atores e parceiros, com objetivos em comum. Como tratamos de problemas amplos e complexos, em que os atores individualmente não possuem competência e capacidade para atuar em todas as frentes, esse reconhecimento é o passo inicial para avançar.

Uma experiência de trabalho com indígenas

*Rose Mary Gerber*⁵⁵

Era janeiro de 2002 e eu estava na casa de minha mãe ajudando a cuidar de meu pai, acometido com câncer, quando fiz uma pausa e fui à minha casa ver se tudo estava bem. Ao escutar as mensagens na secretária eletrônica, a surpresa com a voz de Moacir Bet, colega já falecido: *Rose, me liga, pois preciso falar contigo urgente sobre o projeto Microbacias 2 com indígenas*. Minha primeira reação foi fazer de conta que não tinha conhecimento da mensagem, afinal estava em férias e cuidando de meu pai doente. Mas o comprometimento com o trabalho foi maior e liguei para Moacir, que me disse: *Rose, preciso que volte de férias imediatamente para escrever a proposta do trabalho com povos indígenas. O Banco Mundial exige um antropólogo para fazer isso e eu passei a noite toda pensando: onde vou encontrar um antropólogo? Onde vou encontrar um antropólogo? Daí lembrei: mas nós temos uma antropóloga na Epagri, a Rose. Tens que voltar Rose*.

Senti um remexer no estômago. Como escrever uma proposta para atuar com povos indígenas se eu nunca havia trabalhado com eles? Como dizer que, mesmo sendo antropóloga, eu não era indigenista? Percebi que havia uma percepção de que todo antropólogo tem experiência ou sabe como atuar junto aos povos indígenas, mas também percebi que não tinha saída. O desafio me estava posto. Voltei à casa de minha mãe para explicar a situação, deixar medicamentos e encaminhar o que fosse possível para aliviá-la um pouco. Retornei à Epagri naquele janeiro para escrever o que veio a se intitular *Estratégia para Povos Indígenas* para o Prapem/ Microbacias 2.

O histórico de ação com povos indígenas na Empresa, até então, compunha-se de ações pontuais e iniciativas isoladas, como o trabalho de Tadeo Carniel junto a Terra Indígena (TI) Xapecó, a maior do Estado, cujo território compreende os municípios de Entre Rios e Ipuacu e algumas atividades

⁵⁵Graduada em Serviço Social/UFSC, 1985; especialista em Gerontologia/UFSC, 1992; mestre em Antropologia Social/UFSC, 1997, doutora em Antropologia Social/UFSC, 2013. Ingressou na Acar pesc em 1985. Atuou como extensionista social nos municípios de Araranguá e Governador Celso Ramos de 1985 a 1997. É analista de pesquisa e extensão na Gerência de Extensão Rural e Pesca.

junto à Terra LãKlanõ, no Alto Vale. A Epagri não queria esse trabalho, mas era uma prerrogativa do Banco Mundial, uma Salvaguarda Social, para a assinatura do contrato. Do contrário, ele não sairia.

Ao chegar às dependências da Secretaria da Agricultura onde estava o QG de quem estava escrevendo os diferentes subcomponentes do que viria a compor o Prapem/Microbacias 2, revisei o material existente, decorrente de consultas iniciais feitas a instituições e aos povos indígenas de Santa Catarina, e me organizei para fazer novas consultas junto com um antropólogo consultor e Geraldo Buogo, que na ocasião participou do início da escrita. Em seguida, Geraldo viajou e fiquei sozinha para concluí-la. Posteriormente, um antropólogo e uma antropóloga do Banco Mundial chegaram para acompanhar e ver se a escrita estava avançando. À medida que eu escrevia, eles revisavam o que eu ia compondo, dando sugestões e fazendo questionamentos constantes para entender o que eu estava definindo como documento norteador do trabalho que, pela primeira vez, se iniciaria de forma sistematizada na Epagri. Embora não conhecesse na prática esse tipo de trabalho, me dediquei com afinco, pesquisando e tendo como pressuposto para a elaboração a experiência de trabalhar em campo, principalmente com populações do meio marítimo. O meu referencial norteador era que se trata de trabalhar com pessoas, independentemente de ser classificado como deste ou daquele povo. Eu pensava, também, na ocasião, que tinha sido chamada apenas para escrever a proposta e que a execução seria outra etapa, pois se falava na contratação de uma consultoria.

Ledo engano. Depois de finalizada a escrita, ocorreu uma reunião com as pessoas envolvidas na composição dos diferentes subcomponentes, o Secretário Executivo do Programa, o Banco Mundial e demais autoridades. Na oportunidade, a antropóloga do Banco Mundial que havia conversado com a chefe da missão do Banco Mundial, afirmou em público que a antropóloga entendia que a Epagri não precisaria contratar um consultor, pois não poderia haver pessoa melhor para coordenar o trabalho com Povos Indígenas do que alguém que havia escrito com tanta propriedade o documento norteador da ação. Mais uma vez me senti sem saída e, mesmo não querendo atuar com essas populações, por considerar algo extremamente complexo, ali estava de novo o desafio. Em setembro de 2002 o Prapem/Microbacias 2 foi aprovado,

após Moacir Bet voltar de uma bem-sucedida missão a Washington. Logo a seguir, este colega tão ponderado, competente e otimista veio a falecer para triste surpresa da equipe.

Fiquei, dessa forma, responsável pelo trabalho com Povos Indígenas. Inicialmente, continuei na Epagri, mas, a seguir, fui para a estrutura do Programa, onde permaneci até 2009, quando saí para o doutorado. Ponderei com o Alcides Molinari, nosso gerente técnico, que não me sentia segura para dar sequência sozinha às ações e foi contratado um antropólogo consultor por um ano. Realizamos um seminário intitulado *Ninguém respeita o que não conhece*, envolvendo técnicos e indígenas, momento extremamente rico para o aprendizado em conjunto.

No entanto, apesar de termos esse antropólogo, constatamos que o tempo previsto passou e o trabalho não avançou como imaginávamos, no sentido de termos, de fato, uma forma de como exercitar o trabalho em campo. Assim, me dei conta de que não havia mais como eu não enfrentar, de fato e de frente, este desafio. Me organizei e fiz uma agenda de ações com os colegas dos municípios em que havia Povos Indígenas, para dialogarmos sobre dificuldades e limitações. Antes de tudo, porém, as viagens foram dedicadas a fazer um diagnóstico sobre como estava a situação com cada Povo, em termos de ações de outras entidades e instituições e em relação às nossas que estavam começando.

Após uma reunião com representantes dos guaranis, xoclengues e caingangues, começamos os trabalhos pela Terra LãKlanõ, no município de José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí, com uma reunião geral para esclarecer a proposta e, posteriormente, uma reunião em cada uma de suas sete aldeias na ocasião. Como os engenheiros-agrônomos se sentiram intimidados em iniciar este trabalho, me acionaram e fui, pessoalmente, realizar cada reunião, acompanhada do colega Celomar Daison Gross, da Gerência Regional de Rio do Sul. Foi um começo difícil, pois como eu estava à frente das reuniões e *representava o Estado*, os/as indígenas se sentiam à vontade para descarregar em mim raiva, ressentimento e revolta com o não atendimento completo das compensações relacionadas à obra da barragem em suas terras, o que resultava, por exemplo, em muitas famílias sem as casas que haviam sido prometidas. Tinha dias que eu saía da reunião direto para o Postinho de Saúde, pois a

tensão e o estado de atenção eram tão fortes que repercutiam em meu corpo e eu passava mal após sentir que havia cumprido mais uma missão.

O grande desafio não era apenas aplicar em campo o que havia sido pensado. Era exercitar uma prática consequente, que levasse em conta as demandas desses povos, porém de forma adaptada às suas peculiaridades. E isso não estava feito. Era preciso construir, criar. O Prapem/Microbacias 2 havia sido escrito para agricultores e, por exigência do Banco Mundial, incluiu os indígenas, a contragosto de muitos dirigentes e técnicos.

A metodologia de trabalho geral priorizou o Planejamento Estratégico Participativo (PEP), que previa tópicos como *visão de futuro*. Quando expus isso, na primeira reunião com os Xoclengues, os comentários borbulharam: *mas isso é muito difícil; como pensar daqui a 10 anos se nem sabemos o dia de hoje?; vocês dizem que querem nossa participação, mas já vêm com tudo pronto; não dá pra gente dizer como quer esse futuro tão longe. É muito difícil*. Naquele momento, eu tentando pensar rápido como agir e o Celomar, em um canto da sala, observando meio assustado, me deu um *clique*, desses que a vida nos traz sem que planejemos: *E como vocês esperam que estejam as matas, a água, as crianças daqui a algum tempo? Ah, agora sim. Agora falasse a nossa linguagem; Agora a gente entende o que queres saber. Vamos lá pessoal, é só a gente falar. Eu vou coordenar a reunião e a Rose e o pessoal da Epagri vão anotar tudo para depois sair o nosso Plano, que eles vão colocar no papel porque, para nós, basta a palavra. Mas essa é a regra do projeto. A gente fala, eles escutam e escrevem, arrematou o cacique*.

Na sequência dos trabalhos, chegamos às prioridades, que deveriam ser sociais, ambientais e de renda. Uma das indígenas perguntou se podia plantar fumo, ao que respondi que não, pois o Programa não apoiava ações que, comprovadamente, faziam mal tanto para quem produz quanto para quem consome, como o caso do fumo. A indígena indignada debochou: *como é que os lá de cima tudo plantam fumo? Contamina toda a água. Quer dizer então que, se eu quiser plantar cana, também não pode porque com ela se faz cachaça? Kakakaka*, arremeteu com uma grande gargalhada, acompanhada pelos demais. Dei mais algumas explicações. Ela, aparentemente, se conformou e a reunião seguiu. Meses mais tarde, encontrei a mesma indígena com outras

em uma reunião e rindo, comentaram: *Rose, aquele dia a gente provocou e disse: essa não vai aguentar. E não é que aguentasse? Continuas com a gente!*

Daquele início tenso, inexperiente, tateante, fui colocando em prática o papel que me cabia de responsável pela ação com Povos Indígenas, via orientação e trabalho em campo com os colegas, do que havia sido pensado como forma de incluir os indígenas. No *fazer fazendo* ficou claro o quanto era central a oralidade para estes povos, cabendo a nós, técnicos, registrar tudo para transformar em escrita. Outro tópico pensado na *Estratégia para Populações Indígenas* foi que os técnicos deveriam ter um *perfil adequado*, sobre o que foi criticada e questionada de forma jocosa por um colega da Sede. Respondi que não sabia qual o melhor perfil e que eles, os povos indígenas, é quem nos diriam, à medida que lhes perguntássemos.

Perguntamos e eles responderam. O perfil desejável de técnicos para atuar com esses povos deveria ter as seguintes características: iniciativa (respeitando a hierarquia e a organização); demonstrar comprometimento, *viver* o modo de ser indígena; estar presente constantemente na comunidade, apresentar habilidade para envolver lideranças; respeitar o tempo, o ritmo das populações indígenas, ser bom ouvinte: *não precisamos de gente que fale muito, nem que diga o que devemos fazer*; ser disponível, oferecer dedicação exclusiva, aceitar sinceramente os costumes indígenas; ser coerente nas repetições necessárias e nas ações, ser categórico nas afirmações (sim é sim e não é não), ter empatia com o modo de ser e agir do indígena; possuir temperamento estável (autodomínio), ser formado em ciências agrárias, mas com sensibilidade para trabalhar com a cultura indígena, ter firmeza nas atitudes (ex. regras do projeto), entender os conflitos entre as aldeias, as terras indígenas e o entorno e conviver com eles.

Após a experiência e a avaliação inicial com os xoclangues, passamos ao trabalho com os guaranis e os caingangues, porém adequando-nos a seus diferentes jeitos de ser e estar no mundo. Dessa forma, a metodologia seguiu como princípio central a flexibilidade. Para se desenvolver os trabalhos, considerou-se que existem duas situações distintas possíveis com as populações indígenas: a) estão inseridas em um espaço geográfico definido e b) estão em um espaço disperso, como os guaranis.



Um dos momentos das reuniões nas aldeias – TI Xaçecó

Cada povo, e cada aldeia de cada povo, tem sua dinâmica própria. Foi necessário um exercício de paciência para compreender as diferentes temporalidades, nem sempre similares ao tempo não índio. Obedecemos ao relógio e aos prazos predefinidos, mas como se sabe tudo está imbuído de uma burocracia *burra*, que, ao invés de facilitar, dificulta qualquer processo e data que se queira cumprir. Nesse sentido, os povos indígenas, por sua vez, nos colocaram em avaliação que não conseguiam entender porque o não índio *fala uma coisa e faz outra e porque tudo demora tanto para ser feito se a gente decide tudo rápido, pois sabemos o que queremos*. Não tínhamos resposta, a não ser concordar com eles, pois também nós tínhamos dificuldade em aceitar tanta burocracia para liberar recursos tão pequenos.

As prioridades foram diferentes para cada povo, embora houvesse uma tríade norteadora dos projetos – social, ambiental e renda – em algumas aldeias foi mais para o ambiental, em outras mais para a renda ou aliando um e outro, pois os planos previam ações em cada um desses vértices. Uma das primeiras prioridades foi com a habitação, especialmente nas TIs Xaçecó, Entre Rios e Ipuacu, assim como nas TIs Tekoa Marangatu e Imaruí. Naqueles anos em que começamos os trabalhos, tivemos notícia de crianças que morreram por hipotermia na TI Xaçecó, devido ao frio intenso. Por isso, foi dada prioridade máxima a essa demanda, por decisão das lideranças. Porém, o que

estava previsto no *sistema* era a *melhoria de casa*. Mas não havia casas, a não ser barracos feitos com restos de lona ou sarrafos de madeira. Assim, inicialmente o processo burocrático não admitia *construir* casas. No entanto, como coordenadora do trabalho, fui enfática, conversei com Molinari e demais colegas da equipe, argumentei, conversei com a antropóloga do Banco Mundial. Realizamos diversas reuniões com a equipe do *sistema*, que foi mudado para atender essa necessidade. O *sistema* deveria estar a favor das populações e elas não tinham que se adaptar a ele. Se a flexibilidade era um princípio, deveríamos exercitá-la. Ou seria só um discurso bonito e uma escrita no papel.



Prioridade 1: habitação

Passados alguns anos desde o começo de tudo, as ações continuaram no Programa SC Rural, orientadas pelo documento *Etnodesenvolvimento para Populações Indígenas*, a partir de avaliação feita com representantes desses povos em um seminário estadual, ainda no decorrer do Prapem/Microbacias 2, realizado em 2008, em Chapecó. A proposta apoiava demandas definidas nos Planos das Terras Indígenas, voltadas a áreas de renda, alimentação, plantios

tradicionalis, plantas bioativas, fruticultura, bovinocultura, entre outras.

O trabalho com Povos Indígenas envolveu e envolve alguns municípios do Estado, como São Francisco do Sul, Garuva, Major Gercino, Porto União, José Boiteux, Imaruí, Palhoça, Biguaçu, Entre Rios, Ipuacu e Chapecó. Agradeço aos colegas que fazem parte dessa trajetória, engenheiros-agrônomos, técnicos agrícolas e, especialmente, as extensionistas sociais, primeiras a assumir esse desafio em campo, algumas inicialmente reticentes para depois se apaixonarem pelo trabalho, como ouvi em uma ida a campo: *Eu quero te agradecer por insistir para eu trabalhar com indígenas. Que realização! Eu não poderia sair da Epagri sem ter vivido esta experiência* (Cilana Acteia Bertoncini, Extensionista Social de Biguaçu). Muitos foram os momentos de conflitos com o entorno, em que os próprios caciques nos orientaram a tirar os técnicos das aldeias e terras indígenas para preservar-lhes a segurança. Existiram e persistem dúvidas e dificuldades, principalmente na Epagri, pois alguns técnicos ainda não entendem as peculiaridades de lidar com diferentes cosmovisões e interpretam tudo a partir do olhar não indígena, principalmente os que lidam com trâmites burocráticos ou jurídicos, vendo dificuldade e má intenção, onde o desejo é ver as ações ocorrerem o mais próximo possível do priorizado por esses povos.

Por outro lado, muitos foram os avanços, as conquistas e as soluções para situações inicialmente extremamente difíceis. Talvez esse seja motivo para que essa experiência tenha sido avaliada pelo Banco Mundial como exemplo a ser levado a outros lugares. Isso foi feito por nós na Emater do Paraná, quando eu e Geraldo Buogo apresentamos nossa metodologia de trabalho em evento lá realizado, e pela antropóloga do Banco em São Paulo, no Paraguai e na sede do Banco em Washington. O vídeo *bya Reko* (Vida Guarani) teve a distribuição de mais de 4 mil cópias no Brasil e no exterior, enquanto o caderno bilíngue, de mesmo título, teve a distribuição de 11 mil exemplares nos mesmos moldes.

Para o que, no início de tudo, era expectativa e insegurança, hoje há como falarmos e dividirmos nossa experiência com outras instituições e pessoas, pois foi na prática que fomos construindo essa trajetória. Eu, como antropóloga na Epagri, posso afirmar que não considero outra forma de exer-

citar-me que não seja no campo. Entendo que não há como ser somente o que se denomina na antropologia de *antropólogo de gabinete*.

É preciso ir ao campo, com o que eu denominei em minha pesquisa de doutorado de *escutar com os olhos*. Ou seja, com totalidade, olho no olho, porque, quando mostramos ao outro que o estamos escutando de forma atenta, ele percebe e fala. Uma escuta disponível diz respeito a acionarmos nossos sentidos para o que o outro tem a nos dizer a partir da visão dele. Isso fez com que aquilo que, para os técnicos parecia *muito pouco*, para os povos indígenas era exatamente o que queriam e o respeito demonstrado fez com que muitos deles digam que querem que a Epagri continue como empresa de extensão junto em seus cotidianos. Segundo eles, porque *falou que ia fazer, e fez*.

A antropologia, e estou falando especialmente da realizada extramuros de academias, mas entendo que é princípio de toda antropologia, se constrói com observação e convivência; etnografia, teoria, epistemologia, que compõem este saber-fazer, que eu, como antropóloga, inicialmente chamada pelo Moacir Bet, trouxe para a Epagri como forma de contribuir com a ampliação do olhar no exercício da Extensão Rural de Santa Catarina.

Como afirmou Malinowski, as diferentes populações do meio rural catarinense com as quais interagimos são *carne e sangue* do extensionismo. Particularmente, são motivação do ofício de quem escolheu contribuir para ampliar as formas de compreender diferenças culturais, não o que é certo ou errado. Há diferentes.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar

*Edilene Steinwandter*⁵⁶

Minha história com a extensão rural começou muito antes de saber o que isso significava. Nasci e cresci no município de Treze Tílias, Meio-Oeste catarinense. Uma cidade pequena, mas rica em detalhes que revelam sua tradição e seus costumes, que mantém a sua cultura viva e preserva na arquitetura, na culinária, na dança e na música a história dos seus antepassados.

Meus avós chegaram ao Brasil ainda crianças. Vieram da Áustria fugindo da grave crise econômica que atingia a Europa devido à Primeira Guerra Mundial. Na época a economia austríaca estava abalada e o então ministro da agricultura da Áustria, Andreas Thaler, resolveu emigrar para o Brasil acompanhado de algumas famílias, em busca de melhores condições de vida. Chegando ao centro do estado de Santa Catarina, encontraram um clima temperado, semelhante ao clima europeu, e terras férteis, propícias para a instalação e o desenvolvimento de uma comunidade, que tinha como capital social agricultores como sua força e seu conhecimento. Nesse local, hoje Treze Tílias, meus avós maternos e paternos cresceram, se casaram e tiveram seus filhos. Dessa forma, meus pais são agricultores na sua essência. Moraram no meio rural até se casarem, quando então foram morar na cidade para cuidar do moinho de farinha de meu avô. Mesmo morando na cidade meu pai “fazia roça”, plantava milho e fumo em uma propriedade que herdara de seus pais. Por algum tempo, além de trabalhar durante o dia no moinho e nos finais de semana na lavoura, também trabalhava como empregado “recolhendo leite” em algumas propriedades no interior de Ibicaré, município vizinho de Treze Tílias. Esse leite era entregue no laticínio Tirol que, na época, estava iniciando suas atividades na industrialização de leite pasteurizado.

⁵⁶Engenheira-agrônoma/CAV/Udesc, 1999 e mestre em produção animal/UFSM, 2009. Ingressou na Epagri em 2002. Atuou como extensionista rural em Ponte Serrada, agente técnico de desenvolvimento na região de Xanxerê, gerente regional de Xanxerê e analista de pesquisa e extensão rural da Gerp. Atualmente é Gerente Estadual de Extensão Rural e Pesqueira.

Pela trajetória dos meus pais, nasci e cresci na cidade. Sempre moramos na mesma rua, e aqui começa minha relação com a extensão rural. Em frente a nossa casa, no porão da casa do Tio e da Tante (tia em alemão), ficava o escritório da Acaresc.

Os vizinhos eram a extensão da nossa família, da rua e do quintal da nossa casa. Assim, a Acaresc estava, neste contexto, fazendo parte de minha vida. Além disso, Eliane Bauernfeind, uma das funcionárias da Acaresc, almoçava todos os dias na nossa casa, pois seus pais moravam distantes da Acaresc. Eliane é prima do meu pai e madrinha da minha irmã. Então tínhamos uma relação familiar bastante próxima. Eu a admirava pelo fato de ela trabalhar na Acaresc. Ela estava sempre bonita, maquiada, usava joias e pintava o cabelo. Sempre que eu entrava no escritório da Acaresc ficava encantada. Tudo bem organizado, bem cuidado, tinha muitos livros legais, máquina de escrever, um ferro na frente da porta para limpar os calçados, tapetes, flores e mapas. Quando via os agricultores chegando observava que, na maioria das vezes, estavam sempre bem arrumados como a gente fazia quando íamos para Joaçaba (cidade grande) ao médico. Então, relacionava isso ao respeito que os agricultores tinham pelos funcionários da Acaresc. Admirava o trabalho do Angelim, técnico da Acaresc. Eu gostava de ficar ouvindo suas conversas com os agricultores. Sempre estava ajudando e explicando coisas interessantes. Quando eu via que o fusca da Acaresc não estava em frente ao escritório já sabia que o Angelim estava nas propriedades ajudando os agricultores.

A Eliane, como era auxiliar administrativa, passava o dia no escritório, onde eu sempre ia visitá-la. Às vezes ganhava um pôster ou livrinho da Acaresc. Era uma alegria e tanto. Lembro com carinho de um livrinho de produção de morangos. Foi o que mais gostei porque era preto e branco e tinha várias figuras para colorir.

Essa admiração pelos funcionários e pelo trabalho da Acaresc, aliada à paixão pelos meus padrinhos que eram agricultores e pelo modo de vida na agricultura, me motivaram a querer ser extensionista. Até então não sabia qual profissão teria que optar para ser extensionista, mas sabia que queria ajudar os agricultores assim como o Angelim e a Eliane. Sonhava em ser igual a eles.

À medida que fui crescendo e entendendo das profissões tudo foi

clareando. Quando estava no terceiro ano do segundo grau o colégio fez um estudo com cada um dos alunos sobre “vocação profissional”. Quando chegou o resultado desse teste vocacional na minha ficha estava escrito: vocação para área de ciências exatas e da terra, com forte indicativo para engenharia florestal e agronomia. Não tive dúvida: vou fazer agronomia.

Lembro que minha mãe falou: Agronomia! Você não acha que é uma profissão mais de homem? Pensei e, de fato, não conhecia nenhuma mulher engenheira-agrônoma, mas isso não fez nenhuma diferença. Como meus pais viram que eu estava decidida, me apoiaram e incentivaram em todos os momentos, assim como continuam fazendo até hoje.

Em fevereiro de 1995 ingressei no curso de Agronomia no Centro Agro-veterinário da Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/Udesc) em Lages, graduando-me como engenheira-agrônoma em dezembro de 1999.

Durante a graduação, nos períodos de férias escolares, sempre busquei fazer estágios extracurriculares para vivenciar o que, de fato, era extensão rural e também para buscar uma maior proximidade com o meio rural, uma vez que sou filha da cidade.

Quando me formei só pensava em trabalhar. Não cogitei a possibilidade de fazer mestrado logo após a graduação. Dois motivos me levaram a essa decisão. Primeiro, por ser a filha mais velha, somos quatro irmãos, eu, Marcos, Bernadete e Evandro, e acreditava que era o momento de buscar minha autonomia financeira para que meus pais pudessem, com mais facilidade, proporcionar uma oportunidade para meus irmãos fazerem a graduação também com dedicação exclusiva. Outro motivo é que tinha pressa em querer colocar em prática o que aprendi e aprender ainda mais praticando. Tinha clareza de que, assim, teria melhor preparo para, no futuro, fazer mestrado.

E assim foi. Dois meses após a formatura já estava trabalhando. Minha primeira experiência de trabalho foi como professora no colégio agrícola em Água Doce. Foi apenas um ano de trabalho. Posso dizer que foi o período de maior aprendizagem da minha vida profissional. Estudei, nesse ano, mais do que a graduação inteira. A maioria dos alunos era composta de filhos de agricultores e conhecia as práticas agrícolas, enquanto eu conhecia basicamente a teoria. Por isso, nos finais de semana procurava vivenciar e praticar em algumas proprie-

dades aquilo que ensinaria na semana seguinte. Já estava praticando uma das premissas da extensão rural, “aprender a fazer fazendo e entendendo”.

Enquanto trabalhava como professora, fiz concurso para engenheira-agrônoma na prefeitura de Ponte Serrada e, no início de 2001, iniciei o trabalho nesse município. Foi aí que me apaixonei mais ainda pela extensão rural. Na época não tinha técnico da Epagri no escritório municipal de Ponte Serrada. Então, através de um convênio entre Epagri e Prefeitura Municipal, acabei executando trabalhos da Epagri.

Em 2002, quando foi lançado edital de concurso público para a Epagri, senti que era a oportunidade de realizar meu grande sonho: ser extensionista da Epagri. Fiz o concurso e, logo na primeira turma, fui chamada. No dia 2 de setembro de 2002 ingressei na Empresa. Nossa turma, infelizmente, não passou pelo famoso e conceituado pré-serviço oficial da Epagri. Mas a equipe da Gerência Regional de Concórdia, que abrangia Ipuacu, município que escolhi para trabalhar, ofereceu-nos várias oportunidades para nos capacitarmos. Era uma forma de pré-serviço em alternância. Ficávamos, normalmente, uma semana por mês em curso no Centro de Treinamento de Concórdia e depois voltávamos ao município para o trabalho.

Quando fui escolher a vaga o município de Ponte Serrada já havia sido escolhido por outro engenheiro-agrônomo. Então escolhi trabalhar no município de Ipuacu. Basicamente foram dois motivos que me levaram a escolher esse município. O primeiro porque teria como colega de trabalho o Tadeo Carniel, um profissional exemplar que sempre admirei e sabia que aprenderia muito com ele. O segundo motivo foi o desafio de trabalhar com indígenas.

Fazia pouco mais de um mês que estava trabalhando em Ipuacu quando o gerente regional me telefonou pedindo que me apresentasse na Gerência em Concórdia, pois precisava conversar comigo. Não nego, fiquei apreensiva. Mesmo sabendo que estava tudo certo, que estava tentando fazer um bom trabalho, bateu medo.

Chegando a Concórdia, o gerente regional me comunicou que lideranças e representantes dos agricultores de Ponte Serrada haviam encaminhado ofício ao governador solicitando meu retorno ao município. Foi uma alegria ver aqueles ofícios e saber que tinha deixado marcas positivas além do que eu

mesma imaginava. O gerente regional me comunicou que a partir da próxima semana eu retornaria a Ponte Serrada, agora como funcionária da Epagri e não mais da prefeitura. Foi gratificante retornar e dar continuidade ao trabalho junto às famílias daquele município. Nessa época a equipe da Epagri era composta por mim e pela Neiva Dalla Vecchia, que, com sua sabedoria, dedicação, amor a extensão rural e experiência de trabalho, me ajudou a construir minha própria história e, juntas, fizemos belos trabalhos. Logo em seguida, a equipe foi reforçada com a chegada do Maicon Argentone e do Clevis de Abreu. Trabalhar nessa equipe era muito bom. A alegria fazia parte do nosso dia, o trabalho era leve e gratificante. Tínhamos um programa de rádio de 15 minutos todas as segundas-feiras. No início, esses 15 minutos pareciam uma eternidade. Com o passar do tempo, eram tantos os assuntos que os 15 minutos pareciam voar.

Nesse período, trabalhamos fortemente na formação dos Grupos de Animação das Microbacias (GAMs) e na criação das Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs). Foram inúmeras visitas e reuniões, muitas delas à noite. Os resultados dessas reuniões foram os planos de desenvolvimento das microbacias elaborados. A execução do trabalho junto ao projeto Microbacias 2 trouxe para o município, para nós técnicos e para a própria Epagri um grande aprendizado metodológico de planejamento, com envolvimento da comunidade e com muitos resultados extraordinários.

No final de 2005, o diretor técnico, em uma visita à gerência regional, me convidou para assumir a função de Agente Técnico de Desenvolvimento (ATD) e responsável regional pelo programa de pecuária. Ficaria lotada em Ponte Serrada, mas com atuação regional e assim foi até 2007, quando fui liberada para ingressar no mestrado. Cursei o mestrado na Universidade Federal Santa Maria (UFSM), no curso de pós graduação em Zootecnia na área de concentração de produção animal.

Em fevereiro de 2009, após conclusão do mestrado, retornei ao trabalho, agora lotada na Gerência Regional de Xanxerê.

Nos dois anos em que fiquei fora da Empresa muitas mudanças aconteceram. Uma delas foi a construção e publicação do documento “Gestão e Estrutura Técnica da Epagri” em 2008. Esse documento, em vigor até hoje,

estabelece o sistema de planejamento, o modelo de gestão e as atribuições dos profissionais envolvidos nas atividades de coordenação e gerenciamento, assim como define o papel do comitê da Unidade de Gestão Técnica (UGT). Também normatiza o processo de gestão técnica da Empresa, sustentado em macroprogramas, programas e projetos. A definição e estruturação dos Macroprogramas e Programas teve como pano de fundo a missão e os objetivos estratégicos da Empresa que foram criados durante reunião estadual de planejamento, realizada em fevereiro de 2008, quando foram definidas as diretrizes estratégicas da Epagri, reafirmados e finalizados nos seminários regionais das áreas técnicas, realizados entre março e abril do mesmo ano, quando foram sugeridas as diretrizes técnicas dos programas.

Desde a publicação desse documento, o processo vem sendo aprimorado com base em sua aplicação e seu acompanhamento. Algumas modificações vêm ocorrendo e outras versões já foram publicadas com o objetivo de trazer maior sustentabilidade ao processo, ao mesmo tempo que permitem que o processo esteja sintonizado com as mudanças que ocorrem no âmbito interno e externo da Empresa.

Nesse período também houve a definição e implementação de um sistema de planejamento institucional integrado, centrado na demanda e no gerenciamento de projetos.

Entre as características do processo implementado no documento gestão e estrutura técnica, destacam-se:

- a participação da sociedade na identificação das prioridades e na definição das atividades a serem desenvolvidas;
- a delimitação do Estado em 10 Unidades de Gestão Técnica (UGT);
- a descentralização do processo de planejamento com a constituição e organização dos Comitês Técnicos das UGT e do Colegiado Técnico Estadual;
- a criação e implementação de sistemas de gestão técnica integrados – Seplan, Seater, Seceve, Seprotec, Setec, Sepex.

Esses sistemas representam uma grande inovação na gestão da Empresa. Vale apenas citar aqui alguns produtos gerados por alguns desses sistemas. Por meio do cadastro dos beneficiários da Epagri e do relato das atividades executadas (Seater e Seceve), foi possível criar um cadastro único de benefi-

ciários das ações da Empresa e, com isso, construir e disponibilizar o prontuário de cada beneficiário, isto é, ter em um único documento o registro histórico das interações entre a Epagri e os beneficiários das suas ações. Já o Seplan tem como objetivo principal registrar as fases de elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos visando ao provimento de informações gerenciais relativas a metas, orçamento, equipe e atividades desenvolvidas. Através deste sistema a Epagri possui, atualmente, um banco de dados históricos dos projetos desenvolvidos que permite gerar indicadores relativos a metas previstas e alcançadas, orçamento elaborado e realizado e alocação de colaboradores, entre outras informações gerenciais. Com o Sevece a Epagri criou um calendário de cursos e eventos para os quais produtores e técnicos podem consultar e se inscrever. Além disso, o sistema conta com outras ferramentas, como a emissão de documentos, relatórios, certificados, listas de presença, seguro etc. Muitos indicadores são gerados através desses sistemas, o que permite à Epagri discutir e avançar nos trabalhos realizados.

Seguindo minha trajetória na Empresa, em 2011 fui convidada a assumir a Gerência Regional de Xanxerê, composta por 14 municípios. Surgia aí um grande desafio: seria a primeira mulher engenheira-agrônoma na história da extensão rural de Santa Catarina a assumir o cargo de gerente regional. Recebi manifestações de apoio de vários colegas da região, mas o surpreendente é que recebi inúmeros e-mails de incentivo e de parabéns de colegas engenheiras-agrônomas que eu não conhecia, até mesmo de fora da Epagri. Também é verdade que recebi críticas por ser nova na Empresa e por estar quebrando algumas regras históricas.

Passados nove meses fui convidada a fazer parte da Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesca (Gerp). Aceitei o convite e me mudei para Florianópolis. Na Gerp trabalhei mais intensamente nos sistemas da Epagri, anteriormente citados, no planejamento da extensão rural e no acompanhamento das UGTs.

Nesse período, a Epagri estava vivendo grandes mudanças. Um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) estava sendo implantado. Paralelamente, o estudo de um concurso público que possibilitaria a reposição das equipes se encontrava em fase adiantada. Em 2013, o PDVI foi implantado e

os primeiros colegas começaram a sair. No período de 2013 a 2015, vigência deste plano de demissão, se desligaram da Empresa 602 funcionários de um total de, aproximadamente, 2.100 funcionários. Alguns desses colegas deixaram suas contribuições para o desenvolvimento da agricultura catarinense e fazem parte da história da extensão rural de Santa Catarina. Nos anos de 2014 e 2015 tivemos contratações, num total de aproximadamente 150 novos funcionários, que passaram pelo processo de capacitação inicial, o “pré-serviço”.

Nesse cenário, muitas transformações aconteceram e outras virão. A Epagri, atualmente, reúne profissionais que estão há mais tempo na extensão rural e têm grande experiência de campo e vivência com outros que estão recém-chegando e que, por sua vez, estão mais familiarizados com tecnologias como a comunicação virtual, que passa a ser mais uma ferramenta de extensão. Trata-se de um recurso que vem ao encontro do público da extensão que também está mais exigente e se atualizando dia a dia.

Concomitante a essas mudanças na Epagri, em nível nacional, no ano 2010 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Essa nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei Nº 12.188, de 11/01/2010) instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Definindo a atividade de Ater como serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. A Lei também definiu que o público beneficiado pelas atividades de Ater são os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.

Por meio da Pnater a extensão rural busca realizar uma transição do modelo tradicional de atividade de Ater, apontado como difusionista produtivista, para um modelo de agricultura de base ecológica com enfoque preferencial no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis e compatíveis

com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente. Com esse propósito, a Pnater baseia-se na adoção de uma metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, respeitando os saberes dos agricultores como conhecimentos válidos, que permitem a valorização das famílias do campo de maneira que também seja preconizada, no modelo de Ater, a promoção da equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia.

Essas orientações e diretrizes da Pnater nos colocam grandes desafios e responsabilidades, principalmente na capacitação dos extensionistas que, na maioria, ainda são formados para dar assistência técnica no modelo tradicional. Essa nova Ater exige novos conhecimentos e novas posturas nos enfoques pedagógico, metodológico, tecnológico e socioambiental.

Em pleno período de demissões, contratações e reestruturação técnica da Empresa, assumo a Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesqueira, como a primeira mulher a assumir a Gerência Técnica Estadual na Epagri.

Por todos os desafios que a extensão rural apresenta e grata pelas oportunidades que tenho tido como extensionista, tenho certeza de que minha caminhada na extensão rural não para por aqui. Seguirei ainda por mais alguns bons anos, se assim o grande mestre permitir. Para o futuro, levo comigo o trecho de Paulo Freire que diz que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

A educação ambiental na extensão rural

*Bernardete Panceri*⁵⁷

A Epagri tem uma longa trajetória em ações de Educação Ambiental voltadas ao mundo rural. Vem no bojo das ações que a antiga Acaresc, quando foi criada em 1956, se propunha a desenvolver com as famílias e comunidades rurais, como forma de promover o desenvolvimento rural. Eram dois grandes objetivos na época: um voltado ao desenvolvimento econômico e outro ligado às questões da casa, da família, tida como área social. Assim, a Acaresc desenvolvia atividades ligadas às ciências agrárias (área produtiva agrícola) e outras ligadas às ciências humanas (qualidade de vida), como o saneamento rural. Com o tempo, esse enfoque tornou-se a diretriz que abriu portas e porteiros para se entender e mergulhar nesse grande e maravilhoso desafio que é a Educação Ambiental ligada ao mundo rural, hoje denominada Educação Ambiental Rural (EAR).

Foi gratificante perceber que a Eco 92, evento ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, trouxe, de forma impactante, o debate ambiental que invadiu as mídias brasileiras. Antes desse evento, falar em Educação Ambiental, ou mesmo abordar as questões ligadas à contaminação das águas pelos dejetos suínos e pela falta de saneamento nas pequenas cidades e nas comunidades rurais era quase uma heresia. Assim, foi muito importante e um impacto positivo para o Brasil ter sediado a Eco 92, pois contribuiu para abrir e ampliar o debate e ficou mais fácil dialogar sobre essa problemática.

Nesse período (1992) a Epagri estava se organizando. Era uma empresa recém-criada, advinda da fusão de outras instituições e havia muitos conflitos internos, o que, de certa forma, facilitou o avanço na área social, principalmente na qualificação das extensionistas em relação ao saneamento. Entendo

⁵⁷Pedagoga (Udesc/1985); especialista em extensão rural (Udesc/1988) e MSc em engenharia sanitária e ambiental (UFSC/1997). Ingressou na Acaresc em 1973 como extensionista de juventude rural em Joaçaba e região. Foi coordenadora regional da área social em Tubarão e coordenadora estadual de juventude em Florianópolis; responsável pela área de educação ambiental rural na Epagri e nos Programas Microbacias 2 e SC Rural. Desligou-se da Epagri em 2015.

que, naquela ocasião, foram dados os primeiros passos para estruturar uma ação em Educação Ambiental ligada à melhoria das condições de viver no mundo rural. Era o finalzinho das ações do Programa Microbacias 1 (MB1) que, fundamentalmente, estavam ligadas à recuperação dos solos catarinenses. Para esse projeto, as ações em saneamento rural – que ainda não eram chamadas de Educação Ambiental, embora já houvesse o entendimento e a atuação nesse sentido – não estavam contempladas como atividades previstas e apoiadas pelo MB1. Mas no penúltimo ano de execução do MB1, a Epagri foi convidada a contribuir com a Fatma para a implantação do Programa de Educação Ambiental do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Esse momento foi muito significativo para a consolidação e o reconhecimento da atuação da Epagri na Educação Ambiental Rural, abrindo as portas para a inclusão da Educação Ambiental como um componente do Projeto que viria a acontecer na continuidade do MB1, o Microbacias 2 (MB2). Com isso pela primeira vez, as ações com as famílias rurais e indígenas e as escolas foram apoiadas com recursos financeiros. Inclusive, é bom lembrar que, na época, esse fato gerou certo desconforto com a área tida como econômica, considerada sempre como área prioritária. Era como se estivesse sendo investido em questões não tão importantes.

A criação das ações em Educação Ambiental no MB2 foi realizada com ampla participação social. Primeiramente, foram ouvidas as famílias rurais atendidas e não atendidas pelo MB1; foram ouvidas a comunidade escolar, as extensionistas sociais e rurais e as entidades parceiras, como Fatma, Universidades, ONGs, ambientalistas e associações ligadas aos agricultores, dentre outras. Dessa consulta, elaborada com a participação ativa das universidades e empresas executoras, foram estabelecidos os objetivos, as diretrizes, as estratégias e a metodologia de ação em Educação Ambiental, prevendo a participação de famílias rurais em cada microbacia a ser trabalhada. Os resultados foram surpreendentes, ocorrendo uma verdadeira transformação na realidade de muitas comunidades com a atuação da Educação Ambiental que, desde o início, estabeleceu três áreas de atuação: saneamento rural com ênfase na proteção e recuperação de mananciais de água e tratamento do esgoto doméstico; arte educação, trazendo como ino-

vação a linguagem lúdica como abordagem de sensibilização para o belo e a preservação e recuperação da cultura e das tradições locais; e a alimentação saudável, tendo como foco os quintais orgânicos e a preparação da alimentação o mais natural possível. A atuação nessas três áreas nas comunidades rurais e indígenas e nas escolas, aliada à qualificação do corpo técnico e à formação de uma equipe de trabalho integrada no âmbito estadual, fez com que se criasse um ambiente motivador e inspirador de muitas inovações, que tem contribuído na melhoria das condições de viver da sociedade catarinense, bem como de outros estados do Brasil. É importante frisar que essas inovações só foram possíveis pela inteireza de profissionais extensionistas que atuam em Educação Ambiental e das parcerias que se instauraram ao longo da trajetória, que não medem esforços para contribuir com a melhoria das condições de viver, seja no que se refere às águas de consumo humano, ao tratamento do esgoto doméstico, e à transformação do lixo orgânico em composto, seja na transformação dos materiais reciclados em possibilidade de renda e de vida de famílias, jovens e comunidades. Enfim, em todas as áreas de trabalho temos verdadeiras/os colaboradores criativos e motivados a dar o seu melhor.

Considero, também, como fundamental a continuidade das ações com apoio financeiro no período dos dois projetos financiados pelo Banco Mundial. MB2 e SC Rural. O SC Rural veio na continuidade do MB2 e as ações em Educação Ambiental tiveram continuidade, embora com menor ênfase dentro do projeto. No entanto, essa continuidade com aporte de recursos financeiros e metas estabelecidas facilitou e ampliou a ação da Epagri. Desde o período 1990 até hoje (2015), podemos afirmar que o avanço de entendimento e de ações concretas é surpreendente. Entre os resultados, podemos citar as inúmeras tecnologias sociais de baixo custo em melhoria de água e saneamento rural. Uma das primeiras foi a proteção de fonte *Modelo Caxambu*, tecnologia criada numa parceria entre a Epagri, a Secretaria dos Negócios do Oeste e os agricultores da comunidade do município de Caxambu do Sul. Essa tecnologia transpôs fronteiras de estados e hoje está presente em milhares de propriedades rurais em vários estados do País além, é claro, de Santa Catarina.

Nas tecnologias de tratamento do esgoto doméstico, as primeiras foram

adaptadas, principalmente da tecnologia alemã que integra plantas e solo (leito filtrante). Em 1994 foi implantado, com o apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ)⁵⁸ e da prefeitura municipal de Agronômica, o sistema coletivo para tratar todo o esgoto produzido no Centro de Treinamento da Epagri do município de Agronômica (Cetrage) e um sistema para filtrar a água do córrego do Cetrage. O departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC fez todo o processo de pesquisa desses dois sistemas. Após a comprovação dos resultados, adaptamos tais tecnologias para as áreas rurais, tanto para famílias quanto para grupos de famílias e escolas. A partir do MB2, adaptamos mais seis sistemas para tratamento do esgoto doméstico, tanto coletivo como unifamiliar, adequados aos diferentes tipos de solo e profundidades de lençol freático. Nesse trabalho de adaptação, muitas foram as parcerias com entidades, extensionistas, pesquisadores e comunidades rurais em todo o Estado. Citamos, para ilustrar, o trabalho de Pesquisa Participativa desenvolvido no município de Gravatal, Sul de Santa Catarina, com as famílias quilombolas da comunidade de Caeté. Dentre as tecnologias pesquisadas e aprovadas, estão os sistemas individual e coletivo com reatores duplos e leito filtrante com bambu e areia, o Sistema Laranjal e o Sistema Laguna.

Na parte de água, além da proteção de fonte *Modelo Caxambu*, já citada, foram gerados dois sistemas de filtros lentos adaptados a partir de uma pesquisa em parceria com a UFSC para filtrar água de córregos para famílias rurais, comunidades indígenas e escolas. Na região de Tubarão, pioneira nessas tecnologias, já foram instalados mais de 180 grupos de água. Com recursos do SC Rural e das prefeituras municipais, as famílias organizaram-se para instalar os filtros lentos e tratar a água de toda a comunidade.

Por outro lado, temos desenvolvido também tecnologias sociais facilitadoras do desenvolvimento humano e social, fortalecendo o tecido social das comunidades rurais na área da Arte Educação. Vou citar apenas dois exemplos que considero os mais significativos. Um deles é o Cores da Terra, atividade que funciona como uma oportunidade de conhecer o solo a partir de outro olhar e de novas possibilidades; um resgate de tecnologias antigas

⁵⁸Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) – convênio firmado entre a Alemanha e o Governo de Santa Catarina para apoiar o programa de Profissionalização de Agricultores.

repaginadas com fixadores atuais. Essa tecnologia foi uma parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Escolas, casas e artesanato passaram a ter novas cores a partir dos solos locais. Muita arte e baixo custo pintando com as cores da terra. A segunda e mais recente inovação, que confere uma significativa agregação das famílias, foi a introdução da Pedagogia da Cooperação como metodologia para fortalecer e ampliar o capital humano e social das comunidades, oportunizando que comunidades e pessoas disponibilizem o seu melhor de maneira lúdica e divertida. *Ser quem se é de verdade e criar ambientes seguros para aflorar atitudes colaborativas* são proposições e possibilidades da Pedagogia da Cooperação, desenvolvendo o que cada um tem de melhor, brincando e se divertindo de forma lúdica e amorosa. Ser ao mesmo tempo um mestre e aprendiz.

No tocante ao trabalho de Educação Ambiental Rural com escolas, integram-se todas as ações já citadas num processo de parceria, onde as escolas, a cada ano, podem inscrever seus trabalhos desenvolvidos em Educação Ambiental no *Prêmio Epagri Escola Ecologia – Márcia Mortari*. Essa premiação, que não é um concurso, foi estabelecida como meta ainda do MB2. Devido ao seu alcance e resultados na ampliação da visibilidade e da valorização das ações em EA com escolas, o prêmio continua no SC Rural, atingindo em 2015 sua nona edição. São premiadas, a cada ano, 10 escolas – uma de cada grande região do Estado. A premiação é basicamente uma oportunidade para a troca de experiências entre os professores e a comunidade escolar. Mas além de sentir o valor de seu trabalho, os participantes podem dar um testemunho à sociedade que, nem sempre, consegue perceber o volume de ações que são desenvolvidas e o número de pessoas e instituições envolvidas.

Escrevi este texto com grande carinho e admiração que tenho pelo trabalho e pelo quadro técnico que tem se dedicado, cada dia mais, para realizar ações de qualidade que estejam em sintonia com as diversas realidades culturais, econômicas, ambientais e sociais do mundo rural catarinense. Gostaria de agradecer imensamente ter participado dessas ações e podido aprender a ser mais gente e mais feliz com essa equipe de parceiros interinstitucional e intrainstitucional.

Gratidão!

A conquista do casamento

*Ioldacir Maria Abitante Andreis - Lola*⁵⁹

No início dos anos 70, fazíamos um trabalho em equipe, extensionista social e extensionista rural, em que as prioridades na área social eram o saneamento básico e as hortas domésticas. A energia elétrica não chegava a todas as residências e o acesso às informações era precário. Na maioria das comunidades éramos os únicos a prestar informações sobre melhorias quanto à produção de alimentos, saúde, alimentação e qualidade de vida. Além de meios e métodos, precisávamos, principalmente, mostrar resultados para conquistar a confiança das famílias.

Os extensionistas, na maioria recém-formados, poucos casados, e as extensionistas sociais, jovens e solteiras. Não eram admitidas mulheres casadas e, em se casando, deveriam pedir demissão. Estávamos cientes das normas vigentes e éramos alertadas, também, que, se fossem descobertos casos de envolvimento com o extensionista, podíamos ter certeza de que seríamos transferidas para outra região. Assim mesmo, muitas histórias aconteceram. Os namoros entre extensionistas seguiam discretos e secretos e, quando resultava em casamento, a extensionista pedia demissão. No município onde fiz estágio, a equipe sempre combinava confecção de álbum seriado à noite e, para essa atividade, a estagiária estava dispensada. Fui saber um ano depois que estavam apaixonados.

No primeiro ano de trabalho, em visita a uma propriedade, a dona de casa colocou as cadeiras bem próximas para sentarmos. Naquele dia, o nosso objetivo era motivá-los a participar das ações na comunidade e, enquanto explicávamos, ela perguntou admirada: *vocês não são casados?* Eu, rapidamente, respondi: *Deus me livre!* Meu colega de trabalho ficou magoado comigo por ter passado para a família a impressão de que ele não era uma pessoa legal. Ele era maravilhoso, e era óbvio que minha intenção não era no sentido de desvalorizá-lo. Na verdade, ambos estávamos sempre atentos em manter uma

⁵⁹Foi extensionista social da Epagri. Ingressou na Acaresc em 11/06/1974 e se desligou em 30/12/1999.

boa imagem para conquistar a confiança das famílias e da Empresa.

Com a evolução do meio rural, aumentava a demanda de trabalho e, conseqüentemente, a Empresa ampliava as ações e o quadro técnico. Em 1980, quando assumi a coordenação regional em substituição a uma colega que havia se casado, já se questionava a necessidade sair da Acaresc pelo fato de se casar. Em reunião de região o assunto foi abordado pelas extensionistas junto ao presidente, que prometeu estudar o caso. Meses depois, quando estava com o casamento marcado, fui participar da reunião de coordenadoras regionais sabendo que poderia ser meu último encontro. Solicitei ao responsável pelo setor de recursos humanos para que registrasse na carteira profissional o único motivo de minha demissão: o casamento. Por não ser possível, o mesmo sugeriu que conversasse com o presidente.

As colegas coordenadoras me incentivaram a ter esse contato, pois o presidente da época era um empreendedor, de visão moderna e com experiência em empresa privada. No mesmo dia, ele designou a coordenadora estadual para que me acompanhasse a fazer intercâmbio em outras Emateres, que possuíam no seu quadro de funcionárias mulheres casadas, e, assim, estudar a questão. Mais tranquila, fiquei aguardando o resultado.

No contato com o supervisor regional, ele apenas perguntou: *Você está feliz?* Eu lhe respondi: *Estou feliz, não apenas com o casamento, mas também com meu trabalho.* Ele finalizou: *Gosto de trabalhar com pessoas felizes!* Percebi o apoio e fiquei fortalecida. Casei e continuei a trabalhar normalmente. Por ser a primeira do Estado a desafiar as normas, sabia do meu compromisso e que estava sendo avaliada constantemente. Felizmente deu tudo certo e, mesmo grávida, nunca tive desejos nem enjoos, assim como nunca deixei de fazer qualquer das atividades programadas. Nunca faltei ao trabalho, mesmo que ele fosse bem intenso na época, devido à valorização da área social pelas famílias rurais e pelas lideranças. O momento exigia pessoas cada vez mais preparadas e não mais se justificava tanta rotatividade. Assim, outras extensionistas se casaram e desenvolveram suas atividades normalmente, sem problemas.

Nasceu meu primeiro filho, Samuel, atualmente formado em Direito. Trabalhei até o final da gravidez, marcando a cesariana para uma segunda-feira. Mas ele nasceu no sábado, ou seja, dois dias antes do previsto. Em pleno

Programa Pró-Criança, em que aconteceram muitos estudos e ações sobre o desenvolvimento infantil, tive meu segundo filho, Solano. Foram vários desafios, muitas oportunidades e inúmeras conquistas.

Permaneci na Empresa até surgir o Plano de Demissão Voluntária (PDV). Quanto ao casamento, já se passaram muito mais anos do que os das *Bodas de Prata*. O tempo passa. Foram acontecimentos de uma época incomparável.

Do trabalho, ficaram a sensação do dever cumprido, recordações, saudades. Passado.

Da família, o essencial: sempre presente!



Foto do casamento

Considerações finais

Sentimo-nos felizes por ter conseguido entregar este livro ao público. A publicação se dirige tanto ao quadro da Epagri quanto ao público externo. Além de deixar um registro escrito ilustrado com imagens, entendemos que a obra está impregnada de evocações que compõem fragmentos da trajetória da memória da extensão rural e pesqueira catarinense, considerada por muitos como referência no Brasil.

Muito mais poderia ter sido registrado, certamente. No entanto, fizemos o que foi possível e dentro da proposta de compor uma escrita pautada pela influência da extensão na vida das pessoas. Embora alguns pareçam singelos, ao mesmo tempo se percebe que eles pretendem mostrar o lugar e os movimentos das pessoas nesse percurso que ainda está sendo desenvolvido.

Agradecemos a todos e desejamos uma ótima leitura.

Léo Teobaldo Kroth

Rose Mary Gerber

(Organizadores)



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial e
Editora de Santa Catarina

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 | Saco dos Limões
CEP 88045-250 | Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-6200

O.P. 8090 ADP. 98244

